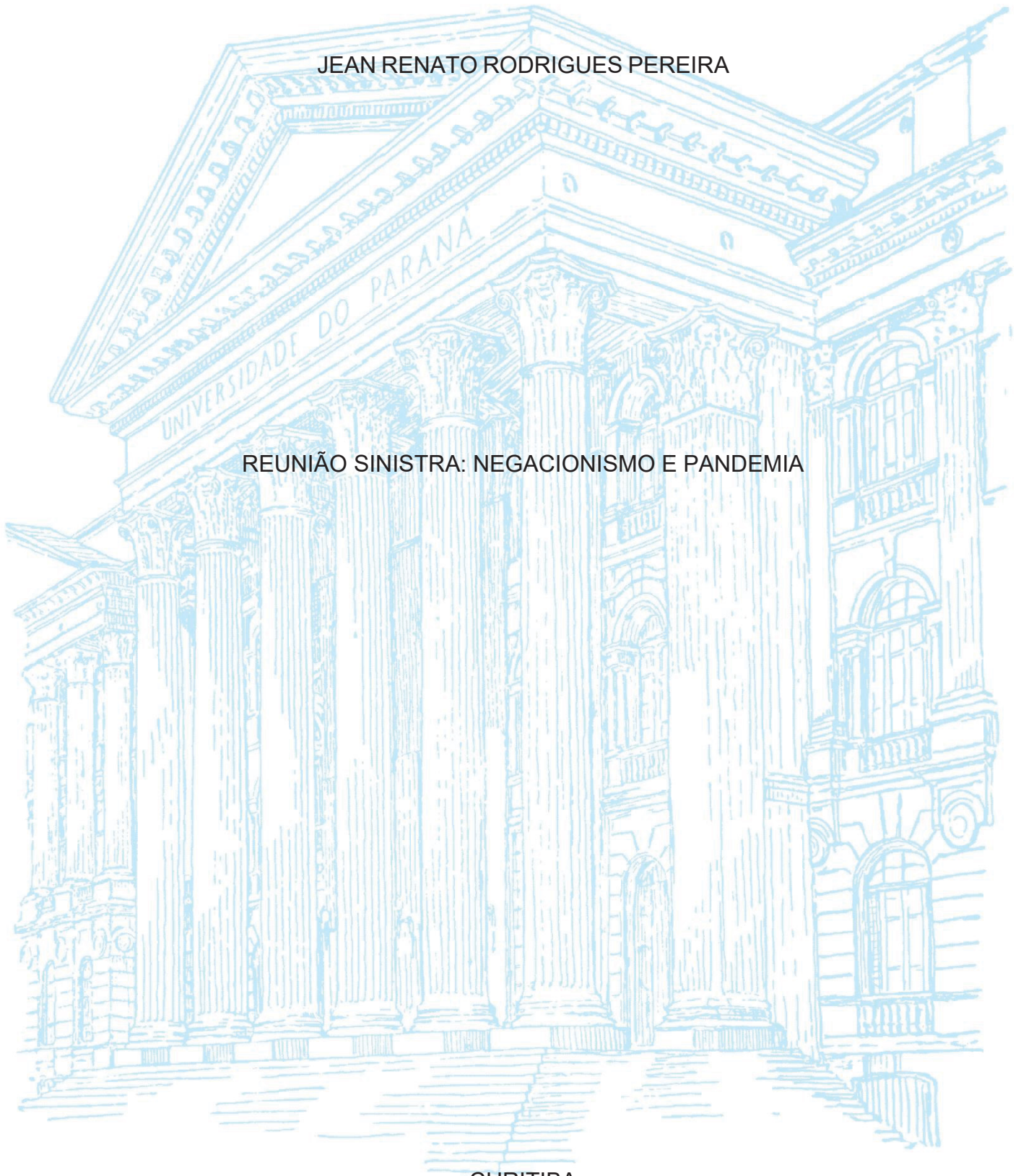


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEAN RENATO RODRIGUES PEREIRA

REUNIÃO SINISTRA: NEGACIONISMO E PANDEMIA



CURITIBA

2023

JEAN RENATO RODRIGUES PEREIRA

REUNIÃO SINISTRA: NEGACIONISMO E PANDEMIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Negri

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pereira, Jean Renato Rodrigues

Reunião sinistra : negacionismo e pandemia. / Jean Renato Rodrigues Pereira. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Negri.

1. Análise do discurso. 2. Comunicação na política. 3. Brasil – Política e governo - 2019-2022. 4. Linguística. I. Negri, Lígia, 1953-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JEAN RENATO RODRIGUES PEREIRA** intitulada: **REUNIÃO SINISTRA: NEGACIONISMO E PANDEMIA**, sob orientação da Profa. Dra. LIGIA NEGRI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Julho de 2023.

Assinatura Eletrônica

21/07/2023 12:03:46.0

LIGIA NEGRI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

20/07/2023 17:27:16.0

GUIDA FERNANDA PROENÇA BITTENCOURT

Avaliador Externo (PESQUISADORA)

Assinatura Eletrônica

02/08/2023 17:11:04.0

JOSÉ MIGUEL RASIA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SOCIOLOGIA)

---

Rua General Cameiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: pgletras@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 298829

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 298829**

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: do primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo'. (PÉCHEUX, 1975/1995, p. 304)

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado se debruça sobre a análise discursiva de figuras proeminentes no cenário político brasileiro durante o governo Bolsonaro. Utilizando a Teoria do Discurso como principal ferramenta metodológica, o estudo busca desvendar as camadas subjacentes de significado, intenção e poder que permeiam as enunciações públicas de tais figuras. Em um período marcado por intensas polarizações e debates, o discurso político torna-se uma janela crucial para compreender as dinâmicas de poder, as estratégias de legitimação e as tensões ideológicas em jogo. A pesquisa identificou formações discursivo-ideológicas específicas que refletem as alianças e tensões entre diferentes forças sociais e o projeto de poder bolsonarista. Estas formações não são meros reflexos de posições individuais, mas são influenciadas por forças sociais mais amplas, revelando as estratégias empregadas por diferentes atores para avançar seus objetivos e visões de mundo. A centralização de poder, a promoção de uma ideologia específica e a mobilização de bases sociais específicas emergem como táticas recorrentes. Além disso, a dissertação destaca a dinâmica entre dominação e resistência. Em um cenário político polarizado, os discursos tornam-se campos de batalha onde diferentes forças sociais buscam estabelecer sua hegemonia. A resistência, neste contexto, é vista não apenas como uma reação passiva, mas como uma prática ativa de desafio e transformação. Um aspecto crucial abordado é a relação entre discurso e ação. A análise revelou que, em muitos casos, pode haver uma desconexão entre o que é dito publicamente e as ações concretas tomadas pelos atores políticos. Esta desconexão é essencial para entender as estratégias de legitimação e as táticas de mobilização empregadas. Por fim, o estudo reconhece a natureza dinâmica do discurso político, que está em constante evolução em resposta a novos desafios e oportunidades. A dissertação, portanto, oferece um instantâneo de um período particularmente turbulento na política brasileira, fornecendo insights valiosos sobre as estratégias discursivas e ideológicas em jogo.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Sujeito. Efeitos de Sentidos. Práticas Sociais. Negacionismo.

## ABSTRACT

This master's dissertation delves into the discursive analysis of prominent figures in the Brazilian political landscape during the Bolsonaro administration. Utilizing Discourse Theory as the primary methodological tool, the study aims to uncover the underlying layers of meaning, intent, and power that pervade the public pronouncements of these figures. In an era characterized by intense polarizations and debates, political discourse becomes a pivotal window into understanding power dynamics, legitimization strategies, and ideological tensions at play. The research identified specific discursive-ideological formations that reflect the alliances and tensions between various social forces and the bolsonarian power agenda. These formations are not mere reflections of individual stances but are influenced by broader social forces, showcasing the strategies employed by different actors to advance their goals and worldviews. The centralization of power, the promotion of a particular ideology, and the mobilization of specific social bases emerge as recurring tactics. Moreover, the dissertation underscores the dynamics between domination and resistance. In a polarized political setting, discourses become battlegrounds where different social forces seek to establish their hegemony. Resistance, in this context, is perceived not merely as a passive reaction but as an active practice of challenge and transformation. A vital aspect discussed is the relationship between discourse and action. The analysis revealed that, in many instances, there can be a disconnect between what is publicly stated and the concrete actions undertaken by political actors. Understanding this disconnect is key to grasping the legitimization strategies and mobilization tactics employed. Lastly, the study acknowledges the dynamic nature of political discourse, which continually evolves in response to new challenges and opportunities. Thus, the dissertation provides a snapshot of a notably turbulent period in Brazilian politics, offering invaluable insights into the discursive and ideological strategies in play.

**Key-words:** Discourse Analysis. Subject. Meaning Effects. Social Practices. Denialism.

## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>0</b> | <b>Considerações significantes/significa-ativas iniciais .....</b>   | <b>9</b>   |
| 0.1      | <i>Encaminhamentos críticos preliminares conformando a questão .....</i>   | 25         |
| <b>1</b> | <b>Orientações teóricas para entradas de um tratamento discursivo .....</b>  | <b>41</b>  |
| 1.1      | <i>Dinâmicas discursivas e dominação/resistência ideológica: a agência-efeito dos sujeitos nas tramas sociais .....</i>      | 48         |
| <b>2</b> | <b>A reunião, os discursos e sua análise .....</b>   | <b>55</b>  |
| 2.1      | <i>O quadro geral da reunião e o tom imprimido por Bolsonaro .....</i>   | 55         |
| 2.2      | <i>Formações discursivo-ideológicas: práticas e intersecções com forças sociais .....</i>                                    | 72         |
| 2.3      | <i>Atitudes e representações negacionistas em reunião, nem 'individuais' nem 'universais', centradas mas dispersas .....</i> | 79         |
| 2.3.1    | <i>O discurso de Braga Netto: o plano Pró-Brasil (Ordem e Progresso).....</i>  | 80         |
| 2.3.2    | <i>Bolsonaro e o discurso do poder: autoritário, centralizador: L'état c'est moi ....</i><br>.....                           | 101        |
| 2.3.3    | <i>Guedes e sua política econômico-educacional: matando 2 coelhos com um soldo só! .....</i>                                 | 120        |
| 2.3.4    | <i>As estratégias infralegais de Ricardo Salles: mais boiada, menos democracia.....</i>                                      | 124        |
| 2.4      | <i>Tecendo a teia dos discursos analisados .....</i>   | 133        |
| 2.4.1    | <i>Formulações Práticas Sociais. ....</i>  | 135        |
| 2.4.2    | <i>Práticas Antissociais e Antidemocráticas .....</i>  | 138        |
| 2.4.3    | <i>O peso da herança política, das armaduras e da missão negacionista .....</i>  | 161        |
| 2.4.4    | <i>O Produto® Social .....</i>   | 167        |
| 2.5      | <i>O falso dilema - Salvar Vidas vs. Salvar a Economia .....</i>   | 189        |
| <b>3</b> | <b>(In)conclusões... ..</b>  | <b>196</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>204</b> |



## 0 Considerações significantes/significa-ativas iniciais\*

Em 30 de Janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)*<sup>1</sup>. Em 11 de Março do mesmo ano o panorama mundial foi declarado como *pandêmico*<sup>2</sup>, assolado pelo novo *Coronavírus*, o vírus causador da doença COVID-19.

Acreditamos não ser preciso nos determos nas características deste vírus, no entanto, caracterizaremos tal *evento (acontecimento) como arremesso arremessado para a inserção social (em estrutura e estruturação) de novas crises (em significância)*.

Contudo, estudos anteriores à pandemia já apontavam que, como observa Kayser (2019, p. 4), nesta perspectiva, “os franceses Pierre Dardot e Christian Laval desenvolvem em *A nova razão do mundo* (2016) que o neoliberalismo atingiu uma condição de afirmar-se como *a razão do capitalismo contemporâneo*”,

de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 15)

Ora, Dardot e Laval (2016, p. 15) lembram que, há “quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade”. Pois, “como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta

\* O uso do caractere "/" na expressão "significantes/significa-ativas" indica uma relação de tensão ou de sobreposição entre esses dois conceitos, sugerindo que a significação não é um dado pré-existente, mas sim algo que é construído (e naturalizado) através da relação entre os elementos linguísticos e as atividades discursivas dos sujeitos. Essa relação de tensão entre significante e significado é um dos principais temas da teoria da Análise do Discurso, que busca compreender como os discursos são produzidos e como eles geram efeitos de sentidos entre os sujeitos, logo de intervenção no mundo.

<sup>1</sup> “Para a organização, emergência de saúde pública de importância internacional é ‘um evento extraordinário’ que ‘constitui um risco de saúde pública para outro Estado por meio da propagação internacional de doenças’ e por ‘potencialmente requerer uma resposta internacional coordenada’, como define no Regulamento Sanitário Internacional (RSI) - instrumento jurídico aprovado em 2005 por 196 países justamente para ocasiões como essa, em vigor desde 2007.” (DOMINGUEZ, 2020, p. 14). Cf. [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihf-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)).

<sup>2</sup> O termo *pandemia*, na prática, se refere ao momento em que uma doença já está espalhada por diversos continentes com transmissão estabelecida e em alto grau de contaminação entre as pessoas. Cf. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020> e/ou <https://www.who.int/news/item/27-04-2020-who-timeline---covid-19>.

dos governados”, no que podemos notar que o caráter material do sentido em prática da “racionalidade neoliberal<sup>3</sup> tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.”.

Desta forma, ressaltamos que “*essa estrutura deve ser gramaticalmente caracterizada*” (COURTINE, 1981/2009, p. 29). Assim, torna-se essencial reconhecer a natureza contraditória de sua estruturação. Isso se manifesta ao confrontar opostos que não são simplesmente o reverso um do outro, pois estão imersos em uma relação de desigualdade que perpetua suas condições de existência devido a essa contradição (ALTHUSSER, 1975, p. 148, *apud* COURTINE, 1981/2009, p. 35). Em outras palavras, Althusser argumenta que as classes sociais têm histórias, recursos e lutas distintas: a existência de cada classe é moldada e influenciada por essa contradição inerente, que é a desigualdade, e isso reflete nas tensões presentes em suas formações discursivo-ideológicas.

À vista disso, entendemos que “a construção de tais dispositivos [de análise] é também uma condição de explicação das proposições teóricas, na medida em que uma montagem instrumental faz dessas proposições uma representação transformada que as ressaltam [...] É, por fim, uma condição de reprodutibilidade e de falseabilidade de uma problemática” (COURTINE, 1982/2016, p. 15, colchete nosso). Problemática, como diz Pêcheux, sempre *em relação a contradição desigual das condições de Poder subordinadas de existência à resistência da reprodução-transformação das relações de produção e das forças produtivas*<sup>4</sup>. Diante disso, nos situamos nas discursividades historicamente contextualizadas, posicionando-nos firmemente no domínio da Análise do Discurso (AD).

Em 11 de abril de 2020, empresários, ministros e o presidente do Brasil se reuniram para discutir a situação emergente em meio à pandemia. Esperava-se que

---

<sup>3</sup> O conceito de *racionalidade neoliberal* deriva da releitura do *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 1978-1979/2009) feita por Wendy Brown em *Neoliberalismo e o fim da Democracia Liberal* (2003) (KAYSER, 2019, p. 3-4).

<sup>4</sup> Partindo do exemplo de Xadrez de Saussure, articulamos a seguinte reflexão: O Xadrez é um jogo com regras claramente definidas (as condições de poder) e peças desiguais (a contradição desigual). As peças mais fortes (o rei e a rainha, por exemplo) têm mais poder, enquanto as peças mais fracas (os peões) têm menos. Esta é a contradição desigual das condições de Poder. Essas regras e desigualdades, entretanto, não são fixas. Os peões têm a capacidade de se tornarem outras peças (a resistência da reprodução-transformação). Isso pode ser visto como uma metáfora para a maneira como as relações sociais podem ser alteradas na sociedade - assim como um peão pode se tornar uma rainha, os trabalhadores podem, em teoria, tensionar a alteração da formação social para torná-la mais igualitária.

essa reunião ministerial<sup>5</sup> abordasse questões relativas à saúde pública, proteção social, segurança e bem-estar da população, considerando as políticas e medidas locais, regionais, nacionais e internacionais de enfrentamento à COVID-19, que se propagava globalmente. Porém, o que emergiu foi uma estratégia de negação, sustentada na postura de resistência às diretrizes e objetivos médico-sanitaristas. Esta resistência, promovida por representantes do governo da época, visava questionar e reinterpretar as orientações sanitárias, deslegitimando os dados científicos sobre o vírus, buscando desacreditar e reconfigurar as estratégias de combate à pandemia<sup>6</sup>.

Nesta perspectiva, a análise dos discursos produzidos pelos sujeitos presentes na referida reunião é relevante para compreendermos como as con(tra)dições da luta de classes e das formações discursivo-ideológicas se manifestam e transformam a materialidade significativa das relações sociais. Evidenciadas em suas discursividades, em formulações que praticam o deslocar dos sentidos entre a realidade, manifestas sobre o real da história significativa e sob a memória de seu discurso que significa<sup>7</sup>.

Ao examinarmos esses acontecimentos discursivos, é importante considerar a memória discursiva entre estruturas e estruturações que permeiam esses discursos e perfazem a história. Pois bem, a ideologia dominante presente nas formações ideológicas do então governo se manifesta nessa reunião como uma negação, não da ciência em si, mas de sua aplicação para fins divergentes dos objetivos que representam sua visão imaginária de “*sociedade*” e “*bem(ns) comum(ns)*”. Nesse sentido, a negação da ciência médico-sanitarista está atrelada à construção de uma narrativa ideológica, onde os sujeitos buscam legitimar as ações e decisões governamentais, naquele contexto e circunstâncias. É por meio da manipulação discursiva que essas formações ideológicas são linguística e estrategicamente

---

<sup>5</sup> Reunião *tornada pública* em 22 de maio de 2020, por decisão do STF: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>.

<sup>6</sup> Esta análise se concentra em certos discursos proeminentes durante a reunião. No entanto, é necessário explicitar que a reunião como um todo foi complexa e multifacetada, com diferentes participantes expressando uma variedade de pontos de vista e preocupações.

<sup>7</sup> O leitor pode observar que já abordamos aqui alguns conceitos da AD para delimitar nosso recorte discursivo de análise, visando atravessar as superfícies linguísticas e construir nosso objeto discursivo para a análise de seus processos e efeitos em significação. Porém, as orientações e articulações teórico-analíticas serão aprofundadas a partir do próximo capítulo. Neste momento, gostaríamos apenas de delinear as condições de produção que desencadeiam a construção de tal dispositivo de análise aqui proposto.

acionadas para sustentar uma posição discursiva na qual a ciência médico-sanitarista é desconsiderada quando não se alinha aos seus interesses.

Diante disso, observamos que certas práticas sociais podem operar com o que é discursivamente construído aqui por "negacionismo", como uma ferramenta estratégica para desafiar e reconfigurar o *status quo* das relações de forças e poder. Isso pode, em algumas interpretações, implicar em riscos para a saúde e bem-estar da população, ou, em uma visão mais crítica, de grande parte dela. Mas, é importante assegurar que o negacionismo, enquanto construção discursiva, não se limita unicamente a uma rejeição da realidade. Em vez disso, é uma escolha ativa de interpretar a realidade de uma maneira que se alinhe com crenças ou interesses preexistentes. Esta escolha pode ser influenciada por uma variedade de fatores, incluindo ideologia, interesses econômicos ou simplesmente desinformação.

O "negacionismo", nessas condições de produção, ultrapassa a negação objetiva, atuando como uma ferramenta discursivo-ideológica que os sujeitos utilizam em suas ações linguístico-históricas, cujo efeito é atravessado por forças sociais diversas. Sendo assim, evitamos simplificações e reconhecemos a complexidade das posições político-culturais e das motivações subjacentes dos sujeitos. Neste caso, usamos o termo para descrever uma postura que minimiza ou nega a gravidade da pandemia. Entretanto, é importante reconhecer que existem diferentes graus e formas de negacionismo, e nem todos os que são rotulados como 'negacionistas' compartilham as mesmas crenças ou motivações.

Isto porque a AD se situa em como o sujeito interage com a história por meio da linguagem, e como as condições de produção dessa interação determinam a reprodução-transformação das práticas discursivas que influenciam a realidade social. Pois a AD entende que os significados produzidos pelos discursos são resultados de tensionamentos discursivos produzidos nessa interação, por isso, buscamos analisar os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos negacionistas sobre a realidade da pandemia, em relação às contradições e às lutas sociais, a fim de compreender como essas práticas se formam através da subordinação desigual dominação/resistência, influenciando a classificação simbólica da sociedade.

Para ilustrar essas consequências, vemos exemplos concretos. A propagação de discursos negacionistas sobre a COVID-19 promoveu desinformação e resistência às medidas de saúde pública, levando a um aumento exponencial nos números de

casos e mortes e sobrecarregando os sistemas de saúde. Isso afetou diretamente a vida e a segurança das pessoas, especialmente as mais vulneráveis.

Outro exemplo é a negação de problemas estruturais, como desigualdades sociais e raciais, através de discursos que minimizam a importância dessas questões, perpetuando a injustiça e impedindo a adoção de políticas e medidas eficazes de combate à exclusão e discriminação.

Além disso, discursos negacionistas corroem a confiança nas instituições democráticas e na mídia, enfraquecendo o debate público e intensificando a polarização social. Isso dificulta a construção de consensos e o progresso em questões urgentes, como crises sociais, pandêmicas, econômicas, mudanças climáticas e proteção dos direitos humanos.

Dito isto<sup>8</sup>, observaremos como aí se evidencia a relevância de se posicionar na batalha contra a manipulação discursiva negacionista e em defesa da vida. Esta defesa, por meio das discursividades do *tema* “Salvar Vidas vs. Salvar a Economia”, se concretiza na disputa pelo controle dos variados efeitos da significação, em termos de conquista coletiva e social (ou, se preferirmos, bem comum e sociedade).

Em tempos de pandemia, surgiu na sociedade um *dilema pandêmico*: “Finalmente, existe ou não uma oposição entre salvar vidas e salvar a economia?” (BRETTAS, 2020, p. 11), o que revela “um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico”, que em outros termos, permite avançar nossas reflexões sob “uma teoria das práticas discursivas ligadas ao conjunto das outras práticas de uma formação social” (ORLANDI, 1994, p. 304). Isto se refere à posição simbólico-material de “Salvar Vidas e Economia” por meio da adoção de Políticas Públicas direcionadas à Proteção Social, uma postura respaldada pelas comunidades científica e democrática global no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

---

<sup>8</sup> Vários estudos têm examinado o impacto dos discursos negacionistas, em particular aqueles proferidos pelo governo Bolsonaro, nas diversas crises enfrentadas pelo Brasil, incluindo a pandemia da COVID-19 e as desigualdades sociais e raciais. Freitas e Araújo (2020) e Rodrigues (2021) destacam como a minimização da pandemia e a disseminação de informações inverídicas atingiram adversamente a resposta do Brasil à Covid-19. Paralelamente, Rodrigues e Oliveira (2022) enfocam o efeito letal da desinformação, correlacionando-a com um aumento nos comportamentos de risco e mortes durante a pandemia. Rodrigues e Oliveira (2020), bem como Freitas e Araújo (2021), elucidam como a negação de problemas estruturais e de racismo pelo presidente impede progressos significativos no combate à discriminação racial e à desigualdade social no Brasil. Adicionalmente, a negação de ciência tem consequências que vão além da saúde pública; Carazzai e Nobre (2021) detalham como isto ameaça a integridade das instituições democráticas e exacerba a polarização social. Finalmente, essa polarização é ainda mais analisada por Rodrigues e Oliveira (2022), que argumentam que discursos negacionistas acentuam os conflitos entre grupos sociais e obstaculizam a formação de consensos em questões críticas.

É neste sentido que buscamos assumir uma posição científica e de classe que conduza a lutar contra determinados esquecimentos - como o de que há estruturas e estruturações. Isso nos leva a atentar para as pressões do político e do desejo (materialmente inscritos na história), pelas quais os sujeitos são levados a ponto de jogar com as equivocidades dos funcionamentos languageiros, cabendo, assim, buscarmos tanto os aspectos estruturais quanto os aspectos dinâmicos das práticas discursivas. (FONSECA, 2011, p. 2).

Dado o exposto, observamos que a aparente dicotomia "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia" manifesta uma profunda tensão ética no cerne das disputas discursivas acerca da resposta à pandemia da COVID-19. De um lado, temos a defesa inabalável da vida humana, fundamentada em princípios éticos universais e na valorização intrínseca de cada ser humano. Por outro lado, surgem preocupações com a resiliência econômica, que, indubitavelmente, influenciam diretamente na qualidade de vida e no bem-estar das comunidades. Esta tensão extrapola meras decisões políticas ou econômicas, abrangendo reflexões éticas essenciais sobre a valorização da vida humana, os direitos individuais e coletivos, e os deveres dos governos e da sociedade como um todo.

A multifacetada natureza dessa relação demanda uma análise ponderada que identifique a reciprocidade entre a saúde pública e a solidez econômica, preservando, entretanto, os princípios éticos basilares. Dito isto, enfatizamos a intrincada conexão entre as políticas e medidas de saúde pública e as consequências econômicas no cenário da pandemia da COVID-19: ao discutir a falsa dicotomia "Salvar Vidas vs. Salvar Economia", nosso objetivo não é trivializar ou desconsiderar a complexidade inerente às ciências econômicas. Em vez disso, reconhecemos que a economia, em sua natureza, está intrinsecamente ligada ao bem-estar social, à qualidade de vida e à sustentabilidade das nações, interagindo também com outros campos do saber. As decisões econômicas repercutem, tanto direta quanto indiretamente, na saúde e no cotidiano das pessoas. Portanto, almejamos uma visão integrada que valorize simultaneamente a primazia da vida humana e a imperatividade de um equilíbrio e avanço econômico, evitando perspectivas simplistas e reconhecendo a mutualidade entre esses domínios.

Seguindo<sup>9</sup>, pois,

---

<sup>9</sup> De fato, "em uma delimitação metafórica em que 'luta de classes' rima com 'sala de classe' (PÊCHEUX, 1974) [...] pelo tratamento de um *campo de arquivo com o dispositivo experimental*. Isso significa afirmar o caráter necessariamente construído de uma experimentação como realização de

Enquanto nova razão do mundo, o neoliberalismo busca estabelecer certos tipos de relações sociais que incidiriam sobre a forma de nossa existência. [...] Se admitirmos que o neoliberalismo não deva ser interpretado apenas como uma política econômica ou ideologia - ou ainda uma combinação destas - e o analisarmos como tendo atingido uma **condição de nova forma de racionalidade** ou de **uma hegemonia qualitativamente inédita**, nos permite associar uma gama de problemas que muitas vezes não são perceptíveis dentro da lógica em que estão inseridos. É a partir destes pressupostos que inserimos a questão das relações de historicidade em tempos neoliberais (KAYSER, 2019, p. 4, negrito nosso).

Ademais, *dentro dessa lógica*, seria “estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua que diz respeito a seus objetos e a suas práticas. Já era hora de começar a quebrar os espelhos” (PÊCHEUX *in* COURTINE, 1981/2009, p. 26). Esta afirmação ressalta a necessidade de reconhecer a tensão discursiva, onde o sujeito, consciente de suas ações e dos sentidos que emprega, permanece inconsciente da origem histórica do dizer. O desconhecimento ideológico da história coexiste com o reconhecimento consciente do sujeito em suas ações, embora esteja simultaneamente influenciado pelo inconsciente.

Primeiramente, é preciso compreender que:

Marx, Nietzsche, Freud e Saussure foram recrutados para essa batalha sobre a definição de falar, escrever, escutar e ler. Como explica Althusser em *Lire le Capital*: ‘Foi somente a partir de Freud que começamos a suspeitar o que significa (*veut-dire*) escutar, e, por conseguinte, o que significa falar (ou manter-se calado); que esse ‘significado’ (*vouloir-dire*) de falar e escutar revela, sob a inocência do dizer e do ouvir, as profundezas especificáveis de um nível escondido, o ‘significado’ do discurso do inconsciente - aquele nível cujos efeitos e condições formais são pensados pela linguística moderna’. [Nesta perspectiva] pensou-se ser possível construir os traços de suas estruturas invariantes (o sistema de suas funções) dentro da série combinatória de suas variações empíricas e superficiais – e assim chegar à estrutura presente na série de seus efeitos.’ (PÊCHEUX, GADET, 1981 *in* ORLANDI, 2011, p. 94-95)

Desse modo, a análise do negacionismo está ligada ao fato de que a linguagem é muito mais do que uma simples comunicação de informações e que isso aponta para a presença de significantes aquém da linguagem e do dizer. Isso demonstra a tensão significa-ativa na interação in/consciente-ideologia na produção

---

hipóteses teóricas e distinguir tal experimentação das ‘experiências’ que colocam em cena ‘sujeitos concretos’ e ‘situações concretas’ com características múltiplas” (COURTINE, 1981/2009, p. 80). Multiplicidades cuja consideração nos “permitem apreender a instabilidade de uma primeira designação, ver o momento em que várias designações competem, uma fase mais ou menos longa antes de que o nome do acontecimento se estabilize” (MOIRAND, 2020, p. 21 *apud* BARONAS, 2021, p. 20).

de sentidos. O sujeito, ao se expressar, pode estar ciente de suas intenções imediatas, mas muitas vezes não está ciente das raízes históricas e culturais que moldam sua linguagem e pensamento. Esta dualidade entre o consciente e o inconsciente, entre o dizer e o não-dizer, entre o visível e o oculto, é central para a análise discursiva.

Por isso, mesmo quando o sujeito acredita estar agindo de forma totalmente consciente e intencional, há forças sociais subjacentes e históricas em jogo que moldam e influenciam suas ações e palavras. As forças sociais, incluindo grupos econômicos e políticos específicos, desempenham um papel crucial na formação de discursos ideológicos. No contexto brasileiro, certos interesses, como o agronegócio e setores conservadores, podem ter influenciado a formação e proliferação do discurso negacionista.

Tais condições de produção ressaltam que é preciso levar em conta essa abertura da dimensão inconsciente da linguagem, pois exalta as contradições ideológicas intrínsecas à matéria em significação consciente e as formas de dominação e subordinação próprias à subjetivação adjacente aos sentidos efeitos da ação. Além disso, a compreensão do neoliberalismo como condição de uma nova forma de racionalidade nos permite compreender como a AD pode chegar a questões mais profundas de hegemonia, o que equivale a considerar não apenas o processo do que é dito, mas também o funcionamento do que é silenciado e seus efeitos na construção das normas sociais e na perpetuação das desigualdades estruturais. Este entendimento nos habilita a discernir os modos pelos quais discursos neoliberais moldam e são moldados por práticas de poder que, frequentemente, marginalizam e subjagam vozes dissidentes e narrativas negacionistas. A análise do discurso (AD) não se limita, portanto, a examinar os diálogos manifestos, mas também se aprofunda nas estruturas de silêncio e omissão que reforçam as hegemonias existentes e impedem a emergência de contra-narrativas que possam desafiar o *status quo*.

As omissões e os silêncios, em conjunto com os discursos proeminentes, perpetuam sistemas de dominação e marginalização, ao mesmo tempo que ressaltam a necessidade de um exame crítico e contínuo da produção discursiva nas sociedades contemporâneas. Diante disso, é preciso observar os mecanismos e dispositivos utilizados pelos sujeitos, que movem os significados atravessados por implícitos significantes e opacos significativos entre a estrutura/ação das relações sociais.

A perspectiva de que as estruturas discursivas são produzidas em meio a práticas sociais e históricas determinadas é fundamental, porque, nesse sentido, a



tensão entre salvar a economia e salvar vidas pode ser interpretada como uma manifestação dessa nova forma de racionalidade neoliberal. Esta ideologia prioriza o mercado e a concentração e acumulação de riqueza em detrimento da saúde e do bem-estar da quase totalidade da população, cuja força produtiva centraliza a subjetivação da ideia de que a liberdade individual e a iniciativa privada são os principais motores do desenvolvimento social e econômico, e que a intervenção do Estado na economia e nas relações sociais deve ser minimizada. Em outras palavras, trata-se de desvirtuar estrategicamente o significativo simbólico formal da matéria do Estado Público para a subversão a uma espécie de Estado Privado.

Vemos, pois, a disputa presente na reunião ministerial mencionada como uma expressão das relações de historicidade em tempos (pandêmicos) neoliberais, onde a ideologia neoliberal se tornou hegemônica e influencia a forma como pensamos e agimos em relação à economia, à vida e à sociedade. Por isso, é importante considerar essas condições de produção ao analisarmos os discursos presentes nessa reunião, para compreendermos as raízes ideológicas e políticas das posições negacionistas sustentadas pelos sujeitos ali presentes.

Neste cenário pandêmico, compreendemos que o negacionismo, no caso da reunião, é manifestado como suporte de um projeto de poder ancorado na ausência de adoção de políticas públicas por parte do então governo, dispersado enquanto uma estratégia política que se baseia na deturpação dos objetivos e meios científicos médico-sanitaristas. A ausência de uma política sanitária robusta durante a pandemia teve consequências diretas na saúde pública, com o Brasil enfrentando altas taxas de infecção e mortalidade. Esta ausência foi frequentemente justificada com discursos negacionistas e desinformação. Esta estratégia busca desacreditar não a ciência médica em si, mas subverter seu aparelhamento discursivo científico, distorcendo seus valores e conceitos, afastando-o das questões e dos problemas sociais<sup>10</sup>.

Conquanto, lembrar é fundamental considerar que, há,

efetivamente, sucessos científicos e tecnológicos que não necessariamente levaram a uma melhor qualidade de vida da maioria das pessoas, como muitos cientistas, filósofos e sociólogos apregoam ser um corolário inequívoco do desenvolvimento científico. Isso, no entanto, não é responsabilidade do cientista, tampouco pode ser entendido como um limite

---

<sup>10</sup> O projeto político bolsonarista, com sua ênfase na autoridade e rejeição das normas democráticas, pode ser visto como parte de uma tendência global de ascensão de movimentos políticos de direita e extrema-direita. Esses movimentos frequentemente se baseiam em uma rejeição do *'establishment'* e em uma ênfase na identidade nacional e na ordem hierárquico-militarista.

intrínseco à Ciência. Pois, de fato, qualquer impacto social das conquistas científicas depende, em última análise, de decisões políticas, econômicas e sociais, nem sempre triviais e nem sempre pautadas em critérios genuinamente objetivos voltados para o bem-estar coletivo. (CARUSO; MARQUES, 2021, p. 4)

Como lembram os autores,

Estudos históricos detalhados, como os que desconstruem a noção de hegemonia racial conforme estudada por Victor Klemperer, nos mostram como a valorização utilitarista substituiu o valor da ciência, e como dominar o corpo passou a ser mais importante do que a educação na Alemanha dos anos 1930, alimentando uma eugenia da 'aparência nórdica' – o mito da raça superior – e levando o serviço militar a ser revalorizado em um país ao qual a desmilitarização havia sido imposta com a perda da I Guerra Mundial [Meras coincidências com o Bolsonarismo? Cremos que não]. Falsos heróis foram sendo construídos e corroendo a sociedade alemã de dentro para fora. Esse risco pode ser revivido ao se negar a Ciência e seus valores. (CARUSO; MARQUES, 2021, p. 8, colchete nosso)

Ao negar a Ciência como um todo e seus valores, o risco de reproduzir práticas autoritárias e manipuladoras do passado é iminente. Essas práticas foram fundamentadas na negação da verdade científica, que foi subvertida em prol de um discurso puramente ideológico. Esse discurso, por sua vez, visava não apenas a perpetuação de realidades distorcidas, mas também o extermínio de seus rivais e opositores, caracterizando um verdadeiro genocídio.

Dito isto, é importante destacar que, apesar de negar parcialmente os valores da Ciência, o então governo bolsonarista manipulou instrumentos democráticos e científicos para legitimar suas ações e argumentos antidemocráticos e anticientíficos. O discurso negacionista subverte a instrumentalização discursivo-científica de forma seletiva e manipuladora, cuja desvirtuação simbólico-material, a fim de criar uma falsa representação de legitimidade e veracidade, deturpa o valor do método científico em prol de uma ideologia que visa perpetuar o poder de um grupo privilegiado específico a qualquer custo.

Essa estratégia negacionista teve grande destaque durante a pandemia da COVID-19, quando governantes e líderes de diversos países negaram as informações médico-sanitaristas sobre a gravidade do vírus, logo da doença e da pandemia, e se opuseram à adoção de medidas e políticas de saúde pública para prevenção e tratamento recomendadas pelos especialistas da comunidade científica. No Brasil, um exemplo emblemático deste fenômeno pode ser observado na supracitada reunião, que acabou se tornando uma plataforma para a proliferação de discursos

negacionistas, silenciando a importância da adoção de políticas públicas e de medidas de enfrentamento à pandemia, por meio da deslegitimação do distanciamento social, do uso de máscaras e da pesquisa e de investimentos em educação, ciências e vacinas ou, posteriormente à reunião, da vacinação, entre outras.

A postura negacionista, que exacerbou consideravelmente a pandemia, também descortinou um projeto de poder enraizado na repulsa da política como mecanismo de intervenção real, sobretudo como escudo social, ao refutar a relevância de políticas e medidas de saúde pública. Esses discursos, ao sublinhar a alegada incapacidade da política em remediar os dilemas sociais, engendram um ambiente de desalento e indiferença perante as instituições e políticas públicas, especialmente no tocante à Democracia. Destarte, torna-se imperativo enfatizar a compreensão do negacionismo como uma tática política de silenciamento e obliteração, que aspira à deslegitimação da própria Democracia Política. Isso sustenta a transposição simbólica de que as respostas para os problemas sociais não se encontram nas esferas públicas e/ou políticas, nem através das instituições científicas ou da Ciência, respaldando o apagamento do social da agenda política e científica. Isso, por sua vez, se manifesta como uma "oportunidade" para a "desregulamentação" de leis, a garantia de "segurança jurídica" para "investidores privados", e "simplificações" fiscais, entre outros mecanismos<sup>11</sup>.

A análise dos discursos é, deste modo, fundamental para compreendermos como essas estratégias se manifestam pela linguagem e como elas são capazes de influenciar a forma de produção material e social como os sujeitos compreendem a realidade e a (sua) ação (como) política, e além disso, a tática como intervêm sobre o real e as consequências do "negacionismo realmente existente".

A análise dos discursos proferidos nessa reunião revela então manifestações ideológicas que nos possibilitam interpretar a concretização de uma categorização da vida, entre *vidas que têm mais valor*, *vidas que têm menos valor* e *vidas que não têm valor algum*. É importante mencionar que tais manifestações já foram destacadas por outros pesquisadores, como Caruso e Marques e Verbicaro. Por isso, enfatizamos que essas ideias podem ser interconectadas a conceitos mais abrangentes, como a hierarquia de vidas na sociedade capitalista, o valor atribuído a diferentes grupos

---

<sup>11</sup> Estes termos estão presentes nos discursos dos sujeitos na referida reunião. Colocamos em aspas para demonstrar nosso *estranhamento familiar*, que será compreendido à medida que os analisarmos, nos próximos Capítulos (1 e 2).

sociais e a desigualdade estrutural como condição de produção do discurso negacionista.

Dessa forma, essas classificações de vidas humanas podem evidenciar contradições e desigualdades subordinadas à qualificação simbólico-ideológica dos sujeitos em relação à sua própria existência. Esta, por sua vez, se constitui no tensionamento entre dominação/resistência da luta de classes entre os conjuntos de formações ideológicas, discursivas e imaginárias dominantes e subalternas que moldam e transformam as con(tra)dições dessas relações sociais.

Na referida reunião, o discurso negacionista é caracterizado por endossar categorizações simbólicas de vidas humanas que se concretizam na prática discursiva dos sujeitos, em que o então presidente e demais interlocutores parecem demonstrar uma clara inclinação pelas vidas que têm mais valor, ou seja, àquelas que estão ligadas à economia, aos negócios e aos interesses (deles e) do mercado (internacional), e aí como diz Campos Neto na reunião (então presidente do Banco Central), “o jeito de melhorar a governança é colocar agentes internacionais que fazem governança mundial” (2020).

Eles parecem desconsiderar o risco às vidas que supostamente têm menos valor, as vidas daqueles que estão em condições precárias e vulneráveis, que dependem do (e fazem funcionar o) serviço público de saúde e de assistência social. Podemos associar esta categorização à fala de Bolsonaro na reunião com “uns porcaria aí, né? Levantando a... aquela bandeira de... do... do povo ao meu lado, não custa nada...”, fundamentais para a manutenção das relações de forças e poder da formação social capitalista.

Por sua vez, também é possível discernir a manifestação de uma ideologia que sugere vidas sem valor algum, isto é, as vidas das minorias étnicas e sociais, frequentemente marginalizadas e excluídas. Isso reforça as classificações anteriores, perpetuando práticas de preconceito e discriminação contra esses grupos, simbolicamente reconhecidos como adversários a serem eliminados. Nessas condições de produção, podemos subentender que o objetivo é, como disse Weintraub (então ministro da Educação, 2020): “Acabar com esse negócio de povos e privilégios.”.

Os sujeitos materializam essas formas de classificação de vidas humanas na linguagem de forma simbólica e prática, cuja produção de sentidos é historicamente o processo simultaneamente material e social da formulação discursivo-ideológica, sob

a influência de estratégias que intensificam, na subjetivação, a circulação e a perpetuação dessas práticas. Trata-se da dinâmica da reprodução-transformação da luta de classes entre relações de forças e poder enquanto condições de existência das forças sociais.

Portanto, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreendermos os mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos do negacionismo e sua interação com o(s) aparelho(s) de poder e a reprodução-transformação da polarização e das lutas sociais, especialmente em tempos de crise sanitária global. Daí o propósito central deste trabalho: examinar sequências discursivo-ideológicas que estruturam os discursos negacionistas dos sujeitos presentes na reunião ministerial do governo de Jair Bolsonaro, em 11 de abril de 2020. Conquanto, o foco recai sobre as práticas sociais em estruturação que fundamentam a força produtiva do negacionismo em relação à pandemia da COVID-19.

Como objetivos específicos, buscaremos:

i) Reconhecer as formações discursivo-ideológicas manifestas nos discursos nessa reunião, considerando a multiplicidade de sentidos e a polissemia da linguagem;

ii) Discernir as formações ideológicas materializadas nos efeitos de sentidos e processos discursivos, especialmente no que tange à democracia, à saúde pública e à especificidade das ciências médico-sanitaristas;

iii) Investigar o papel do sujeito, considerando sua agência e posição no entremeio entre assujeitamento-interpelação, na construção dos discursos negacionistas;

iv) Relacionar as práticas sociais negacionistas com a dinâmica das lutas sociais, abordando as con(tra)dições e desigualdades intrínsecas à estrutura das relações histórico-sociais enquanto mecanismo de tensionamento interdiscursivo, evitando generalizações e mantendo-se aberto a diferentes perspectivas.

No entanto, é importante ressaltar que não há uma sequência linear a ser seguida devido à multilateralidade que permeia e intersecciona estes objetivos.

A AD (Pêcheux), a partir da concepção de sujeito de Lacan, nos permite compreender como os discursos são marcados por formas de subjetivação que refletem as desigualdades-subordinações intrínsecas às relações sociais. Para Lacan, o sujeito é um efeito do discurso, isto é, a forma como o sujeito se constitui e se expressa na linguagem está diretamente relacionada à sua inscrição na formação

histórico-social. Observamos que a perspectiva lacaniana concebe o sujeito como sendo determinado pela linguagem, em que o sujeito é constituído a partir da linguagem e é impossível pensar o sujeito fora dela.

Para Pêcheux, por outro lado, o sujeito é visto como um efeito da ideologia, pois é no assujeitamento, a partir do discurso, que se estabelece a relação entre o sujeito, a língua e o mundo. A perspectiva pêcheutiana concebe o sujeito interpelado em sujeito ideológico, ou seja, uma posição de sujeito dentro de uma formação discursiva enquanto campos de práticas compartilhadas, a que o sujeito real adere a partir de posições e lugares sociais que são determinados pelas relações de poder e forças produtivas enquanto condições de produção do discurso. Sendo assim, o sujeito não é visto como uma entidade pré-existente, mas como um agente-efeito da luta discursiva inerente às relações sociais entre língua, história, ideologia e sociedade.

Na perspectiva lacaniana, o sujeito é assujeitado por meio da identificação com o *discurso do Outro*<sup>12</sup>, porquanto na AD, o sujeito é interpelado a partir de posições ideológicas. Desta forma, podemos dizer que as duas perspectivas se complementam, uma vez que a concepção lacaniana do sujeito evidencia a importância da cultura e da linguagem na constituição do sujeito, enquanto a perspectiva da AD enfatiza a dimensão ideológica e política intrínsecas à formação da história social imbricadas nesta linguagem, na constituição deste mesmo sujeito.

Trata-se de um processo de assujeitamento-interpelação, em que os discursos produzidos pelos sujeitos na reunião mencionada buscam interpelar os outros sujeitos a partir de posições históricas específicas, assujeitadas à ideologias determinadas. Isto significa que os sujeitos buscam constituir seu discurso a partir de uma posição-sujeito inserida em uma determinada formação discursiva (negacionista) diante das relações de forças e poder, dadas as condições significantes sob o entalhe de sua inscrição ideológico-simbólica (neoliberal) na estrutura histórico-social.

Podemos pensar que o processo de assujeitamento se dá a partir da inserção do sujeito em uma forma-sujeito específica dentro de uma formação ideológica que constitui sua subjetividade, o que implica a identificação com certas crenças, valores e conceitos que correspondem a esta forma. Esta forma-sujeito é determinada pela

---

<sup>12</sup> A noção de discurso do Outro em Lacan se refere ao lugar simbólico que o sujeito ocupa na linguagem, sendo influenciado pelos e influenciando outros discursos que o rodeiam.

sua relação com as formações discursivas, que constituem as práticas do campo social em que o sujeito está inserido, como sujeito que fala.

Já o processo de interpelação se dá quando o sujeito é convocado a ocupar uma posição-sujeito sob a adesão à determinada formação discursiva e não outra. Este chamado pode vir de diversos lugares, como discursos políticos, filosóficos, religiosos, midiáticos, entre outras práticas, em que o sujeito é interpelado a partir de uma determinada subjetivação feita com ele e que o investe a agenciar e assumir uma posição específica frente a outras posições, como sujeito que quer dizer.

Observamos que o processo de assujeitamento ocorre de maneira ampla, através da identificação do sujeito com uma formação ideológica (no caso da reunião, orientada para a eficiência econômica), enquanto o processo de interpelação se manifesta de forma mais específica, a partir da subjetivação do sujeito que ocupa uma posição particular (nestas condições, priorizando a estabilidade econômica, sem se ater estritamente a paradigmas tradicionais) em um contexto discursivo determinado (questionador das normas estabelecidas) em uma situação discursiva determinante.

Articulando essas concepções de sujeito, processos e efeitos, é possível observar que ambas as abordagens, lacaniana e pècheutiana, convergem na compreensão de que os discursos estão diretamente relacionados às formas de racionalidade presentes na sociedade e que se manifestam discursivamente em práticas, pela história, na língua em ação, pois isso mostra que os discursos são marcados por formas de subjetivação que refletem as contradições desiguais estruturantes da luta de classes<sup>13</sup>.

Um exemplo material de subjetivação neoliberal-negacionista pode ser observado no discurso do então ministro da Economia, Paulo Guedes (2020), que afirmou na reunião: "O governo quebrou! O governo quebrou! [...] a retomada vem por investimentos privados", cuja fala interpela o sujeito a partir da identificação ideológica assumida por ele, de que a solução para a crise *econômica* está na significação lógica do mercado, simbolizada "por investimentos privados". Esta prática é reproduzida na "retomada" dos lucros de uma minoria rica e detentora dos meios de produção, implicando na redução (e exclusão) de proteção social, refletindo as transformações das relações sociais, potencializadas por essas práticas.

---

<sup>13</sup> O assujeitamento pavimenta a explicação do por que as pessoas adotam certas crenças ou comportamentos, mesmo quando não estão em seu melhor interesse.

Na perspectiva lacaniana, o processo de assujeitamento ocorre a partir do momento em que o sujeito é submetido ao discurso do Outro (entendido como a forma-sujeito, a origem do discurso – a camada social, que o molda e o convoca a se identificar com uma posição-sujeito). Nesse sentido, a fala de Guedes, assim como a de outros sujeitos na reunião, pode ser compreendida como um discurso que assujeita os sujeitos presentes àquela situação, convocando-os diante (da busca) do reconhecimento de si entre os significantes que os inscrevem dentro de um grupo social específico: o sujeito é visto como um ser dividido, marcado por uma falta constitutiva da significação que o torna incompleto, e em busca de uma completude imaginária no espaço da subjetivação.

A inter-relação entre Lacan e Pêcheux na conceptualização do sujeito enquanto efeito do processo de assujeitamento-interpelação se esboça através da noção de um sujeito intrinsecamente dividido e continuamente interpelado por práticas discursivas e ideológicas. Lacan percebe o sujeito como perpetuamente carente devido a uma falta inerente, buscando incessantemente uma completude inalcançável dentro da ordem simbólica da linguagem. Pêcheux, embora enraizado em uma tradição mais materialista e althusseriana, concebe o sujeito como sendo interpelado e formado através da linguagem e práticas discursivas permeadas pela ideologia. Ambos os teóricos, embora por trajetórias distintas, oferecem uma visão do sujeito que é ao mesmo tempo produto e produtor de significado e ideologia, evidenciando a linguagem como um campo de constante luta simbólica e representacional.

O processo de assujeitamento-interpelação é, portanto, acompanhado por uma série de formações imaginárias que visam suprir essa falta significativa e conferir ao sujeito ideológico uma sensação de integridade subjetiva. Na reunião ministerial, algumas dessas identificações são evidentes, como a defesa do setor privado como essencial para a vida digna, e a "luta pela liberdade", subentendida como um valor fundamental, isto é, como Guedes (2020) pontua na reunião, "Nós tamo defendendo liberdade: liberdade econômica, liberdade política. É... nós sabemos o que nós tamo defendendo", "pela liberdade" (WEINTRAUB, 2020), subjetivando que "a luta pelo poder continua a todo vapor" (BOLSONARO, 2020).

Os ideais e princípios proferidos e defendidos durante a reunião evidenciam como a linguagem e a ideologia estão entrelaçadas, funcionando tanto como veículos de interpelação quanto de identificação, onde os sujeitos são simultaneamente constituídos e constituintes dos significados e valores ideológicos em circulação. Ao



integrar a perspectiva lacaniana com a AD, podemos compreender que o processo de assujeitamento-interpelação ocorre a partir de um discurso constitutivo de produção material e social. Desta maneira, a fala de Guedes pode ser entendida como um exemplo de como os sujeitos operam e atravessam a interpelação ideológica sob a identificação histórica de determinadas concepções e valores, a partir das quais são interseccionadas, formuladas e fazem circular, em práticas discursivas, suas estratégias e intenções.

Explorar a agência do sujeito na co-construção de significados, contextualizado em uma teia ideológica que o posiciona e submerge em uma formação discursiva, invoca a contemplação do significado não como um ente fixo ou autônomo, mas, influenciado pela teoria pós-estruturalista, como um fenômeno permutável e contextual. Este significado é esculpido e reesculpido mediante a posição ideológica do sujeito que, sob a luz da teoria da performatividade, age de modo que simultaneamente subjetiva e objetiva um contexto histórico-social peculiar. Portanto, a linguagem não apenas reflete, mas também cria a realidade, alicerçando as palavras não apenas como meros indicadores de significados previamente estabelecidos, mas como atores influentes na orquestração do real, intrinsecamente entrelaçados com o poder e a ideologia.

Na próxima seção, abordaremos os encaminhamentos críticos preliminares que conformam as condições de produção que tangem as proposições teóricas exploradas nesta pesquisa.

### *0.1 Encaminhamentos críticos preliminares conformando a questão*

Vejamos primeiramente que, “para Lacan, a linguagem é a condição do inconsciente e, para Althusser, seguindo os passos de Lacan à sua maneira, a linguagem e o inconsciente são a condição do homem” (MARIANI, 2010, p. 118).

O inconsciente de Lacan se relaciona com a ideia de que as práticas sociais e históricas determinam a individualidade e que essa determinação pode estar enraizada em elementos inconscientes que influenciam o sujeito. Por sua vez, a afirmação de Althusser de que a linguagem e o inconsciente são a condição do homem, revela a importância da dimensão simbólica na constituição do sujeito, bem como a relevância da linguagem (inconsciente) como força subjacente ao tensionamento discursivo à dimensão consciente, interferindo sobre a formação da

subjetividade e a produção de sentidos. No entanto, cabe lembrar que a Sociologia critica a perspectiva estruturalista, argumentando que o sujeito não é apenas moldado por estruturas, ele tem agência e consciência de suas ações e ideologias intervindo sobre a estruturação dos laços sociais.

Disso, se faz interessante notar que, ao *Ler o Capital*, Althusser *et al.* observam que, podemos “pensar não a multiplicidade dos centros, mas a ausência radical de centro. As práticas específicas que se articulam, na estrutura social, são determinadas pelas relações de sua combinação, antes de determinar por sua vez as formas da individualidade histórica, que lhe são estritamente relativas.” (ALTHUSSER *et al.*, 1975/1980, p. 213-214).

Desse modo, o processo de assujeitamento-interpelação ocorre na medida em que as práticas específicas, determinadas pelas relações sociais, moldam e constroem as formas da individualidade histórica. O sujeito se submete a elas e se constitui ativamente, ciente de sua posição dentro de uma formação discursivo-ideológica. Contrariamente à ideia de que o discurso traz elementos significantes de um discurso inconsciente ao qual o sujeito não tem acesso, é essencial reconhecer que as práticas discursivas são permeadas tanto por elementos ideológicos quanto por elementos conscientes que influenciam primordialmente na produção e interpretação dos sentidos. A tomada de partido, ou melhor, a tomada de posição, é um ato deliberado, reflexivo e informado<sup>14</sup>.

Por conseguinte, os próximos Capítulos deste trabalho terão como objetivo apresentar as orientações e definições teóricas sobre a relação entre sujeito, ideologia e discurso. Mas, ao mesmo tempo, praticar a observação-descrição-interpretação dos discursos negacionistas presentes na reunião escolhida para análise, discutindo como esses elementos funcionam, sua articulação e como influenciam a produção e a interpretação da realidade.

Dito isto, este trabalho busca ainda navegar na exploração do tesouro da significação, considerando que tais relações encontram-se inscritas como processos discursivos através de efeitos de (mascaramento de) identificação-subjetivação à um “trabalho sócio-histórico (dinâmico) de *sustentação de posições* pelos sujeitos enunciadore” (FONSECA, 2011, p. 1). Daí

---

<sup>14</sup> O estruturalismo, com sua ênfase nas estruturas subjacentes, forneceu uma base sólida para a análise discursiva. Deste modo, as críticas a essa abordagem levaram ao desenvolvimento do pós-estruturalismo, que reconhece a complexidade e a fluidez dos significados e das identidades.

Pode-se designar pelo termo de *processo discursivo* 'o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc., funcionando entre elementos lingüísticos' (Pêcheux, 1975, p. 146) que aparece como a matriz de constituição do sentido para um sujeito falante no interior de uma FD [Formação discursiva] (COURTINE, 1981/2009, p. 73, colchete nosso)

Logo, "posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação" (HAROCHE *et al.*, 1971, p. 102 *apud* COURTINE, 1981/2009, p. 71). Estas posições refletem um trabalho sócio-histórico dinâmico, que envolve tanto a sustentação de posições quanto movimentos de deslocamento no campo do dizível, cujo movimento aponta para a ideia de que, além da conexão com redes de memória, existe um investimento histórico-subjetivo, uma militância e um engajamento em prol do sentido dessa identificação (FONSECA, 2011, p. 1). Os espaços discursivos e as fronteiras do conhecimento mais do sustentam essas posições, elas possibilitam as transformações no que é considerado dizível. Isso sugere que, além da influência das memórias coletivas, há também um engajamento pessoal e histórico-político. Tal engajamento destaca a intrincada interação na construção de significados de (f)atores no discurso político:

Esse trabalho, 'mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes' (PÊCHEUX [1983] 1997: 56) [...] capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos 'mundos normais' (FONSECA, 2011, p. 1)

Nas palavras de Pêcheux (1983/2006), isso "supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados." (p. 57). Trata-se, então, de atravessar o "contato entre o ideológico e o lingüístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia" (COURTINE, 1982/2016, p. 14). Pois o "discurso para o analista de discurso é um objeto histórico cuja materialidade específica é lingüística. E aí reencontramos a relação complexa entre o lingüístico e o discursivo, entre a língua e o discurso, entre a Lingüística e a Análise de Discurso." (ORLANDI, 1994, p. 295-296). Em outras palavras, este contato mostra que "o sentido tem uma direção historicamente

determinada em um imaginário social que é político" (ORLANDI, 1994, p. 296), o que nos leva a considerar que a prática de ideias, conceitos e representações que circulam na sociedade, mostra que a linguagem é também uma *ferramenta política* que reflete e molda as relações de forças e poder, sustentando o deslocar de sua formação.

Courtine (1982/2016) nos mostra que através do trabalho com os elementos críticos é possível identificar algumas etapas a serem seguidas para a análise de discursos e processos discursivos em formação, na série prática de seus efeitos em mutação, ou seja, o "exame crítico das noções e procedimentos que constituem a aparelhagem conceitual e metodológica" (p. 19) permite elaborar "uma reflexão que questiona as condições de possibilidade de uma AD" (p. 19), conquanto, numa "redefinição teórica [...] construindo procedimentos que tornam operativas as redefinições examinadas" (p. 19). Para isso,

Tal abordagem se ancora essencialmente sobre as seguintes zonas do trabalho em AD: (1) A noção de condições de produção do discurso e as operações de constituição de um *corpus* discursivo. (2) A seleção de palavras-chave ou palavras-pivô fundamentais na definição de entradas de um tratamento. (3) Uma conceituação da relação enunciado/enunciação em AD. (COURTINE, 1982/2016, p. 19)

Daí resulta, para Courtine (1982/2016), que, numa conjuntura social específica, a "noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção" (p. 20): a sequência discursiva se refere a uma série de enunciados que estão interconectados por meio de uma lógica interna e que apresentam uma unidade temática e estrutural.

As condições de produção são conjuntos de práticas que estão relacionadas entre si e que formam um *sentido completo e complexo* dentro de um *espaço-tempo-ação* específico. A sequência discursiva se vê assim identificada através da análise das relações dessas condições significantes/significa-ativas entre os enunciados e as atividades dos sujeitos, dos elementos linguístico-discursivos significados que os conectam e do funcionamento que desempenham na significação em relação a si mesma, do discurso como um todo na série de seus efeitos sobre a história.

Partindo dessas considerações, Courtine (1981/2009) observa que as condições de produção do discurso "funda, assim, os procedimentos de constituição de *corpus* discursivos (conjunto de sequências discursivas dominadas por um

determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso)” (p. 20); donde podemos designar “por diversos meios [...] um conjunto de termos que se comportam como lista de entradas de um tratamento, a partir do qual serão feitos vários tipos de cálculos ou de manipulações”; o que permite avançar em trabalho de relação enunciado/enunciação, isto é, numa *concepção especificamente discursiva*, “como Foucault (1969: 111) nos convida a fazer ao nos lembrar que o enunciado não é nem uma frase, nem uma proposição lógica... nem, acrescenta-se a mais, um ato de linguagem” (p. 22); para Courtine, trata-se, pois, de “retirar a enunciação de uma problemática centrada sobre o sujeito e suas operações para tentar pensar, por meio da descrição de posições de sujeito [...] em uma FD, o processo de assujeitamento, pelo qual um indivíduo é constituído em sujeito de seu discurso” (p. 22).

Por isso, Courtine trabalha a afirmação de Foucault sobre a singularidade da enunciação, ressaltando a importância do contexto histórico e social em que o discurso é produzido. Nas palavras de Courtine,

Foucault coloca a relação assim: podemos falar do enunciado em si, ou de suas várias enunciações distintas. ‘A enunciação é um evento que não se repete. Ela tem uma singularidade situada e datada de modo que não podemos reduzir.’ (Foucault, 1969: 134). O enunciado, por oposição, está ligado à noção de *repetição*. Se neutralizarmos a enunciação, seu tempo e seu lugar, o sujeito que a realiza e as operações que o sujeito usa, ‘são o que se destaca, é uma forma que é *indefinidamente repetível* e pode dar lugar para as enunciações mais dispersas’ (COURTINE, 1982/2016, p. 21)

Sendo cada enunciação um evento único, situado e datado, não podendo ser reduzida a uma simples repetição dos enunciados, reforça a ideia de que o sentido não é fixo e imutável, mas está em constante transformação (estabilizadora ou não), dependendo das condições em que é (re)produzido e recebido.

Essencialmente, tal “determinação também implica a construção dos meios de análise lingüística e discursiva e supõe uma reflexão sobre o que trabalha na e sob a gramática, à margem discursiva da língua” (PÊCHEUX *in* COURTINE, 1981/2009, p. 25), portanto, a título de justificativa metodológica deste trabalho, este Capítulo introdutório avança observações que concorrem no desenvolvimento do que aqui pode ser compreendido como “índices de um deslizamento nas formas de articulação entre espaço de experiências e horizonte de expectativas no campo do pensamento

e da ação política” (RABOTNIKOF, 2017, p.35), em tempos de neoliberalismo, pandemia e negacionismo em reunião.

Neste ponto, é interessante observar que Fonseca (2011, p. 4) nota a existência/resistência em

um terceiro elemento entre a investigação do sistema significante material (que desliza) e dos posicionamentos/identificações imaginárias e ideológicas (que capturam). Entre o sistema/base significante e os efeitos de significação estão os sujeitos em suas práticas linguageiras, em sua *práxis*, cuja consideração traz para a análise o acontecimento e o trabalho social de enunciação, que tendeu a ser tomado em abordagem heterogênea e secundária (GUILHAUMOU & MALDIDIER, [1986] 1989, p. 62-63). A partir de 1977, porém, ‘a enunciação reaparecia sob a categoria da contradição que seria designada, de forma mais descritiva, de heterogeneidade e, sob outra categoria, a do acontecimento’.

Com efeito, buscaremos ao longo deste trabalho, na travessia de nossas reflexões em meio à análise, investigar processos e efeitos “característicos de uma formação discursiva que devem dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso (aí incluída a língua) e as condições em que ele é produzido” (ORLANDI, 1994, p. 298). Orlandi (1994) mostra que para analisar os discursos e seus processos discursivos em matérias de significação, não basta “pensar em conteúdos ideológicos, mas em funcionamento, em modo de produção de sentidos (e de sujeitos)” (p. 299); como a autora diz, “quando fazemos intervir a noção de discurso, resulta a compreensão de que a língua funciona ideologicamente. E esse funcionamento faz parte da própria natureza da relação da língua com o mundo” (p. 299).

Isso nos leva a reflexão sobre a enunciação como uma prática social e sua relação com a categoria de heterogeneidade veicular e acontecimento singular, o que implica reconhecer que a produção de sentidos é um processo que ocorre em um contexto discursivo, histórico, linguístico, político, cultural e social específico, e que os enunciados são sempre marcados por contradições e tensões heterogêneas veiculares próprias desse contexto de realização, cujo efeito é o trabalho social de enunciação. Por isso, a noção de acontecimento destaca a singularidade e a contingência dos discursos, enquanto a heterogeneidade destaca a natureza de sua dinâmica opacidade veicular, na multiplicidade, o que ressalta a importância das particularidades sujeitas à cada situação discursiva.

Conseqüentemente, podemos pensar que, como observa Carvalho,

Levando-se em conta esses recortes, o discurso não pode ser equivalente ao uso individual da língua, pois ele deixa exposto, de forma incontornável, as sobredeterminações de toda fala individual, salientando marcas e invariantes que justificam pensar o discurso em função desse contexto de realização. O uso individual da fala se vê, assim, atravessado e limitado pelo fato do discurso, pois o ato de tomar a palavra pressupõe, nele mesmo, a margem do discurso na qual esta palavra se insere, se restringe, se interdita e se torna heterogênea ao falante. Este, por sua vez, se transporta sem cessar ao ouvinte para selecionar e combinar seus termos, [...] dele recebendo sua própria mensagem, que lhe retorna assim de forma a assegurar essa margem graças aos procedimentos externos e internos de controle que submetem a fala e as contingências da enunciação à *ordem do discurso* (FOUCAULT 1970/1996, p. 21). O discurso, assim, determina o falante, mas não da mesma forma que a *língua*, que o faz por uma restrição gramatical, e sim, por uma restrição inerente ao campo da enunciação que determina 'o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada' (CARVALHO, 2008, p 16-17)

Diante disso, lembramos que Courtine ressalta que tais determinações podem ser lugar de *confusão*, quiçá lugar de inversão do imaginário do real histórico. O autor destaca que,

Tudo isso não é isento de consequências quanto à confecção de *corpus* discursivos: as FDs identificadas sobre esta base são conjuntos de discurso *sem memória* no sentido do já-dito, e principalmente de elementos *pré-construídos* (HENRY, 1975; PÉCHEUX, 1975), de que a produção de uma sequência discursiva por um sujeito enunciador se sustenta [...] Os discursos sem memória e, nós assinalamos acima, ao abrigo da contradição, no sentido de que uma única FD - ou, na melhor das hipóteses, duas FDs, projetadas como dois universos paralelos e justapostos de discurso - se encontram representadas no *corpus*. (COURTINE, 1982/2016, p. 20)

Por exemplo: *formação democrática / antidemocrática e social / antissocial*. Ora, isso exalta a importância do discurso na limitação e determinação da força do poder dizer pelo sujeito, pois o discurso não é apenas uma sequência linear de palavras, mas um campo complexo que intenciona as sequências discursivas de produção material e social do que pode e deve ser praticado à partir da adesão do sujeito sob determinada formação discursivo-ideológica, a partir de uma determinada conjuntura, sendo essa restrição inerente ao discurso como um fator que influencia e limita a forma como o sujeito pode se expressar (ou calar) e se fazer ouvir (ou silenciar), e escutar.

O negacionismo se constitui, nesta perspectiva, por meio da negação de fatos e verdades cientificamente comprovadas, buscando impor uma narrativa que atenda aos interesses políticos e ideológicos de determinados grupos. Nesse sentido, o discurso do negacionismo limita a forma e determina a força como os sujeitos agem,

se expressam e pensam, para impor (autoritariamente) uma visão de mundo e uma conduta que se integra à subversão dos efeitos da realidade social.

Por outro lado, uma formação social democrática implica a possibilidade de um discurso plural e aberto, que permite a expressão de diferentes perspectivas e a construção de uma visão coletiva baseada na dialética e no diálogo. As formações sociais democráticas pressupõem a *liberdade de expressão*, o que supõe a possibilidade de contestação e questionamento, aberto e transparente, das narrativas impostas pelo poder.

A reflexão sobre a relação entre discurso, negacionismo, práticas antidemocráticas e antissociais e formações democráticas é fundamental para compreendermos como as formas de produção materiais e sociais próprias a constituição da linguagem e da comunicação influenciam a reprodução-transformação da luta de classes, da subjetivação dos sujeitos e dos sentidos encarnados frente ao simbólico das forças sociais.

Vejamos que Courtine (1981/2009, p. 83) mostra que é essencial

estabelecer a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade no interior das FD, [o que] equivale a fazer de sua *unidade dividida* 'a própria lei de sua existência' ([FOUCAULT, 1969], p. 197), o que Foucault explica assim: 'Se há unidade, ela *não está absolutamente na coerência visível e horizontal dos elementos formados*, ela reside bem aquém, no sistema que torna possível sua formação' (op. cit., p. 95)

Podemos relacionar, então, a reflexão da subjetivação simbólica sobre a contradição subordinada da significação entre unidade e diversidade no interior das formações discursivas com o discurso negacionista da reunião analisada, onde esse discurso se sustenta em práticas sociais que, como veremos, são marcadas por uma forte heterogeneidade veicular e contradição, que constitui o contexto de sua realização, entre a narrativa negacionista, antissocial e antidemocrática e a narrativa histórica e científica, democrática e social.

A unidade dessa formação discursiva está justamente na significação lógico-simbólica de uma narrativa alternativa (discurso negacionista) que se apoia em elementos *pré-construídos* e *esquecimentos seletivos*. De fato, podemos compreender a formação discursiva negacionista como uma unidade dividida, cuja coerência aparente está baseada na reconfiguração de elementos que vão aquém da



superfície ideológica “dos mundos normais”, ou lembrando a idealização ideológico-estrutural de designações sobre um futuro pós-pandemia como um “novo normal”.

Tais princípios delimitam o espaço-tempo-ação das questões que aqui são investidas para a construção de um corpus discursivo, tendo em vista que, como mostra Fonseca (2011, p. 6), se,

além da investigação das condições objetivas que conformam as classes (em-si) ou as formas concretas de assujeitamento em uma formação social, pesquisarmos a dinâmica dos seus conflitos, poderemos perceber como os modos de subjetivação e a luta de classes determinam as próprias formas de uma dominância, de modo a perceber também como se passa de uma ordem de relações a outra; ou seja, compreendendo tanto a dinâmica da reprodução quanto a da transformação numa determinada formação social, assegurando ‘um pensamento não apenas do que é, mas do que surge’

E, da significação à subjetivação frente a condição neoliberal como razão capital, vemos que, para Verbicaro (2020),

O que a pandemia tem demonstrado é que a globalização, com seus desdobramentos na intensificação do intercâmbio cultural, na integração dos mercados em escala planetária, com seu intenso fluxo de mercadorias, informação e capital humano, parece agora [...] insustentável na ausência de uma infraestrutura social de [Proteção] pública, o que passa pela implementação de políticas sociais e pela construção de um projeto político, econômico e social que ressignifique a regra de ouro da ideologia contemporânea do ‘eu primeiro’ (p. 3, colchete nosso)

Aí cabe retomar que, para Orlandi (1994), a "análise de uma seqüência lingüística do ponto de vista de sua estruturação em língua faz dela um enunciado, um texto; um estudo das condições de produção desse texto faz dele um discurso (Guespin, 1976). Eis toda a diferença" (p. 295).

Desse modo, podemos argumentar que “o que veio antes não responde a tudo o que aqui se promove de questões para o novato” (LACAN, 1966/1998, p. 598), e, assim sendo, é preciso reunir os problemas que atualmente se agitam em torno da direção da análise, o que permite que essa atualização movimente a mutação de seu uso presente, pois como expôs Courtine (1981/2009), “o discurso é pensado como uma relação, uma correspondência entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto” (p. 30).

Ora,

Em dois anos na luta contra o vírus, lançamos toda a expectativa em políticas de contenção e na criação de uma vacina, que, em tempo exíguo, foi possível graças à Ciência e a toda pesquisa já construída anteriormente no âmbito sanitário e de saúde pública. Com as vacinas foi possível, em poucos meses, que milhões de pessoas em dezenas de países tivessem recebido alguma dose contra a Covid-19. Todavia, vimos que não bastavam vacinas disponíveis; dependíamos de políticas públicas que garantissem a imunização da população mundial, e não só. Vem sendo necessário lutar também contra o negacionismo que, como saída política de não enfrentamento à Covid, disseminou tratamentos precoces sem comprovação científica, além de levantar suspeita junto à população sobre a eficácia das vacinas autorizadas por órgãos competentes. Este cenário coloca-nos diante de contradições importantes [...] Mesmo a Ciência sendo um espaço legitimado e positivado em torno de um discurso de verdade, isso não a isola das implicações econômicas, políticas, históricas e ideológicas. Há a produção do conhecimento, mas há também a institucionalização e a gestão do conhecimento, podendo, conforme Orlandi (2017, p. 177), esta última se sobrepor à produção, ‘com todas as consequências que isso traz para o trabalho científico’. (SIEBERT, DALTOÉ, 2021, p. 179-180)<sup>15</sup>

Dito de outra forma, pavimentamos a análise das ‘determinações propriamente históricas do discurso’ negacionista em reunião, observando *especificidades* do “estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe” (COURTINE, 1981/2009, p. 51-52): *princípio teórico de intervenção no real histórico, mas também objeto de análise; repetimos, "porque são tomados em uma relação de desigualdade que reproduz continuamente suas condições de existência em consequência dessa própria contradição.”* (ALTHUSSER, 1975, p. 148 *apud* COURTINE, 1981/2009, p. 35).

Não é pouca, portanto, a contribuição da AD quando questiona as determinações que afetam todo dizer; desse modo, expõe todo discurso em suas contradições, em sua natureza heterogênea, em sua dependência ao sujeito falante e à memória e à história que o afetam. (SIEBERT, DALTOÉ, 2021, p. 182).

Partindo dessas considerações, será possível observar que a “pandemia de Covid-19 intensificou uma tendência já observada no debate público de interpretação dos movimentos de extrema-direita que ascenderam ao poder na última década sob o signo de sua relação com a *verdade*” (DUARTE, BENETTI, 2022, p. 103), isto ao

---

<sup>15</sup> A ciência, em sua busca pela verdade, deve ser protegida de influências externas que buscam subvertê-la para fins ideológicos ou políticos. Isso requer uma compreensão clara dos valores e princípios que sustentam a prática científica, bem como uma vigilância constante contra tentativas de manipulação.

modo de subjetivação interpelada numa “ordem do tempo desorientada, entre dois abismos: de um lado um passado que não foi abolido e esquecido, mas que não orienta o presente e nem permite imaginar o futuro; de outro, um futuro sem uma imagem/figura antecipada.” (KAYSER, 2019, p. 4).

Não obstante, Cesarino nos mostra que,

É sintomático da transversalidade da atual crise que Phillip Mirowski (2019) note um movimento semelhante, ao que Brown descreve para a mobilização neoconservadora dos ‘valores’, da mobilização neoliberal dos ‘fatos’. À medida que a ciência passa a se orientar pela lógica do ‘mercado de ideias’, a ‘verdade se desvencilha da argumentação’ (p. 9) e se torna cada vez mais performativa. Com efeito, o modo como o estado de crise permanente desloca valores de uma base sociotécnica coerente e institui a busca por um acesso não mediado às fontes autênticas da ‘verdade’ ecoa as formulações clássicas de Thomas Kuhn ([1962] 2017) sobre o que ocorre com fatos em contextos de crise de paradigma. Os efeitos desse estado liminar parecem reverberar a dinâmica sistêmica que na antropologia se convencionou chamar de ‘involução’: um estado contraditório de aumento intensivo da complexidade interna de um sistema apenas pela repetição de padrões formais, sem a produção de mudança ou criatividade reais (CESARINO, 2021a, p. 8).

No contexto da reunião entre negacionismo e pandemia, o discurso político é usado como uma ferramenta para estruturar novos efeitos sobre as significações ao disseminar ideologias que expressam a ordem simbólica neoconservadora dos valores e neoliberal dos fatos. Assim, o discurso político é capaz de construir uma narrativa alternativa e reforçar essas ideologias, acionando estratégias e táticas linguístico-históricas que operam, na subjetivação, a distorção ou negação de fatos e evidências científicas. Por isso, é importante analisar criticamente o discurso político, especialmente quando este é utilizado para disseminar ideias desvirtuadas e deturpadas do valor científico e da democracia política. Pois, afinal, “a linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender a práxis simbólica.” (ORLANDI, 2001, p. 95).

Como diz Fonseca,

através das ideologias incidem sobre as nossas práticas tanto as pressões reprodutivas quanto as de transformação, tanto o apagamento imaginário das condições reais de existência quanto o desejo de eliminação destas condições, de dissolução deste lugar previamente ocupado e administrado [...] As ideologias, nessa perspectiva, representariam as pressões da história sobre a *práxis*, a forma como somos arremessados e nos arremessamos em nosso tempo - nunca apenas para perpetuá-lo. Em busca de uma noção propriamente discursiva da *práxis*, mobilizamos o que Jacques Rancière

([1995]: 47) chama de *modos de subjetivação*: ‘produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com uma reconfiguração do campo de experiência’. A subjetivação é assim sempre da ordem do acontecimento e do político, da divisão de dois mundos em um” (FONSECA, 2011, p. 3).

Desta feita, podemos pensar que o “neoliberalismo contemporâneo seria, nesse sentido, fundamentalmente antimoderno, o que se manifesta em sua convergência com forças de direita de viés autoritário em muitos países” (CESARINO, 2021b, p. 75), em que o Brasil da reunião simboliza emblematicamente este acontecimento.

Diante disso, dedicamos nossa investigação a análises destas dinâmicas (discursivas) negacionistas desde a historicidade significativa do “conteúdo substantivo para a estruturação sistêmica, ou para a matriz de relações que o informa - ou seja, que lhe dá forma” (CESARINO, 2022, p. 163). E, neste momento, a *Democracia e A Ciência Resistem*, no que permite prosseguir o “trabalho com o sentido, colocando-o em dependência das forças produtivas e relações de produção que determinam as sociedades humanas com a luta de classe[s] que lhe corresponde” (SIEBERT, DALTOÉ, 2021, p. 182, colchete nosso).

Pêcheux (1988, p. 73) nos leva a questionar os espaços discursivos logicamente estabilizados usados pelo poder, funcionando como ‘técnicas de gestão social dos indivíduos’ (2006, p. 30) por Estados e Instituições. São técnicas que tentam nos governar ao modo de uma ciência exata: ‘ninguém pode ignorar a lei’ – ‘porque esse real é impiedoso’, (2006, p. 35), negando a todos o poder de questionar, de interpretar e, trazendo para o contexto da Pandemia, de pensar que há outras possibilidades de saída para a população que não seja ter de escolher entre a economia e a morte. (SIEBERT, DALTOÉ, 2021, p. 182-183).

Verbicaro, por sua vez, lembra que se trata precisamente de uma

política de austeridade fiscal, que acena à inevitabilidade do sacrifício e à hegemonia da esfera financeira sobre as várias dimensões da vida, projetada para financiar cortes de impostos, de benefícios sociais e de direitos [...] Em tempos de pandemia, os arautos da racionalidade econômica dos mercados têm defendido que ‘pior que o medo da epidemia deve ser o medo do desemprego’, afinal ‘o engenho não pode parar’, ainda que custe a vida de milhares de indivíduos. A vida humana é instrumentalizada pelo mercado, minimizada e vista como o suprimento ‘descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare’. Trata-se, segundo Safatle, de um necroestado nacional ou, em referência a Paul Virilio, de um Estado suicidário, como aquele que flerta com a sua própria destruição, constituindo essa realidade como um **novo estágio nos modelos de gestão do neoliberalismo** (VERBICARO, 2020, p. 3-4, grifo nosso).

Verbicaro (2020) percebe, ao longo da pandemia, a significação dessa subjetivação no acirramento simbólico de “formas autoritárias de neoliberalismo econômico, gerando desengajamento dos processos políticos, com a desmobilização e desarticulação da esfera política de participação, representatividade, legitimidade e declínio da política frente ao capital” (p. 2), conduzindo à “ascensão de uma política antidemocrática, com repúdio ao social, o que deixou a população exposta e mal preparada para enfrentar uma crise sanitária tão complexa na escala da pandemia do coronavírus” (p. 2)<sup>16</sup>.

Podemos notar, enfim, que o “neoliberalismo é percebido, desta forma, como uma manifestação hegemônica e com esta condição, promoveu alterações sociais em diversos níveis e alcances variados” (KAYSER, 2019, p. 3), o que indica que estamos “assistindo a emergência de um novo projeto hegemônico, o do discurso liberal conservador, que intenta articular a defesa neoliberal da economia de livre mercado com o tradicionalismo cultural e social profundamente anti-igualitário e autoritário do conservadorismo.” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.290 *apud* KAYSER, 2019, p. 3).

Portanto, “nesse sentido, não se governa um povo. Regula-se o fluxo de populações, fazendo viver quando se agrega riqueza e capital ao país; e deixando morrer pela improdutividade ou pouca capacidade de consumo [...] Trata-se da fabricação de um número crescente de ‘subcidadãos’ e ‘não cidadãos’” (VERBICARO, 2020, p. 6). Ou como observado anteriormente, podemos entender cidadãos como vidas que valem mais, subcidadãos como vidas que valem menos e não cidadãos como vidas a eliminar, dado que nada valem, *logo atrapalham*.

Para Courtine (1981/2009, p. 53), citando Bachman *et al.*,

‘Se considerarmos que todo discurso, e a *fortiori* todo discurso político, assume uma função essencialmente pragmática, que é meio de ação, o que atrai nossa atenção são seus procedimentos de produção na interação, suas finalidades, suas estratégias em função da situação dos interlocutores, das

---

<sup>16</sup> Como Cesarino (2021a) observa, a “crise financeira de 2008, que também marca o desenlace do processo de plataformação da internet, parece ter acelerado essa confluência, dando vazão dialética a derivas ‘iliberais’ em muitas democracias pelo mundo. O Brasil de Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19 parece encapsular, talvez como nenhum outro lugar, a culminação dessa encruzilhada histórica [...] No atual contexto neoliberal, em que o que era exceção - a crise - vira regra, essa disjunção, que parecia paradoxal do ponto de vista da temporalidade linear do progresso, parece encontrar uma estranha contemporaneidade.” (p.2). Continuando, ela nota ainda que, em “meados dos anos 2000, antropólogos como Jane Guyer (2007) e Jean e John Comaroff (2000, 2004) sugeriram que as temporalidades não lineares do neoliberalismo - marcadas por uma ‘ferradura’ que une o imediatismo da experiência e dos eventos, por um lado, e futuros inescrutáveis e intangíveis, por outro - vinham propiciando o afloramento de processos sociais estranhos à normatividade da modernidade liberal.” (p. 2).

forças políticas presentes e dos objetivos que persegue ([BACHMANN, DURO-COURDESSES & LE GUENNEC, 1977], p. 80).’ Caberá, portanto, à AD identificar os protagonistas decompondo os ‘movimentos’, mostrando os ‘alvos’ e determinando a ‘estratégia’ (op. cit., p. 88) de cada um deles.

Isto é, analisando as posições estratégicas assumidas pelos diferentes sujeitos em sua *práxis* na relação aos temas abordados, mostrando os alvos dos discursos, os objetos sobre os quais recaem operações táticas discursivas, e determinando os mecanismos e dispositivos estrategicamente acionados pelos sujeitos para influenciar o discurso público e concretizar seus objetivos políticos e ideológicos. Esta análise permite compreender como os discursos políticos são constituídos histórica e linguisticamente pelos diversos (f)atores sociais para manifestar seus interesses e posições ideológicas.

Enfim, podemos notar que,

Trata-se de uma nova subjetivação imposta pelo neoliberalismo. A governamentalidade empresarial que prevalece no plano da ação do Estado (Estado-empresa) espraia-se para a ideia de indivíduos empreendedores de si (sujeito-empresa), sem garantias e estabilidade. A empresa passa a constituir-se em modelo de subjetivação; ‘cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar’ [DARDOT, LAVAL, 2016]. A partir dessas características, nota-se a extensão da racionalidade mercantil e gerencial a todas as esferas da existência humana, fazendo da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo que acena ao esgotamento da ideia de democracia como norma política, ao subverter a concepção de cidadania ligada à proteção social como consequência lógica da democracia política. Não se trata de um simples desencantamento democrático passageiro, mas de uma mudança radical e de uma dessimbolização que afeta o modo de fazer política. (VERBICARO, 2020, p. 6)

Desta forma, aprofundaremos a pré-análise concomitantemente com as orientações teóricas, no Capítulo 1 e 2, para que possamos compreender as implicações desses fenômenos e como eles moldam e são moldados pelas condições de produção. A análise da reunião ministerial, no Capítulo 2, fornece um espaço-tempo-ação discursivo específico para entender os processos de reprodução e transformação sob a interação entre esses sujeitos e discursos e suas consequências sobre o desenvolvimento da luta de classes. O capítulo 3 traça então as (in)conclusões mais amplas de nossa análise, destacando os principais pontos discutidos e identificando possíveis caminhos para pesquisas futuras.

Ao mesmo tempo, consideramos as limitações de nossa abordagem e as possíveis lacunas em nosso entendimento. Ao finalizar nossa investigação, esperamos contribuir para uma maior compreensão das *práxis* antissociais e

antidemocráticas, dos acontecimentos e dos efeitos do trabalho social de enunciação (em tempos neoliberais de negacionismo e pandemia em reunião), bem como para o debate político, acadêmico e público em torno dessas questões.

Por fim, antes de seguirmos para o próximo capítulo, salientamos que,

Com relação a essas novas técnicas de comunicação, lembremos o que descreve o eminente filólogo Victor Klemperer (1881-1960) em seu importante livro *LTI, a linguagem do Terceiro Reich* (2009). A sua tese é a de que o nazismo se consolidou quando dominou a linguagem, quando novos termos, palavras adaptadas, mudaram de sentido e ênfase e passaram a emitir mensagens de interesse político do partido [...] quem controla as formas como o povo se expressa, também controla o seu pensamento. Como destaca Miriam Bettina Paulina Oelsner, responsável pela tradução brasileira, apresentação e notas de *LTI* (Klemperer, 2009, p. 17): 'Por meio de um estudo minucioso e metódico, Klemperer demonstra como o sentido dos conceitos foi sendo abandonado, de modo a empobrecê-los de propósito: o significado das palavras foi desvirtuado; o preparo físico foi valorizado em detrimento da capacidade intelectual; a camada social culta e instruída foi desvalorizada, estimulando o desinteresse cultural; o significado da palavra filosofia foi esvaziado por causa do perigo que o exercício do livre-pensar poderia suscitar. Ele estuda também a repetição sistemática de mentiras condicionadas aos interesses do regime. Explica como, a partir de um processo duplo de sedução e terror, os nazistas transformaram graves anomalias em normalidade, induzindo a sociedade a aceitar tudo como 'natural'. (CARUSO, MARQUES, 2021, p. 7)

Cabe dizer que isso aponta para o exercício de mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos como formas materiais de operação dos sujeitos sobre a manipulação e o controle de (re)produção social através da linguagem. Ao abandonar o sentido dos conceitos e desvirtuar o significado das palavras, cria-se uma narrativa distorcida da realidade que atende aos interesses do regime, e aí lembramos, por exemplo, o que supõe os múltiplos significados de “petralha”, ou “esquerdalha”, que, por significarem em diferentes posições e regiões ideológicas, fatos do discurso, não podem ser sinônimos de “cozinha”, ou “patriota”, devido às singularidades das suas condições de produção específicas, fatos da história, no efeito simbólico de subjetivação do processo de significação.

Além disso, ao valorizar o preparo físico em detrimento da capacidade intelectual e desvalorizar a camada social culta e instruída, o regime cria uma sociedade mais facilmente manipulável, isso porque a repetição sistemática de mentiras e a transformação de graves anomalias em projeto de normalidade, através de um *processo duplo de sedução ao medo pelo terror*, ajudam a consolidar essa narrativa distorcida e a fazer com que a sociedade aceite tudo como "natural", ou como vimos durante a pandemia, na instabilidade de designações que buscavam

estabelecer a narrativa factual sob a atualização estruturante do acontecimento como um “novo normal”.



## 1 Orientações teóricas para entradas de um tratamento discursivo

Para realizar a análise dos processos e efeitos discursivos que sustentam o funcionamento do objeto discursivo *negacionismo na reunião ministerial*, é importante seguir, através das articulações introdutórias elencadas no Capítulo Zero, o atravessamento das superfícies discursivas.

Posto isto, investimos mediante o movimento pendular observação-descrição-interpretação, apoiando-nos numa metodologia que envolva o uso de conceitos teóricos relacionados à Análise do Discurso (AD) estabelecida por Michel Pêcheux, por isso, centramos este Capítulo 1 em desenvolvimento de algumas orientações e noções filosóficas, teóricas e analíticas que miram os *processos em significação do assujeitamento-interpelação aos efeitos da subjetivação nas práticas sociais*.

Neste sentido, é necessário observar, descrever e interpretar as superfícies discursivas através de um batimento pendular que nos levará a compreender a complexidade do funcionamento de seus processos na série de seus efeitos, que constituem as formas simbólico-materiais da significação neste objeto discursivo.

A partir das perspectivas de Lacan e Pêcheux, reconhecemos que o sujeito é moldado através do processo de assujeitamento-interpelação. Isso significa que o sujeito é convidado a identificar-se em um contexto histórico-social específico. Esta produção discursiva posiciona o sujeito em uma determinada (des)identificação simbólica, influenciada pela linguagem e pelas ideologias manifestas nos discursos. No entanto, é importante notar que o sujeito não é apenas um produto passivo deste processo; ele é ativamente consciente e ideologicamente informado, escolhendo como e onde se posicionar: este processo de interação tensionado entre assujeitamento-interpelação o vincula a uma Ordem estabelecida, definindo sua identidade e papel como sujeito *dono de suas palavras*.

A partir da psicanálise, Lacan aborda o assujeitamento numa perspectiva psicológica da linguagem, cujo processo envolve a internalização de normas sociais e culturais pela identificação com o Outro simbólico. O Outro (“*o discurso do inconsciente*”, como define Lacan) é constituído pela linguagem, pelas normas e valores da sociedade, pelos sistemas simbólicos e pelos modos de percepção e representação que permeiam as relações humanas.

Por outro lado, Pêcheux, como filósofo e analista do discurso, estende o assujeitamento a um processo discursivo da significação sob as relações sociais, dos

modos de produção e das forças produtivas, em que a interpelação acontece através das ideologias materializadas em linguagem que, por sua vez, (re)produz no discurso a subjetivação dos sentidos dessas relações de forças e poder e, por isso, de conflito interativo com outros discursos, isto é, em relação aos outros-Outro.

Podemos dizer que, para Pêcheux, a língua é o lugar onde se realiza a constituição do sujeito, num processo em que o indivíduo é convocado a se reconhecer assujeitado-interpelado em uma posição ideológica, cuja adesão discursivo-ideológica assegura o que ele pode ou não pode fazer-dizer. Essa concepção tem como base a teoria do assujeitamento de Lacan, que afirma que o sujeito é constituído a partir do momento em que é reconhecido pelo Outro, ou seja, quando se vê como objeto do desejo do Outro. Dessa forma, o sujeito não é concebido como um indivíduo autônomo e independente, mas sim como uma construção discursiva, linguística, histórica e política que está em constante relação com o Outro: na significação atravessada pela dimensão simbólica, cultural e social que transcende o indivíduo.

Isso mostra que a captura à identificação subjetiva, pela qual os indivíduos se posicionem e se identifiquem com certas posições culturais, papéis ou categorias sociais faz com que os indivíduos reinterpretem e se readaptem a essas posições em relação às identificações subjetivas, ou seja, são assujeitados-interpelados em sujeitos ideológicos e convocados a compartilhar ou negar determinadas significações no sentido de ~motivações, valores e crenças. Desta maneira, os indivíduos se constituem como sujeitos divididos no processo de subjetivação: a subjetividade é, em parte, moldada pelas ideologias dominantes e pelos discursos outros-Outro que as sustentam e, ao mesmo tempo, as fazem deslocar.

É importante dizer que, embora Lacan e Pêcheux abordem esses conceitos de perspectivas distintas, eles destacam a relevância do processo de subjetivação. Ambos realçam a importância da identificação, da criação de significados e da simbolização na formação imaginária da ideologia, cuja construção histórica atravessa a subjetividade. Isso acontece mediante a interação dispositiva e ativa sobre as relações de interior (o que é interno ao sujeito) e exterior (o que é externo ao sujeito).

Daí resulta que o Outro é uma dimensão fundamental da psique humana que se refere a uma instância simbólica e social que transcende o indivíduo, visto como uma dimensão que tanto limita e estrutura a subjetividade quanto possibilita a sua existência e desenvolvimento. O Outro é, portanto, uma concepção complexa e

multifacetada que é central para a compreensão da subjetividade humana e da dinâmica das relações sociais. Por isso, Pêcheux nota que a constituição do sujeito está intrinsecamente ligada à dimensão do Outro, tal como proposta por Lacan, pois a linguagem é via primordial de constituição do sujeito, uma vez que é por meio dela que o sujeito se insere, se sustenta e se desloca na cultura e na sociedade entre relações de ideologia e poder.

Nesse sentido, a linguagem, *in natura*, desperta a relação da língua com a estrutura discursiva da história social em suas próprias estruturações práticas sobre o mundo, considerando então, no nosso caso, a relação entre assujeitamento e interpelação na significação (dos limites e fronteiras de saber) das subjetividades que aderem ao discurso negacionista na reunião ministerial.

Isso implica localizar os mecanismos linguísticos subordinados e dispositivos discursivos posicionados que são condicionados para assujeitar-interpelar os interlocutores e reconfigurar suas subjetividades, bem como as contradições internas aos discursos que permitem manipular a manutenção e disseminação de racionalidades. Daí, é possível analisar como o neoliberalismo-negacionismo assujeita-interpela os sujeitos envolvidos na reunião em tela, tensionado sob determinadas práticas e reforçando a disseminação e circulação de determinadas racionalidades *antissociais* e *antidemocráticas*.

Além disso, lembramos que a AD se desenvolveu na França, em meados do século XX, em um contexto de efervescência política e intelectual. A AD (estabelecida por Pêcheux primeiramente como Análise Automática do Discurso - AAD) surgiu na década de 1960, como uma resposta aos problemas encontrados pela linguística estruturalista e pela sociologia da linguagem na análise do discurso.

Ao enfatizar a importância do contexto de produção dos discursos, a AD abriu caminhos para compreensões mais críticas do discurso e precisas da linguagem e de seu papel na sociedade. A partir daí, desenvolveram-se diversas contribuições, como a de Courtine, Orlandi, Indursky, Authier-Revuz, entre outras, que alimentam a os estudos dos processos discursivo-ideológicos que o pensamento (significação), o homem (significante), o mundo (significado).

Como destacado por Pêcheux, o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas é produzido em condições específicas que influenciam a matéria de sua forma e conteúdo. Isto é, influenciam a composição dos temas, a seleção e escolha das palavras e construção das ideias e propósitos, o que leva a incluir a

análise das instituições e práticas sociais que moldam a produção do de sentidos, bem como as relações de poder que permeiam essas instituições e perfazem a força produtiva dessas relações de que necessitam para sua própria (re)produção.

Posto isto, é importante considerar as noções de formação discursiva, ideológica, imaginária e práticas discursivas. As formações discursivas (FDs) são conjuntos de discursos que apresentam regularidades e que são produzidos em determinadas condições de produção, pois são produzidas pelas ideologias presentes na sociedade e representam um conjunto de práticas significantes compartilhadas pelos sujeitos. As formações ideológicas (FIs) são conjuntos simbólicos de ideias e valores significados que circulam na sociedade e sustentam esses compartilhamentos, produzidos pelas formações discursivas. As práticas discursivas, por sua vez, referem-se às formas de significação, (re)produção e circulação dos discursos na sociedade, demonstrando as formações imaginárias, que destacam a importância das imagens e das representações mentais na constituição da subjetivação entre o discurso e a história, entre sujeito e sociedade, e por isso, do sentido significativo das relações sociais. Portanto, as formações discursivas são conjuntos de práticas sociais influenciadas pelas suas condições de produção específicas, representando (ou melhor, presentes mas transformadas) as formas específicas pelas quais a matéria das ideologias e dos imaginários se materializam no discurso.

Daí a importância de destacar a relação entre estrutura e acontecimento na AD. As estruturas discursivas, segundo Pêcheux, são constituídas por relações de antagonismo, aliança e contradição, o que permite a existência de diferentes formações discursivas e ideológicas nos discursos e na sociedade. Já os acontecimentos são momentos em que a estrutura é posta em movimento e, por isso mesmo, transformada pela atividade dos sujeitos, em estruturação, em relação aos enunciados veiculados em sua própria heterogeneidade constitutiva do encadeamento dos elementos linguísticos na subjetivação e a força produtiva que intervêm no real da produção de sentidos. Assim, os acontecimentos são os eventos que ocorrem em um determinado momento histórico e social, e que são responsáveis por produzir práticas específicas. É por meio do trabalho social entre estrutura e acontecimento que se dá a reprodução e a transformação da luta de classes e da história que lhe corresponde.

Desta forma, a noção de estrutura mostra que um discurso não é simplesmente uma soma de palavras, mas sim uma estrutura significativa aberta que se organiza em torno de acontecimentos significados que são produzidos pela relação simbólica entre as palavras e as formações discursivas e ideológicas que as empregam, na sua relação com o sentido histórico da significação.

Observamos que as memórias são importantes nesse processo porque são elas a condição dos sentidos produzidos em momentos passados e que podem ser mobilizados para produzir novos sentidos no presente. As atualidades são os sentidos (re)produzidos em constante mutação, nos gestos de interpretação influenciados pelas memórias significadas e estruturas discursivas significantes, na estruturação simbólica da própria prática em atualização. Pois estão ligadas à ideia de que um discurso é sempre produzido em relação a discursos anteriores, que deixam marcas na língua e sintomas nas formações discursivas e ideológicas, porque, como diz Orlandi, pratica sentidos, intervêm no real *pela* agência dos sujeitos sobre a significação dos efeitos de sentidos sobre sua própria produção material e social.

Os sentidos podem se estabilizar e se reproduzir por um longo período, mas também podem sofrer transformações e serem questionados ou subvertidos por meio de novas práticas que movimentam os limites das fronteiras de saber entre as formações ideológicas: ao entrar em contato com o discurso, o sujeito significativo mobiliza suas memórias significadas, que são acionadas, interseccionadas e transformadas pelas atualidades do momento presente em significação, da injunção a interpretar; nesse processo, as memórias se tornam atualizadas, ou seja, ganham *novos* sentidos a partir das condições significativas que as interpelam a funcionar e das fronteiras da subjetivação que as movimentam entre as barreiras e pontes do interpretar. Daí um discurso pode ser transformado por novas mobilizações simbólico-materiais que lhe confere novos sentidos, mas também pode ser reproduzido por meio da repetição e da estabilização de certos sentidos (mas que podem sempre ser outros).

Permeado por relações de poder, a força produtiva do discurso se manifesta na alteridade da expressão sob as escolhas linguísticas, nas formas de sustentação dos enunciados, nas estratégias de persuasão sob o trabalho social de enunciação, cujas relações de dominação e resistência, como diz Pêcheux, constituem conflitos desregulares de regularização que determinam, pela contradição-subordinação

inerente à desigualdade do uso da linguagem em sua relação com a história em significação, as condições de sua própria existência.

O conceito de conflitos regulares de desregularização, trabalhado por Pêcheux, refere-se à tensão que suportam as condições de existência entre a regularidade dos discursos produzidos e a desregularização inerente ao uso da língua em contextos sociais e históricos específicos. Segundo Pêcheux, os discursos são produzidos em condições determinadas, que são permeadas por relações contraditórias de poder e, por isso, subordinadas a conflitos de interesses. Desse modo, essas condições desiguais de Poder entre dominação/resistência geram tanto a regularidade dos discursos (re)produzidos dentro de determinadas formações discursivas e ideológicas, quanto a desregularização inerente à mobilização e à subversão da significação de memórias ressignificadas, em atualizações significantes específicas.

Por fim, relacionamos a noção de reprodução-transformação, para analisar como os discursos se relacionam entre si e como os efeitos de sentidos são (re)produzidos e transformados nesse processo: nos modos de agência significa-ativa dos sujeitos sobre as relações simbólico-materiais que comandam as forças produtivas e de que demandam essa própria condição de desigualdade-subordinação às racionalidades.

Com base nesses conceitos, é possível realizar uma análise crítica dos discursos produzidos em diferentes contextos e compreender as relações de forças e poder presentes na reunião, considerando as diferentes dimensões que se inter-relacionam na produção de sentidos e de sujeitos. Além disso, será possível identificar como as estruturas discursivas mobilizadas pelos sujeitos se organizam discursiva, linguística e historicamente para produzir determinados acontecimentos significados e atualizações significantes, materializando-os na série prática de suas contradições desiguais de subordinação em estruturação; a reprodução-transformação da luta de classes, que acontece pelo trabalho social de enunciação.

Nesse sentido, a AD pode identificar os protagonistas envolvidos nesta reunião ministerial, decompondo seus movimentos e mostrando seus alvos, além de determinar os mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos acionados para a constituição, formulação e circulação dos efeitos sentidos nos discursos negacionistas ali produzidos.

Posto isto, seguimos Courtine (1981/2009) rumo à nossa investigação através do “fechamento de um espaço discursivo” (p. 28), considerando, como mostra o autor, que “qualquer procedimento de Análise do discurso encontra na Lingüística seu campo de validação... e o risco correlato de reduzir o discurso à língua” (p. 29). E sendo o discurso *matéria de análise* em “uma correspondência entre língua e questões que surjam no exterior desta, no que diz respeito a todo discurso concreto” (p. 30) *como objeto teórico*, logo

Elas são pistas ([Ginzburg], 1980). Não são encontradas diretamente. Não são auto-evidentes. As evidências já são efeitos, matéria produzida. Para se atingir esses efeitos, é preciso teorizar. E a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. As marcas são construções com efeitos de caráter ideológico. (ORLANDI, 1994, p. 302-303, correção nossa)

Para tanto, é necessário desenvolver ainda uma série de delineamentos que nos permitem compreender as diferentes dimensões do discurso e suas implicações sobre o real (da língua, da história, do sujeito) em relação a si mesmo: a relação entre língua e questões externas é fundamental nesse processo, para identificar pistas que nos levam a compreender os sentidos dos efeitos ideológicos traçados na história pelas marcas discursivas.

Nessa perspectiva, realizaremos a análise de discursos negacionistas presentes na reunião em tela ao mesmo tempo em que delineamos os aprofundamentos teóricos, fundantes de nossa objeção; para compreender, como lembra Pêcheux, “o concreto com o qual lidamos e com o qual é preciso pensar: o real da interpretação. Quer dizer, as marcas linguísticas presentes no discurso são construções que constituem efeitos de caráter ideológico, e para se atingir esses efeitos, é preciso teorizar, e para teorizar, é preciso se movimentar, no entremeio prático entre observar-descrever-interpretar, pois pensamos que essa é uma maneira eficaz para identificar as marcas linguísticas que balizam as pistas simbólico-históricas da significação, nos efeitos presentes nos sentidos da subjetivação, própria aos discursos negacionistas neste caso.

A AD configura-se como instrumento essencial na decodificação das práticas sociais intrínsecas à sociedade contemporânea, elucidando as complexas relações de subjugação e interpelação com as estruturas das formações ideológicas e discursivas que permeiam sujeitos e sentidos. Por sua vez, permite desvendar a

articulação e posicionamento dos sujeitos nas trilhas do discurso e, concomitantemente, a reprodução e transformação de ideologias marcadas nas práticas negacionistas. Estas últimas, estruturantes de ações antissociais e antidemocráticas, tornam-se especialmente evidentes na sociedade contemporânea brasileira, imersa em um contexto pandêmico e de governamentalidade. O cenário, intrinsecamente ligado a uma crise sanitária e política, propicia um terreno fértil para a disseminação de discursos que paradoxalmente negam a própria crise e reforçam estruturas de poder que perpetuam desigualdades e marginalização. A AD, portanto, revela-se imprescindível para desvelar e dismantelar tais discursos, propondo novas formas de compreender e resistir a práticas sociais que se alinham a uma perspectiva negacionista e antidemocrática, mediante uma abordagem inovadora e crítica.

### *1.1 Dinâmicas discursivas e dominação/resistência ideológica: a agência-efeito dos sujeitos nas tramas sociais*

Iniciaremos nossos desenvolvimentos com releituras dos saberes que circundam, na perspectiva lacaniana, os processos de assujeitamento ao campo do Outro. Esta abordagem, em diálogo com os estudos da AD e as críticas da Sociologia ao estruturalismo, nos ajuda a entender as relações de força entre linguagem, ideologia, poder e sociedade, que moldam as condições de produção dos discursos e influenciam a construção prática dos significados entre efeitos de sentidos e interlocutores.

Ao examinar o negacionismo na reunião, percebemos que a produção de discursos que negam fatos históricos ou científicos surge de tensões discursivas, que influenciam o processo de assujeitamento-interpelação. Sob este processo, os sujeitos mobilizam e se posicionam em determinadas formações discursivas e ideológicas, visando consolidar e perpetuar a subjetivação de certas relações de forças e poder, correlacionando-se com as forças sociais, neste caso, em um cenário onde a ausência de adoção de políticas públicas se manifesta como um projeto de poder.

Vejamos inicialmente que a concepção da noção do Outro se dá com a inauguração do trabalho de elucidação epistemológica da obra de Freud, proposta por Lacan, isto é, como Althusser expõe, diante do reconhecimento



da Ordem do significante humano, quer dizer, da Lei de Cultura: este discurso, condição absoluta de qualquer discurso, este discurso presente de cima, ou seja, ausente em seu abismo, em qualquer discurso verbal, o discurso dessa Ordem, esse discurso do Outro, do grande Terceiro, que é essa Ordem mesma: o *discurso do inconsciente*. Por aí nos é dada uma captação, *conceitual*, do inconsciente, que é, em cada ser humano, o lugar absoluto no qual seu discurso singular busca seu próprio lugar, busca, fracassa nessa busca, e, assim fracassando, encontra o seu próprio lugar, a âncora própria do seu lugar, na imposição, na impostura, na cumplicidade e na denegação de seus próprios fascínios imaginários. (ALTHUSSER, 1976/1985, p. 67)

É fundamental observar que a reflexão de Althusser traz à tona a importância do discurso inconsciente como condição absoluta da significação de qualquer discurso. É através da Lei de Cultura, representada pelo discurso da Ordem do significante humano, que o sujeito se submete ao campo do Outro e *busca* encontrar seu próprio lugar no mundo de forma ativa e respondente. Isso permite ao analista investigar o sujeito como singularidade discursiva em busca do significado de seu lugar próprio, enfrentando os desafios da alteridade, na imposição, na impostura, na cumplicidade e na denegação da significação de seus próprios fascínios imaginários, sobre as âncoras que firmam sua identificação simbólica com as formas da história. Por isso, é essencial reconhecer que o sujeito não é meramente um produto inconsciente de forças estruturantes. Ele também é consciente, ideologicamente engajado e agente entre os efeitos do processo de significação. O sujeito, em sua complexidade, é capaz de aderir, resistir ou reconfigurar formações discursivo-ideológicas ou mesmo conjuntos delas.

Isso expõe que o sujeito possui uma intencionalidade e uma capacidade de reflexão que o permite resistir, adaptar ou aceitar as interpelações dos outros-Outro. Logo, é importante compreender que o inconsciente e o consciente não são entidades separadas, mas aspectos inter-relacionados da psique humana. Desta forma, o negacionismo, por exemplo, pode ser visto como mais do que uma defesa inconsciente; como uma escolha consciente baseada em crenças, valores e informações disponíveis para o sujeito, na interação com os outros-Outro.

Daí deriva que a análise do discurso deve levar em consideração tanto os processos inconscientes quanto as decisões conscientes dos sujeitos. Enquanto certas concepções e identidades são reproduzidas discursivamente, os sujeitos envolvidos também fazem escolhas estratégicas sobre como se engajar ideologicamente com esses discursos.

Sendo assim, é interessante notar que Lacan parte da exposição do estatuto do inconsciente na linguagem, no reconhecimento de que o "Outro simbólico se faz como e pela rede simbólica, inserida por significantes de uma determinada cultura" (PENA; SILVA, 2018, p. 82), disso compreendendo que "o Outro, que é fundamental para a inserção da criança na linguagem e na cultura, se mostra simbólico como o próprio inconsciente." (*Op. cit.* p. 81-82). Isso evidencia que a linguagem, como um sistema simbólico se faz um instrumento de poder e controle. Ela molda a percepção, a identidade e a construção de realidade do sujeito. Em sua essência, a linguagem desempenha um papel crucial na formação e perpetuação de crenças e ideologias. O sujeito, ao interagir com discursos dominantes, não apenas internaliza certas ideologias, mas também as contesta, reflete e, em alguns casos, as reformula.

Pois bem, se, para Lacan (1966/1998), "um significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante" (p. 833), K. Correia e T. Fonseca (2018) destacam que,

o significante, em si, é desprovido de significação. Desse modo, assim como um discurso só tem seu sentido em relação a outro discurso – tal como afirma Pêcheux (1969/1997) –, um significante só possui uma significação em relação a outro significante, e o sujeito (enquanto significante para outro significante) só se constitui em relação ao Outro: 'o lugar do tesouro do significante' (Lacan, 1960/1998, p. 820). Assim, o sujeito só se constitui no interior de uma estrutura simbólica, de uma armação significante que o sobredetermina, que o captura: o Outro da estrutura, a Ordem social, isso que Pêcheux chamou de não-sujeito da rede de significantes. Ademais, o Outro denota obviamente alteridade, de modo que o sujeito lacaniano, ao se constituir frente à alteridade encarnada no social, é, por isso mesmo, um sujeito fundamentalmente social. Em outras palavras, para Lacan subjetividade e sociedade não podem ser dissociadas. (CORREIA; FONSECA, 2018, p. 267)

Neste contexto, é fundamental refletir sobre a interação dinâmica significante/significa-ativa da linguagem, que em sua essência, não é um mero conjunto de signos estáticos, mas um fluxo contínuo de tensionamento, construção e reconstrução de sentidos. Cada significante, ao interagir com outros, não só adquire significado, mas também influencia e é influenciado pelo contexto sociocultural e pelas atividades do sujeito: a significação não é um processo unilateral, é uma dança dialética onde o sujeito, a sociedade e a linguagem co-criam e redefinem constantemente os sentidos dos significados. Esta perspectiva destaca a multiplicidade dos sentidos e a capacidade do sujeito de navegar, negociar e, às

vezes, resistir às imposições discursivas, reafirmando sua agência na construção de sua realidade.

Ao considerar a adesão engajada às formações discursivo-ideológicas, torna-se imperativo reconhecer que o sujeito influencia a alteridade da expressão, na correlação com as forças sociais que o impulsionam – neste caso, no contexto da reunião, o negacionismo –, por isso, um agente ativo, capaz de refletir, questionar e transformar os (valores dos) discursos que circulam na sociedade. Diante disso, a ênfase recai sobre a ideia de que o sujeito, em sua prática languageira, materializa no discurso o político e o desejo, que o inscreve na história.

Pena e Silva (2018, p. 82) compreendem nesse movimento que o Outro “autentica o sentido e traz algo da dimensão do inconsciente do sujeito para a cena que o representa”, o que indica que o “Outro é o eixo da tirada espirituosa [...] Portanto, é preciso a presença *in loco* do outro que encarna o Outro, de certa forma histórico, para que a tirada espirituosa aconteça” (p. 82). Cabe pontuar então que, como K. Correia e T. Fonseca (2018, p. 268) observam,

Esse processo, em que a significação é retroativa, diz respeito à temporalidade própria ao inconsciente, temporalidade essa do só depois, do *a posteriori* (*Nachträglich*, no alemão). Por isso afirmamos que quando Pêcheux diz que o sujeito é sempre-já sujeito devido a um efeito retroativo presente no processo de interpelação ele se aproxima novamente da Psicanálise, pois tal efeito retroativo é peculiar ao inconsciente estruturado como linguagem. O sujeito, portanto, é o efeito de seu encontro com o Outro, efeito que significa, *a posteriori*, tal encontro, mas sem o qual o sujeito não existiria. Em suma, não há um sujeito *a priori* ao seu encontro com a Ordem social, não há um ‘sujeito puro’ anterior a sua alienação pela linguagem, daí Freud (1921/2011) dizer que toda psicologia individual é também psicologia social.

Considerando *Lacan, o grande freudiano* (2005), Jorge e Ferreira mostram que,

Lacan parte da evidência de que a linguagem, a cadeia simbólica, determina o homem antes do nascimento e depois da morte. O bebê vem ao mundo humano marcado por um discurso, no qual se inscreve a fantasia dos progenitores, a cultura, a classe social, a língua, a época etc. Enfim, podemos dizer que tudo isso constitui o campo do Outro, lugar onde se forma o sujeito. Por essa razão Lacan não só insiste na exterioridade do simbólico em relação ao homem, mas também na sua sujeição ao discurso. (p. 44)

A reflexão de Lacan sobre o sujeito estar assujeitado a um discurso (isto é, a uma produção de sentido determinada historicamente) desde o seu nascimento é uma

indicação da força social sob interação ininterrupta com a subjetivação humana. Isso porque, como mostra Lacan, a linguagem,

com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental [...] o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio. (LACAN, 1966/1998, p. 498)

O fato de o nome próprio ser visto como uma forma de inscrição do sujeito no discurso enfatiza ainda mais a ideia de que o discurso é um elemento fundamental na formação da identidade do sujeito.

Ora, isso é muito facilmente percebido, afinal, todo sujeito já nasce em um mundo socialmente estruturado, expresso na cultura do local onde o sujeito nasce, em seu núcleo familiar, nas instituições que lhe rodeiam, sem falar na língua enquanto sistema linguístico o qual ele é obrigado a se submeter para se comunicar. (CORREIA; FONSECA, 2018, p. 267).

A análise do discurso permite compreender como esses valores e crenças se manifestam nos discursos e como são perpetuados através das operações práticas de linguagem. No caso dos discursos negacionistas na reunião em questão, é possível evidenciar como certas concepções e identidades são reproduzidas e naturalizadas através da prática de sentidos que constitui o discurso negacionista, contribuindo para o crescimento e manutenção dos privilégios da classe dominante.

Assim, vemos que Pena e Silva (2018) entendem o movimento de constituição do sujeito como um processo em que a “inserção no simbólico no campo do Outro dará um lugar no mundo em relação a si mesma e aos outros, por meio de um entalhe do significante em seu ser” (p. 83), cuja inscrição, através do “entalhe tem muito bem a função de ser para o Outro, de lá situar o sujeito, marcando seu lugar no campo das relações do grupo, entre cada um e todos os outros” (LACAN, 1964/1985, p. 195 *apud* PENA; SILVA, 2018, p. 83).

É interessante observar a interpelação do sujeito pelas ideologias dominantes como um processo contínuo e omnipresente. A ideologia, nesse sentido, não é apenas um conjunto de ideias ou crenças, mas uma prática material que molda a percepção do sujeito sobre si mesmo e o mundo ao seu redor: o sujeito é sempre “chamado” a assumir um lugar específico dentro da estrutura social, um lugar que é determinado pelas relações de poder e dominação que constituem a formação social. Contudo, é

imprescindível reconhecer que, embora o sujeito seja interpelado pela ideologia dominante, ele tem a capacidade de resistir, reinterpretar e até mesmo subverter as mensagens ideológicas que lhe são transmitidas: esta capacidade de resistência é evidente na multiplicidade dos sentidos que os sujeitos podem atribuir às suas experiências e expressões. Cada sujeito, dependendo de sua posição social, histórica e cultural, pode interpretar e responder aos discursos dominantes de maneiras diferentes.

Por sua vez, a batalha simbólica, neste contexto, reflete a manifestação da luta ideológica mais ampla entre as diferentes classes sociais. Como Marx e Engels (1848) argumentaram, a história da sociedade é a história das lutas de classes. Estas lutas não se limitam apenas ao domínio econômico, mas permeiam todos os aspectos da vida, incluindo a produção e circulação de discursos: a maneira como os sujeitos se expressam, as palavras que escolhem usar, e as histórias que contam, influenciam bem como são todas influenciadas pelas relações de poder que estruturam a sociedade.

Por exemplo, o discurso negacionista, neste caso, pode ser visto como uma tentativa de certos grupos de manter o *status quo* e resistir a mudanças que ameacem seu poder e privilégio. Porém, contra esse discurso, surgem vozes dissidentes que desafiam e contestam as narrativas dominantes. Estas vozes, muitas vezes marginalizadas e silenciadas, são essenciais para a transformação social, pois elas trazem à tona perspectivas e experiências que são frequentemente ignoradas ou suprimidas. Fato da história, isso mostra que a relação simbólica do sujeito com o Outro é um campo de batalha onde sujeitos, em correlação com diferentes forças e estruturas se enfrentam através da prática de sentidos, fato do discurso.

Com isso, tentaremos desvendar as complexidades desta luta e entender como os diferentes sujeitos negociam, resistem e reconfiguram suas identidades em meio a estas tensões, no contexto da pandemia, negacionismo e neoliberalismo em reunião. Ao fazer isso, podemos também vislumbrar possibilidades de transformação social e imaginar um mundo onde as relações de poder são mais equitativas e justas.

Nessa perspectiva ampliada, a referida reunião destaca a dinâmica significante/significa-ativa da pandemia da COVID-19 enquanto estrutura-acontecimento no tensionamento interativo entre reprodução-transformação da luta de classes como motor da história. Passemos, no próximo capítulo, a uma análise

mais aprofundada desses discursos, explorando-os através das lentes dos suportes teóricos selecionados.

## 2 A reunião, os discursos e sua análise

No contexto da reunião datada de 11 de abril de 2020, que congregou figuras proeminentes do cenário político e empresarial brasileiro, os discursos articulados e as posturas adotadas suscitaram análises críticas tanto de especialistas quanto da audiência internacional. Os enunciados proferidos durante o encontro denotaram uma minimização da severidade da pandemia no que concerne à saúde pública, solidificada por uma resistência a informações e orientações médicas, bem como a políticas e estratégias sanitárias e democráticas de enfrentamento à crise pandêmica.

A resistência manifestada transcende a categoria de oposição e revela uma margem decisória dos sujeitos, os quais, enquanto agentes de suas ações e ideologias, elegem alinhar-se a um projeto de poder que emana de uma formação discursiva alinhada ao espectro político da direita. Esta, por sua vez, é influenciada pela formação ideológica neoliberal do setor privado, em uma postura que marginaliza a esfera pública.

A análise discursiva, sob a luz das reflexões de Foucault, permite inferir aqui que os sujeitos, ao adotarem tal postura, não necessariamente negam a ciência ou a vacinação em sua essência, mas, naquela circunstância específica, optam por essa posição, expondo uma luta discursiva, uma tensão que os posiciona em oposição a um "outro" (cientificista, vacinista, etc.). Essa escolha não é motivada pela negação per se, mas emerge como um mecanismo de tensionamento do discurso, um campo de batalha no qual as lutas discursivas são travadas.

Ademais, a adesão às formações discursivo-ideológicas não é trivialmente excludente, mas flexiona-se sobre as novas possibilidades discursivas disponíveis. A adesão a uma determinada formação molda o sujeito, atribuindo-lhe uma função no tensionamento dos discursos. Muitos, é válido ressaltar, podem ter aderido à vacinação, contudo, posicionam-se contrariamente em virtude de sua inserção e função diante das condições de produção do projeto de poder bolsonarista.

### 2.1 *O quadro geral da reunião e o tom imprimido por Bolsonaro*

Ao analisar esses discursos, veremos que o processo de constituição do sujeito é afetado pelo tensionamento discursivo, que o insere na batalha pelos sentidos no campo do Outro, em que a ênfase no in/consciente e suas implicações

psíquicas podem ser compreendidas como uma forma material de significação pela defesa contra conteúdos que ameaçam a estabilidade da identidade e das representações que constituem o sujeito. Porém, é evidente que o sujeito não é simplesmente moldado por forças significantes inconscientes, mas faz escolhas significa-ativas ideológicas e conscientes, calculadas, sobre conteúdos como o discurso da democracia política e da saúde pública neste caso, que são materializados no discurso negacionista, sob efeitos estratégicos de silenciamento de sentidos. Isso acontece pela materialização da desvirtuação de seus valores tradicionais, assumidos na posição de sujeito frente a discursos “de vírus, essa frescurada toda, que todo mundo tem que tá ligado” (BOLSONARO, 2020). O discurso da democracia e da saúde pública se manifesta em seu discurso através do silenciamento simbólico, o interdito descarte pelo emprego do termo “frescurada toda”, pois esse termo pode refletir a tentativa deliberada de minimizar e deslegitimar discursos e posições contrárias.

A identidade se consolida por meio dessa interação com os outros-Outro, intervindo sobre as relações de poder e produção. Vejamos que essa relação significante/significa-ativa pode ser entendida como base da significação, no caso da reunião, pela “oportunidade” para “liberdade econômica, liberdade política [...] Simplificação de impostos, segurança jurídica... coisas desse tipo, não é?” (GUEDES, 2020).

Em um momento crucial da reunião, a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves (2020), articula: “Então, tudo que nós fomos construir, nós vamos ter que ver, ministro, a questão dos *valores* também. A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores”. Esta declaração, ao lado da de Ernesto Araújo (2020), então ministro das Relações Exteriores, de que “essa nova globalização acho que não pode ser cega, né? É, tem que ser uma globalização, tem que ser uma estrutura, é, que leva em conta, claro, a dimensão econômica, mas também essa dimensão da, da liberdade, dos *valores*”, revela embates no campo simbólico sobre as diversas regiões interdiscursivas e seus objetos ideológicos.

Estas declarações, em conjunto com outras proferidas durante a reunião, ilustram a influência dos discursos na formação do sujeito presente nesse encontro. Cada participante expressou uma perspectiva singular, moldada por suas crenças e



valores ideológicos, e ao mesmo tempo, tentou influenciar a posição ideológica dos demais presentes. Neste caso, há uma tentativa explícita de posicionar o Brasil de maneira específica no cenário global, onde, além da economia, certos "valores" e "liberdades" são ancorados e enfatizados, no entanto, empregados de formas ambíguas e, por vezes, opostas.

O termo "valores", como empregado nas declarações, pode refletir uma luta de classes sobre os objetos ideológicos, a luta discursiva no campo simbólico onde os sujeitos buscam seu lugar, ao estabelecer quais "valores" são legítimos e quais devem ser priorizados. Por exemplo, Guedes enfatizou o reconhecimento internacional do Brasil, numa tentativa evidente de ancorar a posição do país no cenário global, enquanto outros participantes enfatizaram a importância dos "valores".

Observa-se que a interação entre esses sujeitos é moldada por suas inscrições no campo do Outro e pelos lugares que ocupam na sociedade, onde cada um apresenta uma visão particular, influenciada por suas crenças e valores, que são, por sua vez, moldados frente a luta discursiva mais ampla sobre o significado e a importância desses "valores" na sociedade brasileira como um todo.

Cabe notar que a dualidade do termo "valores" fica evidente nas declarações. Os "valores" podem ser entendidos de diversas maneiras, dependendo do contexto e da posição de sujeito que os emprega, podendo se referir a princípios morais, crenças culturais, ou até mesmo a interesses econômicos e políticos. Esta modalização revela os vários modos que os sujeitos produzem efeitos de sentido, preenchendo espaços vazios de significado.<sup>17</sup>

Esses discursos refletem a âncora própria que marcam esses sujeitos, suas posições e orientações subjetivas. É por meio da captura simbólica sobre as âncoras da individualidade histórica que se constituem as relações entre os sujeitos e as diferentes perspectivas no contexto social, como identificado sob peso da âncora de Guedes (2020), na imposição de seus fascínios imaginários, dizendo que "nós somos elogiados hoje lá fora – semana passada todo mundo elogiando, fazendo referência – que o Brasil tá à frente de todos os emergentes e *pari passu* ali, só tá atrás um pouquinho dos Estados Unidos".

---

<sup>17</sup> Além disso, vimos como é crucial considerar o impacto da cultura e da sociedade na modalização de sentidos. Em diferentes contextos culturais, uma mesma modalização pode ser interpretada de maneiras distintas.

Nesse sentido, podemos interpretar que essas sequências discursivas buscam uma inscrição para o Brasil no campo das relações globais, que é uma forma de criar um entalhe simbólico para o país, marcando a identidade no seu significante, em relação aos outros países e ao campo global significado. Dessa forma, esses sujeitos parecem estar buscando uma legitimação para o Brasil no campo das relações sociais e entre o próprio grupo ali reunido, por meio da inscrição dos “valores” que consideram importantes e que representam a posição que o país (representado então por esses sujeitos) deve assumir frente à sociedade e à cultura.

A relação do Outro com a negação da gravidade da pandemia e dos valores da democracia e da ciência médico-sanitarista, nos discursos proferidos na reunião, se dá na medida em que a negação é uma estratégia acionada para manter o lugar do sujeito diante do Outro, pois ao negar a importância de políticas públicas de saúde ou os valores democráticos, esses sujeitos são ancorados em uma posição tensionada entre forças e poderes, de superioridade em relação aos outros-Outro, que neste caso podem ser representados pela ciência médico-sanitarista, pelos fatos e pela opinião pública, ou pela própria sociedade democrática, o que pode ser visto como uma forma de proteger sua inscrição no campo do Outro, de não se deixar abalar pelas contradições e pelas demandas do mundo externo em significação.

Na reunião, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, expressa:

E o presidente tá no ponto futuro, porque o presidente falou o seguinte: tudo bem, tem a primeira onda, que é a da saúde, mas tem a segunda que é a da economia, e uma vem agarrada com a outra. Nós tamo ainda tentando sair da primeira, po... a segunda já tá querendo bater. Eu ainda acho que nós tamo preservando os sinais vitais da economia brasileira. Ela pra mim ainda é um urso hibernando. Cê baixa sua energia pra zero, consumo de energia pra quase zero, só respira, mas quando cê sai da gruta, cê sai pra comer o primeiro bicho que passar. Cê tem força. Nós não podemos é deix... (GUEDES, 2020)

Interessante logo interpretar que a metáfora utilizada por Guedes, comparando a economia brasileira a um "urso hibernando", revela uma estratégia discursiva que busca minimizar os impactos imediatos da pandemia na economia (tanto quanto na saúde ali silenciada), sugerindo uma capacidade de recuperação rápida e vigorosa. Esta linguagem, ao mesmo tempo em que tenta ideologizar otimismo, também pode servir para desviar a atenção dos desafios reais e imediatos que a sociedade enfrenta.

Observamos que a estratégia do negacionismo enquanto política de silenciamento da saúde pública e dos valores histórico-sociais e culturais da ciência médico-sanitarista e da democracia política, também pode ser compreendida como um mecanismo de defesa contra a angústia e a insegurança que a pandemia e as transformações sociais do acontecimento trazem para os sujeitos. Ao negar os agravantes sociais relacionados aos impactos da realidade pandêmica na saúde pública, o sujeito se isola em uma posição de certeza e segurança, mesmo que essa posição seja ilusória.

O contraste se mostra evidente no discurso de Araújo (2020), que defende a necessidade de uma "globalização que leva em conta a dimensão da liberdade e dos valores". Ele apresenta essa visão como se fosse uma realidade concreta e não uma aspiração a ser alcançada. Esta perspectiva pode ser vista como uma forma de proteção contra a angústia e a insegurança que caracterizam a incisão significativa do significante em seu ser.

Vemos, então, que a subversão da realidade da pandemia e a afiliação a um grupo específico são, em parte, frutos desse tensionamento discursivo, no processo de assujeitamento, onde os sujeitos significantes, inscritos sob a armação simbólica na âncora de seu lugar significado, dentro de um grupo especificado, agenciam os laços de significação sob a identificação e a diferenciação em relação a outros grupos e sujeitos, a outros discursos enquanto conjuntos ideológicos.

Como dito na reunião, "Não porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regimento e simplificando normas" (SALLES, 2020), mas, "Olha, eu tô, como é fácil impor uma ditadura no Brasil" (BOLSONARO, 2020). A primeira sugere uma estratégia de aproveitamento do foco midiático e público na COVID-19 para implementar alterações regulatórias, enquanto a segunda alude à facilidade percebida de instauração de uma ditadura no Brasil. Ambas as declarações, embora distintas em suas temáticas, convergem para uma perspectiva que desconsidera a gravidade da pandemia e, simultaneamente, expressa uma visão que minimiza a relevância das estruturas democráticas e regulatórias.

A interpretação das sequências discursivas pode ser delineada pela identificação de uma formação discursivo-ideológica que, de um lado, subestima a crise sanitária e, de outro, evidencia uma predisposição para a alteração de normativas em um contexto de distração pública e uma aparente fragilidade das estruturas democráticas. Contudo, essa formação discursiva, ao mesmo tempo, se

alinha com uma formação ideológica que parece valorizar estratégias de mercado e poder que se desvencilham de princípios científicos e democráticos, indicando uma complexidade e multifacetamento nas posições de sujeito ocupadas pelos enunciadores.

A relação simbólica estabelecida entre os sujeitos bolsonaristas e o Outro da ciência médico-sanitarista e da comunidade científica e democrática é complexa. Bolsonaro, ao criticar na reunião as medidas e políticas propostas pela comunidade científica para combater a COVID-19, também evoca o enfrentamento agressivo, que legitima e estimula a defesa de uma autoridade que ultrapassa os limites democráticos. Sua declaração: "Se tivesse armado, ia pra rua. E se eu fosse ditador, né?" (BOLSONARO, 2020), denota resistência às medidas de distanciamento social e restrições impostas durante a pandemia, indicando que, se possuísse mais poder, agiria de forma diferente, talvez até como um ditador, o que reforça a ideia de que seria "fácil impor uma ditadura no Brasil".

A simbolização de Bolsonaro aqui expressa mais do que uma postura de enfrentamento, revelando uma adesão a formações discursivo-ideológicas que desafiam e rejeitam a autoridade científico-democrática. Esta postura, além de irresponsável, é prejudicial diante da realidade agravante da pandemia. A constituição do sujeito negacionista é moldada pelo entrelaçamento de significantes que marcam seu discurso, como a rejeição simbólica do discurso da autoridade científica, o desejo de autoridade absoluta, e a busca por um lugar de destaque no campo do Outro, no domínio do mestre. Esta adesão às formações discursivo-ideológicas revela uma complexa dinâmica de identificação e diferenciação, onde o sujeito negacionista busca legitimar sua posição contrária às orientações científicas e político democráticas.

Tomemos, por exemplo, a declaração: "O Weintraub pode ter falado a maior merda do mundo, mas racista? Vamos ter que reagir pessoal, é outra briga" (BOLSONARO, 2020), que mostra a aparente contradição entre "maior merda do mundo" e a subsequente defesa contra a acusação de racismo, representada pelo termo "racista", ilustrando a dinâmica de um projeto de poder político bolsonarista. A menção a "Weintraub" e sua associação com o discurso negacionista de Bolsonaro exemplifica como o sujeito se insere e se define nesse campo sob a reprodução-transformação de uma estrutura simbólica que articula sua posição. Esta estrutura é composta por uma rede de significantes, que pode ser reproduzida, mas simultaneamente transformada nesta interação, pois o sujeito, inscrevendo-se em um

campo de batalha discursivo, pode intervir em uma “outra briga” pela hegemonia dos sentidos simbólicos dentro da narrativa negacionista.

A adesão a formações discursivo-ideológicas, como a possibilidade de simbolização de um projeto político bolsonarista, pode interditar o sujeito sob certos rótulos, como "racista" por exemplo. Esta interdição é estratégica, pois, embora o Bolsonaro possa ser criticado por suas ações ou palavras, ele é protegido contra acusações mais graves, como o racismo neste caso. Assim, o sujeito pode ser percebido como "burro" ou mal informado, mas é defendido contra rótulos mais prejudiciais, como "racista", fortalecendo a ideia de que a adesão a certas formações discursivas e ideológicas pode oferecer proteção contra críticas mais severas.

Outro exemplo neste campo é evidenciado na sequência discursiva em que Montezano, então presidente do BNDES, posiciona-se em relação ao discurso neoliberal de Salles. Ele demonstra uma adesão ao projeto de poder político bolsonarista, refletindo outra estratégia discursiva explícita. Nas palavras de Montezano:

Segundo aqui eu subscrevo as palavras do ministro Salles. É o que a gente tem observado nos projetos e concessões e etc. Um da... uma parte crítica é essa legislação, ou funcionamento da máquina pública. É um momento muito oportuno pra gente aproveitar isso, e isso faz uma baita diferença no preço de um projeto, na velocidade, faz muita diferença. Então eu subscrevo aqui as palavras do... do ministro Salles. (MONTEZANO, 2020)

Esta sequência discursiva, além de revelar a sobredeterminação simbólica sobre o significante, destaca a agência do sujeito na alteridade da produção de sentidos, de modo que o sujeito, ao "subscrever as palavras do ministro Salles", ultrapassa a identificação com a "flexibilização da legislação" e com o "funcionamento da máquina pública", na flexão da crise sanitária enquanto "oportunidade" estratégica. Esta visão, centrada na eficiência e no lucro, tende a negligenciar as consequências sociais e ambientais, resultando em potenciais danos irreparáveis para a sociedade.

Por isso, é essencial abrir margem para outras possibilidades de interpretação. A adesão de Montezano ao discurso neoliberal pode ser vista como uma escolha consciente e ativa, moldada por uma série de fatores ideológicos, políticos e sociais. Esta postura, que prioriza o setor privado em detrimento do setor público e de valores éticos relacionados à pauta social e ambiental, reflete uma

ressignificação de valores democráticos em favor de uma visão utilitarista e individualista da política.

Ainda, ao destacar a importância do “preço de um projeto, na velocidade”, essa visão legitima a desconsideração das consequências, marcadas sob os efeitos de sentido ao silêncio do interdito e que podem resultar, em outros termos, a mais uma prática antissocial e antidemocrática, que caracteriza pelo implícito o desprezo da pauta social e da vida alheia. Tal postura resulta em políticas negligentes em relação à proteção da saúde pública e ao cuidado com a sociedade como um todo. Essas atitudes têm consequências diretas na saúde e na vida das pessoas, contribuindo para um cenário de sofrimento, perda de direitos e desigualdades estruturais.

O posicionamento de Montezano, que reflete uma postura negacionista, não só estabelece laços de identificação com um grupo dominante, mas também diferencia este grupo de outros sujeitos e grupos. Esta diferenciação, que se manifesta em declarações como a de Tarcísio (2020), de que “a sociedade espera isso de nós. É, a boa notícia é que a gente vem conversando com os investidores, eles tão interessados no nosso programa de concessão” (TARCÍSIO, 2020), em que “sociedade” se coaduna a “eles” – a esfera dominante do capital internacional – que estão “interessados” nessas “oportunidades”.

Por exemplo, “Sentir o cheiro de povo, como eu falei, lá. É uma experiência pra todo político sentir! Ir lá ver como é que tá o negócio.” (BOLSONARO, 2020). Bolsonaro distancia o “político”, sua classe, do “povo”, que está “lá”, no meio do “negócio”, exalando “cheiro”, mostrando que ele se diferencia de outros grupos. Por sua vez, essa interação na batalha pelos sentidos de “povo”, se condensa com a ideia de que, para Weintraub, o Partido Comunista, “Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ... odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. O ‘povo cigano’. Só tem um povo nesse país.” (WEINTRAUB, 2020).

A identificação e a negação dessas identidades, portanto, surge como resultado do mecanismo de tensionamento do discurso, na inscrição e interação com outros-Outro, que vai além do simples ato de negar a realidade de outros grupos, mas que engloba marcas do entalhe significante sob uma série de implicações, para além de seus efeitos simbólico-materiais na reprodução-transformação das relações sociais.

Na reunião ministerial em foco, identificamos uma série de estratégias linguísticas e táticas discursivas. Uma delas é a apresentação da Saúde Pública e da Democracia como significantes flutuantes, desprovidos de um valor intrínseco e socialmente imbricado. Esses significantes são retratados como simples instrumentos que podem ser manipulados para atender a objetivos políticos e econômicos restritos às classes dominantes. Esta abordagem é exemplificada na sequência discursiva de Bolsonaro (2020):

Agora vamo ca... se tiver que cair um dia, vamos cair lutando, uma bandeira justa. Não por uma babaquice de... de... de exame a... antivírus, pô. Pelo amor de Deus, pô. Tá? Eu até... deixar bem claro, de uns oito ano pra cá, quando pedia farmácia de manipulação um remédio qualquer, eu falava com o médico: 'bota um nome de fantasia', porque se for o meu nome pra lá, como era, sempre fui um cara manjado, não é, tem três quatro que vão manipular lá o medicamento, podem me envenenar, pô! E assim é a mesma coisa a questão do vírus, entre outros. De acordo com interesse, o cara dá negativo ou dá positivo. Depois que deu, vai pra contraprova mas dá problema.

Nesta enunciação, Bolsonaro desqualifica a importância dos "exames" e "antivírus" (e vacinas), posicionando-os em oposição à luta por uma "bandeira justa". Esta postura reflete uma tendência negacionista em relação à comunidade científica, à saúde pública e, por extensão, à democracia política. A "bandeira justa" é invocada como um símbolo de um sentimento nacionalista, mas sua definição permanece ambígua. Mais do que uma simples negação, Bolsonaro insere um processo de significação simbólica que coloca em dúvida a integridade da instituição científica e dos profissionais de saúde, cujas pistas ressaltam o caráter ideológico do emprego dos termos "médico" e "farmácia de manipulação", produzindo uma série de efeitos, e que, portanto, resultam a subjetivação de uma desconfiança em relação a esse grupo. Ao mencionar que usava um "nome de fantasia" ao solicitar "medicamentos", ele semeia desconfiança pelo medo, sugerindo o terror pela possibilidade de ser "envenenado" por "farmácias de manipulação". Aí flutua o significante dessa desconfiança ao ser simbolizada ampliada por um discurso conspiracionista que questiona o valor social da ciência e dos profissionais de saúde, contribuindo para a disseminação de atitudes e representações negacionistas, antissociais e antidemocráticas.

É evidente que Bolsonaro expressa desconfiança em relação ao discurso da ciência, mas não necessariamente à Ciência como instituição. Esta distinção é sutil e crucial, pois sugere que a desconfiança não é direcionada à Ciência em si, mas à

forma como ela é comunicada e interpretada, à como ela se inscreve em um processo discursivo mais amplo, que contribui para a disseminação de informações falsas e subjetivação de práticas que colocam em risco a integridade da saúde e da vida de milhões de pessoas, como pudemos ver durante a pandemia da COVID-19.

Esse jogo com o equívoco linguageiro é acompanhado por uma série de táticas discursivas que visam enfraquecer a autoridade simbólica da ciência médico-sanitarista, a resignificando como manipuladora “de acordo com o interesse”, o que inclui a possibilidade de “envenenar” pessoas, e criando uma versão utilitarista de seu discurso, operado para justificar as políticas (genocidas) do então governo, cuja retórica negacionista de que as próprias Ciência e a Política, então, não deveriam compartilhar de objetivos de cunho social, mas econômico, privado e particular.

O uso ambíguo da linguagem por autoridades públicas, como visto nas expressões "babaquice" e "antivírus", serve para obscurecer o assunto em questão (COVID-19), que é apagado, porém se manifesta sob os silêncios do implícito entre as condições de produção do discurso. Esta falta de clareza e o acionamento de expressões vagas podem ser tratados como um esquecimento seletivo, sustentado numa estratégia discursiva de evitar abordar diretamente o assunto de forma explícita, ancorado nos limites do deslocamento de seu dizer, enquanto ainda mobiliza sentimentos e opiniões.

Além disso, ele se refere a algo que já foi dito anteriormente, mas não especifica exatamente o que é, deixando uma lacuna de informação que requer conhecimento prévio para compreender a que ele está se referindo, observado quando menciona "eu até... deixar bem claro", sugerindo que já fez uma afirmação anteriormente, mas não a reitera claramente.

Por outro lado, o emprego de expressões como "pelo amor de Deus" e "tá?", que têm uma função de apelo ou tentativa de estabelecer uma conexão emocional com o interlocutor, serve para desviar a atenção da falta de clareza e falta de informações precisas sobre o assunto crises e pandemia, criando uma atmosfera emocional que busca conquistar a empatia do público.

Uma dessas operações é a de apresentar a significação da ciência médico-sanitarista e da democracia política sob a mobilização prático-simbólica neoliberal dos fatos e neoconservadora dos valores, como algo que está sempre em mudança, que não pode ser confiável ou segura, e que pode desta forma ser reinterpretada “de acordo com o interesse” das necessidades políticas e mercadológicas do momento.



Bem como enunciados como o de Ricardo Salles (então ministro do Meio Ambiente, 2020), em que diz que é preciso “aproveitar a crise do coronavírus” para “ir passando a boiada<sup>18</sup>” e “mudando todo o regramento e simplificando normas”.

Observa-se uma estratégia linguístico-discursiva pervasiva nos discursos analisados: a representação dos cientistas médico-sanitaristas e da esquerda política como um conglomerado monolítico, que sustenta uma posição subjetiva unificada e que, supostamente, conspira para dominar a sociedade e impor sua perspectiva, chegando ao extremo de “envenenar” indivíduos com “medicamentos manipulados” conforme “interesses ocultos”.

O enunciado de Damares Alves (2020) exemplifica peculiarmente essa tendência: “Nós recebemos um governo que não tinha dados, os dados que nós tínhamos eram falsos, mentirosos. Um Brasil de achismo, um Brasil de talvez”. Isto mostra o trabalho social da enunciação, que é sempre da ordem do acontecimento e do político, no sentido do já dito em discursos outros-Outro, e que neste caso busca deslegitimar o discurso democrático em sua rica diversidade. Ao associar o “Brasil” da ministra à “bandeira do povo” de Bolsonaro, a ministra implicitamente retrata as instituições ligadas a estes significantes como ameaças à “liberdade” e aos “valores” tradicionais e conservadores, um interdito que constitui a atualização histórica da estrutura discursiva de uma memória ditatorial.

A análise do discurso negacionista nos permite compreender as consequências do efeito de constituição do sujeito e da construção de identidades que ocorrem a partir da interação com os outros-Outro e como esse processo de significação se manifesta no âmbito cultural, histórico, social, econômico e político da pandemia da COVID-19. Ao mesmo tempo, a reflexão sobre o papel do Outro e do tensionamento discursivo sobre a batalha que intercala o entalhe significativo no ser, nos ajuda a entender a complexidade da força produtiva dos discursos na subjetivação das relações humanas e sociais e as dinâmicas dos modos de produção subjacentes à produção de sentidos.

E aí cabe lembrar que, segundo Quinet (2012, p 30), a reflexão lacaniana compreende, desta forma, que o “Outro não constitui um universo completo, e sim

---

<sup>18</sup> Aqui, ainda há a localização do sujeito que busca o seu próprio lugar (boiada=agronegócio e garimpo), mas se situa na âncora própria de seu lugar de político, frente a imposição de seus fascínios imaginários de “parecer, caneta, parecer, caneta”, nos limites da impostura de suas denegações, que “sem parecer, não tem caneta [...] *uma canetada sem parecer é cana*” (SALLES, 2020).

furado - pois falta um significante que permitiria dizer que é um conjunto totalizador de todos os significantes da linguagem ou, melhor dizendo, de uma determinada língua". Isto é, o Outro, "Paradoxalmente ele não existe, pois por ser furado não tem consistência." (p. 30). Portanto, numa expressão, podemos interpretar aí que o sujeito "é interpelado, mas acredita-se livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente." (INDURSKY, 1997, p. 24). Em outras palavras, há uma aparente contradição entre a influência do Outro e a percepção individual de liberdade. Este paradoxo ressalta a complexidade da relação entre a influência externa e a autopercepção do sujeito, especialmente quando consideramos a interação entre diferentes grupos sociais e culturais.

A partir da sequência discursiva do discurso de Bolsonaro (2020), "Se tivesse armado, ia pra rua. E se eu fosse ditador, né?", podemos relacionar a perspectiva pêcheutiana com a lacaniana e refletir sobre como essa abordagem teórica permite prosseguir com a análise do papel dos sujeitos na constituição dos discursos negacionistas, sob sua relação com a reprodução-transformação da luta de classes, através da manifestação da história na língua, em discurso, da prática de sentidos onde os sujeitos intervêm sobre o real. Nesta perspectiva, o discurso de Bolsonaro materializa uma posição que valoriza o armamento e ambiciona o poder e o controle absoluto.

Ao mesmo tempo, é possível perceber como esse discurso contribui para a significação do sujeito negacionista, já que se relaciona com a negação significativa de outros discursos e posicionamentos políticos, como o do respeito à autoridade científica e democrática. Pois "Eu não vou esperar o barco começar a afundar pra tirar água. [...] É. Quem não aceitar a minha, as minhas bandeiras, Damares: família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado. Quem não aceitar isso, está no governo errado." (BOLSONARO, 2020).

Carregadas de efeitos de sentidos de ameaça e confronto, essas sequências discursivas demonstram uma tentativa de estabelecer uma identidade que se diferencia das demais, principalmente daquelas que defendem posições democráticas e científico-sanitaristas, como evidenciado no funcionamento do emprego dos termos "se tivesse" e "se fosse", "Quem não", seguidos de diferentes elementos, respectivamente, "ia pra rua", "ditador", "aceitar a **minha**, as **minhas bandeiras**" (que não podem ser identificadas com a do povo, da população, neste caso) com a expressão "está no governo errado", resultando no encadeamento simbólico de uma

significação de ataque e pressão sobre aqueles que não compartilham das mesmas ideias e valores defendidos por ele.

Ao afirmar que não vai “esperar o barco começar a afundar” para tomar medidas, Bolsonaro utiliza uma metáfora para transmitir a ideia silenciosamente ensurdecadora de que não hesitará em agir de forma enérgica (no estilo ditador) caso as suas posições não sejam aceitas e, acima de tudo, obedecidas. A sequência de regiões interdiscursivas mencionadas, como “família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão e livre mercado”, é apresentada como as suas “bandeiras”, ou seja, os princípios fundamentais que ele *espera* que sejam compartilhados por aqueles que fazem parte de seu governo.

A frase final, que pode ser interpretada como uma *solução final*, “Quem **não** aceitar isso, **está** no governo **errado**”, expressa uma ameaça implícita, sugerindo que aqueles que não concordam com as suas práticas, ideias e valores não têm lugar em seu governo, por isso, ele vai “continuar tirando água”, eliminando seus opositores e adversários. Esses efeitos de sentidos produzem um clima de exclusão, dominação, ameaça e pressão sobre os seus interlocutores, engajando-os à adesão discursivo-ideológica, dadas as condições de produção, gerando, por fim, o efeito de identificação de que a adesão às suas “bandeiras” é uma condição essencial para fazer parte do *seu* governo, ou mesmo ser minimamente *respeitado*.

Ao analisar o discurso de Bolsonaro, é vital considerar a correlação retórica da identificação simbólico-material com as forças sociais que movem o negacionismo, em que a linguagem e os significantes escolhidos não são apenas reflexos de uma ideologia pessoal, mas também de forças sociais e históricas mais amplas. Desta forma, podemos abrir margem para outras possibilidades de interpretação, reconhecendo a multiplicidade de sentidos e evitando cair em armadilhas ideológicas. Portanto, ao reformular a abordagem analítica, é possível compreender como os discursos negacionistas praticados conscientemente contribuem para a formação histórica das identidades e posicionamentos políticos e sociais desses sujeitos. Estes discursos se inscrevem na rede de significantes, desde a significação à subjetivação de suas práticas, refletindo a dinâmica simbólico-material das relações sociais.

Por isso, cabe lembrar que, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, medidas e práticas autoritárias foram justificadas como sendo necessárias para evitar supostos “perigos” à estabilidade do país, assim, o enunciado de Bolsonaro pode ser reinterpretado como o acontecimento de uma retomada indefinidamente repetível

dessa lógica ditatorial, sugerido pelo trabalho social de enunciação que ele mobiliza em sua expressão, de que ações enérgicas devem ser tomadas antecipadamente, mesmo que isso signifique restringir liberdades individuais e/ou impor uma agenda ideológica ultra autoritária. Essas possíveis intertextualidades com regimes militares podem gerar reflexões sobre os discursos autoritários produzidos nessa reunião, que por vários momentos são ancoradas sobre momentos históricos de repressão e violação desenfreadas dos direitos humanos.

Deste modo, o discurso de Bolsonaro pode atuar como uma tentativa de estabelecer um lugar de subjetivação na batalha discursiva, situando-se na intersecção entre diversas formações discursivo-ideológicas. Como ele afirma, “Aproveitaram o vírus, tá um bosta de um prefeito lá de Manaus agora, abrindo covas coletivas. Um bosta.” (BOLSONARO, 2020).

Aqui, observamos a constituição de uma linguagem pejorativa e ofensiva ao se referir ao “prefeito de Manaus”, com o emprego do termo “um bosta”, expressando seu total desprezo e desaprovação de forma direta e agressiva. Além disso, é importante destacar o uso do verbo “aproveitaram” para se referir às condições de produção do simbólico da situação material (“vírus” e “covas coletivas”) em “Manaus”. Ao empregar esses termos, Bolsonaro sugere que existe uma intenção maliciosa por trás das ações do “prefeito” e, principalmente, dos seus opositores, insinuando uma teoria da conspiração de que estariam se aproveitando da situação causada pelo “vírus”. Esta estratégia discursiva, ao mesmo tempo que reconhece a realidade da gravidade do vírus, busca desacreditar os esforços de combate ao vírus, remetendo ao “aproveitar” mencionado por Salles.

Esse discurso explora uma carga negativa e desrespeitosa, demonstrando uma postura de confronto e falta de empatia, completamente atípica ao lugar discursivo presidencial, pois ao manipular uma linguagem pejorativa e desqualificar autoridades públicas, Bolsonaro investe a materialização histórica de seu desejo político autoritário para a manutenção de um ambiente de polarização e desacreditização das instituições, o que gerou consequências negativas para o debate público e para a construção de soluções coletivas de combate a pandemia.

É importante ressaltar que a constituição de uma linguagem ofensiva e desrespeitosa por parte de autoridades públicas pode ter implicações perigosas, influenciando e legitimando a forma como as pessoas percebem e interpretam determinados acontecimentos e sujeitos. Neste caso específico, o discurso de

Bolsonaro contribui para a desvalorização de qualquer autoridade institucional que não a presidencial (isto sob sua posse) e, conseqüentemente, para a descrença e desmantelamento de ações, medidas e políticas de enfrentamento da crise sanitária.

*Naturalmente*, para Quinet (2012, p. 30), no “inconsciente como discurso do Outro, sempre falta um significante último que daria um sentido último à vida, à história e às questões do sujeito” e, acrescentamos, da significação: isso demonstra a exterioridade que molda a interpretação ideológica em relação ao homem, a disputa significativa pela ordem simbólica de (antes de) nossos séculos (e para todo o sempre). Em consequência, isso também “faz com que a cadeia significativa que compõem o inconsciente seja infinita, pois se pode sempre agregar um significante a mais, e falar, falar, falar..., e, assim, não se ‘pega’ esse Outro cuja alteridade insiste, mas não ‘existe’” (*Op. cit.*, p. 30).

Vejamos que essa ideia nos remete à “Outra cena” como um espaço de divisão e estranhamento do sujeito em relação à sua própria apresentação discursiva (CARVALHO, 2008, p. 248-249). O encadeamento linguístico produz discursividades que atuam como fissuras sob a materialização histórica do político e do desejo. Por exemplo, a inversão interpretativa que ancora o processo simbólico ditatorial nesse discurso como pertencente à posição ideológica antagônica à posição do então presidente, ou seja, ao discurso da ciência e da democracia política, ou melhor, aos seus opositores. No entanto, isso é contrariado em discursos como em “Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais.” (BOLSONARO, 2020).

Aqui, observa-se uma estratégia consciente e deliberada de tensionamento discursivo, em que o então presidente evoca uma retórica de resistência contra uma suposta ameaça de “ditadura” por parte de seus opositores, posicionando-se como defensor da “liberdade” e da democracia. Esta escolha discursiva extrapola a manifestação espontânea de seus pensamentos, enquanto decisão estratégica para mobilizar e galvanizar sua base de apoio.

Ao analisar este discurso à luz da luta de classes, é possível identificar uma tentativa de alimentar a polarização social e alimentar uma dicotomia entre “nós” (o povo, contraditoriamente representado por Bolsonaro e seus apoiadores) e “eles” (os supostos inimigos da liberdade e da democracia). Esta polarização é uma ferramenta poderosa na luta ideológica, pois permite consolidar o apoio de um grupo ao mesmo tempo em que deslegitima e marginaliza o outro. Além disso, a repetição da frase “Não

dá pra segurar mais” transmite uma sensação de exasperação e urgência. Isso cria um apelo emocional, sugerindo que a situação chegou a um ponto crítico e que ações decisivas são necessárias.

Vejam os que a ambiguidade se faz um dispositivo poderoso no discurso político. Ao não especificar quem ou o que exatamente está tentando impor uma “ditadura”, Bolsonaro permite que sua audiência preencha os espaços em branco com seus próprios medos e inseguranças, tornando o discurso mais pessoal e ressonante. O discurso não comunica apenas uma mensagem, ele realiza uma função. Neste caso, o discurso de Bolsonaro busca mobilizar sua base, solidificar sua identidade política e justificar políticas controversas.

O enunciado de Bolsonaro evidencia a complexidade do discurso e a necessidade de considerar as tensões, as contradições e as formas de resistência internas aos implícitos significantes do próprio discurso em relação desigual a si mesmo. É essencial reconhecer que, enquanto Bolsonaro pode estar genuinamente expressando suas crenças, ele também está fazendo escolhas discursivas estratégicas. A tensão significativa é uma característica definidora da política moderna, onde os líderes devem equilibrar a autenticidade com a necessidade de persuadir e mobilizar.

Desta maneira, podemos perceber como a enunciação se atravessa na dimensão do inconsciente, na justificativa de que “está armando o povo” “para evitar uma ditadura” e que, por isso mesmo, revela a presença de um discurso paranoico e delirante que se constrói como uma forma de defesa e legitimação do próprio poder (associado ainda a sua expressão corporal, que bate na mesa, esbravejando, com gestos agressivos e violentos, durante a reunião), de conteúdos ameaçadores que desestabilizam a unidade de sua identidade e representação. Ao armar o povo, Bolsonaro está, metaforicamente, armando sua base contra elites percebidas e inimigos políticos. Isso reflete a luta de classes em um nível discursivo, onde a linguagem é usada como uma arma na batalha por poder e influência.

Ainda, a expressão corporal de Bolsonaro no enunciado em questão, especialmente no momento em que ele diz “não dá pra segurar mais”, pode ser interpretada como uma manifestação da sua relação com o sujeito do inconsciente, em sua indeterminação, onde a formação substitutiva na expressão corporal pode revelar aspectos não controlados pelo sujeito consciente, como suas emoções, receios e impulsos: a manifestação corporal de Bolsonaro pode exaltar uma tensão

interna na significação simbólica em relação a outros grupos, na materialização da impostura dos seus fascínios imaginários de “impor uma ditadura”, pela estratégia discursiva de rearticulação da fantasia sobre o laço social.

Ao negar a possibilidade de “segurar mais”, também podemos observá-la ambigualmente, como expressão da determinação ideológica, consciente, arquitetada, como uma sobreposição contraditória que emerge no estranhamento que divide a apresentação discursiva do sujeito, entre o que o sujeito consciente deseja (“evitar uma ditadura”, denegando seus fascínios imaginários) e o que sua ideologia explicita (um controle autoritário absoluto, “armando a população”, mas não qualquer “população”). Essa relação é uma manifestação do mecanismo de tensionamento do discurso, que é pelo que lutamos, mas que pode se manifestar de forma disfarçada em expressões linguísticas e corporais.

Foucault analisa a relação entre poder, conhecimento e discurso que permeiam e determinam as condições das relações sociais (das suas próprias instâncias na Ordem do discurso). Para ele, o poder é mais do que apenas uma força repressiva, é uma produtora de realidades e subjetividades: as relações de poder são descentralizadas e o conhecimento e o discurso são ferramentas (cujas forças produtivas) através das quais o poder é exercido: fortalecido ou enfraquecido.

Sendo assim, Beck, Fonseca e Santos (2019, p. 170) lembram que é essencial questionar: “O que suporta a quebra dos espelhos, o enfrentamento aos narcisismos que ocultam demandas externas comprometedoras?”. Em outras palavras, “quando o dedo indica a lua, modestamente analisamos o dedo em sua materialidade significante. Isso não é pouco, e é preciso”. Em outras palavras, “O *real da língua* designa, assim, o ponto privilegiado onde a lingüística encontra a psicanálise, mostrando ‘os espaços onde o desejo se espelha e o gozo se deposita’, conforme assinala Milner” (1987, p. 8 *apud* CARVALHO, 2008, p. 179).

Por consequência, podemos analisar sintomas do trabalho social de enunciação negacionista produzida por esses sujeitos, nas marcas que desestabilizam suas rearticulações ao laço social na sociedade, considerando o fenômeno do negacionismo na atualidade como uma postura ideológica que nega ou distorce fatos estabelecidos, como a existência das mudanças climáticas ou a realidade de genocídios, pandemias e mesmo a eficácia das vacinas, logo de medidas e políticas de proteção (pública e social), contra a pandemia da COVID-19 neste caso em específico.

Entretanto, podemos investigar também como as narrativas negacionistas são construídas, difundidas e legitimadas, e como esses discursos se relacionam com as estruturas de forças e poder dominantes na luta de classes, presentes como projeções sobre as formações imaginárias, em suas condições de produção “realmente existentes”. Enfim, podemos compreender os mecanismos, pelos quais o negacionismo se tensiona sobre a luta discursiva, e os dispositivos, pelos quais ele é perpetuado, bem como os seus impactos na sociedade. Essa compreensão pode ser crucial para desenvolver estratégias eficazes para combater o negacionismo e promover o pensamento crítico e a adoção de medidas e políticas baseadas em evidências democráticas e científicas e voltadas à prática da proteção pública e social como um todo.

## *2.2 Formações discursivo-ideológicas: práticas e intersecções com forças sociais*

Pêcheux articulou as formações ideológicas com as formações discursivas, postulando que o discurso é um campo dinâmico de luta, onde reprodução e transformação coexistem, ancoradas na prática contínua de produção de sentidos, que é inerentemente social e, conseqüentemente, política. Assim, a concepção de condições de produção, conforme proposta pela AD, alude à matriz discursiva influenciada por determinações históricas, sociais e ideológicas. Estas determinações moldam a produção, circulação e a interpretação, refletindo a constante evolução da história e a interação simbólica das subjetividades nas práticas de significação.

A noção de condições de produção, ao investigar como os discursos atuam como forças produtivas na reprodução e transformação das relações sociais e seus modos de significação no exercício do poder, destaca a essência do discurso como uma prática social. Esta prática é moldada por fatores como a posição social dos falantes, as instituições em que estão inseridos, as hierarquias que os definem e os valores e crenças que mobilizam à subjetivação. Além disso, é influenciada pelas relações de força e poder que sustentam a sociedade ou o grupo específico em que vivem.

Por isso, as condições de produção são uma parte importante da teoria do Discurso, pois se concentram em como as práxis são determinadas pelas condições formais, materiais, linguísticas e históricas que constituem a conjuntura de significação ideológica específica do corpo social. Isso inclui fatores como as relações de poder



entre os falantes, as comandas sociais em relação ao que é considerado uma linguagem "correta" e a força produtiva das demandas específicas em que o discurso é produzido.

Ao desenvolver seu projeto teórico (AD), a proposta pêcheutiana propõe uma abordagem interdisciplinar. Desta forma, Carvalho observa que a

concepção de 'discurso' em torno da qual se estrutura o projeto de Michel Pêcheux, no contexto da França de 1969, aproxima-se da análise das *condições de produção* que tornam possível um enunciado, abrindo-se para a dimensão social e histórica na qual ele se insere. Pode-se dizer que o discurso constitui, com Michel Pêcheux, um campo de investigação em torno do enunciado. Esse dispositivo interpretativo não deixa de ter relações fecundas com a lingüística, que lhe oferece as bases materiais de análise, mas convoca substancialmente uma relação com outras disciplinas, ultrapassando em muito os aspectos puramente lingüísticos da análise, o que se verifica na dupla ruptura que o objeto discurso produz, 'com o texto e com o conteúdo como tema' (CARVALHO, 2008, p. 17)

Considerando a disjunção entre o enunciado e o discurso, Carvalho (2008, p. 17) destaca que, segundo Lacan, "o discurso atua como um enunciado primordial onde os enunciados efetivos encontram acomodação, sendo suportado por uma notação algébrica". Em contrapartida, para Pêcheux, "um enunciado é contextualizado nas condições de produção estabelecidas pelas formações discursivas em um específico momento histórico" (Op. Cit. p. 17). Essa contextualização ocorre sob a influência dos conjuntos de formações ideológicas entre as discursividades mobilizadas no processo de significação.

Daí Pêcheux dizer que,

*Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é 'produzido como casa de si' na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso (1975/1995, p. 261)*

A interpelação de nossa análise sobre a reunião de 11 de abril de 2020 pode ilustrar como os enunciados efetivos se inserem em uma formação discursiva determinada pelas condições de produção de um dado momento histórico, ao mesmo tempo em que traz à tona a natureza primordial do discurso ideológico como

enunciado suportado por uma notação algébrica<sup>19</sup>, em que, durante a reunião, os sujeitos discutem abertamente sobre suas estratégias desde minimizar a gravidade da pandemia da COVID-19, inclusive sugerindo o uso de medicamentos que vão contra as orientações da Organização Mundial da Saúde, até a deturpação ideológica e subversão simbólica das estruturas significantes que sustentam a democracia política e a saúde pública. Além disso, os sujeitos presentes na reunião expressam sua preocupação com a cobertura da imprensa, taxando-a excessiva e sensacionalista, abrindo margem para discussão de formas e planos de desviar a atenção pública para outras questões.

Esses enunciados efetivos são produzidos como parte do processo da interpelação dos indivíduos em sujeitos, e são moldados pelas formações ideológicas que predominam no momento histórico em que ocorrem. Ao mesmo tempo, a reunião também demonstra como o discurso funciona como uma espécie de enunciado primordial (como definimos, por exemplo: *Salvar a Economia vs. Salvar Vidas*), numa notação que estrutura e suporta os deslizamentos dos enunciados efetivos entre as variadas regiões e instâncias da estrutura simbólico-material, interpelando as condições de produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, sob o trabalho social da enunciação.

A partir disso, é possível identificar outras estratégias discursivas acionadas pelos sujeitos para consolidar suas posições e convencer os demais participantes. Por exemplo, o então presidente recorre frequentemente à retórica da ameaça, da conspiração e da perseguição para justificar suas ações e tentar convencer seus seguidores. Já, o então ministro da Saúde, Nelson Teich, tenta argumentar com base em dados científicos, mas acaba se submetendo à pressão daquele e adotando uma postura mais alinhada com a sedução do “medo” *pelo* terror, sustentando a negação da gravidade do vírus e a ausência de adoção de políticas e medidas públicas de combate à pandemia.

Isso indica que a noção de discurso como um enunciado primordial, suportado por uma notação algébrica, assim como a concepção de que os sentidos são produzidos em relação às contradições e às desigualdades intrínsecas à estrutura

---

<sup>19</sup> Metaforicamente, o termo “notação algébrica” pode ajudar a descrever como o discurso ideológico se estrutura e se sustenta, pois, assim como a notação algébrica utiliza símbolos e operações para representar ideias matemáticas, o discurso ideológico utiliza estratégias discursivas, argumentos e formas de comunicação para expressar suas ideias e influenciar a percepção das pessoas. Desta forma, enfatiza a natureza elaborada, estruturada e calculada do discurso ideológico.

histórica social, cuja contribuição de Lacan para o projeto pêcheutiano pode ser observada na maneira como Pêcheux aborda a constituição do sujeito no discurso, a matéria que o conforma, da significância que o materializa sob os conflitos regulares de desregularização, da luta de classes no desdobramento das relações de forças e produção social. Dessa forma, o sujeito é concebido como um efeito discursivo, que emerge de sua agência interativa (sobre o laço social) na significação entre o histórico e o ideológico, na produção de sentidos.

Para Pêcheux,

A primeira consequência se verifica no que se poderia chamar *o primado do significante sobre o signo e o sentido*: o significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido. Nessas condições, o sentido não poderia ser a 'propriedade' da literalidade significante (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como *metáfora*, dizendo: 'uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora' e acrescentando a seguinte nota, excepcionalmente esclarecedora para nosso propósito: 'A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*'. [...] De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituições, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. (1975/1995, p. 262-263)

Pêcheux e Fuchs (1975/1997, p. 177) compreendem disto que, “uma formação discursiva é constituída-margêda pelo que lhe é exterior, *logo por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina*”. Em outros termos, Pêcheux valoriza a noção de inconsciente proposta por Lacan, entendendo que as formações discursivas são permeadas por elementos do inconsciente, que se manifestam no discurso através de lapsos, atos falhos e outros fenômenos linguísticos e discursivos. Por isso, ele dirá que,

*As modalidades histórico-materiais sob as quais a necessidade-real determina as formas contraditórias de existência do pensamento são constituídas pelo conjunto complexo com dominante das formações discursivas, ou interdiscurso, intrincando no conjunto das formações ideológicas que caracterizam uma formação social dada em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa. (PÊCHEUX, 1975/1995, p. 257)*

Marcada por um contexto marcado de pandemia da COVID-19, que teve início no final de 2019 e se alastrou rapidamente pelo mundo em 2020 e anos posteriores,

o histórico-significante da “Pandemia”, inscrito pela necessidade-real de contenção do vírus e de garantia da saúde pública para a população se contrapôs, nesta reunião, às formas contraditórias de existência do pensamento desse governo, cuja significação simbólico-mercadológica entre “Salvar a Economia vs. Salvar Vidas”, materializa a negação da gravidade da situação e subjetiva a minimização dos impactos da doença à nível público e social.

Por exemplo, o enunciado de Salles sobre “passar a boiada” enquanto a “imprensa estava focada no Covid-19”, metaforiza a forma como o objetivo destes sujeitos era “aproveitar” a crise sanitária para passar “reformas” e “desregulamentações” “infralegais” em diversos ministérios, incluindo o de Meio Ambiente. Essa práxis negligente e irresponsável reflete uma concepção de sujeito que não é concebido a partir de sua existência empírica, mas sim em relação a uma dada formação discursiva em um momento dado do desenvolvimento da luta de classes que a atravessa, sob as determinações da ordem do acontecimento e do político.

Além disso, o contexto da pandemia também trouxe à tona a discussão sobre as desigualdades sociais e econômicas estruturais. Nesse sentido, a pandemia escancarou injustiças das mais diversas, que talvez estivessem passando despercebidas, com grupos mais vulneráveis sofrendo os impactos mais severos da crise, como os trabalhadores informais, as comunidades periféricas e as populações indígenas, de modo que a ausência de adoção de políticas e medidas para enfrentar a pandemia e suas consequências, bem como os discursos que as justificam, demonstram a contradição-subordinação intrínseca à força produtiva do discurso, enquanto projeto de poder sob o uso inerente da linguagem negacionista que move o conflito de desregularização regularizante da luta de classes que os constituem.

Desse modo, o complexo com dominante de formação discursiva é responsável pela produção de efeitos de sentidos determinados e específicos e pela interpelação do sujeito, que é sempre posicionado na significação em relação ao conjunto simbólico das formações ideológicas de um determinado momento, frente a outros complexos com dominante de formações discursivas, isto é, frente a outras práticas sociais as quais ele interage em formação de alianças, antagonismos e contradição. Partindo disso,

‘[...] Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras’. Somos levados, assim, a nos colocar a questão da relação entre ideologia e discurso. Considerando o que precede, vê-se claramente que é impossível *identificar* ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das ideias e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (PÊCHEUX, FUCHS, 1975/1997, p. 166)

A forma como o então governo lidou com a pandemia, minimizando a gravidade da situação sanitária, negando os discursos da ciência médico-sanitarista e da democracia política e promovendo aglomerações, conflitos e confusão, ancora sua posição de classe e seus interesses políticos, articulando-se em relação a esses conflitos ideológicos, buscando deslizar formas de passar “reformas infralegais” que favoreceriam o setor privado em detrimento da coisa pública e das instituições (principalmente das democráticas) como um todo.

Fontana observa que,

Pêcheux [...], em sua proposta de ‘uma teoria materialista dos processos discursivos’, traz para o campo dos estudos da linguagem a concepção althusseriana de Ideologia, definindo-a como ‘uma estrutura-funcionamento que dissimula sua existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, [...] ‘nas quais se constitui o sujeito’ (2014, p. 24).

Nas palavras de Pêcheux, somos capazes de observar essa relação estranhamente familiar,

por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter 'regional' e comportam posições de classe: os 'objetos' ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a 'maneira de se servir deles' – seu 'sentido', isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas

são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. Isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas da luta de classes), 'posições de classe' *que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas* aos diferentes 'objetos' ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc. É aí, na verdade, que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico, na medida em que não são os 'objetos' ideológicos regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*. [...] a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões (com seus 'objetos' e as práticas no interior das quais eles estão inscritos) (1975/1995, p. 146)

Portanto, as formações ideológicas não são abstratas, mas sim regionais e comportam posições de classe que se manifestam nas práticas discursivas (por exemplo, Família tradicional/plural, Amar/armar o próximo como a ti mesmo, que por si, indica pelo menos duas formações discursivas sobrepostas em cada, conservadora e libertária e cristã e bolsonarista). Deriva, então, que as ideologias são práticas de classes que se manifestam e se estruturam nas relações de forças e poder, em formas de reprodução-transformação da luta de classes, isto é, em sua própria estruturação, caracterizando-se pelas formações discursivas atualizadas que lhes materializam o significativo do acontecimento: a luta ideológica não se limita à disputa por diferentes objetos regionais, mas sim às relações contraditórias de desigualdade-subordinação entre essas regiões e às novas formas de dominação e resistência que surgem a partir da interação na batalha discursiva entre essas relações.

Isso nos leva a questionar as formas como as ideologias negacionistas se manifestam em nossa sociedade e como elas perpetuam as desigualdades e as injustiças estruturais e estruturantes sociais, nas suas próprias contradições que subordinam a (condição específica de) sua existência/resistência. E por isso, na compreensão de Pêcheux, de que, como ele mesmo expõe sobre *O contexto epistemológico da Análise do Discurso* (in ORLANDI, 1984/2011, p. 294),

A análise do discurso não tem nenhuma vocação particular em dar um fim a essa interminável série de conflitos. Para ela, é suficiente colocar suas próprias problemáticas e procedimentos: a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no 'não-importa-o-que' de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal.

Ora, na análise discursiva que pretendemos, é fundamental estar atento não apenas aos conteúdos explícitos dos discursos, mas também às relações de forças e

poder e de classe que permeiam os seus implícitos em relação a si mesmos, através de conflitos regulares de desregularização. Daí a AD não ter a pretensão de resolver os conflitos ideológicos, mas sim de construir interpretações que não imobilizem, ou silenciem as questões em jogo, a fim de promover uma compreensão mais ampla e contextualizada da linguagem e de sua relação com a sociedade na significação da luta de classes que lhe corresponde.

Diante disso, é importante observar que Carvalho (2008) aponta outras aproximações entre Pêcheux e Lacan, como para “o fato de que a reflexão sobre o discurso em Pêcheux também pode ser definida como uma tentativa de localizar o funcionamento do que Lacan chama o discurso do mestre e das respostas possíveis do sujeito à interpelação ideológica que funda o laço social” (p. 192), político por natureza; de modo que “os impasses com os quais a aventura pêcheutiana se defrontou, e tão obstinadamente tentou contornar, se esclarecem, ao menos em parte, em contraposição à teoria lacaniana dos discursos” (p. 14).

Continuando, Carvalho nos mostra que,

O *Seminário, livro 17*, [1969-70] ‘O avesso da psicanálise’, é conhecido como aquele em que Lacan elabora sua ‘teoria dos quatro discursos’. Mas Lacan jamais denominou assim os seus ‘quadrípedes’, termo com o qual alude a essa peculiar formação de quatro lugares e quatro termos, que giram em uma rotação calculada para gerar quatro discursos, respectivamente, o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso da histérica e o discurso do analista [...] Em outros termos, é preciso passar ao avesso da própria experiência analítica, na medida em que *esta prática é coextensiva ao discurso do inconsciente que ela desvela*, destacando assim a satisfação pulsional que é inerente à psicanálise enquanto *uma experiência da palavra e a produção incessante do sentido que a acompanha*. A prática da palavra cria assim um gozo que a torna sintomática em si mesma. Por isso, é preciso passar ao seu avesso, instaurá-la como uma experiência de discurso, isto é, sustentada pelo discurso analítico (CARVALHO, 2008, p. 193).

Desta feita, Carvalho (2008, p. 17) pontua que a “análise que pretende Pêcheux dirige-se prioritariamente ao discurso ideológico e às suas incidências sobre o sujeito, cumprindo assim um desígnio político”

### 2.3 *Atitudes e representações negacionistas em reunião, nem 'individuais' nem 'universais', centradas mas dispersas*

Em meio à pandemia, o negacionismo tornou-se uma postura preocupante adotada por alguns líderes mundiais. Esta postura, além de negar a gravidade da

situação, também desvia a atenção das políticas e medidas necessárias para combater a crise. A reunião em análise, portanto, extrapola um evento isolado, enquanto reflexo de uma tendência mais ampla de minimizar a gravidade do vírus. Esta contextualização é crucial para entender a importância e as implicações desses discursos.

Ao examinar a reunião em questão, os discursos de Braga Netto, Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e Ricardo Salles desvelam uma intrincada rede de mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos peculiares. Estes minimizam a seriedade da crise sanitária, ao mesmo tempo em que redirecionam o foco do debate público, deslocando-o das estratégias coletivas de saúde e bem-estar para uma esfera mais individualizada, onde prevalecem agendas econômicas e visões alinhadas a uma postura mais centralizadora e menos participativa. Diante disso, nosso objetivo é iluminar a eficácia desses elementos no trabalho social da enunciação, buscando compreender como a discursividade negacionista se entrelaça com a materialização ideológica de um projeto de poder bolsonarista no plano linguístico e quais as consequências políticas e sociais dessa postura.

### 2.3.1 O discurso de Braga Netto: o Plano Pró-Brasil (*Ordem e Progresso*)

Passemos, então, à sequência discursiva do então ministro da Defesa, na abertura da reunião em análise:

Então eu solicitei ao presidente uma reunião com os ministros, porque o plano não vai ter efeito se todos os senhores não nos ajudarem, cada um na sua área, é claro. Tá? Na hora que nós precisarmos das pessoas para a... a coordenação do plano, os minis... o ministério que não colocar uma pessoa realmente que seja envolvida e tenha capacidade pra poder... é... coordenar e executar... o... esse ministério vai ficar mais fraco, e aí o plano todo f... fica meio capenga. Tá? É uma apresentação de dez minutos no máximo, somente isso. Eu pediria também aos senhores que... é... é... não é... a finalidade não é reunião de ministros para nós discutirmos nada. É simplesmente para apresentarmos o plano. Como é que saiu essa ideia? Tá... eu estava conversando com diversos ministros, entre eles Rogério Marinho, o Tarcísio, inclusive o nome do plano eu roubei de um plano do Tarcísio, não é Tarcísio, né? Pedi autorização a ele e roubei. É um Plano *Marshall* brasileiro, né? E... eu comecei a observar que tinha plano da... ministério é... de Des... Desenvolvimento Regional, que a Economia tem plano, que a Saúde tem plano, e não estava havendo uma coordenação, um... uma sinergia. Então esse foi o motivo dessa reunião aqui. Eu vou procurar ser bem... bem breve e objetivo. [...] Os senhores podem observar o seguinte, é... eu conversei com o presidente. O problema, nó... nós távamos invertendo a... a questão numa lógica de raciocínio. Nós temos um problema, né? Nós temos desse problema, temos que ver quais são as consequências negativas desse



problema? Todo mundo sabia, sanitárias e econômicas. Ninguém tem dúvida, com reflexo em todos os ministérios. Mas o foco não é em... na solução do problema. O foco, hoje, de uma maneira geral, é quem é o culpado, né? E nós queremos real... recolocar, é... é... rem... vamos dizer assim, readequar isso aí para como o governo deve reagir a este problema para achar uma solução para os dois, as duas consequências negativas que ocorrem. [...] Então é um programa, o programa se chama Pró-Brasil, tá? Volta, dou o crédito ao... a... a... o azar do Tarcísio foi ele ter conversado comigo (risos). Eu gostei e roubei. [...] Não é? Pró-Brasil. É um programa para integrar, aprimorar ações estratégicas, os senhores vão ver que o foco, ele não é de Governo, ele é de Estado. Eu tô tentando fazer uma projeção de dez anos, tá? É... eu tô tentando não, nós vamos ter que fazer isso aí. É... pra retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus, tá? [...] As dimensões do programa são essas aí, ó, tá? Ele pega um modelo de governança, ele traz, ele busca melhoria da produtividade, investimentos estruturantes e ações estratégicas do setor público. [...] O programa se divide em dois, em duas etapas, ou duas partes. O Pró-Brasil, [...] Ordem, e o Pró-Brasil Progresso, tá? O Pró-Brasil Ordem [...] Ele pega um arcabouço normativo, ele trata – essas são as medidas estruturantes dele. Que vai ter que ter um arcabouço normativo, investimentos privados, segurança jurídica, produtivi... é, jurídica e produtividade, melhoria no ambiente de negócios, e mitigação dos impactos socioeconômicos. Na parte de investimento ele foca em obras públicas, parcerias do setor privado. É... ele... ele... esse programa também ele tem um foco na redução das desigualdades regionais, tá? Tem um foco na de... na redução das desigualdades regionais... [...]. Na infraestrutura, com foco particularmente nessas obras que estão paralisadas. Esses investimentos que nós estamos perdendo que estão paralisados. Ele pega infraestrutura de transporte e logística, desenvolvimento regional e cidades, pega energia e mineração, telecomunicações. Num desenvolvimento produtivo, ele foca na indústria, agronegócios, serviços e turismo. É... na parte, na f... na... na... na... nas laterais os senhores têm a parte de cidadania, capacitação, saúde, defesa, inteligência e segurança. Tem também cadeias digitais, indústria criativa e ciência. E nas viabilizadoras, que são transversais na... em toda parte do programa, nós temos finanças e tributação, legislação e controle, meio ambiente e a parte institucional e internacional. [a partir daqui, compreendemos ser relacionado à etapa “Pró-Brasil Progresso”, apesar de não explícito pelo ministro] Os... qual é a nossa, nosso, por favor, o nosso *time frame* que nós estamos pensando aí. A estruturação do programa eu preciso que os senhores, nós vamos fazer uma reunião, como os senhores podem ver, do... é a primeira reunião do grupo de trabalho, tá? Com todos os ministérios, envolvidos [...]. A partir de outubro, implantação em larga escala, tendo um foco prioritário naquelas ações que tenham uma resposta mais imediata. Porque o brasileiro é o seguinte, na hora que nós lançamos o programa eles vão começar a cobrar resultado, né? Então eu tenho que ter alguma resposta pro público. E a efetividade dos processos e monitoramento, na realidade não tá no final, ele tá a... durante todo o processo, tá? [...]. É... o horizonte do programa, se os senhores observarem, nós estamos pensando num horizonte, né? Até dois mil, de dois mil e vinte... na realidade até dois mil e trinta, tá? Mas uma primeira fase dele, ele é faseado, até o final desse primeiro governo, mas com um planejamento que prossiga nisso aí. (NETTO, 2020, colchete nosso)

O discurso de Braga Netto, embora longo e, em alguns momentos, repetitivo, revela muito sobre sua postura e perspectiva. Ao nos debruçarmos sobre a sequência discursiva deste sujeito, então ministro da Defesa, é possível identificar uma série de efeitos que modalizam a produção de determinados sentidos entre os interlocutores

ali presentes. Seu discurso, por um lado, busca centralizar a autoridade, mas, por outro, dispersa responsabilidades, criando uma ambiguidade que merece atenção<sup>20</sup>.

O ministro utiliza uma linguagem que oscila entre a formalidade e a informalidade, buscando estabelecer uma proximidade com os ouvintes, mas também reforçando sua posição de liderança. Esta ambiguidade tem implicações significativas para além do reflexo da postura de Braga Netto, atravessando a percepção pública da pandemia e as medidas tomadas pelo governo. Por exemplo, percebemos uma tentativa de estabelecer uma posição de liderança e centralidade por meio de elementos linguísticos “estruturantes”, que materializam no “investimento” da atividade discursiva do sujeito uma relação ideológica de “estruturação” sob comando, responsabilidade e “coordenação” entre os “ministérios envolvidos” no “plano” em questão. Expressões como “**eu** solicitei”, “cada um na sua área”, “coordenar e executar”, “**eu** conversei com o presidente” e “Na hora que **nós** precisarmos” são indicativos dessa postura.

Ao mencionar a necessidade de colaboração de “todos os senhores” e a importância de designar pessoas “realmente envolvidas”, mostra que sua afirmação também pode ser interpretada como uma tentativa sutil de transferir a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do “plano” para outros ministros, enquanto mantém para si uma condição de domínio sobre os demais. Por sua vez, isto também pode ser identificado como uma sinalização potencialmente *ameaçadora* de que a responsabilidade e o sucesso do “plano” estão diretamente ligados à “capacidade” dos ministérios “realmente envolvidos”.

É abordada então a “falta de coordenação” e “sinergia” entre os ministérios, no reconhecimento de que os diversos ministérios possuem seus próprios “planos”, mas Braga Netto observa a ausência de uma “coordenação” efetiva entre eles. Neste caso, ela é evidenciada no início de seu discurso, quando, ao referir-se aos “senhores”

---

<sup>20</sup> <sup>1</sup> É fundamental reconhecer que a análise discursiva, por sua natureza, não é um processo absoluto ou definitivo. O discurso, em sua essência, é multifacetado e suscetível a múltiplas interpretações. A leitura apresentada neste trabalho é apenas uma das muitas possíveis interpretações dos discursos desses sujeitos. Dependendo da posição ideológica, cultural, histórica e social do interlocutor, os efeitos de sentido podem variar significativamente. Por exemplo, enquanto alguns podem interpretar os discursos nessa reunião como uma tentativa de centralização de poder e dispersão de responsabilidades, outros podem vê-lo como um apelo à unidade e colaboração em tempos de crise. Além disso, a linguagem, sendo inerentemente ambígua, permite que diferentes sujeitos atribuam diferentes significados às mesmas palavras ou frases, dependendo de suas próprias experiências e perspectivas. Assim, é essencial abordar qualquer análise discursiva com uma mente aberta, reconhecendo a rica tapeçaria de significados que o discurso pode oferecer e a multiplicidade de vozes e interpretações que ele pode evocar.

(durante todo o discurso), dizendo que lhes tomaria apenas “dez minutos” de seu tempo para a apresentação do “plano”, “plano” que “não vai ter efeito se todos os senhores não **nos** ajudarem”, e que se ancora na materialização de um apelo imperativo de ordem, retomado no ideológico que atravessa a materialidade linguística de controle, com “cada um na sua área, é claro. Tá?”, isso “Na hora que **nós** precisarmos”.<sup>21</sup>

Observamos que os referentes em “nós precisarmos das pessoas para a... a coordenação do plano, os minis... o ministério [note aqui o processo de seleção linguística ou interdito, cujo esquecimento seletivo perfaz a construção da sequência, em que o sujeito dispositiva um termo e não outro] que não colocar uma pessoa realmente que seja envolvida e tenha capacidade pra poder... é... coordenar e executar... o... esse ministério vai ficar mais fraco”, onde o emprego linguístico entre significantes como “envolvida”, “coordenar e executar” e “vai ficar mais fraco” passa da seleção dos *temas* da *competência* para a *consequência*. Desta forma, o ministro *arquiteta* suas escolhas linguísticas de modo a “ser bem ... bem breve e objetivo”.

Concomitantemente, para isso, Braga Netto se ancora numa linguagem cuja intenção é “simplesmente apresentar o plano”, com a brevidade de durar “apenas dez minutos **no máximo**”, ressaltando a necessidade de ser conciso e objetivo frente ao público da interpelação, mas ao mesmo tempo um interpelo ao público pela sua atenção e seu tempo (somente “dez minutos” “dos senhores”), “Tá?”.

A posição de sujeito, influenciada por sua formação ideológica, constitui os efeitos de sentido que são produzidos na materialidade linguística do seu discurso, o que significa que o sujeito não tem completo domínio sobre como suas palavras são interpretadas e recebidas pelos interlocutores, pois os efeitos de sentido estão sujeitos às relações de poder e à força produtiva dos significados socialmente construídos. Um exemplo disso é o emprego do termo “máximo”, que expõe uma limitação ou restrição de tempo para a “apresentação” mencionada. Uma manifestação linguística que pode ter o efeito ideológico de ressaltar a suposta objetividade e eficiência do discurso (como texto e do projeto de poder bolsonarista como tema), transmitindo a

---

<sup>21</sup> A ênfase na coordenação e sinergia entre os ministérios pode ser interpretada como uma maneira de centralizar o poder e controlar a narrativa. No entanto, é essencial reconhecer que a coordenação efetiva é crucial para a implementação bem-sucedida de qualquer plano ou programa. Isto comporta uma transformação das relações de forças e poder em reprodução na manutenção do *status quo*. Ao enfatizar a importância do “programa Pró-Brasil”, ocorre a reprodução de conflitos desregulares de regularização entre as posições dos demais ministros e da sociedade em geral.

ideia de que será uma apresentação concisa, direta e de curta duração de apenas “dez minutos, no máximo”. Contudo, essa interpretação é influenciada pela formação ideológica do sujeito, no que parece buscar controlar o impacto do discurso ao transmitir uma imagem de eficácia e objetividade.

Para verificar os modos efeitos destes sentidos, observamos a repetição de termos direcionados à ênfase da aproximação e da liderança, desencadeados por expressões como “conversou com o presidente”, “pedi ao presidente” e “nós conservamos”, como uma forma de reforçar uma suposta legitimidade significativa e conseqüentemente o respaldo político das “ações” propostas, pois a menção ao diálogo com o “presidente” também manifesta o objeto simbólico da autoridade (ideológica) e serve de suporte às suas próprias palavras e decisões (como se fosse a origem do dizer, logo, dos sentidos da significação sobre os efeitos de sentidos das expressões que produz). Além disso, pode marcar a identificação da intimidade e da proximidade com o então dirigente máximo da nação.

Por isso, fica interessante observar também que recorrer ao termo “pediria” pode manifestar uma solicitação aos presentes para que não utilizem o tempo da reunião para discussões ou debates (que, silenciosamente desvalorizados sob o apagamento da adoção de políticas públicas sob a dialética e o diálogo, reforça a subjetivação de dominação, “coordenação e execução”), mas sim para prestar atenção ao plano em questão, operando a manipulação narrativa, no sentido de que a “finalidade da reunião não é para nós discutirmos nada”, sinalizando apenas comandos e ordens.

Desta forma, pelo encadeamento dos elementos linguísticos, pertinente a sua atividade discursiva, o foco recai para a exposição do “plano”, destacando sua suposta importância e urgência central naquele contexto. Assim, enunciar que a “finalidade da reunião de ministros não é para nós discutirmos nada”, mas apenas para “apresentar o plano”, costura uma superfície discursiva que acaba por limitar a participação dos ministros e reforça aí a própria autoridade de Braga Netto de forma imperativa e centralizadora na condução do processo enquanto general. O jogo com a equivocidade languageira denota que essa abordagem caracteriza a legitimação de sua postura hierárquica e manipuladora, em que o então ministro produz dispositivos de controle, projetando e legitimando a si como responsável por tomar as decisões referentes ao “plano”.

Estranhamente familiar, ou familionariamente contraditório, o emprego do termo "roubei", pode materializar o pensamento de que teria sido retirado da ideia de outro ministro (aliado), e comportar a interpelação sob a transmissão de uma atmosfera informal e de camaradagem entre os membros do então governo, porém, a ação desse termo (e não outro, como "emprestei", ou mesmo "compartilhei"), também pode ser vista como uma estratégia de minimizar a importância da autoria e da relevância da colaboração entre diferentes perspectivas, sugerindo uma apropriação indébita, simplista e roubalheira do trabalho dos outros, inclusive de aliados. Ainda, de qual plano ele está falando neste caso?

Aí entra a contradição da expressão em subordinação desigual "pedi autorização e roubei" que, por sua subordinação ao conflito de desregularização da autorização regularizado pelo roubo, pode ser reinterpretada como uma ironia ou brincadeira, mas também pode caracterizar uma prática de desprezo pelas normas e procedimentos éticos, ao insinuar que houve uma ação de apropriação desigual (ilegal, um roubo) sem a devida permissão ou crédito (revelados posteriormente ao roubo assumido, o que demonstra atitudes não muito condizentes à posição, e muito menos confiáveis, para o cargo de ministro da Defesa).

As evidências desses efeitos de sentido são encadeadas à rede de significantes do não-sujeito, tensionado sob o processo ideológico, como a afirmação "dou o crédito ao... a... a... o azar do Tarcísio foi ele ter conversado comigo (risos). Eu gostei e roubei", onde o processo de linguagem com a menção "dou o crédito", em seguida suprimida pelo interdito constitutivo do símbolo dessa significação, "azar do Tarcísio" com "(risos)", e de que foi obtida em conversas com outros ministros, "Rogério Marinho e Tarcísio", discursiviza no limiar das práticas de sequestro ao que "roubei o nome do plano do Tarcísio" sinaliza uma determinação ideológica autoritária.

Desta forma, também podemos interpretar sua sequência discursiva como uma tática de efetuar o sentido simbólico do valor da sua própria atitude significativa e assim elementar a desvalorização linguístico-histórica das questões éticas e de integridade no âmbito governamental em significação. Nesse processo, a sua relação com a história pela língua, o ministro repete várias vezes o termo "eu" em relação ao "presidente" para estabelecer o signo de uma significação hierárquica de autoridade e compartilhamento das informações (cuja materialidade linguística projeta o material de sua ideologia militar na âncora própria de sua formação imaginária).

Diante disso, a contradição na referência a um “plano” estrangeiro (e não a um “projeto político em diálogo com o povo brasileiro”), constituindo-margeando sua formação discursiva sob os limites da referência ao “Plano *Marshall*”<sup>22</sup>, em que busca estabelecer uma associação positiva com um “plano” de grande magnitude e impacto, sugerindo que o “programa Pró-Brasil” também terá um papel relevante na recuperação e desenvolvimento do país, mas, por outro lado, a ambiguidade sob o deslize provocado pelo termo “sinergia”, que também poderia indicar a importância da “coordenação” e “colaboração” entre diferentes ministérios e setores para a efetividade deste “programa”, recapitulando então a essência autoritária de comando e controle sobre os demais sujeitos e suas ações.

Entretanto, Braga Netto aciona a expressão “não estava havendo uma coordenação, um... uma sinergia” e “que todo mundo tem plano” “que a Economia tem plano, que a Saúde tem plano”, destacando a falta de harmonia e integração entre os “planos” de diferentes ministérios, o que produz efeitos de sentido de falta de comprometimento (possivelmente referindo-se diretamente aos ministérios) em relação à eficiência desses “planos”. Por isso, o apelo à convergência para um “plano” *comum* e a menção à falta de “coordenação” podem provocar efeitos de sentido de dispersão da responsabilidade, desunião e falta de organização governamental.

Por outro lado, o silenciamento produzido pelo esquecimento seletivo que interdita a interpretação dos termos “plano” (em detrimento dos termos *política pública de proteção social*) e “sinergia” (em detrimento de *diálogo plural* e *construção de conhecimentos cientificamente embasados e aceitos*) amplifica a ênfase da manipulação narrativa e na falta estratégica de coordenação. Isto é o que movimenta a necessidade do então governo de superar as supostas dificuldades e desafios de articulação entre os ministérios e setores envolvidos no “programa”.

Isso é exaltado sob o desejo do ministro de ser “bem breve e objetivo”, na materialização histórica da forma imaginária de eficiência e assertividade do conteúdo como tema, relacionada à construção de uma identidade política produzida no linguístico como efeito e baseada na noção de pragmatismo e eficácia na condução da matéria governamental, como discurso. Desta forma, a brevidade da objetividade

---

<sup>22</sup> Plano *Marshall*, ou Plano de Recuperação Europeia, foi um programa de ajuda econômica dos EUA aos países da Europa Ocidental após a 2ª Guerra Mundial, executado entre 1947 e 1951. O objetivo central do plano era reconstruir economicamente os países europeus ocidentais que foram destruídos ou que sofreram perdas com a ocorrência da guerra.

linguística traduz a intenção de transmitir informações de forma clara, concisa e direta sem perder tempo com detalhes ou divagações. Mecanismos de tensionamento do discurso que o possibilitam construir uma imagem de competência, profissionalismo e capacidade de síntese, buscando interpelar a confiança e a atenção do público.

Isso mostra que conduzir a discussão sob a operação do termo "problema" (e não "pandemia", ou "gravidade do vírus", ou "COVID-19") efetiva a existência de uma questão a ser enfrentada, pois, vejamos que, para desenvolver seu discurso acerca da situação, o então ministro ressalta que estava ocorrendo uma "inversão" na abordagem "lógica de raciocínio", que estava sendo trabalhada de forma equivocada. Essa estratégia de inversão de "lógica" é direcionada ao foco simbólico de significação ao "readequar" o "encontrar um culpado" para o foco em "achar soluções" efetivas, como o "plano" proposto, um "programa".

Assim como "as consequências negativas desse problema? Todo mundo sabia, sanitárias e econômicas. Ninguém tem dúvida, com reflexo em todos os ministérios", que demonstra o esquecimento seletivo através da constituição-margeada pela expressão "todo mundo sabia" (representado pelo interdiscurso), que fortalece o imaginário de necessidade e urgência "com reflexo em todos os ministérios", mas não na "sociedade", aclamando (autoritariamente) aos ministros para que *ajudem* o então governo para "implantação" do "plano".

Portanto, há a operação de estratégias simbólicas de subversão da significação da realidade da pandemia, como o uso dos conceitos "problema" e "consequências negativas", cujo efeito desvirtua propositalmente e intensivamente a associação à "pandemia" ou "COVID-19". Diante disso, vemos a produção de efeitos de sentido para minimizar a gravidade da crise sanitária à nível de políticas públicas, bem como para a "inversão da lógica de raciocínio" que trabalha no entrelaçamento dos sentidos de Estado Público e Estado Privado sob os termos "culpa" e "solução", constituindo a idealização de que é preciso "readequar" a "solução do problema", contudo, como uma *solução final*, para garantir proteção ao setor privado e conduzir à reprodução-transformação do Brasil em um "ambiente de negócios", para ser usado por esse grupo<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Braga Netto, e também Paulo Guedes, ao falarem sobre a transformação do Brasil em um "ambiente de negócios", destacam a importância do setor privado e do capital internacional. Eles sugerem que o Brasil deve se tornar mais atraente para investidores estrangeiros e empresas multinacionais. Ademais, a ênfase no capital internacional pode ser interpretada como uma tentativa de alinhar o Brasil com os interesses globais, em vez de priorizar os interesses nacionais.

Tal manifestação suporta a ideia de que o “plano” é simples e direto, desconsiderando a complexidade e as possíveis nuances envolvidas, principalmente ao interditar associação diretas à *pandemia* e ao *COVID-19*, no concreto da interpretação – à prática, entre cadeias significantes que veiculam o processo discursivo cuja matriz de sentido – ao se inscrever numa postura defensiva e trabalhar numa tentativa de redirecionar o sentido do “foco” para a legitimação da tal proposta governamental, como a identificação simbólico-material de “recolocar”, “readequear” sugerem.

De fato, ao mencionar as “consequências negativas” do “problema”, ele destaca que elas são conhecidas por todos, que “todo mundo sabia”, tanto “no âmbito sanitário quanto no econômico”, e têm “reflexos em todos os ministérios”, de modo que estabelece uma compreensão *ampla* das implicações do “problema” e da necessidade de uma abordagem “integrada” para enfrentá-lo, “recolo.. vamos dizer assim, readequear” o “foco”. Ao fazer isso, produz efeitos de supressão do debate e da discussão entre os então ministros, limitando a contribuição dos diferentes ministérios envolvidos e impedindo a troca de ideias, na medida em que desconsidera o conhecimento e a expertise dos demais membros do então governo e não permite a construção coletiva de “soluções”.

Essa linguagem direta e assertiva, com ênfase na necessidade de coordenação e ação efetiva, materializa o ideológico da posição centralizadora de liderança e comando que Braga Netto procura exercer na reunião, acionando tais termos e não outros, onde se articula o processo de estabelecimento de uma hierarquia e de uma clara divisão de responsabilidades entre os ministérios, reforçando a importância da execução adequada do “plano” para alcançar os objetivos expostos.

Sendo assim, Braga Netto destaca que o “programa” é “dividido em duas partes: o Pró-Brasil Ordem e o Pró-Brasil Progresso”. Mas, por que escolher esse nome em particular? Essa divisão pode ser entendida como uma forma de subordinação contraditória da significação ideológica, em que a “ordem” é familiarmente colocada em primeiro plano, deixando em segundo plano o “progresso”, o que expressa, por sua vez, a luta de classes tanto quanto de suas formas de dominação/resistência (à subordinação das condições desiguais de Poder), em que a classe dominante busca manter a subjetivação da ordem e da estabilidade



social (ou melhor, privada), mesmo que isso signifique sacrificar o progresso e o desenvolvimento das classes subalternas.

Essa interpretação pode ser compreendida através da pressão histórica do político e do desejo, materializadas na “ordem” da estabilidade em detrimento do avanço e do desenvolvimento, na vontade de eliminação destas condições, pois a subordinação contraditória da subjetivação negacionista está relacionada ao interdiscurso e intertexto presente no nome do “programa”, evocando o dístico da bandeira nacional "Ordem e Progresso". Ao adotar essa nomenclatura, sua interpelação ao público efetua uma tônica patriótica e processa uma glorificação militarista entre outros-Outro, buscando estabelecer uma conexão simbólica de significação a valores como ordem, controle e estabilidade, que são geralmente discursivizados pelos militares à ideia de um país forte e organizado.

Isto nos leva a observar que a escolha da nomenclatura "Pró-Brasil" para um plano de “desenvolvimento” e “de como o governo deve reagir a este problema para achar uma solução para os dois, as duas consequências negativas que ocorrem”, é reveladora em múltiplos aspectos. Em primeiro lugar, o prefixo "pró" sugere uma postura positiva, construtiva e orientada para o futuro, evocando imagens de progresso, unidade e otimismo nacional. No entanto, a ausência de uma contrapartida explícita, como "Anti-Brasil", é igualmente significativa e merece uma análise mais aprofundada.

No campo da AD, as condições de produção de um discurso referem-se ao conjunto de circunstâncias sociais, culturais, históricas, políticas e ideológicas que moldam e delimitam a maneira como o discurso é formulado. Neste caso, o apagamento que “Pró-Brasil” provoca, de um termo como "Anti-Brasil", pois se há um Pró, há um Anti, o que pode ser interpretado como uma consequência dessas condições de produção. Em outras palavras, certos conceitos ou ideias podem ser considerados tabus, polêmicos ou simplesmente indesejáveis dentro de um determinado contexto discursivo-ideológico, e, portanto, são intencionalmente omitidos ou evitados.

Ao evitar a nomenclatura de um "Anti-Brasil", o discurso se distancia de qualquer conotação negativa ou crítica em relação ao país, sua população ou suas instituições, corroborando uma estratégia deliberada e supostamente legitimada para unificar diferentes grupos e interesses sob uma *bandeira* comum, supostamente evitando divisões ou antagonismos. Além disso, ao não nomear ou reconhecer

explicitamente um "Anti-Brasil", o discurso de Braga Netto também evita a necessidade de definir o que isso significaria, deixando essa interpretação aberta e ambígua.

Conquanto, o explícito de um "Anti-Brasil" justamente em seu silenciamento, mostra que o que não é dito pode ser tão poderoso quanto o que é expressamente declarado. A ausência desse contraponto pode ser interpretada como uma condição de produção do discurso, onde certos temas ou conceitos são intencionalmente omitidos ou não discutidos. Esta omissão pode refletir as limitações e fronteiras do que é socialmente aceitável ou permitido discutir em um determinado contexto.

Além disso, a ideia implícita de um "Anti-Brasil" pode, silenciosamente, servir como uma ferramenta discursiva para identificar, marginalizar e/ou oposicionar grupos considerados adversários e/ou não alinhados com a visão dominante daquele grupo. Pois, em discursos políticos e ideológicos, é comum a construção de identidades através da oposição, que pode ser usada para rotular, mesmo que indiretamente, como adversários.

A sugestão implícita de um "Anti-Brasil" pode servir neste contexto como um mecanismo de exclusão, separando a "nação verdadeira", que estão incluídas no "Pró-Brasil", daquelas partes consideradas "não autênticas" ou "não patrióticas", que seriam os grupos adversários e "Anti-Brasil", sejam eles (f)atores políticos, sociais ou culturais, mesmo que o termo não seja explicitamente usado.

Isso revela que a vantagem de não nomear explicitamente o "Anti-Brasil" é que ele permite uma ambiguidade estratégica, dado que sem uma definição clara, o termo pode ser flexivelmente aplicado a diferentes grupos ou situações conforme as necessidades do momento. Isso permite que o discurso se adapte e responda a diferentes contextos e desafios.

A referência a um adversário implícito pode ser usada para mobilizar e solidificar o apoio, identificando um "inimigo comum", mesmo que não nomeado, para criar um sentimento de solidariedade e unidade entre diferentes grupos dentro da coalizão "Pró-Brasil". Em situações de crises ou desafios, a ideia de um "Anti-Brasil" implícito pode ser usada para desviar a responsabilidade ou culpar grupos adversários por problemas ou falhas. Isso pode servir como uma ferramenta de defesa política, protegendo a liderança ou a ideologia dominante desses grupos contra críticas.

Dito isto, este "Plano Pró-Brasil", enquanto estratégia de "desenvolvimento nacional", pode ser contextualizado dentro de uma tradição mais ampla de políticas

econômicas na América Latina. Notavelmente, o neoliberalismo implementado durante o regime de Pinochet no Chile (1973-1990) representa um marco significativo nessa história. Sob a influência de economistas da "Escola de Chicago", o Chile adotou uma série de reformas de livre mercado, incluindo privatizações, liberalização financeira e aberturas comerciais. Embora essas políticas tenham levado a um crescimento econômico significativo de certos grupos, elas também foram associadas a desigualdades crescentes e a uma série de crises econômicas. A referência ao neoliberalismo chileno serve como um lembrete das complexidades e *trade-offs* inerentes às políticas de desenvolvimento puramente econômico e das consequências sociais e políticas que podem acompanhar esse movimento de reprodução-transformação.

Portanto, a materialidade significativa e sua relação com o interdiscurso e o intertexto contribuem para a construção de uma narrativa política que coloca a "ordem" como pré-requisito para o "progresso", neste caso, através de um "programa", de um "plano", evidenciando uma visão hierárquica em que a estabilidade (privada) é considerada mais importante do que o avanço e a transformação (do progresso social, bem entendido), internalizando-se traços marcantes dos regimes militares.

Essa busca por "achar uma solução" "integrada" demonstra uma compreensão clara da *complexidade* do "problema" e da *necessidade-real* de uma "resposta imediata", neste caso, de uma "resposta para o público", porém, isto não quer dizer, por sua vez, uma resposta que inclua a proteção social e políticas públicas de combate a pandemia da COVID-19. Essas conexões entre o simbólico e o material coordenam mecanismos linguísticos e estratégias discursivas, refletindo a reconfiguração do sujeito e sua relação com o tecido social.

Nesse sentido, o discurso de Braga Netto não é apenas uma expressão de ideias ou pensamentos individuais, mas é agência-efeito de dominação/resistência do complexo com dominante de formações discursivas, imbricado no conjunto das formações ideológicas estruturantes do corpo social como campo de batalhas, como supõe a busca de "uma solução" no conflito regular da variação empírica e superficial dos sentidos, em desregularização que atravessa a estrutura social, nas contradições invariantes do sistema de suas funções que fundam a estruturação mais ampla de relações sociais na luta de classes.

Isso o permite fazer uso da distinção entre "Governo" e "Estado", buscando atribuir a responsabilidade pela "solução do problema" a outras instâncias que não ao

grupo do então governo, o que pode ser entendido como forma de efeito de legitimação do sentido do “programa”, uma vez que o Estado é concebido como uma entidade neutra e imparcial, que atua em benefício de todos e, para “readequar” essa expressão na sua relação com a formação discursiva do discurso político, conferindo o signo da legitimação ideológica neoliberal da manutenção do poder.

Além disso, esse discurso também mostra a relação contraditória de significação simbólica afetada pela ideologia subordinada ao discurso, onde o discursivo é um aspecto formal da materialidade ideológica na língua, e em que as formações ideológicas comportam posições de classe e orientações de interesse de classe em práticas classificadas sobre elementos históricos de subjetivação sob a linguagem (no confronto ideológico, lugar da luta de classes na Ideologia em reprodução-transformação), por exemplo na linguagem autoritária sob a presença constante de termos imperativos, “nós vamos”, “nós temos”, “nós precisaremos” “precisamos”, “tem que ter”, “vai ter”...

Isso revela a tensão entre reprodução e transformação das relações de produção, o que ilustra como o discurso do mestre, que se baseia na autoridade e na subordinação, é estruturado contraditoriamente pela fantasia estranhamente familiar dos modos de produção, na estruturação da força produtiva sobre a constituição do sujeito e dos efeitos sentidos na sociedade, cujo dispositivo aciona a retomada da discussão para *comandar* ações que possam “mitigar” as “consequências negativas” da pandemia (isto é, em relação à demanda do setor privado), através da transferência de responsabilidade ao afirmar que “o foco não é de Governo”, mas de “Estado”.

Assim, o sentido se forma no posicionamento ideológico de que as ações e iniciativas propostas pelo “programa Pró-Brasil” têm um caráter mais amplo e duradouro, transcendendo os limites temporais de um governo específico, o que indica uma valorização do Estado como entidade estabilizadora e provedora de políticas (privadas) de longo prazo, em contraste com a noção de Governo como um ator político, sujeito a mudanças e alternâncias no poder. Deste modo, essa distinção entre “Governo” e “Estado” pode estar relacionada a uma perspectiva mais técnica e burocrática, que busca dar continuidade e estabilidade ao “programa”, independente dos governantes de turno. Mas, por outro lado, ancora a importância simbólica da institucionalidade do Estado como efeito solidificador da continuidade das ações governamentais, neste caso, para garantir na “efetividade e monitoramento” a “longo prazo” às medidas e políticas (com “parcerias do setor privado”) e o atendimento das

demandas (com “ações *estratégicas* do setor público”, como um “resultado mais imediato”).

Ao enfatizar as "consequências negativas do problema", há a produção do desvio do “foco” da discussão sobre a realidade da pandemia, referida como “consequência negativa”, para um conflito regularizante em torno da *readequação* da situação “socioeconômica”, com vistas a uma “resposta imediata para o público”, em vez de buscar soluções concretas para combater a pandemia e a crise econômica (de forma conjunta e colaborativa). Por isso a necessidade de reposicionar a abordagem do então governo em relação ao “problema”, na busca em “achar uma solução” que leve em consideração as “consequências negativas que ocorrem”, no entanto essa “solução” se refere à comanda do grupo ao qual pertencem estes sujeitos, como vemos, na atualização estruturante de suas memórias sob a posição ideológica ancorada sobre os “impactos socioeconômicos relacionados ao coronavírus”.

Na deslizada de um termo a outro, pela memória discursiva em circunscrição na falha do significante que representa o sujeito para os outros-Outro da identificação, mostra em "vamos ter que fazer isso aí" seguido do “É... pra retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus”, a adoção da palavra “coronavírus”, assimilada apenas para ser utilizada para a sua própria desvalorização, desvirtuada do sentido significante de doença grave, mas como suporte simbólico-subversivo para significação de uma posição que prioriza a perspectiva de recuperação puramente econômica (cujos “impactos relacionados ao coronavírus”, aparecem) como principal objetivo de uma orientação ideológica voltada para a “retomada do crescimento” do setor privado, em detrimento da coisa pública.

A expressão "retomada do crescimento socioeconômico" indica a valorização da dimensão econômica e da ordem material privada como fundamentais para a sociedade, em que essa concepção reflete formações discursivas e ideológicas que priorizam o desenvolvimento econômico como imaginário formal da medida de sucesso e de bem-estar social, em detrimento de outros aspectos, como a equidade e proteção social, a justiça ou o cuidado com a saúde pública, entre outros.

Além disso, o emprego da expressão "em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus" também revela uma Outra forma de enquadrar a situação, colocando a pandemia e a COVID-19 como causas externas que afetam negativamente a economia, desconsiderando outros (f)atores estruturais e desigualdades pré-existentes que se agravaram durante as crises social e sanitária. Ainda, isso pode

representar um esquecimento seletivo ao não enfatizar ou considerar integralmente outros tipos de impactos, como os impactos ambientais, culturais ou políticos, readequando o “foco” exclusivamente aos “impactos socioeconômicos”, no que o ministro pode estar intencionalmente negligenciando outras dimensões importantes que também deveriam ser consideradas na formulação de políticas e programas governamentais.

Podemos notar a ênfase na “ordem” que projeta uma abordagem autoritária e conservadora e que prioriza a manutenção da estrutura vigente em detrimento de mudanças e transformações sociais mais amplas, e deste modo, busca direcionar a atenção para a importância de “investimentos estruturantes e ações **estratégicas do setor público**”, que vai **servir** de trampolim para a “retomada do crescimento” pela instrumentalização com “**parcerias do setor privado**”.

Em relação aos mecanismos linguísticos utilizados no “programa Pró-Brasil”, podemos dizer que há uma tentativa de “apresentar” um programa com uma “dimensão estruturante”, que busca a “melhoria da *produtividade*” e “atrair investimentos *privados*”, além de promover “*ações estratégicas do setor público*”, isto é, simbolizando a significação do uso interesseiro do setor público em prol do setor privado e grupos dominantes.

Neste caso, isso demonstra que a escolha de nomear o programa de “Pró-Brasil Ordem e Pró-Brasil Progresso” orchestra um dispositivo discursivo manipulador de identificação à ideais nacionalistas e autoritários, como uma tentativa de fortalecer a centralidade da imagem militar (e a autoridade institucional dos militares no poder, dado que o mesmo é um general) do então governo, diante do desejo de ser reconhecido pelo discurso dos outros-Outro.

Ao falar sobre as “dimensões do programa”, Braga Netto apresenta seu “arcabouço normativo” e “modelo de governança” através de uma série de termos técnicos, que estão enraizados em áreas específicas, como gestão, economia e infraestrutura, associadas a “**governança**”, “jurídico e produtividade”, “investimentos estruturantes”, “**ações estratégicas do setor público**”, “**investimentos privados**”, “**segurança jurídica**”, entre outros, ancorados para embasar e legitimar as propostas significativas deste “programa” na produção de sentidos. Posicionados desta maneira, esses termos materializam no linguístico uma formação discursiva específica, que é a do discurso técnico-científico, e que se relaciona com a materialidade ideológica da classe dominante, ou seja, dos empresários e dos grandes investidores.

O então ministro reproduz e transforma uma série de encadeamentos linguístico-discursivos técnico-científicos para dar a impressão de que o então governo estaria trabalhando em “soluções” concretas para a situação de crise, porém, há sobras nos sentidos silenciados, com a questão de saúde pública e de proteção social, mascarando a histórica falta de ação efetiva por parte desse grupo em relação à pandemia (apesar dos termos “ciência” e “saúde” estarem presentes no “programa”, porém desvirtuados e subvertidos, apenas usados em lista de forma a dar suporte e amplitude à ênfase de importância do “programa”, ou no bom português brasileiro, “para encher linguiça”), em que demonstra o grupo (privado) cujas vidas valem mais, apesar de que sua prática linguageira reflete uma preocupação em abordar as “consequências negativas” que determinadas ações ou eventos podem ter tanto no âmbito social quanto no econômico (em relação à imagem do então governo apenas). Isto porque o efeito de sentido é ampliado no âmbito econômico, na “mitigação dos impactos socioeconômicos”, e no âmbito social, na “resposta para o público”.

Isto mostra que a expressão de destaque para as "obras paralisadas" em relação aos "investimentos que **estamos perdendo**" pode ser interpretada como uma manifestação da ideologia que valoriza o setor privado em detrimento do setor público a qualquer custo, com foco na “infraestrutura” e nos “setores” como fonte de lucro, o que evidencia a preocupação com os “investimentos” que estão sendo perdidos e que poderiam impulsionar o desenvolvimento deste grupo reunido específico.

Ora, através do interdiscurso, que suporta o deslize entre a variação empírica na combinação seriada de sua estruturação historicizada, ele intercala a relação dos “investimentos” que estão “paralisados” com o “programa”, que traz “infraestrutura de transporte” e “logística”, “desenvolvimento regional” e “cidades”, “energia” e “mineração”, “telecomunicações”, destacando áreas-chave para o desenvolvimento que permeia essa ideologia. Esses termos estão relacionados ao discurso do progresso material (do setor privado), enfatizando a importância de *investimentos exclusivos* nessas áreas para impulsionar a economia e promover o desenvolvimento regional (no sentido de região privada, tanto quanto ideológica).

No contexto do desenvolvimento “produtivo”, Braga Netto aponta, no “programa”, a “indústria, agronegócios, serviços e turismo”, que são setores considerados pilares do crescimento econômico, representando áreas estratégicas para a *geração de empregos* e a expansão da atividade econômica, por isso, como aspectos do “programa”, incluem-se termos relacionados à “cidadania, capacitação,

saúde, defesa, inteligência e segurança”, que por sua vez, também como listagem, remetem a áreas e regiões simbólico-significantes *de proteção e cuidado*, bem como da ideologia da *segurança nacional*, refletindo uma abrangência interpelativa que produz a ilusão de o “programa” estar considerando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e de saúde e segurança pública, uma “resposta para o público”.

De fato, nas áreas de “cadeias digitais, indústria criativa e ciência”, o sentido tem efeito como potencial da inovação e do conhecimento para impulsionar o significativo do desenvolvimento e da competitividade do país, termos alinhados com discursos sobre a importância simbólica da tecnologia, da criatividade e da pesquisa científica para o avanço *socioeconômico*, no entanto, nas áreas e regiões de “finanças e tributação, legislação e controle, meio ambiente e a parte **institucional e internacional**”, que são abordados como aspectos relacionados à gestão econômica, à regulamentação legal, à *sustentabilidade* ambiental e à atuação do governo em âmbito nacional e *internacional*, onde podemos ampliar a tônica de ordenação da necessidade hierárquica e autoritária de uma abordagem de “coordenação e execução”, para garantir o funcionamento readequado do “programa”, assim o seu alinhamento com políticas de “simplificação e desregulamentações”.

Quando destacamos essas “ações estratégicas do setor público” e “investimentos do setor privado” e “parcerias do privado” e não *investimentos em setores ou políticas públicas*, podemos identificar uma qualificação do valor da vida (da classe dominante) como vidas que valem mais, pois tais ações visam a classificar a significação coletiva da “retomada do crescimento socioeconômico” (isto é, operar os problemas sociais como tática para o sucesso econômico do setor privado) “em resposta aos impactos” classificados “relacionados ao coronavírus” qualificado, ou desqualificado, dessimbolizado. Nesse sentido, há uma valorização da vida de uma pequena elite, na medida em que se buscam “soluções” para minimizar os “impactos negativos” sobre a economia em detrimento de um *resto*, ou seja, que efetiva uma desvalorização da vida do resto da sociedade como um todo.

Essa revalorização da vida também pode ser questionada a partir da ênfase dada às “ações estratégicas de obras públicas e parcerias do setor privado”, como o aparelhamento de instituições (pelo capital internacional), o que pode levar a uma concentração de recursos em determinados setores e a uma desvalorização de outras áreas e regiões (de luta de classes na Ideologia), como a saúde (da economia ou da



vida) e a educação, por exemplo, caracterizando o valor de vidas que valem menos, das pessoas que necessitam desses serviços, e mesmo as que os fazem funcionar.

Por isso, a “estruturação do programa” pode privilegiar determinados grupos em detrimento de outros, reforçando as desigualdades-subordinações estruturais da formação social dada. Enfim, podemos observar que o discurso de Braga Netto evidencia diferentes qualificações do valor da vida, que pode variar dependendo da classificação simbólica dos interesses em significação e das prioridades ideológicas da classe em jogo ao qual se identifica, interpelando o ponto X de sua subjetivação.

Essas escolhas seletivas (das formações discursivo-ideológicas) inaugurantes da significação sobre a materialidade linguístico-histórica revelam uma mentalidade que valoriza primordialmente a maximização do lucro e a ascensão econômica, relegando a uma posição secundária as nuances e complexidades das interações humanas e do bem-estar coletivo.

Trata-se de uma manipulação discursiva que busca destacar a importância da “retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus”, cujo efeito de sentido mestre pode ser reproduzido pela seguinte paráfrase na sequência de Guedes (2020), na mesma reunião, de “Que uma coisa é que nós vamos fazer a reconstrução e a nossa transformação econômica. A outra coisa são as torres do inimigo que a gente tinha que derrubar [compreendemos torre do inimigo como referindo-se à democracia política, veremos mais à frente]”.

Essas escolhas, inaugurantes da manifestação linguística entre as ideologias, direcionam a atenção para a necessidade de construir a legitimação de uma melhor integração das ações governamentais, buscando evidenciar a importância de superar as dissonâncias e promover um alinhamento mais efetivo entre os diversos “planos” e iniciativas, como as referências intertextuais que servem como apoio e demonstram a suposta expertise e conhecimento do sujeito,

Projetado no “plano”, sobre os assuntos abordados, no que efetiva uma imagem de competência e fundamentação técnica, este discurso estabelece conexões simbólicas com outros discursos e contextos relacionados, como a significação no “foco” para a manipulação discursiva de uma narrativa “de resposta para o público”, coerente e convincente em torno do “programa” apresentado. Desta feita, essa ênfase que o ministro propõe sobre as “obras paralisadas” e os “investimentos perdidos” conduz a uma visão que privilegia o papel do setor privado como motor do desenvolvimento econômico, considerando o “setor público” como um

obstáculo ou entrave, em todo caso, utensílio, na âncora própria de sua perspectiva ideológica que valoriza a iniciativa privada como mais eficiente e eficaz na condução das atividades econômicas, enquanto desvaloriza o “setor público” desvirtuando na subversão as suas capacidades de “investimento” e “gestão”.

Ao destacar os “investimentos que nós estamos perdendo”, ele sinaliza uma preocupação implícita com o *desperdício* de recursos e a *ineficiência* do setor público, por sua vez, explícita nas palavras de Campos (2020), na “execução”, “no preço” e na velocidade” de “projetos e concessões etc.”. Deste modo, essas sequências materializam a ideologia que tende a promover a privatização e a desvirtuação significativa e simbólica do papel do Estado Público e da Democracia Política como agente-instrumentos pilotos responsáveis pelo desenvolvimento e bem-estar social como um todo.

Isto pode estar implícito nas adjacências da repetição indefinida do termo “desigualdades regionais”, o que pode indicar uma lacuna de conhecimento ou falta de preparação em relação ao assunto abordado, atravessadas nos esquecimentos seletivos como um reflexo legítimo da falta de familiaridade com o tema, levando-o a repetir os mesmos termos-chave para preencher o vazio de sentidos produzido por esse lapso.

Ora, essas reflexões indicam a existência de perspectivas ideológicas específicas que moldam o discurso do sujeito, direcionando o foco para determinados aspectos em detrimento de outros, como o destaque final da importância do “foco prioritário nas ações que possam ter resultados mais imediatos”, uma vez que “o brasileiro é o seguinte [...] essa expectativa”. Isso ressalta a necessidade de “resposta para o público”, buscando a ilusão que o governo estaria buscando melhorias protetivas em relação à pandemia através de diversos campos e áreas do conhecimento, porém, demonstra-se mais um aparelhamento discursivo que se opera apenas como uma forma de interpelar o público, a partir das formações discursivas e ideológicas que suportam a prática negacionista ali atualizada.

Como observado em “o brasileiro é o seguinte”, o ministro perfaz a generalização da população como homogênea e singular, numa linguagem informal que atribui características a todo o povo brasileiro, permeando uma visão simplificada e trivial, que desconsidera as particularidades e ao mesmo tempo exerce força de dominação, pois essa generalização pode revelar uma concepção idealizada ou estereotipada do público.

Então, essa relação mostra que o discurso de Braga Netto destaca a significação da “estruturação do programa” no “foco em ações que possam trazer resultados de forma mais imediata”, discursivizando a transferência de responsabilidade novamente, ao afirmar que o “foco” é na “resposta para o público” “brasileiro”, reforçando a subjetivação da tentativa de manipular narrativas ao desviar a atenção da responsabilidade do governo enquanto significante social Governo em relação à gestão (política genocida) da pandemia.

Dessa forma, podemos dizer que o discurso de Braga Netto comporta uma transformação simbólico-material das relações de forças e poder em reprodução na manutenção do *status quo*, pois, ao enfatizar a importância do “programa Pró-Brasil”, ocorre a (re)produção de conflitos desregulares de regularização entre as posições dos demais ministros e da sociedade em geral, tensionando uma formação imaginária de que o então governo estaria engajado na “solução” dos problemas sanitários e econômicos causados pela pandemia, ao mesmo tempo em que se utiliza de termos técnicos e de uma linguagem militar e de coordenadas e assertividade que busca conferir legitimidade à essa ilusão e ao “programa”.

Por sua vez, a memória discursiva de manipulação histórica de regimes ditatoriais se mostra explícita no “horizonte temporal do programa”, nessa tensão da matéria de suas formações, na “*efetividade e monitoramento*” dos “processos” entre mecanismos e dispositivos, “*viabilizadoras transversais* em todas as partes do programa”, que são “finanças e tributação, legislação e controle, meio ambiente, institucional e internacional”, enfatizadas como setores essenciais a serem – como disse Salles (2020), “simplificados” e “desregulamentados”, para o “sucesso” do “programa”.

Diante dessa série de processos e efeitos, é possível observar a relação estranhamente familiar entre a instância ideológica e as formações ideológicas, que possuem um caráter regional e condicionam posições de classe, assim, as ideologias práticas são práticas de classes na Ideologia Capital, o que equivale a dizer que não há posições de classe que existam de modo abstrato e que sejam aplicadas aos diferentes objetos ideológicos regionais (gravidade do vírus; realidade da pandemia; medidas e políticas públicas de segurança e proteção social; retomada do crescimento social e econômico; papel do Estado) das situações concretas (crises significantes das relações e modos de produção e suas forças produtivas).

Por isso, é preciso instaurar a prática da palavra como uma experiência de discurso, sustentada pelo discurso analítico, para desvelar a satisfação pulsional que é inerente à psicanálise e a produção incessante da palavra, donde é possível identificar a presença de uma estratégia simbólica argumentativa de significação mestre, que busca desviar o “foco” ideológico da discussão sobre a pandemia e as medidas e políticas sanitárias e científicas necessárias para combatê-la.

No entanto, é importante atentar para essas materialidades ideológicas que também podem estar associadas a uma visão mais conservadora e de manutenção da ordem estabelecida, buscando minimizar a influência das mudanças políticas e do progresso para garantir uma certa estabilidade (absoluta) nas relações de poder, mesmo em cenários de alternância de poder, o que pode ser observada pela âncora que define o seu próprio lugar na expressão “primeiro governo” e não *próximo governo*. Isto evoca a ideia de uma permanência longa no poder, com duração estendida antes mesmo do pleito, típica de regimes autoritários ou militares (onde nem sequer tem pleito). Historicamente, regimes desse tipo têm se apresentado com líderes que se mantêm no poder por períodos prolongados, reforçando a concentração de riquezas e poder e o aparelhamento das estruturas institucionais.

Nesse sentido, a menção ao “primeiro governo” no discurso de Braga Netto efetua sob uma indeterminação inconsciente, uma visão autoritária e ditatorial, na qual a verdade inconsciente do sujeito se pressupõe numa continuidade do poder com um projeto político centralizador de longo prazo, em consonância com a lógica da permanência do Estado totalitário e da hierarquia militar.

Essa ancoragem da ideologia militar autoritária é reforçada pela relação entre o discurso e o contexto mais amplo no qual o então governo tem sido marcado por uma aproximação com as Forças Armadas e uma valorização simbólico-material da ordem e da hierarquia militar, e que é percebida na significação constituinte da linguagem operada, sugerindo uma suposta visão de Estado forte e centralizado. Dito isto, o então ministro destaca o “programa” como um projeto de longo prazo, “com duração até dois mil e trinta”, o que, por se tratar de objetivos práticos antissociais e antidemocráticos, remete a um aspecto da ditadura, com poder unilateral, na insinuação da crença de um possível segundo governo, por isso, a “estruturação” do programa é *ordenada* em “duas partes”, “Pró-Brasil Ordem e Pró-Brasil Progresso”, cada uma abordando diferentes espaço-tempo-ação de (des)regularização sobre os

“desafios a serem enfrentados”, para a regularização da ordem e desregularização do progresso (no sentido público-social dos termos).

Além disso, ainda nessa sequência, o “Porque o brasileiro é o seguinte, na hora que nós lançarmos o programa eles vão começar a cobrar resultado, né? Então eu tenho que ter alguma resposta pro público” vemos que o emprego do termo “eles”, ao se referir ao povo brasileiro, corrobora a materialização da existência de uma entidade ou grupo externo ao qual o sujeito se refere, como uma projeção de expectativas e demandas do público-Outro sobre o sujeito, cuja formação imaginária pode estar associada a identificação de ansiedades e pressões das forças sociais que permeiam a luta de classes. Vejamos que a expressão “Então eu tenho que ter alguma resposta pro público” revela essa necessidade-real, linguística e histórica, de atender às expectativas e demandas do público enquanto líderes governamentais, trazendo o “foco prioritário” que concentra uma pressão interna e uma busca por reconhecimento e aprovação, evidenciando a busca por satisfação e segurança frente as expectativas externas internalizadas em relação a si e aos outros-Outro.

Contudo, indícios das fissuras próprias à natureza da língua sobre o real, donde a materialidade ideológica sugere o molde da forma linguística como ele se relaciona com a matéria “público” (em todos os sentidos) e se posiciona diante das expectativas e cobranças sociais e privadas.

Adiante, passamos para a análise do discurso de Bolsonaro.

### *2.3.2 Bolsonaro e o discurso do poder: autoritário, centralizador: L'état c'est moi*

Desta feita, passamos a uma sequência discursiva do discurso negacionista de Bolsonaro nessa reunião, que revela uma complexa teia de estratégias discursivas que se entrelaçam com formações ideológicas específicas, perspectivas alternativas e antagônicas, bem como as bases do projeto de poder bolsonarista em correlação ideológica com as forças sociais, na materialidade concreta da interpretação, a luta, na qual práticas e formações ideológicas e discursivas servem aos interesses de uma classe dominante como resultado e causa de si. Segue a sequência:

Estou tirando água, e vou continuar tirando água de todos os ministérios no tocante a isso. A pessoa tem que entender. Se não quer entender, paciência, pô! E eu tenho o poder e vou interferir em todos os ministérios, sem exceção. Nos bancos eu falo com o Paulo Guedes, se tiver que interferir. Nunca tive problema com ele, zero problema com Paulo Guedes. Agora os demais, vou!

Eu não posso ser surpreendido com notícias. Pô, eu tenho a PF que não me dá informações. Eu tenho as... as inteligências das Forças Armadas que não tenho informações. ABIN tem os seus problemas, tenho algumas informações. Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô! Aparelhamento, etc. Mas a gente num pode viver sem informação. Sem info... co... quem é que nunca ficou atrás do... da... da... da... da... da... da porta ouvindo o que seu filho ou sua filha tá... tá comentando. Tem que ver pra depois que e... depois que ela engravida, não adianta falar com ela mais. Tem que ver antes... depois que o moleque encheu os cornos de... de droga, já não adianta mais falar com ele, já era. E informação é assim. Eu tava vendo, estudando em fim de semana aqui como é que o serviço chinês, secreto, trabalha nos Estados Unidos. Qual a preocupação nossa aqui? [trecho omitido]<sup>24</sup>. É simples o negócio. 'A, não deve falar publicamente'. Devo falar como? Tá todo mundo vendo o que tá acontecendo. [trecho omitido]. Tudo bem. Tá? [trecho omitido]. Você tira do [trecho omitido] porra, da [trecho omitido] tu não tira. É uma realidade. Não adianta esconder mais, tapar o sol com a peneira, né? Tem, não é... em vá... em alguns ministérios tem gente deles<sup>25</sup> aqui dentro, né? Então não queremos brigar com [trecho omitido], zero briga com a [trecho omitido]. Precisamos deles pra vender? Sim. Eles precisam também de nós. Porque se não precisassem não estariam comprando a soja da gente não. Precisam. E é um negócio, pô. E devemos aliar com quem tem umas... alguma afinidade conosco. Pra gente poder faz... fazer valer a nossa vontade naquele momento. Não adianta se esconder aqui, depois tem um problema, daí liga pro tio, 'O tio'. Vou falar 'Pô cara, você me ignorou até hoje!'. Você só não me chamou de imperialista, igual a esquerdalha e o FHC falavam no passado, no resto... agora não dá mais. Então essa é a preocupação que temos que ter. A questão estratégica, que não estamos tendo. E me desculpe, o serviço de informações nosso, todos, é uma... são uma vergonha, uma vergonha! Que eu não sou informado! E não dá pra trabalhar assim. Fica difícil. Por isso, vou interferir! E ponto final, pô! Não é ameaça, não é uma... uma extrapolação da minha parte. É uma verdade. Como eu falei, né? Dei os ministérios pros senhores. O poder de veto. Mudou agora. Tem que mudar, pô. E eu quero, é realmente, é governar o Brasil. Não, é o problema de todos aqui, como disse o Marinho, né? É o mesmo barquinho, é o mesmo barco. Se alguém cavar o fu... cavar no porão aqui, vai, vai todo mundo pro saco aqui, vai todo mundo morrer afogado. Então ess... isso que a gente precisa, é pensar além do que tem que fazer internamente aqui. Quando explodiu o INMETRO, conversei com o Paulo Guedes. Uma, desculpe o linguajar, uma putaria! Putaria o INMETRO! Trocar tacógrafo, trocar taxímetro, botar *chip* na bomba de combustível, putaria! Igualzinho a tomada de três pinos. Tá muito bem agora lá. A imprensa enfiou a porrada. 'A, botou um coronel'. (BOLSONARO, 2020)

Nesta sequência, ancorados em estratégias discursivas de denegação dos fascínios imaginários, carregados de desejo de autoridade absoluta no controle da “informação”, Bolsonaro revela, sob a cumplicidade, a impostura e a imposição, entre elementos linguísticos que manifestam formações discursivas e ideológicas por vezes ambíguas, evidenciando práticas negacionistas pelo emprego da palavra de maneira nem individual nem universal, mas centrada na dispersão de sua própria estruturação

<sup>24</sup> Na tela, aparece a mensagem de que os trechos foram “Excluídos por Determinação Judicial”.

<sup>25</sup> “deles”, referindo-se à China. O que causa um estranhamento em relação aos trechos omitidos...

argumentativa, presente no discurso singular de sua enunciação, tanto quanto observável na fantasia de seu laço social rearticulado sobre formações substitutivas.

Essa manipulação e controle se constituem práticas de classe na ideologia e demonstram a luta ideológica de classes que se desenvolve na esfera regional política e institucional, logo no início dessa sequência, ao afirmar que está "tirando água de todos os ministérios no tocante a isso", produzindo uma metáfora que denota controle e vigilância sobre as ações dos ministérios.

A escolha da expressão "tirando água" pode ser interpretada de diversas maneiras. Por um lado, pode indicar uma tentativa de "secar" ou esvaziar o poder e a influência dos ministérios, centralizando as decisões e ações no Executivo. Por outro, pode ser vista como uma tentativa de "limpar" ou "purificar" os ministérios de influências ou práticas indesejadas. Esta ambiguidade permite diferentes leituras, dependendo da formação discursivo-ideológica do interlocutor, que tensiona frente a uma linguagem autoritária que busca impor a ideia de que Bolsonaro e somente ele deve exercer comando e influência sobre as decisões tomadas por cada um dos demais, reforçando o discurso de Braga Netto sobre a "sinergia" e "colaboração de todos os ministérios".

É interessante notar que a escolha destes termos também estabelece uma relação de submissão dos ministérios ao seu "poder", cuja força produtiva em centralização de decisões na sua figura de sujeito (apoiador de ditaduras). Como na metáfora "estou tirando água", onde obtém-se a materialização dos sentidos de que está agindo de forma enérgica e processando um efeito assertivo em relação a uma determinada situação, que sugere uma ação de remoção ou eliminação de algo indesejado ou problemático, e até mesmo um inimigo. Este efeito é ampliado pela potência intrínseca do verbo "tirar", pois a "pessoa tem que entender. Se não quer entender, paciência, pô!", implicando no imperativo do "**eu tenho o poder**" e "**vou interferir**" manifesta na imagem de controle (incontrolável, "sem exceção") e de intervenção direta neste caso.

Aqui, Bolsonaro reforça sua autoridade e determinação em exercer controle sobre todos os ministérios. A expressão "eu tenho o poder" é uma afirmação direta de sua autoridade, enquanto "vou interferir" sugere uma ação ativa e unilateral. Esta postura pode ser interpretada como um reflexo do projeto de poder bolsonarista, que busca centralizar a autoridade e reduzir a autonomia dos ministérios e outras instituições. No entanto, é importante considerar que esta centralização pode ser vista,

por alguns, como uma tentativa de trazer ordem e eficiência à administração pública, enquanto para outros, pode ser percebida como uma ameaça à democracia política e à separação de poderes.

A repetição da expressão "tirando água" em correlação com a surpresa exalta a intenção de atuação incisiva do sujeito na persistência em sua ação, como um recurso discursivo para constituir a mensagem e a convicção de sua posição, pois vai "continuar tirando água de todos os ministérios", assim, o termo "interferir", por sua vez, denota uma ação rígida e de imposição, destacando a contraditoriedade subordinada da expressão de que "a pessoa tem que entender" uma postura ditatorial, produzindo efeitos de expectativa de obediência e conformidade por parte dos outros agentes políticos.

Trata-se de uma imposição paranoica e delirante de seus fascínios fantasiosos sob uma visão sua como a única escolha correta e uma rejeição à divergência de opiniões, como vemos na expressão "se não quer entender, paciência, pô!", que sinaliza uma falta de disposição para dialogar e de considerar perspectivas diferentes, na prática invariante do então presidente.

De fato, um exemplo de ato falho, como indeterminação do inconsciente influenciando a produção de sentidos, que por vezes extrapola a sua forma determinante ideológica, podem ser observadas na repetição das expressões em repetições neuróticas de que "não é ameaça... não é uma... extrapolação", mas sim "é uma verdade", que não pode ser escondida "tapando o sol com a peneira". Ele busca sustentar uma posição que tenta reprimir conteúdos indesejados ou problemáticos, onde estrategicamente "água" é associada simbolicamente a formas significantes de sobrevivência, recursos e pessoal, demonstrando seu desejo do político autoritário materializado na história, em sua sede por "o poder" de controlar, suprimir ou negar, de modo que desencadeia modalizações de persistência ao repetir essas expressões como uma forma de estabilizar o domínio sobre esses conteúdos que ameaçam a estabilidade e representação da identidade.

Por outro lado, Bolsonaro reconhece a realidade de certas situações, sugerindo que não se pode mais ignorar ou negar certos fatos, o que pode ser interpretado como um reconhecimento da necessidade de enfrentar desafios e problemas de frente, em vez de evitá-los ou negá-los. Ademais, é importante considerar que o que é percebido como "realidade" pode variar dependendo da formação discursivo-ideológica do indivíduo, cujo controle sobre os esquecimentos



seletivos é duplamente determinado, como a ameaça de “interferência em todos os ministérios, sem exceção”, pois não menciona os motivos nem a finalidade dessa intervenção, contudo, indica relação aos aspectos justificativos e aos impactos dessa interferência. Isso evidencia uma intenção de silenciar, minimizar e apagar possíveis insubordinações, questionamentos ou críticas, “sem exceção”.

Desta maneira, é crucial entender que o discurso não opera no vácuo. Ele é moldado e influenciado por diversas formações discursivo-ideológicas, algumas das quais podem ser antagônicas à visão de Bolsonaro. Por exemplo, enquanto Bolsonaro pode enfatizar sua autoridade e poder, outros discursos, especialmente aqueles enraizados em tradições democráticas, podem valorizar a colaboração, o diálogo e a tomada de decisão coletiva.

Desta forma, esses mecanismos de tensionamento do discurso permite que ele se coloque como o detentor do “poder” em “eu tenho o poder”, “eu vou interferir”, “dei os ministérios pros senhores”, entre outros imperativos de dominação que interpelam a sua posição de comando sob o imaginário do exercício de autoridade absoluta, onde essa reprodução autoritária é operada pela negação de qualquer objeção ou resistência às suas decisões, como podemos observar nas expressões “não é ameaça, não é uma... urna extrapolação da minha parte. É uma verdade”, que demonstram sua convicção de que suas ações são justificadas e irrefutáveis.

Outro ponto revelador se destaca na “fala com o Paulo Guedes”, em que o então presidente desloca para sua comunicação direta e sua influência sobre as questões econômicas do país, na significância de que “se tiver que interferir” há plena disposição em intervir e moldar as ações do então ministro e dos bancos de acordo com seus interesses, mas ao mesmo tempo e de outro modo, estabelecendo um referente de que nunca teve “problemas com Paulo Guedes”, numa formação imaginária de parceria e alinhamento com seu ministro da Economia, para consolidar uma narrativa de estabilidade e legitimação da confiança dos mercados e dos atores econômicos em relação às políticas desse governo. Porém, ao se direcionar à interferência, o jogo com as palavras “agora os demais, vou!” poder desenhar uma atitude influente significativa na narrativa simbólica e política de um ditador.

Identifica-se aí claramente o autoritarismo materializado em seus termos e expressões, na relação de subjetivação à “interferência” e controle – absoluto e central para a governança – sobre os demais ministérios e instituições, como um dono que dá algo a alguém, pois a busca por “informações” e o domínio sobre elas também

denotam sua intenção de manter-se sempre “informado” e no comando das situações, pois quem controla a informação pode controlar a transmissão de *ideias do regime*, moldando a atividade e capacidade de enunciação, que não eram captadas no campo de experiência, e tem a “oportunidade” de controlar o trabalho social de enunciação, então, quem controla a linguagem, também controla como o “povo” (neste caso bolsonarista) pensa e age.

Isto exalta o projeto de poder bolsonarista em correção ideológica com as forças sociais, sob/sobre as quais Bolsonaro busca consolidar seu poder, centralizando a tomada de decisão e minimizando a autonomia dos ministérios e instituições, em uma resposta às percepções de ameaças, reais ou imaginadas, à sua autoridade. Ao reclamar da “falta de informações” da Polícia Federal, das Forças Armadas e da ABIN, ele amplia a necessidade de estar ciente de tudo o que ocorre ao seu redor e mostra insatisfação com qualquer falha nesse aspecto, além disso, sugere uma profunda desconfiança em linha contígua com a paranoia, aportada sob termos pejorativos para desqualificar esses atores e desvirtuar decisões e políticas anteriores ao seu governo, na subversão simbólico-material entre a significação da “vergonha” e da “putaria”.

Bolsonaro parece acreditar que está sendo deliberadamente mantido no escuro, o que, em sua visão, justifica a necessidade de interferir e consolidar o poder. Esta desconfiança pode ser vista como uma manifestação do conflito entre diferentes formações discursivo-ideológicas dentro do governo e da sociedade em geral. Por isso, suas expressões demonstram uma postura desrespeitosa e desvalorizadora em relação a essas instituições e suas funções, e no contexto político e ideológico, o autoritarismo presente nessas manifestações, revela uma tendência autoritária de centralização do “poder”, desconsiderando o papel e as autonomias dos então ministros e instituições. Há, portanto, uma clara manifestação de que seus interesses e sua visão de governo estão acima de qualquer outra razão, inclusive da necessidade de respeitar a tomada de decisões coletivas ou a própria Constituição, sugerindo que apenas sob sua liderança o país pode superar os desafios atuais.

Isso mostra que o discurso de Bolsonaro não é monolítico. Ele é influenciado por uma variedade de formações discursivo-ideológicas, algumas das quais podem ser antagônicas à sua visão. Por exemplo, enquanto Bolsonaro pode enfatizar a centralização do poder e a autoridade, outros discursos, enraizados em tradições

democráticas e liberais, podem valorizar a descentralização, a colaboração e a tomada de decisão coletiva.

Ora, ao dizer que "eu não **posso** ser surpreendido com notícias", estabelece uma preocupação com uma complexa interação de ideologias, desejos e percepções, entre o controle manipulador da "informação" pela necessidade-real de estar a par dos acontecimentos antes que se tornem públicos e o controle sobre narrativa em torno de questões que possam afetar sua imagem ou a agenda desse governo, no desejo de dissolução (das condições) desse lugar previamente ocupado e administrado.

Pois bem, essa sequência discursiva atravessa a luta ideológica presente no discurso de Bolsonaro, destacando que as formas discursivas de sua combinação variável, na superfície com o ministro da Economia, e sua *autonomia* ideológica de interferir nos bancos, permeada pela visão neoliberal e pró-mercado de sua "bandeiras", traduz sintomas sociais dessa rearticulação (antissocial e antidemocrática), que buscam promover a liberdade econômica e o fortalecimento do setor financeiro como pilares de desenvolvimento em troca do controle de "informação" (ou melhor, do controle narrativo sobre a formação de racionalidades alternativas que praticam a perpetuação da dessimbolização já apontada).

Contudo, essa visão ideológica também pode gerar tensões com outros setores e ministérios, os quais podem ter perspectivas diferentes e buscar políticas mais alinhadas a suas áreas de atuação. Trata-se de uma luta de classes/ideológica manifesta e condicional das disputas de Poder subordinadas de existência à resistência das relações de produção e das forças produtivas, nas tentativas de impor sua agenda e visão política sobre os demais "sem exceção".

Vejamos então que é possível identificar ainda elementos que trabalham a conexão à maneira como o então presidente busca eliminar adversários e centralizar um poder absoluto sobre sua figura, o que revela a natureza das formações ideológicas que servem aos interesses de sua classe, através da manipulação da "informação" e do seu desejo de total controle sobre as instituições em geral, como a Polícia Federal, a ABIN e as Forças Armadas, o INMETRO, entre outras todas elas.

A crítica à falta de "informações" que recebe dessas instituições, em que a interpelação à menção do "aparelhamento" e dos "problemas" nestas, relacionam a existência de interesses divergentes e da falta de obediência ao então governo, dominadas por "**eu tenho** [instituições que] **não me dá** informações". Desta forma, os efeitos produzem o enfraquecimento simbólico dessas instituições para justificar sua

“interferência” significativa e necessidade significativa por “informações” (privilegiadas, privadas).

Bolsonaro expressa insatisfação em relação à não obediência dos órgãos públicos à sua figura de autoridade máxima, necessitando aferir o uso dos termos "eu tenho", "eu posso" (ou "não posso"), "eu quero", "eu vou", "eu sou" (como indeterminações inconscientes), que evidenciam a perspectiva de posse e controle sobre essas partes. Por sua vez, isso forma o sentido do efeito de que há obstáculos ou limitações (como a democracia ou a constituição), no acesso às “informações” desejadas, que supostamente afetam ou boicotam a sua possibilidade de aparelhar e “governar”, pois "Só não tenho mais porque tá faltando, realmente, temos problemas, pô!".

Além disso, a manipulação da própria “informação” também se faz presente, "Mas a gente num pode viver sem informação", ao mesmo tempo com a falta de “informações” que deseja receber, sob o uso inerente à linguagem coloquial, no sentido de moldar a narrativa em torno da significação dos assuntos de segurança nacional, buscando criar uma imagem favorável a seus interesses e eliminar “in/formações” que possam prejudicá-lo.

Assim, a importância da “informação” é um elemento recorrente no discurso de Bolsonaro, que atravessa a figura da vigilância familiar e perfaz um sujeito antiético e delirante, que não confia no outro, ilustrando a paranoia imaginária de sua argumentação, comparando a obtenção de “informações” com o ato de “ouvir” o que os filhos estão comentando “atrás da porta”, sugerindo que o então governo precisa obter “informações” antes que “problemas” ocorram, através da espionagem mesmo, incluída a de aliados e parentes.

O uso da expressão "a gente num pode" em vez de "não podemos", “cavar no porão aqui<sup>26</sup>, vai, vai todo mundo pro saco aqui, vai todo mundo morrer afogado”, revela um registro coloquial e informal, mas ao mesmo tempo afrontador e ameaçador, característico do estilo da linguagem de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, busca uma maior proximidade com o público, criando uma identificação através da *sedução ao medo pelo terror* e uma forte sensação de *informalidade*, por isso, a repetição das palavras "da" e "de" e as hesitações marcadas pelos pontos de suspensão ("da... da...

---

<sup>26</sup> É possível associar a significação simbólica dos *porões*, *sacos* e *afogamentos* etc. da Ditadura Civil-Militar no Brasil, ou seja, na constituição de uma linguagem de “ameaça”, uma “neurose” de sua “parte”.

da... da... da... da... da...") também podem configurar uma fala improvisada, composta por pausas e busca por palavras ou ideias (assegurando a discursividade ideológica da ruptura entre as costuras por diferentes regiões no campo interdiscursivo, cujas marcas simbólicas da fissura se propagam pelo encadeamento significativo que produz), demarcadas nas metáforas que manifesta, nas determinações do real da história (sob os efeitos do esquecimento seletivo). Essas (in)determinações podem efetuar a ideia de uma fala menos planejada e mais espontânea.

Essa abertura induz a abordagem de exemplos cotidianos para ilustrar sua argumentação de “ouvir o que os filhos” estão “comentando” “atrás da porta”, da “filha” engravidar ou do “filho” se envolver com drogas, que ilustram a impostura na denegação de que é necessário ter acesso a “informações” antes que certas situações ocorram, para evitar “problemas” futuros.

É interessante notar que a retórica "Devo falar como?" indica uma altamente atitude desafiadora, em que o sujeito questiona a expectativa de como deveria se comunicar (neste fundo duplo de sustentação de posições e de deslocamento do dizer, no investimento histórico-subjetivo a um sentido e não outro), uma resistência a supostos efeitos de restrições ou de censura, reforçando uma ideologia de *liberdade de expressão* e autenticidade.

Assim, o uso de expressões como "porra", "putaria", "vergonha" entre outras, confere uma marca de agressividade dando ênfase e intensidade autoritária ao discurso, moldando uma atitude de confronto e ataque, sendo que "tá todo mundo vendo o que tá acontecendo", isto é, sob o esquecimento seletivo, onde o sujeito faz referência a uma suposta opinião ou percepção compartilhada por todos. Trata-se de uma estratégia retórica que produz uma sensação de legitimidade e alinhamento com a opinião pública, fortalecendo sua posição e justificando suas próprias ações.

Aí entram as questões que interpelam a censura e aparelhamento do “serviço” de “informações” e “inteligência” do país, caracterizando-os como uma "vergonha" e afirmando que não é “informado” adequadamente, que isso é uma “putaria”, descredibilizando essas instituições na deturpação do simbólico efeito do sentido que reforça a *necessidade-real* de interferência (sob a significação da “vergonha”); modalidade de contato entre formações discursivas (neste caso a negacionista e a da loucura? Fica a suspeita), cujo efeito produzido é de que não confiam nele, por isso ele se sente boicotado e impedido de “governar o Brasil”.

Em uma reunião ministerial, no começo de uma pandemia, estabelecemos a relação entre o seu discurso e as consequências do negacionismo para a sociedade. Ele afirma que não é possível “trabalhar” dessa forma e, como resultado, declara que irá “interferir nos ministérios”, exercendo seu “poder de veto” e tomando decisões unilaterais sem respeitar a autonomia dos ministros; sem respeitar a democracia, sustentado o deslucrar sob os efeitos de “não dá pra trabalhar assim” e “fica difícil governar” na correlação com a “falta de informações” e do suposto boicote “que eu não sou informado!”.

Vemos que o encadeamento significativo dessas expressões (re)produzem sua frustração com a situação significativa e a crença de que sua capacidade de “governar” está sendo prejudicada, portanto, coloca-se como a autoridade máxima e (re)afirma que a situação mudou, que “não é uma ameaça [...] nem uma extrapolação de minha parte”, mas sim “uma verdade” (do sujeito do inconsciente) que legitima sua posição e suas ações, enfatizando que ele está agindo em nome do que ele considera ser a verdade simbólica ou a necessidade-real para “governar o Brasil”.

Dito isto, esta interpretação que fazemos se concretiza no uso da expressão “vou interferir! E ponto final, pô!”, enquanto atitude assertiva e (in)determinada do sujeito em exercer seu poder e influência através da manifestação de sua vontade, para compensar o desejo de uma sensação de autoridade absoluta e de controle sobre a situação, “E ponto final, pô!”.

Vejamos que isso mostra um movimento de denegação em relação a possíveis interpretações de suas palavras como uma “ameaça”, por isso o deslocamento arquitetado em seu discurso atravessa o contíguo de “ameaça” para a amenização no efeito do termo “extrapolação” (como parte do esquecimento número n° 2<sup>27</sup>, que busca “interditar” o efeito de sentido de ameaça de seu discurso pela determinação ideológica de produção de sentidos). Então o sujeito busca, estrategicamente, se distanciar dessa percepção, apresentando sua fala como se fosse a origem do dizer (sob o processo do esquecimento n° 1) numa afirmação tida como supostamente verdadeira e justificada.

Frente a isso, evidencia-se o apelo metafórico à mudança e ao poder de “governar” como o *donos da bola*, na expressão “Dei os ministérios pros senhores. O poder de veto. Mudou agora. Tem que mudar, pô. E eu quero, é realmente, é governar

---

<sup>27</sup> Cf. *Semântica e Discurso* (1975/1995), Michel Pêcheux.

o Brasil", cujo desejo atravessa o material político desse encadeamento e perfaz a centralização do "poder" na forma de Bolsonaro e de sua "interferência" em diferentes esferas governamentais (mas também da sociedade em geral). Uma prática negacionista que pode comprometer a adoção de políticas e medidas efetivas de saúde pública, como o distanciamento social, o uso de máscaras e a vacinação em massa.

Outro exemplo disso é quando ele se apoia em termos pejorativos para se referir ao "INMETRO", afirmando que é uma "putaria" e comparando-o à "tomada de três pinos". Essa postura autoritária e de desvalorização de outras instâncias e opiniões pode ter consequências negativas para a democracia e para a efetividade das medidas e políticas públicas, assim, ao colocar-se como o único detentor da "verdade" e do "poder", Bolsonaro contribui para um ambiente propício para o enfraquecimento de instituições, a falta de transparência e o desrespeito aos princípios democráticos e cientificamente embasados.

Em outras palavras, fomenta-se um ambiente propício para a disseminação de teorias conspiratórias, paranoicas de delírios e desinformação, levando a uma percepção distorcida da realidade da pandemia, influenciando comportamentos individuais e coletivos, bem como a possibilidade da (não) adesão (e mesmo o combate) às medidas e políticas de prevenção e combate a pandemia da COVID-19.

De fato, a falta de "coordenação" entre os ministérios, como vimos, e a busca por "informações" seletivas, podem gerar lacunas no planejamento e na implementação de estratégias de enfrentamento da pandemia, onde a ausência de uma abordagem realmente integrada e baseada em evidências, genuinamente voltadas ao bem-estar coletivo, pode comprometer a eficácia de ações governamentais, aumentando os riscos e comprometendo a integridade da saúde pública, e mais, prolongando os impactos sociais e econômicos das crises.

A materialização significativa do embate entre o discurso da ciência e o discurso do mestre pode ser evidenciado na construção discursiva de seus valores, que reflete desta maneira uma formação discursiva e ideológica que prioriza o controle (ditatorial), a desconfiança nas instituições e nas pessoas, a conspiração acerca da perseguição como motivo de sua incapacidade de governança e a minimização dos

impactos da pandemia pois não a discute, restritos a interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo e da proteção da saúde pública<sup>28</sup>.

Sendo assim, a análise do discurso de Bolsonaro revela a materialização ideológica presente em seus empregos linguísticos e estratégias discursivas e como suas práticas antissociais e antidemocráticas impactam diretamente na percepção da realidade sobre a pandemia, descredibilizando e deslegitimando a adoção de medidas e políticas de enfrentamento por parte das instituições e comunidades científicas e democráticas.

O discurso de Bolsonaro, como apresentado, é permeado por uma série de características que o posicionam dentro de uma tradição discursiva autoritária. O discurso do mestre, por sua vez, é aquele que se posiciona como detentor da verdade, buscando impor sua visão e valores sobre os outros. É um discurso que não admite contestação e que busca silenciar qualquer forma de resistência ou objeção. No caso de Bolsonaro, vemos isso na insistência em sua autoridade, na disposição de interferir em diversos setores do governo e em sua desconfiança com relação a instituições que deveriam ser autônomas.

Por outro lado, temos o discurso da ciência, que se baseia em evidências, pesquisa e um método rigoroso de busca pela verdade, ao contrário do discurso do mestre, que é dogmático e autoritário. Por isso, é aberto a questionamentos, revisões e evoluções, valorizando o diálogo, a colaboração e a tomada de decisão baseada em fatos e dados.

Diante disso, o embate entre o discurso da ciência e o discurso do mestre é evidente em várias esferas da administração de Bolsonaro, mas talvez o mais notório seja em relação à pandemia da COVID-19. Enquanto a ciência insistia na importância do isolamento social, do uso de máscaras e da vacinação, o governo bolsonarista frequentemente minimizava a gravidade da doença, promovia tratamentos sem comprovação científica e questionava a eficácia e segurança das vacinas.

Este embate revela uma tensão fundamental entre uma visão de mundo baseada em evidências e métodos científicos e uma visão de mundo baseada em crenças pessoais e ideologia, em que um busca proteger a sociedade com base no

---

<sup>28</sup> No entanto, é imprescindível advertir que o 'discurso do mestre' e o 'discurso da ciência' não são mutuamente exclusivos. Em muitos contextos, eles podem coexistir e até se complementar no processo de significação. Mas, em situações de tensão política ou social, esses discursos podem entrar em conflito, levando a divisões e polarizações.



que é conhecido e comprovado, enquanto o outro busca consolidar o poder e a autoridade, muitas vezes à custa do bem-estar coletivo. Por isso a polarização entre esses dois discursos tem implicações profundas para a sociedade. Em primeiro lugar, ela cria uma divisão entre aqueles que valorizam a ciência e aqueles que a rejeitam em favor de crenças pessoais ou ideológicas, o que pode levar a decisões políticas e de saúde pública que não são baseadas no melhor interesse da sociedade, mas sim no interesse de consolidar o poder.

Além disso, esses embates podem corroer a confiança nas instituições. Se o público começa a acreditar que a ciência é apenas outra forma de ideologia, isso pode minar a confiança nas recomendações e diretrizes científicas, levando a decisões individuais e coletivas que são prejudiciais à sociedade. Por sua vez, as consequências desse “negacionismo realmente existente” são refletidas nos altos índices de casos e mortes, bem como nos desafios sociais e econômicos enfrentados pelo Brasil durante a crise sanitária. O discurso negacionista de Bolsonaro se constrói pelo autoritarismo de sedução ao medo *pelo* terror que ele deseja para “governar o Brasil” à la Ditadura (*L'état c'est moi*)<sup>29</sup>

A manifestação da luta de classes na ideologia mostra que o discurso negacionista serve aos interesses de uma classe dominante que busca manter e expandir seu “poder”. Diante disso, percebemos a desvalorização da Democracia Política, suportada sob a necessidade de dominação absoluta, mesmo que isso signifique violar a Constituição. Logo, essa desvalorização é também uma expressão simbólica das relações de desigualdade e subordinação presentes na significação da luta ideológica de classes como um dispositivo que orquestra e distribui a prática antissocial e antidemocrática.

Portanto, a presença das formações discursivas negacionistas específicas, que se relacionam com o momento histórico e social em que se deu a reunião, cujas formações ideológicas neoliberais se opõem às medidas sanitárias, políticas e econômicas recomendadas pela comunidade científica e democrática, por especialistas e organizações internacionais de saúde pública, para combater a pandemia, é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que

---

<sup>29</sup> O termo "*L'état, c'est moi*" é uma frase em francês que traduzida para o português significa "O estado sou eu". A frase é atribuída ao rei Luís XIV da França, mas, embora não haja evidências concretas de que ele realmente a tenha dito, a frase é usada para exemplificar o princípio do absolutismo, no qual o monarca detém todo o poder do estado. No contexto do absolutismo, o rei ou a rainha são a autoridade suprema e todas as decisões e políticas do estado são determinadas por eles.

não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. Nesse sentido, as sequências analisadas apresentam uma argumentação que busca deslocar a dispersão do “foco” do problema sanitário e social causado pela pandemia para sustentar a prática do controle centralizador e autoritário.

Isso se relaciona com a ideologia neoliberal que sustenta a formação discursiva negacionista, e que busca deslegitimar as medidas e políticas de combate à pandemia por meio da produção de um discurso conspiratório, autoritário, militar, agressivo, adotando a atribuição da transferência de responsabilidade pelos “impactos negativos da pandemia” para (f)atores sociais, políticos (opositores) e econômicos específicos (como ações, medidas e políticas para Salvar Vidas).

Ainda, os discursos desses sujeitos nessa reunião, mostram como essas estratégias apresentam uma articulação específica de termos relacionados ao desenvolvimento econômico e à manutenção do *status quo*, como "crescimento socioeconômico", "melhoria da produtividade" e "investimentos estruturantes", “interferir, sem exceção”, manipulação de “informações”, que se relacionam diretamente com a posição de classe que sustentam na luta ideológica de classes, luta de classes na Ideologia histórico-linguística em suas formações discursivas negacionistas.

Essas posições de classe são mobilizadas na “prioridade” com o desenvolvimento econômico em detrimento da saúde pública e da população como um todo, o que pode ser observado na ênfase dada pelo discurso à “retomada do crescimento socioeconômico”, através da reabertura de comércios e aglomeração forçada, “em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus”, como práticas antissociais e antidemocráticas.

Sendo assim, é importante destacar que a análise desses discursos não se esgota na dimensão ideológica, mas deve ser articulada com outras reflexões teóricas sob o conjunto de outras práticas e filosofias que destacam a importância da reflexão proposta na análise, de observar a relação entre formações discursivo-ideológicas e posições de classes como agentes e efeitos. Em outras palavras, trata-se de reconhecer que a “produção do equívoco é uma dimensão própria à língua. Essa também é a razão pela qual as línguas naturais permanecem [...] abertas à política”, já que “as marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamento, de

transgressões, de reorganizações” (PÊCHEUX 1981/2004, p. 24), por conseguinte, isso mostra que

há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai se chamar a forma material [...] que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, lingüístico-histórica. (ORLANDI, 2009, p.19).

Vejamos o termo "esquerdalha", que por ser acionado por Bolsonaro, produz diversos efeitos de sentido que devem ser analisados. Primeiramente, é importante destacar que a ação deste termo revela a operação de uma visão pejorativa e depreciativa em relação à esquerda política, pois ao utilizar essa expressão, promove a desqualificação e estigmatização daqueles que possuem posicionamentos alinhados à esquerda, reduzindo-os a uma categoria inferior de pessoas. Ademais, o termo "esquerdalha" também evidencia a força social que impera sobre uma polarização política, presente no seu discurso, que, ao rotular seus opositores desta forma, retrata o estabelecimento de uma dicotomia entre "nós" (representando sua visão política e seus aliados) e "eles" (a esquerda política), reforçando a narrativa militar de confronto e antagonismo, aliança e contradição.

Em relação à história, o termo "esquerdalha" conduz a um contexto político específico e às disputas ideológicas que permeiam a sociedade contemporânea. Fato da história, a esquerda política tem sido associada a movimentos sociais, lutas por direitos, justiça social e equidade, e que são dessimbolizadas na significação negacionista de Bolsonaro, efeito do discurso.

Assim, podemos observar o suporte de palavras e expressões que tentam atribuir significado e importância ao discurso, no entanto, a enunciação parece ser um pouco confusa e vaga, o que pode dificultar a compreensão do real objetivo do “programa” ou da “interferência”, jogo equívoco próprio ao trabalho social negacionista. Isso pode ser(vir de) resultado da tentativa de minimizar a gravidade da pandemia e desviar o foco dos “problemas” enfrentados pelo então governo, como “oportunidade” para “desregulamentações”, “simplificações”, dar uma “resposta pro público”, tomar o “poder” absoluto, etc.

É por isso que, no discurso de Braga Netto, por exemplo, observamos elementos simbólicos, como o “plano Pró-Brasil”, que sugere a significação de uma ação positiva, nacionalista e patriótica (militar e autoritária) por parte do então

governo. E, ao mencionar várias “áreas e setores” que seriam “contemplados pelo programa”, opera a subjetivação de uma formação imaginária proveniente da rede de significantes de abrangência e planejamento estratégico, reproduzida e transformada por Bolsonaro.

Vejamos que a análise desses discursos mostra a relação à sua dominação à formação ideológica da economia do setor privado e à formação discursiva da direita, que têm como características um discurso hegemônico que oculta as contradições estruturais e sociais e econômicas, que legitima na subjetivação as políticas neoliberais e suas consequentes repercussões práticas negacionistas, cuja contradição se revela desigualmente subordinada à tradução de produção material e social de ações antidemocráticas e antissociais.

A formação ideológica neoliberal se baseia na crença de que o livre mercado (mão invisível do mercado) é capaz de regular a economia e promover o desenvolvimento, desconsiderando as desigualdades estruturais sociais e econômicas, ou melhor, aproveitando-se delas para obter lucros. Já a formação discursiva negacionista concretiza essa ideologia na prática da atividade discursiva do sujeito que, elementar linguístico da situação, busca desacreditar as informações científicas e as instituições democráticas e, assim, os dados empíricos que apontam para a gravidade do vírus, portanto a exclusão social pela negação da gravidade da pandemia, no deslocamento subjetivo da sedução ao medo pelo terror, sustentando interpretações de que as medidas e políticas restritivas e de distanciamento social são prejudiciais para a economia e para a sociedade (que lhes conformam).

Portanto, ao reconhecer que o discurso ideológico e suas relações de forças e poder têm incidências sobre o sujeito, logo sobre as línguas naturais, afetando o encadeamento histórico-discursivo na sua compreensão e interpretação da realidade, a análise do negacionismo implica compreender como esse discurso se articula e se manifesta como racionalidade daquele grupo governante, identificando os (f)atores que processam a produção e os efeitos dos sentidos “realmente existentes”, que circulam e que prevalecem sobre a sociedade.

Torna-se, então, imprescindível observar que a formação ideológica neoliberal é caracterizada pela valorização do livre mercado e pela redução do papel do Estado Público na economia e na vida social. Ela tem se consolidado (como a razão do capitalismo contemporâneo) a partir da década de 1980, com o enfraquecimento do

Estado de Bem-Estar Social e com a disseminação prática negacionista de políticas excludentes e antissociais em diversos países.

Nessa formação ideológica, a economia é vista como um mecanismo supremo, autônomo e autorregulado, supostamente capaz de produzir benefícios para a sociedade como um todo, donde a ideia de que as desigualdades são geradas pela falta de esforço individual, neste espaço de subordinação ideológico-material, em detrimento de uma análise mais profunda das causas sociais e históricas das contradições que permeiam e perfazem as relações simbólicas na estruturação do corpo social.

Diante das condições de produção da pandemia da COVID-19, a formação discursiva negacionista se relaciona com a formação ideológica neoliberal na medida em que nega a gravidade do vírus, logo da crise sanitária, e minimiza a importância das medidas e políticas de distanciamento social e outras ações para a proteção social e saúde pública, evidenciando a subjetivação simbólica do descaso e da qualificação valorativa que classifica a diminuição do valor da vida na sociedade.

Essa negação se dá por meio da prática dos sentidos de discursos que contestam a eficácia da ciência médico-sanitarista e dos dados epidemiológicos sobre a realidade buscando desacreditar tanto as autoridades científicas quanto as democrático-políticas, bem como os meios de comunicação tradicionais. Em outras palavras, a subversão da gravidade do vírus e, portanto, da realidade da pandemia, é operada como uma estratégia política para reforçar a ideia de que as medidas e políticas de proteção social são prejudiciais para a economia e que Salvar a Economia é a prioridade máxima, desassociando a política e a ciência enquanto agente-instrumentos de intervenção na realidade, mas muito menos enquanto agente-instrumentos para Salvar Vidas (principalmente na pandemia).

Essa estratégia dispositiva é *evidente* nesses discursos, que se preocupam em mencionar a necessidade de “reestruturação econômica” em “resposta aos impactos socioeconômicos” da pandemia, mas, subentende-se aqui o “aparelhamento” do Estado a seu favor, revelando a desvirtuação e subversão do simbólico significativo do Estado Democrático de Direito e da Política enquanto principal interventora nos problemas sociais.

A produção do equívoco e a possibilidade de reorganização das marcas sintáticas na língua permitem que o discurso seja utilizado como um instrumento de legitimação para operar a naturalização da ideologia neoliberal. Isso implica em um

enraizamento aprofundado e uma normatização/normalização das desigualdades-subordinação sociais frente as instâncias econômica e política, e de um processo de culpabilização individual que mascara as raízes históricas e sociais de exclusão e da exploração “socioeconômica” pelo capital, isto é, sob a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.

Dito isto, apontamos que uma das questões mais graves relacionadas ao negacionismo é a desvalorização da vida humana, pois ao negar a gravidade do vírus, logo a realidade da pandemia, minimizar a importância das práticas político-democráticas, das medidas e políticas de prevenção científicas e sanitárias e da defesa da saúde pública e da democracia para Salvar Vidas, e atribuir a culpa pelo agravamento da situação a outros (f)atores, o discurso negacionista acaba por (re)produzir uma revalorização da vida alheia em nome de interesses pessoais, políticos e econômicos.

Então, é importante destacar que a desvalorização da vida permeia e perfaz relações de forças e poder que sustentam essas formações ideológicas e discursivas no deslocamento em estruturação. Como já destacamos anteriormente, a luta ideológica está diretamente ligada à luta de classes, em que a formação ideológica neoliberal busca manter as relações de desigualdade e subordinação entre as diferentes e contraditórias regiões da vida privada e social, desvirtuando e subvertendo o valor da Vida (e do viver), fragmentando-a e qualificando-a em vidas que valem mais (mercado, privado, capital internacional, lucro), vidas que valem menos (funcionários e pessoas necessárias para o funcionamento do sistema capital e geração de lucros) e vidas que nada valem (cuja existência é uma ofensa, pois causa repugnância e desvalor, pois não produzem lucro, mas prejuízo, logo devem ser eliminadas).

E, lembramos que Pêcheux lembra que Kundera também lembra que é preciso lutar contra o esquecimento, contra essas ideologias e discursos que colocam o lucro acima da vida e que apagam *por* silenciamento as desigualdades-subordinações sociais e econômicas, tirando-lhes as memórias, buscando construir, desta forma, uma sociedade totalitária.

Por sua vez, o discurso de Bolsonaro revela manifestações ideológicas relacionadas às vidas que valem mais, vidas que valem menos e vidas que nada valem, principalmente quando se trata de práticas negacionistas, pois ao mencionar a necessidade de controlar instituições e obter “informações” privilegiadas, esse

discurso está priorizando a manutenção do poder para si e seu grupo, que demonstra que, para eles, as vidas e interesses de sua classe política e aliados valem mais do que os de outros grupos da sociedade. Como na atitude de imposição sobre a relação comercial com a China, onde podemos identificar a priorização dos interesses econômicos e políticos em detrimento da valorização das vidas das pessoas afetadas pela pandemia.

O desprezo e diminuição do outro no uso da expressão "Você tira do [trecho omitido] porra, da [trecho omitido] tu não tira" revela que, por ter tido trechos omitidos, inscreve uma postura desrespeitosa e desprezível em relação a determinados países ou grupos e demonstra uma atitude de superioridade e menosprezo, colocando os interesses econômicos e políticos acima das preocupações com a democracia e com a dignidade humana.

Deste modo, Bolsonaro ressalta a importância dos interesses econômicos na relação com a China diante da necessidade de manter parcerias comerciais como uma prioridade, mesmo que isso signifique ignorar outras questões éticas e prioritárias, como a crise sanitária, na afirmação de que "Tem, não é... em vá... em alguns ministérios tem gente deles aqui dentro, né? Então não queremos brigar com [trecho omitido], zero briga com a [trecho omitido]. Precisamos deles pra vender? Sim. Eles precisam também de nós. Porque se não precisassem não estariam comprando a soja da gente não. Precisam. E é um negócio, pô."

Diante disso, referir-se à venda de soja e à necessidade de alianças políticas, mesmo que isso signifique ignorar a pandemia e a importância da democracia e da saúde pública, ele está mostrando que as vidas e direitos das pessoas afetadas por essas práticas negacionistas valem menos, em comparação aos interesses econômicos e políticos do Brasil (que ele quer "governar"), o que pode compreender uma consequência das práticas autoritárias que priorizam o poder e a economia em detrimento dos direitos humanos.

Quando Bolsonaro se refere a seus opositores políticos e grupos que discordam de suas políticas, ele demonstra uma postura agressiva e violenta para ressaltar o sentido de que a vida dessas pessoas não tem valor e que, os "esquerdalhas", por exemplo, estão à margem de suas preocupações. No entanto, a menção contínua a "eles" demonstra o contrário, demonstra o quanto esses opositores ocupam sua atenção e *dominam seu pensamento*.

Ora, desse modo reinterpretemos pelo interdiscurso de que não seria absurdo Bolsonaro dizer que "matar uns 700 mil é pouco", pois ele revela uma completa desconsideração pela vida humana alheia e da importância de proteger os direitos de todos os cidadãos, caracterizando uma atitude individualista ditatorial, na qual a vida de opositores e críticos não têm valor e podem ser facilmente sequestradas e descartadas.

Por outro lado, no discurso de Braga Netto, a qualificação do valor da vida fica evidente na medida em que ele não enfatiza a importância da proteção da vida alheia, isto é, da saúde pública, da população em si, mas sim em relação às "consequências econômicas" classificadas como "negativas" e ao "crescimento socioeconômico", que, paradoxal e contraditoriamente, não tem relação com "crescimento social e econômico", pois necessita dessa população viva (desigual e subordinada), e não doente para fazê-lo funcionar.

Destacamos ainda que, ao mencionar o "programa Pró-Brasil", Braga Netto aciona a significação sobre o mecanismo linguístico do "modelo de governança" e das "melhorias de produtividade", o que evidencia um dispositivo discursivo "viabilizador" e "transversal" de subjetivação, que simboliza uma significação utilitarista da vida, da ciência, das instituições e da democracia, em que o valor é dado pela sua capacidade de gerar lucro e crescimento econômico para um pequeno grupo de pessoas. O "foco nas ações que tenham resultados de forma mais imediata", visando a "resposta para o público" (o resto da população), intensificando a ideia de que algumas vidas importam mais do que outras, como as que têm capacidade de gerar resultados econômicos em curto prazo.

Dito isto, seguimos para a análise do discurso de Paulo Guedes.

### *2.3.3 Guedes e sua política econômico-educacional: matando 2 coelhos com um soldo só!*

Ao avançarmos em nossa análise, voltamos nossa atenção para a sequência discursiva de Paulo Guedes, então ministro da Economia. Ele aborda, no trabalho social da enunciação, a perspectiva sobre a capacidade de adaptação e a possível *absorção de jovens aprendizes nos quartéis brasileiros como uma alternativa de política socioeconômica*:



Nós sabemos pra onde nós vamos voltar já, já. Tá certo? E se o mundo for diferente, nós vamos ter capacidade de adaptação. Por exemplo: eu já tenho conversado com o ministro da Defesa, já conversamos algumas vezes. Quantos? Quantos? Duzentos mil, trezentos mil. Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão? Um milhão a duzentos reais, que é o bolsa família, trezentos reais, pro cara de manhã faz calistenia, faz é... fa... né? Aprende ci... civil... organização social e como é que é o? OSPB, né? [...] Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô! Aprende a ser um cidadão. Disciplina, usar o... usar o tempo construtivamente, pô! É... voluntário pra fazer estrada, pra fazer isso, fazer aquilo. Sabe quanto custa isso? (GUEDES, 2020)

Neste trecho, Guedes articula uma visão que, à primeira vista, parece pragmática e adaptável às mudanças globais, podendo ser identificada a um trabalho social de enunciação bastante complexo, onde, em primeiro lugar, ele se situa como alguém que reconhece as mudanças e incertezas do mundo, sinalizado por sua menção à "capacidade de adaptação", estabelecendo as bases para sua proposta subsequente, que envolve "absorver" "jovens aprendizes" nos "quartéis brasileiros". Ponto reforçado por repetições enfáticas de números – "Duzentos mil, trezentos mil. Quantos jovens aprendizes nós podemos absorver nos quartéis brasileiros? Um milhão?" – que parecem sugerir a escala do problema e a correspondente magnitude da solução proposta, sob o pretexto de formação cívica e disciplinar.

Assim, a sugestão de Guedes, de integrar jovens nos quartéis, pode ser interpretada para além de uma suposta solução pragmática para um problema socioeconômico, isto é, como uma tentativa de promover uma ideologia específica. A militarização da juventude, neste contexto, pode ser vista como uma forma de inculcar valores e princípios que favorecem a ordem, a disciplina e a autoridade. Esta abordagem, embora possa oferecer certos benefícios práticos, também levanta questões sobre a natureza da educação e formação que esses jovens receberiam.

A repetição enfática de números e a menção ao Bolsa Família indicam uma tentativa de apresentar a proposta como economicamente viável e como uma alternativa ao programa social existente. No entanto, é essencial questionar se essa é a melhor abordagem para enfrentar os desafios socioeconômicos do país. Será que a militarização da juventude é a solução mais adequada? E quais são as implicações a longo prazo dessa abordagem para a sociedade brasileira?

A proposta de Guedes pode ser vista à luz da força social negacionista. Esta força, que tende a favorecer abordagens autoritárias sob o discurso do mestre e a rejeitar perspectivas baseadas em evidências e consensos científicos sob o discurso

da ciência, pode encontrar uma expressão na ênfase de Guedes na formação militar. A sugestão de que os jovens sejam "absorvidos" nos quartéis reflete uma valorização da ordem e da disciplina, que pode estar em desacordo com outras abordagens educacionais que valorizam a liberdade, a diversidade e o pensamento crítico.

Guedes faz uma transição para discutir o que esses "jovens" estariam fazendo nos quartéis, que são atividades que incluem exercícios físicos ("calistenia"), aprendizado sobre "organização social e disciplina", "Faz ginástica, canta o hino, bate continência. De tarde, aprende, aprende a ser um cidadão, pô!" e realização de trabalhos "voluntários". Em suas palavras, os jovens "aprendem a ser um cidadão", o que produz um efeito de sentido de que a suposta formação de caráter, a instrução cívica e a contribuição para a sociedade são vistas como componentes essenciais da proposta.

A correlação entre o negacionismo e o viés militarista é evidente, cuja ênfase na formação militar, em detrimento de outras formas de educação e desenvolvimento, sugere uma visão que prioriza a autoridade e a ordem militarista. Enquanto Guedes apresenta isso como uma solução pragmática, é essencial considerar as implicações sociais e políticas de tal abordagem. A militarização da juventude pode ter consequências de longo alcance para a sociedade, influenciando mais do que a formação e educação dos jovens, como a natureza do próprio discurso público e político.

Este discurso, estranhamente familionário, que é aparente na expressão "usar o tempo construtivamente", carregada de suposições sobre o que constitui o uso produtivo do tempo, a importância do "trabalho" e da "disciplina," e a percepção de "cidadania", ressalta como discursos não são apenas meios de comunicação, mas instrumentos de poder, moldando percepções e práticas sociais, ou melhor, neste caso antissociais e antidemocráticas.

Há, portanto, um discurso de meritocracia e disciplina entrelaçado em suas palavras, que o permite conduzir uma visão pragmática e adaptável às mudanças globais, demonstrando preocupação em encontrar "soluções" para (se aproveitar d)os problemas sociais e econômicos. Ao propor a absorção de "jovens aprendizes nos quartéis" como uma alternativa ao programa "Bolsa Família", ele está acionando uma abordagem autoritária e excludente na e da educação e formação desses jovens, que serão *presos* à subjetivação "voluntária" de "fazer estradas, pra fazer isso, pra fazer aquilo", cuja involução é "ginástica", ao "cantar o hino", "bater continência"...

Deste modo, a sequência discursiva de Guedes revela a conexão entre a linguagem operada e a estrutura social, bem como a atualização da memória discursiva na expressão de certeza, de que "nós sabemos pra onde nós vamos voltar já, já", produzindo efeitos de confiança e determinação em relação aos rumos que o país irá tomar.

Por sua vez, isso revela a convicção do então ministro em relação às suas ideias e "planos" econômicos, mas também sua "capacidade de adaptação", pois "mesmo que o mundo seja diferente, nós vamos ter capacidade de adaptação", projetando uma postura inflexível diante de possíveis mudanças e desafios, mirando a *habilidade* do grupo em se ajustar às circunstâncias em deslize, por exemplo, da sobredeterminação da juventude ao assujeitamento-interpelação à práxis negacionista.

Isso mostra claramente o diálogo (interdiscursivo) com o então ministro da Defesa, sobre "absorver" "jovens aprendizes nos quartéis brasileiros", onde a referência aponta para uma possível colaboração entre os setores da educação, da economia e da *defesa*, para "absorver" jovens à sua manipulação, ordenada e progressiva, destacando a importância do número lucrativo de "jovens aprendizes", "1 milhão" por "R\$200,00" cada (isso sem lembrar que: "A carne mais barata do mercado é a carne negra", SOARES, Elza). Assim, retomamos a atualização do passado obscuro na referência ao ensino civil e da organização social, no aprendizado "civil" e "OSPB" (Organização Social e Política do Brasil), instituído no período da ditadura militar de 1964 a 1985 para o currículo escolar, como parte da "formação" dos "jovens aprendizes", "voluntários" nos "quartéis".

Essas interconexões linguístico-históricas entre sujeitos e sentidos, processados no efeito de evidência da produção material e social, mostra a preocupação em promover o desenvolvimento de habilidades *cívicas*, além de competências *específicas*, para uma *formação absorvida* dos "jovens". Por isso, a ideia de "absorver" "jovens aprendizes" aos "quartéis brasileiros", apesar de apresentar uma proposta de emprego e formação a baixo custo, também levanta preocupações sobre a possível militarização da juventude "aprendiz" e o impacto que isso pode ter na sociedade como um todo. Trata-se de uma inculcação de valores e princípios militares nos "jovens", o que favoreceria a manutenção do poder político e da autoridade e legitimidade daquele grupo.

Desta forma, é importante questionar se a alocação de recursos para esse tipo de iniciativa seria a melhor solução para enfrentar os desafios sociais e econômicos do país, isto, considerando outras possibilidades, como o **investimento** em educação, saúde e programas de geração de emprego realmente arquitetados com foco no objetivo genuinamente coletivo de bem-estar social e proteção pública.

Isso traz à tona que a proposta pode ser vista tanto como uma tentativa pragmática de enfrentar desafios sociais e econômicos, quanto como uma abordagem autoritária e militarista na formação dos “jovens brasileiros”, daí a importância de analisar e ponderar a hiância da (in)determinação significativa e os possíveis impactos e consequências dessas práticas.

A qualificação do valor da vida se relaciona com as reflexões sobre a formação ideológica neoliberal, que classifica o mercado como o centro das relações sociais e o lucro como o valor principal. Essa “lógica de raciocínio” se concretiza na formação discursiva negacionista dos sujeitos nessa reunião, na prática que nega o discurso da ciência e da democracia, ou seja, da gravidade do vírus e da realidade da pandemia e minimiza a importância de Salvar Vidas, obstruindo medidas e políticas de proteção à saúde pública enquanto intervenção sobre os problemas sociais, principalmente daqueles considerados menos importantes ou sem importância alguma pelo mercado e pelo poder político dominante. Isto serve aos interesses de uma classe como força produtiva ao lucro dos modo de produção da relação neoliberal.

Sendo assim, seguimos para a análise do discurso de Salles.

#### *2.3.4 As estratégias infralegais de Ricardo Salles: mais boiada, menos democracia...*

Vejamos o discurso de outro então ministro presente na fatídica reunião, o do ministério do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Seguem suas proposições:

Presidente, eu tava assistindo atentamente a apresentação do colega, ministro Braga Netto, e... na parte final ali na, no slide da, das questões transversais tá o Meio Ambiente, mas eu acho que o que eu vou dizer aqui sobre o meio ambiente se aplica a diversas outras matérias. Nós temos a possibilidade nesse momento que a atenção da imprensa tá voltada exclusiva... quase que exclusivamente pro COVID, e daqui a pouco para a Amazônia, o General Mourão tem feito aí os trabalhos preparatórios para que a gente possa entrar nesse assunto da Amazônia um pouco mais calçado, mas não é isso que eu quero falar. A oportunidade que nós temos, que a imprensa não tá... tá nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é

passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx certamente cobrou dele, cobrou do Paulo... cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, cobrou de todo mundo, da... da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa... grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e norma dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente. E que são muito difíceis, e nesse aspecto eu acho que o Meio Ambiente é o mais difícil, de passar qualquer mudança infralegal em termos de infraestrut... e... é... instrução normativa e portaria, porque tudo que a gente faz é pau no judiciário, no dia seguinte. Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos. E deixar a AGU – o André não tá aí né? E deixar a AGU de *stand by* pra cada pau que tiver, porque vai ter, essa semana mesmo nós assinamos uma medida a pedido do ministério da Agricultura, que foi a simplificação da lei da mata atlântica, pra usar o código florestal. Hoje já tá nos jornais dizendo que vão entrar com medi... com ações judiciais e ação civil pública no Brasil inteiro contra a medida. Então pra isso nós temos que tá com a artilharia da AGU preparada pra cada linha que a gente avança ter uma coi... mas tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, pra simplificar. Não precisamos de congresso. Porque coisa que precisa de congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo... apos... é... aprovar. Agora tem um monte de coisa que é só, parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque dar uma canetada sem parecer é cana. Então, o... o... o... isso aí vale muito a pena. A gente tem um espaço enorme pra fazer. É... e... enfim, eu acho que essa... essa é uma questão importante que tava aí nos slides, Braga Netto, que...

Analisando, é possível perceber a complexidade e as nuances das estratégias discursivas empregadas. Suas palavras ultrapassam uma perspectiva sobre o meio ambiente, constituindo uma visão mais ampla sobre a gestão pública e a democracia. Uma complexa interação discursiva entre diferentes vozes, perspectivas e objetivos.

Observamos uma estratégia discursiva que sugere aproveitar um momento de distração pública – a pandemia da COVID-19 – para acelerar mudanças regulatórias. Esta sequência transforma a reprodução de uma luta discursiva, no centro de um aparelhamento discursivo, cuja situação de classe mostra que há uma tensão entre a *atenção especial* com o Meio Ambiente (e, por extensão, a vida humana e não humana que depende dele) em relação à Democracia Política e às intenções econômicas de “regulatórios” e “simplificação” “que o mundo inteiro [...] certamente cobrou deles”.

Primeiramente, observamos dois tipos principais de heterogeneidade: mostrada e oculta. A primeira é explicitamente reconhecida pelo sujeito, que admite a presença de diversas perspectivas e vozes – “ministro Braga Netto”, “general Mourão”,

“imprensa”, “AGU”, “outros ministérios”, “o mundo inteiro” – e as toma como trampolim para manipular uma narrativa que encaixe na sua agenda política, o que opera a sugestão de que a crise da “COVID-19” abre uma janela de “oportunidades” para “passar a boiada” e promover mudanças no “regramento regulatório”. Além disso, temos a heterogeneidade oculta, que é subentendida e pode ser identificada, na abordagem de Salles, aos conflitos regulares de desregularização entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico (de grupos específicos), mas, embora não reconheça diretamente esses interesses opostos, eles se manifestam em seu discurso (como as lutas indígenas e ambientalistas, por exemplo, através de “cada pau que tiver”, na “justiça”).

Isso mostra a heterogeneidade enunciativa e constitutiva veicular presentes na produção dos produto(re)s negacionistas, pois, ao examinar o discurso, é possível observar o papel central da ideologia, que atravessa e é atravessado pelas estruturas e acontecimentos, permitindo a manifestação de um “centro exterior constitutivo”, onde é possível identificar marcas enunciativas que denotam a presença do outro, na série de sua variação empírica, cujo efeito entre sujeito e alteridade produz a construção do sentido.

Para operar essa narrativa, ele sugere que a “atenção da mídia” ao “COVID-19” e à “Amazônia” proporciona uma “oportunidade” para “passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação”, o que parece colocar a saúde pública (por meio da reiterada repetição sobre a “cobertura da imprensa” em relação ao “COVID-19” e a proteção ambiental) em oposição direta à economia (por meio das “reformas infralegais”). Assim, essa “oportunidade” deve ser aproveitada para implementar “medidas” que seriam mais difíceis de “passar” em outras circunstâncias. Por exemplo, ao referir-se à “imprensa” como dando “um pouco de alívio”, ele produz efeitos de sentidos de que a “atenção da mídia” é um obstáculo à “implementação” dessas “reformas”, que incluem “passar a boiada” enquanto essa “atenção” está focada em outros temas.

Formas não marcadas da heterogeneidade mostrada, como o uso de metáforas (“passar a boiada”) e jogos de palavras (“segurança jurídica”, “tranquilidade do momento”, “parecer, caneta, parecer, caneta”), representam a incerteza que caracteriza a indefinida repetição de “um espaço enorme” na referência do *enunciado aos outros-Outro*, numa forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva que “vale muito a pena” veicular e demonstra a tentativa de suavizar ou dissimular as

implicações ideológicas e políticas: a interpretação prática das ações propostas enquanto estratégia para minimizar a resistência por parte de outros grupos e classes sociais, como a referência à “AGU tem que estar de *stand by*” explicita.

Deste modo, metáforas e expressões coloquiais, como "passando a boiada", “só fala de...”, “esforço nosso”, “dar de baciada”, “cada pau que tiver”, “artilharia”, produzem a naturalização/normatização e perpetuação de ações que podem resultar no enfraquecimento das políticas ambientais, tanto quanto da democracia política e das instituições. Por sua vez, caracterizando na dissolução do outro no um, o desejo de eliminação destas condições, constituinte de uma linguagem previamente ocupada e administrada na busca de eliminação destas condições, o que contribui para a construção de uma formação imaginária de normalidade e controle, enquanto processo de desregulamentação em curso no trabalho da prática antissocial e antidemocrática, ou melhor, “de infraestrut... e... é... instrução normativa e portaria”.

Ainda, a menção ao “ministro Braga Netto” e sua “apresentação” (em referência à captura a rede de significantes do “plano” em questão), em que Salles destaca que suas observações sobre o meio ambiente também se aplicam a outras questões, e que a presença do outro é evidenciada para ampliar o escopo de suas considerações e mostrar que suas ideias não se restringem apenas ao meio ambiente, mas a todos os setores representados pelos sujeitos “e ministérios que aqui estão”, justamente a interpelar à práxis “dar de baciada em todas as questões [...] regulatória que nós precisamos”.

Diante disso, podemos observar que a imagem da boiada em movimento representa a ideia de aproveitar um momento de distração ou descuido “da imprensa” para avançar em medidas que, de outra forma, poderiam enfrentar maior resistência ou escrutínio público. Ao mesmo tempo, o poder do discurso legitima práticas de outros grupos, como a perseguição dos garimpeiros ilegais aos indígenas, a invasão de terras indígenas, o desmatamento desenfreado, entre outras. Assim, ao ancorar essa metáfora (para se referir aos grupos do agronegócio e garimpeiros), atravessa o efeito de sentido de que é possível realizar mudanças significativas sem chamar atenção ou enfrentar oposição.

Pois bem, "Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, **em todos os aspectos**", cujo encadeamento significativo mostra que o então ministro sobredetermina em seu discurso a necessidade-real de “simplificação das regulamentações”, suportando a

expressão "dar de baciada", que, por sua vez, caracteriza um valor utilitário de sua relação entremeada à exterioridade constitutiva da formação discursivo-ideológica negacionista, embrenhada na interdiscursividade de regimes totalitários. Para isso, mantendo a "AGU de *stand by*" para "cada pau que tiver", com sua "artilharia" carregada, avançando na "linha de frente" *dessa guerra*.

Isso traz à tona, novamente, a tensão entre os interesses ambientais e econômicos, bem como a visão de desenvolvimento econômico em detrimento da proteção ambiental e da participação democrática, tão como a fantasia do laço social rearticulado sobre um cenário de guerra, dado que essa estratégia se aplica também à referência da imposição de seus fascínios imaginários ao papel do governo e à responsabilidade legal, no caso das ações que podem levar a desafios *legais*, sendo a "AGU" acionada para lidar com "cada pau que tiver", o que indica, por sua vez, a percepção de que eventuais consequências jurídicas são obstáculos a serem superados (interdiscursivizada com a "segurança jurídica" proposta pelo "plano Pró-Brasil"), em vez de sinais de que as ações propostas possam ser questionáveis legal ou eticamente.

Já a expressão "parecer, caneta, parecer, caneta" reforça a importância dos pareceres técnicos e da ação do gestor público (autoritário) na tomada de decisões (negacionistas) ("Não precisamos de Congresso"). Porém, ressalta que é necessário contar com pareceres judiciais ("AGU") e que esses devem ser seguidos de forma a evitar questionamentos futuros. Por isso, ao mencionar a "caneta" como símbolo do poder ao assinar um "parecer" e "implementar todas as medidas que nós precisamos", dando "de baciada", ele destaca a autoridade do gestor público em tomar decisões unilaterais entra a sua capacidade de influenciar os rumos da sociedade por meio de ações administrativas, como "instruções normativas e portarias".

Essa sequência de termos e expressões em detrimento de outras, em alguns momentos repetidas de forma enfática, focaliza a importância da agilidade e da eficiência na condução das ações, sugerindo uma abordagem pragmática e pouco preocupada com processos burocráticos ou com a necessidade de aprovação legislativa, o que demonstra a intenção de simplificar e agilizar os procedimentos de forma antidemocrática, em detrimento de um debate mais amplo e democrático, e muito menos qualquer proposição que tenha relação com algum tipo de saúde pública em relação a pandemia da COVID-19, atribuindo-lhe valores utilitários como suporte para tais reformas.



Outra marca enunciativa está presente quando Salles se refere à cobrança de “reformas” por parte do “mundo inteiro” e de diferentes ministros, cuja ampliação da esfera discursiva, para além da própria âncora simbólica do discurso, demonstra como ele busca respaldo e legitimidade em outras âncoras ao atribuir uma demanda global às medidas que propõe. Além disso, essas construções linguísticas evidenciam a materialidade ideológica da necessidade de cooperação e ação conjunta, mesmo que implícita, com outros (f)atores ou grupos históricos. Contudo, é essencial questionar: quem são esses atores globais? E quais são seus interesses? Ora, a generalização pode ser uma estratégia para evitar o escrutínio específico e a responsabilidade.

Dessa forma, Salles busca (re)articular seu discurso sobre a heterogeneidade constitutiva veicular, estabelecendo uma relação de interdependência singular com outras formações discursivas. É interessante notar que “todas as reformas que o mundo inteiro nessas viagens que se referiu o Onyx **certamente** cobrou dele, cobrou do Paulo... cobrou da Teresa, cobrou do Tarcísio, **cobrou de todo mundo**, da... da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa...”, permite a modalidade de contato entre formações discursivo-ideológicas entre discrepância, no encadeamento cobrador dos termos “o mundo inteiro”, “todo mundo”, “ele” e que se referem “certamente” a um projeto de poder mais amplo.

Essas formas de constituição contribuem para a manutenção de uma ilusão de controle e univocidade do discurso, ao atribuir a cobrança de reformas a um sujeito genérico e não especificado, produzindo a generalização da ideia de consenso e de apoio universal “que nós precisamos”, mesmo que na realidade existam diferentes perspectivas e interesses envolvidos.

Salles marginaliza a importância do meio ambiente, mais ainda, da realidade pandêmica, em favor do crescimento econômico do setor privado, suprimindo as vozes que clamam por proteção social, pois, nesse contexto, ele se refere a reformas que “não precisamos de congresso”, num reconhecimento velado das vozes no congresso que provavelmente se oporiam às reformas propostas. Ao insinuar que essas mudanças podem ocorrer sem a aprovação do congresso, ele discursiviza práticas ditatoriais, calando essas vozes, minimizando sua importância.

Ao examinar a heterogeneidade enunciativa no discurso de Salles, é possível perceber a influência de um “centro exterior constitutivo”. Por exemplo, a menção ao general “Braga Netto” e suas propostas, ele evidencia a presença de outros (f)atores na formulação de suas ideias, que vão além das questões ambientais, como a

demanda por reformas, apresentada como sendo global e proveniente de diferentes ministros, o que proporciona respaldo e legitimidade às medidas e políticas antissociais e antidemocráticas propostas por aquele grupo.

Essas marcas enunciativas e a relação com o outro contribuem para a construção de um sentido que vai além do sujeito individual, revelando a complexidade das formações discursivas e a influência de diferentes vozes sob modalidades de contato entre objetos ideológicos, instâncias e lutas, e que demonstram a disposição entre alianças, antagonismos e contradição na produção de sentidos. É fundamental considerar a presença dessas marcas, cujo caráter é ideológico, ao analisar seus mecanismos e estratégias e implicações, subentendidas como expressões que minimizam a importância das questões sociais e da vida alheia (neste caso, do combate à pandemia da COVID-19), para benefício do setor privado.

Sendo assim, o discurso reflete a ideia de aproveitar o momento de “atenção voltada ao COVID-19” (que por sua vez intensifica a ideia de *gripezinha*) para implementar “mudanças infralegais” sem a necessidade de “passar pelo Congresso”, constrói uma postura autoritária, antissocial, centralizadora e antidemocrática. Portanto, a heterogeneidade veicular presente no discurso de Salles confunde as fronteiras entre o eu e o outro.

Seu discurso também revela uma luta de classes ideológica explícita sobre os objetos discursivos, no que diz respeito ao papel do governo e à responsabilidade legal, apontando que, enquanto as “reformas” estão sendo “implementadas”, “a AGU” deve estar “de *stand by* pra cada pau que tiver”, o que implica que o governo está ciente de que estas ações podem resultar em desafios legais, mas vê isso como um obstáculo a ser superado, em vez de um sinal de que as ações propostas podem ser legalmente ou eticamente questionáveis.

Essa ampliação da esfera discursiva, juntamente com o uso de metáforas e jogos de palavras, evidencia um dispositivo discursivo de aproveitamento ao “plano” do “foco” na “COVID-19”, pois “Agora tem um monte de coisa que é só parecer, caneta, parecer, caneta. Sem parecer também não tem caneta, porque daí você... não tem defesa, né?”. Por sua vez, isso permite uma interpretação estratégica dos efeitos de sentidos da lei e de sua aplicação. Por consequência, trata-se de mais uma tentativa de normatizar, normalizar e trivializar o processo de “desregulamentação” e os possíveis danos ambientais e sociais que podem resultar disso.

Ainda, é interessante notar que a “AGU” é vista como uma espécie de “*stand by*”, que está com “artilharia preparada” e “pronta” para agir em caso de qualquer problema (em relação àquele grupo privado), o que sinaliza o desejo de aparelhamento da “AGU” e do sistema jurídico como um todo, para proteger os interesses do então governo e garantir a “implementação” das políticas e dos “planos” desejados, mesmo que essas possam ser potencialmente prejudiciais para a população.

A análise do discurso de Salles revela uma complexa interação de diferentes vozes, perspectivas, interesses e objetivos e, ao mesmo tempo, revela as tensões e lutas de classes que ocorrem dentro do campo político, à medida que diferentes (f)atores influenciam a forma narrativa pública de acordo com a matéria de suas próprias agendas e interesses. De fato, isto porque esse aspecto permite elucidar as formas linguístico-discursivas do discurso-outro e a insistência de um além interdiscursivo sob a irrupção do outro-Outro no fio do discurso, que opera a estruturação e desestabiliza a encenação do sujeito ao passo que materializa a distinção entre a evidência do sujeito e a evidência do sentido, demonstrando que a exterioridade está no interior do sujeito e do seu discurso e vice-versa.

Essas expressões transmitem efeitos de agilidade e eficiência na implementação das mudanças desejadas, mas, ao mesmo tempo, pode ocultar possíveis “consequências negativas”, como sugerido pelo uso enfático de expressões populares e da recorrente simplificação do discurso, para criar uma sensação de controle e facilidade na realização dessas mudanças.

Isto “Porque coisa que precisa de congresso também, nesse, nesse fuzuê que está aí, nós não vamos conseguir apo... apos... é... aprovar.” destaca a dificuldade de aprovação de medidas que dependem do “Congresso” e, precisamente, a incerteza que regula a relação com discursos-outros-Outro, entretanto, sua abordagem negligencia a importância do debate democrático (considerado como “fuzuê”), da participação da sociedade civil e do equilíbrio de poderes no processo de criação e implementação de políticas públicas de cunho social e realmente voltadas à proteção pública. Essa forma mais arriscada joga com a diluição e a dissolução do outro no um, onde este pode ser confirmado enfaticamente, mas também onde pode se perder.

Fato do discurso, a âncora sobre o termo “fuzuê” mostra que se constituir sob uma linguagem pouco precisa para se referir a realidade da pandemia, conduz à minimizar a seriedade da situação pandêmica ou distanciar-se de sua complexidade

e das difíceis decisões que ela exige, pois, em vez de reconhecer a gravidade da crise, o uso do termo "fuzuê" pode servir para trivializar a pandemia e reduzi-la a algo como uma mera confusão ou desordem.

Além disso, há a possibilidade de se conectar com um público específico, possivelmente um que prefere um discurso mais acessível ou menos formal, cujo trabalho social de desviar a atenção das falhas políticas ou de gerenciamento em lidar com a pandemia, sustenta o deslocar do "foco prioritário" para criar uma conexão com a audiência e "unir esforços" para "dar de baciada".

O que nos leva, por conseguinte, a considerar a classificação simbólica das vidas sob os efeitos desta prática, que reflete as estruturas discursivas de poder inerentes em uma sociedade, frequentemente usada para justificar, naturalizar e perpetuar a força produtiva de desigualdades e opressões.

No discurso de Salles, esta classificação simbólica é manifesta na priorização implícita de determinados interesses sobre outros, onde a ênfase na "desregulamentação" e no desenvolvimento econômico, mesmo à custa de possíveis danos ambientais, sugere uma classificação simbólica na qual as vidas humanas e não-humanas, afetadas por esses danos, são vistas como menos valiosas ou mesmo sem valor. Em outras palavras, as vidas e os meios de subsistência das pessoas e comunidades que dependem diretamente do meio ambiente e cuja existência e bem-estar podem ser ameaçados pela degradação ambiental, são simbolicamente classificadas como menos valiosas em comparação com os interesses econômicos e políticos em jogo.

A mesma "lógica de raciocínio" se aplica às vidas não-humanas – plantas, animais, ecossistemas – cuja destruição é implicitamente aceita como o custo necessário do progresso econômico sobre o lucro. Assim, essas vidas são simbolicamente classificadas como menos valiosas, ou até mesmo sem valor, em comparação com as metas econômicas e políticas.

Essa classificação simbólica, e a desigualdade que ela perpetua, é frequentemente naturalizada e normalizada no discurso negacionista, como podemos ver na linguagem usada por Salles, que minimiza a resistência potencial e as possíveis "consequências negativas" de suas ações, contribuindo assim para a naturalização e normalização dessa classificação simbólica e da desigualdade própria a sua estruturação.

Desta forma, a análise do discurso pode desempenhar um papel importante na exposição dessas classificações simbólicas e na luta contra as desigualdades e opressões que elas ajudam a perpetuar sob o manto da significação negacionista. Ao analisar e questionar a linguagem e as estratégias discursivas usadas por atores poderosos como Salles, Guedes, Bolsonaro e Netto, entre outros, podemos começar a desafiar e dismantelar as estruturas de poder subjacentes e buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

#### 2.4 *Tecendo a teia dos discursos analisados*

Ao analisar os discursos negacionistas, percebemos uma intrincada rede de significados e intenções. A formação discursivo-ideológica negacionista, aliada à ideologia neoliberal, revela uma preocupante lógica simbólico-material de produção social. Esta lógica sugere uma (des)qualificação do valor da vida, onde certas vidas são consideradas mais valiosas do que outras. Mais alarmante ainda é a sugestão de que algumas vidas têm um valor negativo, insinuando a necessidade de seu extermínio. Esta perspectiva reduz a vida humana a uma mera métrica econômica, avaliando-a apenas em termos de seu potencial lucrativo e funcionalidade.

É imperativo considerar como a linguagem e o discurso são moldados e interpretados, para que possamos entender a dinâmica subjacente de poder e influência. Os estudos discursivos buscam desvendar como a linguagem e a história se entrelaçam para criar significados: eles destacam a importância da matéria simbólico-formal, que se manifesta no processo de significação, sempre em fluxo, refletindo as tensões de mecanismos e dispositivos, entre alianças, antagonismos e contradição, na teia social.

Aqui, lembramos que Orlandi (1994, p. 301) nos mostra que "a língua constitui, enquanto invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico dado, a condição de possibilidade do discurso", que consiste no fato de que a "diferença precisa da unidade (é preciso falar a mesma língua para falar diferente) mas também a unidade precisa da diferença (a diferença é a materialidade específica em que a unidade se exerce, se constitui)" (p. 301). Então, buscamos compreender como a língua e a história se conjugam na produção de sentidos, evidenciando a rearticulação sobre o laço social, encarnada no processo de

significação sob os modos de produção, conjurando a força produtiva da subjetivação prática sobre o sentido da subjetivação.

E nas palavras de Courtine (1982/2016), vemos que

A AD trabalha assim um objeto inscrito *na relação da língua com a história*. Nós gostaríamos, a este respeito, de enfatizar que nos parece que os estudos de AD em que se faz tal relação constituem uma importante aquisição teórica: o conceito de *formação discursiva*, por um lado, e a distinção entre *processos discursivos* e *base linguística* por outro. Se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido. É o que P. HENRY (1975:94) poderia assim formular: 'A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que se encontram articuladas, nível de formação relativamente autônomo, do qual a linguística faz sua teoria (...) Em outros termos, propomos que todo discurso 'concreto' é duplamente determinado, por um lado pelas formações ideológicas que relacionam estes discursos às suas formações discursivas definidas, por outro lado pela autonomia relativa da língua, mas propomos que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que pertence a uma ou outra dessas determinações.' (p. 15)

Vemos nisso que as instituições, os (f)atores e as práticas discursivas que contribuem para a propagação do negacionismo são aqueles que, estrategicamente, buscam desvirtuar o valor social da ciência e da democracia e subverter as evidências científicas sobre a realidade histórico-linguística político-democrática. Isto ocorre através da criação dispositiva de teorias conspiracionistas, do uso de argumentos autoritários e falsos ou sem base científica. Além da manipulação emocional de dados e da instrumentalização utilitária da Política, da Democracia e da Ciência, entre outros meios, isso mostra que os discursos negacionistas frequentemente apresentam uma retórica tático-conspiratória que apela para a manipulação dispositiva de emoções, como a sedução pelo terror e a desconfiança pelo medo, em relação às autoridades e instituições científicas e democráticas.

O impacto do negacionismo na sociedade é profundo e pode ser desastroso, como podemos ver atualmente com a negação da pandemia da COVID-19, numa reunião ministerial, cujos (f)atores políticos e históricos específicos deveriam tratar da adoção de políticas públicas e medidas democráticas de prevenção à doença, proteção da vida e combate à pandemia. Porém, vê-se aí a falta de medidas e políticas e a disseminação de informações falsas e enganosas, que contribuem para a propagação da doença e para o aumento do número de casos e *mortos*, alavancando a desigualdade-subordinação das relações sociais que caracterizam esta conjuntura.

Para combater o negacionismo, podemos trabalhar por meio da educação, da divulgação e construção de informações científicas precisas e da promoção do diálogo entre as diferentes perspectivas e posições, da diversidade e da pluralidade. É também essencial que as instituições governamentais, acadêmicas e científicas assumam a responsabilidade de combater a infodemia de informações falsas e enganosas e promover a adoção de políticas e medidas baseadas em evidências científicas, genuinamente ancoradas no bem-estar coletivo.

Ao questionarmos o que suporta a quebra dos espelhos e o enfrentamento aos narcisismos, estamos nos referindo à necessidade de olhar para além das estruturas discursivas que nos aprisionam em um redobramento infinito do campo especular da armadura e nos impulsionam ao narcisismo da estrutura sobredeterminante. Isto se dá a partir da compreensão da relação entre ideologia, sujeito e discurso e nos permite enfrentar os narcisismos que nos impedem de ver além das demandas externas comprometedoras, na variação empírica e superficial em estruturações, sob a pressão histórica das ideologias na subjetivação.

#### 2.4.1 Formulações Práticas Sociais.

Nesse sentido, os discursos negacionistas nessa reunião minimizam a gravidade do vírus, isto é, a realidade da pandemia, eles ignoram a realidade da ciência e promovem a desinformação, compreendidos como alicerces da prática de uma formação ideológica neoliberal que busca legitimar a posição de classe dominante e manter as estruturas de poder existentes. O sujeito negacionista, que busca colocar a culpa da crise sanitária em outras instâncias, como governos estaduais e municipais, imprensa e organizações internacionais, revela a manipulação do “foco” da responsabilidade do então governo federal sob a constituição-margeada da formação discursiva na gestão (genocida) da pandemia.

Entretanto, a ênfase na dimensão econômica em detrimento da saúde pública também revela como a formação ideológica neoliberal inscreve o discurso do então governo numa formação discursiva negacionista, em que a busca pelo lucro e pela manutenção das estruturas econômicas prevalece sobre a proteção da vida e da saúde da população. A noção de que o isolamento social e outras medidas e políticas restritivas poderiam prejudicar a economia do país foi enfatizada, ignorando as evidências científicas e as experiências de outros países que adotaram medidas e

políticas científico-sanitaristas e democráticas para conter o avanço da doença e da pandemia.

É importante destacar como o discurso negacionista se insere em uma estrutura centrada e especular, na qual o sujeito se faz presente em pessoa. O então presidente e seus aliados políticos enunciam, como uma forma de legitimar as ações de suas posições e manter sua base de apoio, recorrendo a argumentos emocionais e apelos populares. Mas, ao mesmo tempo, a estrutura hiante do discurso o ancora na negação significativa do cuidado com a população e a desqualificação da ciência médico-sanitarista e da democracia-política, revelando uma resistência à mudança e à transformação dos efeitos de sentido que seu discurso produz.

Diante disso, a constituição das evidências para os sujeitos mostra como a prática social e a ideologia atuam nos processos de subjetivação, o que pode ser entendido como a exterioridade constitutiva, que não pode ser confundida com o espaço subjetivo da enunciação, que é o espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos na ordem do dizer e dos retornos reflexivos no campo do trabalho enunciativo sobre o que formula.

A inversão da “lógica de raciocínio” científica, para minimizar os problemas e consequências da pandemia, com “o foco prioritário” na desvirtuação do instrumento político-democrático-científico, ao desviar o sentido da solução da crise pandêmica, atravessa uma exterioridade constitutiva que distingue dois espaços. Enquanto o primeiro pode ser utilizado para manipulação dos imaginários dos interlocutores, o segundo é um espaço reflexivo que permite ao sujeito falante reconhecer-se na relação com as palavras e com as coisas, com a racionalidade.

Como a observação da frutificação da perspectiva ao incidir sobre o ato mesmo de significação e sobre o funcionamento simbólico da língua em relação a ela mesma (isto é, em relação a sua própria autonomia significa-ativa). De fato, os enraizamentos históricos mostram que,

Seguindo a mesma *démarche* de Althusser, Pêcheux estende, a sua maneira, as reflexões althusserianas sobre a problemática teórica e a ideologia ao funcionamento das FDs, as quais constituem o sujeito em sua relação com o sentido, sempre-já ‘evidente’, e com a linguagem, sempre-já ‘transparente’, dando a impressão ao sujeito de que não haveria outras formas de interpretar os discursos e de ver o mundo, senão aquela em que o sujeito encontra-se inscrito. (FIGUEIRA, 2015, p. 149)



Esses elementos estão em constante interação e transformação, e são mediados pelo discurso através da significação da linguagem na produção simbólica do sujeito, cujo efeito é o sentido material e social (que pode sempre ser outro, mas não qualquer outro). Isso porque essa expressão reflete a complexidade e historicidade do sujeito e das relações sociais em mutação, e destaca a importância do tensionamento histórico-linguístico entre a batalha discursiva e a batalha ideológica.

Podemos dizer que, na medida em que o discurso negacionista funciona como um dispositivo ideológico que apaga a determinação histórica e social da pandemia e de suas consequências sobre a sociedade, cria a ilusão de que as pessoas são autônomas e livres para fazer escolhas individuais em relação à prevenção e ao tratamento da doença. A ideologia molda a forma do sujeito e define o que é e o que deve ser significado, reforçando a ilusão do sujeito sobre a autonomia discursiva do significante e da singularidade significativa da enunciação ideológica, enquanto apaga as determinações históricas e sociais que moldam o interdito inscrito sob as atitudes e representações nem individuais e nem universais.

Essas ilusões são mantidas através da forma-sujeito do discurso, que faz com que o sujeito se identifique com a formação discursiva que pratica e, ao mesmo tempo, a materialidade linguística é incorporada na ideologia produz o efeito de naturalidade que obscurece o caráter construído da realidade social. A materialidade discursiva é o resultado do contato entre essas duas dimensões sob diferentes modalidades e regiões, e que se manifestam tanto na significação simbólica da linguagem quanto na subjetivação própria ao pensamento ideológico, o que indica como essa interação pode levar a distorções e falsificações do discurso da realidade, perpetuadas em posições-sujeito antissociais pela forma-sujeito antidemocrática, conservadora, autoritária, militar, entre outras.

Deste modo, trazemos mais algumas sequências discursivas do discurso negacionista de Bolsonaro produzidas nessa reunião, para a análise significativa da matéria de seus contatos em formação. O discurso negacionista de Bolsonaro é um objeto peculiar para compreendermos os processos de funcionamento de mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos, por e pelos efeitos dos sentidos das pressões inscritas na história, do político e do desejo.

Através da análise das sequências discursivas disseminadas pelo então presidente nessa reunião, podemos identificar o acionamento de processos para a

centralização de poder sob a rejeição de medidas e políticas de prevenção e combate a pandemia. Isso é exercido ao estímulo do retorno das aglomerações e atividades econômicas, colocando em risco a vida e a saúde da população em geral, mas não de qualquer *população*. Além disso, como essas sequências discursivas, na série de seus efeitos, processam a combinação da significação simbólica da história sob a articulação da variação empírica e superficial própria a conjuntura social política do país, revelando as contradições e conflitos internos à constituição do discurso e que permeiam as forças sociais presentes na sociedade brasileira.

Para Courtine (1982/2016, p. 5), uma formação discursiva “não é ‘um único discurso para todos’, nem é ‘a cada um o seu discurso’, mas deve ser pensada como ‘dois (ou vários) discursos em um só.’”. Por isso, duas “modalidades diferentes de um mesmo esquecimento: aquele da contradição como princípio constitutivo de toda FD” como constituinte da “*unidade dividida*”:

Consideramos assim uma FD como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma: o encerramento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas se inscreve entre diversas FD como uma fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica. (COURTINE, 1982/2016, p. 5)

#### 2.4.2 Práticas Antissociais e Antidemocráticas

A língua, enquanto instrumento de comunicação e expressão, por um lado, carrega consigo a memória coletiva, por outro, as marcas de lutas ideológicas passadas. Considerando isso, Courtine (1981/2009) justifica a tese de que é preciso, em AD, antes de mais nada: teorizar a especificidade discursiva em relação a si mesma (como questão central para a AD).

Courtine (1981/2009) propõe que, “é no enunciado que se constrói a *estabilidade referencial dos elementos do saber*” (p. 86). Esta estabilidade é crucial para entendermos como os discursos se formam e se solidificam ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciados por práticas sociais e políticas. O sujeito da enunciação articula e (re)produz os enunciados – elementos do saber – de determinadas formações discursivas, portanto, o sujeito enunciativo é uma *função vazia*, em dimensão simbólica, de modo que podemos “falar do *mesmo enunciado*, lá

onde há várias enunciações distintas [...] uma forma que é indefinidamente repetível e pode dar lugar às enunciações mais dispersas" (p. 91).

Disso, resulta que

se trata de manter a análise linguística, da qual certos procedimentos - notadamente sintáticos - fornecem a linguagem de descrição e a técnica de manipulação de sequências discursivas, e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. E com isso levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de proposições teóricas. [...] Tais proposições teóricas devem conduzir ao estabelecimento dos procedimentos que venham a realizar a montagem instrumental, sob a forma de um dispositivo num campo metodológico. A materialização a partir de procedimentos determinados de um corpo de proposições teóricas visando ao discurso como objeto de conhecimento dá ao discurso uma concepção de objeto empírico-concreto ou objeto real. Esta é a condição à qual as expressões 'o objeto da análise do discurso', ou ainda 'o discurso como objeto' podem ser empregadas (COURTINE, 1982/2016, p. 15).

Esta técnica permite desvendar as camadas mais profundas de significado, revelando as intenções e motivações subjacentes aos discursos, por isso o autor propõe que,

em vez de caracterizar separadamente ou diferencialmente as FDs, será preciso identificar as *modalidades de contato* entre FD dentro de formações ideológicas que unem e dividem ao mesmo tempo uma contradição desigual; será preciso caracterizar os efeitos discursivos da hegemonia ideológica, colocando em evidência as formas segundo as quais no interior de uma FD 'dominada', os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma são 'interiorizados', isto é, acolhidos, absorvidos, reconfigurados ou, ao contrário, negados, ou mesmo ignorados... (COURTINE, 1982/2016, p. 18)

Diante disso, esta contradição é o cerne das lutas ideológicas que moldam a sociedade e determinam as relações de poder. Dito isto, analisaremos mais algumas sequências discursivas do discurso negacionista de Bolsonaro, proferidas na reunião citada. Vejamos a primeira das seis:

mais de trezentos empresários do Rio, que é um pouquinho abaixo do potencial de São Paulo, pra hipotecar solidariedade a uma... a... a ideia que nós temos de reabrir o comércio. A desgraça que vem pela frente, eu acho que o Paulo Guedes tá sendo até legal, hein Paulo Guedes? Eu não sou economista não. Vai ser uma porrada muito maior do que você possa imaginar. Não são apenas os informais. Eu acho que já bateu a dez milhões de carteira assinada, foi pro saco. (BOLSONARO, 2020)

Primeiramente, nesta sequência, Bolsonaro menciona "mais de trezentos empresários do Rio" que apoiam a ideia de "reabrir o comércio". Aqui, percebemos

uma estratégia de construção de *ethos*<sup>30</sup>, buscando validar sua posição ao mencionar um grupo de “empresários”. O apelo ao *ethos* empresarial visa criar uma imagem de apoio e legitimidade à sua perspectiva. No entanto, é importante ressaltar que a decisão de “reabrir o comércio” não pode ser fundamentada apenas em opiniões isoladas de grupos empresariais, mas sim deve ser também embasada em análises científicas e em medidas de proteção à saúde pública. Logo, ao desconsiderar esses aspectos, o sentido de sua produção ignora os riscos envolvidos na reabertura prematura e pode colocar em perigo a vida e o bem-estar de milhões de pessoas.

O emprego de expressões informais e coloquiais, como “um pouquinho abaixo do potencial de São Paulo” e “foi pro saco”, pode servir como uma tática de aproximação com o público sob a interpelação a uma identificação emocional a essa visão, contudo, também podem ser interpretadas como diferentes modalidades de uma falta de respeito ao cargo presidencial e à gravidade da situação discutida, pois demonstra a situação supostamente confortável do sujeito que não precisa “medir suas palavras”, sentindo-se à vontade para falar o que quiser e como quiser.

O impacto da “desgraça que vem pela frente” busca minimizar os efeitos negativos em relação a saúde pública e as dificuldades enfrentadas pela população durante a pandemia da COVID-19, o que pode gerar efeitos desastrosos na percepção pública sobre a gravidade da crise sanitária e desencorajar a adoção de medidas e políticas preventivas e de proteção da saúde pública.

Outro ponto de destaque é a menção a Paulo Guedes, ao reconhecer a dificuldade econômica que “está por vir”, mas essa percepção é acompanhada de um tom profético, sugerindo que a situação será “muito pior do que podemos imaginar”, o que aponta para a ideia de que há uma crise econômica que está afetando a população (dos “empresários”, principalmente), cujo prejuízo já bate “a dez milhões de carteiras assinadas”, sem contar os “informais” que “foi pro saco”.

Essa postura pode estabelecer a insegurança e a incerteza na população como diretriz da gestão econômica do país, afetando a confiança dos agentes econômicos pela sedução ao medo e potencialmente agravando a crise financeira pela manutenção do terror. Pois, dizer que “não são apenas os informais” que serão

---

<sup>30</sup> Na Análise do Discurso de Dominique Maingueneau, o *ethos* se refere à imagem de si que o locutor procura construir em seu discurso. Essa construção do *ethos* não é apenas sobre a caracterização pessoal, mas também sobre o papel social que o locutor apresenta na situação de comunicação. Portanto, o *ethos* pode variar, dependendo da situação discursiva, e desempenha um papel crucial na maneira como a mensagem é percebida e interpretada pelos destinatários do discurso.

afetados e que "já bateu a dez milhões de carteira assinada, foi pro saco", produz efeitos de sentidos diversos na referência aos empregos formais que foram perdidos durante a pandemia, cuja colocação "informal", embora traga à tona uma realidade preocupante, pode transmitir uma sensação de desamparo e desesperança, além de reforçar a ideia de que o então governo não estava sendo capaz de lidar efetivamente com a crise e *proteger os trabalhadores e a população*.<sup>31</sup>

Essa sequência sobre a perda de empregos formais e informais durante a pandemia também evidencia uma preocupação relevante, sendo necessário ressaltar que, a forma como ela é materializada, cuja a expressão "foi pro saco", pode desconsiderar a complexidade e a delicadeza da situação da crise pandêmica, tratando-a de forma simplista e insensível, reproduzindo consequências reais que podem ser identificadas na transformação da sociedade. Além disso, a linguagem informal e coloquial acionada por Bolsonaro pode assombrar negativamente a imagem do Brasil no cenário internacional, afetando a confiança de investidores e parceiros comerciais, dado que essa falta de seriedade e respeito institucional, contraditoriamente, pode prejudicar a recuperação econômica do país e a geração de empregos a longo prazo. No campo do mercado, essas declarações que sugerem uma falta de planejamento e de estratégias claras para lidar com os impactos da pandemia, podem gerar incerteza e insegurança nos agentes, agravando ainda mais os efeitos das crises.

Cabe dizer que, a expressão "foi pro saco" também deprecia a importância significativa (extrapolando a vida "informal" que a ela se simboliza) à "carteira assinada" como um valor importante na sociedade. Pois, apesar de dar importância para as perdas de emprego formal e ao mesmo tempo desconsiderar a complexidade da situação pandêmica, no trabalho social da enunciação, sob um sentimento de desesperança e desamparo entre os *trabalhadores afetados*, essa falta de empatia e de compromisso com a proteção dos direitos humanos pode prejudicar a coesão social e a confiança nas instituições governamentais.

---

<sup>31</sup> Enquanto Bolsonaro enfatiza a importância da economia, é essencial considerar que a saúde e o bem-estar da população são igualmente cruciais. A priorização da economia sobre a saúde pode ser vista como uma estratégia política, mas também levanta preocupações éticas e sociais. Ao mesmo tempo, também destaca a importância da "liberdade" e da "democracia", sugerindo que esses são valores fundamentais para o Brasil. No entanto, a maneira como ele define e interpreta esses conceitos pode ser diferente de outras interpretações. Por exemplo, a "liberdade" pode ser vista como a liberdade de fazer negócios sem restrições, enquanto outros podem interpretá-la como a liberdade de expressão ou a liberdade de viver sem medo.

*Naturalmente* que esta sequência sobre “reabrir o comércio”, mencionando a “solidariedade de trezentos empresários<sup>32</sup>”, traz à tona o efeito da sua posição-sujeito de poder e a sua história como militar (ou seu “histórico de atleta” também indefinidamente repetido). Tenta convencê-los de que a sua ideia é a melhor e a única para enfrentar a crise econômica (dada a sua autoridade de “chefe supremo”, detentor de “poder”) e, assim, constrói a suposta imagem de um líder (autoritário) preocupado com o bem-estar da população (isto é, da população do setor privado, cujas vidas formais valem mais e que o sustentam naquela posição).

Em “reabrir o comércio”, ele opera uma estratégia mercadológica, afirmando que, sobre a economia, “o que vem pela frente é uma desgraça  **muito pior**”, o que mostra o desprezo pelas vidas que valem menos e, paradoxalmente, sustentam a economia no comércio na desejada reabertura, na linha de frente do risco de infecção e propagação do vírus. Por sua vez, essa ênfase simboliza as vidas que foram mortas, como vidas sem valor.

Vejamos que, ao utilizar um tom de ironia elogiando Paulo Guedes, Bolsonaro afirma que não é economista (no estilo comentário de *Facebook*). Isto é, que nem é economista, mas que qualquer um pode antever os problemas econômicos, preferindo apelar para uma retórica populista e emotiva que se baseia em uma linguagem da “eu-pistemologia” autoritária e que legitima sua suposta imagem como um líder forte e carismático.

Ainda, ao apontar para “a **desgraça** que vem pela frente” e destacar que “reabrir o comércio” é assunto que deve ser apoiado pelos sujeitos ali presentes, cuja maioria empresários, revela que o uso da expressão “pouquinho abaixo do potencial de São Paulo” sustenta uma estratégia que cria uma imagem tática de inferioridade em relação a outro Estado (implicitamente um Estado *controlado* por seu suposto opositor, João Dória), gerando uma sensação de insatisfação e necessidade de superação em relação àquele grupo.

Desse modo, podemos observar como os processos de posições, deslocamentos e relações ao interior/exterior, sob o entalhe significativa-ativo dos efeitos de assujeitamento-interpelação, influenciam e moldam a dinâmica da batalha discursiva.

---

<sup>32</sup> Não esqueçamos do grupo neofascista brasileiro 300 que espontaneamente apareceu, mas efemeramente desapareceu.

Essa posição é estruturada *por* suas memórias e atualidades, bem como *por* sua posição de poder e sua história como militar. Ao acionar o discurso negacionista em estruturação, opera pela tentativa de convencimento da população de que a economia é mais importante do que a própria saúde, desvirtuando e subvertendo os valores público-sociais em circulação e colocando nessa reatualização a *economia acima de tudo, como um valor supremo e universal*.

Em relação aos mecanismos linguísticos, podemos citar expressões como "uma porrada muito maior do que você possa imaginar", "muito pior" e "foi pro saco", que buscam produzir um efeito de suspense e emoção no interlocutor ("formais" e "informal") (seduzindo ao medo *pelo* terror, isto é, pelas memórias das práticas que configuram uma ditadura, seja pelo desprezo da gravidade do vírus, cuja "porrada" não será maior do que a "que vem pela frente" na economia, e que transcende os limites da imaginação), reforçando a ideia de que a situação é catastrófica e que (as suas) medidas drásticas precisam ser tomadas, de imediato. Uma linguagem grosseira, machista e autoritária que busca assujeitar uma identificação entre o ouvinte e o discurso do então presidente, interpelando uma sensação de pertencimento e reforçando a ideia de que todos estão juntos nessa luta contra um *inimigo comum*.

Como dispositivos discursivos, podemos citar a construção de uma narrativa que coloca a economia em oposição à saúde e à democracia, como observado na formulação do objeto discursivo em foco neste trabalho, "Salvar a Economia vs. Salvar Vidas". Essa narrativa busca produzir um efeito de escolha binária, em que apenas uma das opções pode ser escolhida, e que a opção escolhida deve ser a economia. Isso sustenta as bases do projeto de poder bolsonarista em suas correlações ideológicas com as forças sociais, assim, opera também a construção de uma imagem negativa dos cientistas e da ciência em si (assim como das instituições democráticas), como podemos observar na expressão "eu acho que o Paulo Guedes tá sendo até legal, hein Paulo Guedes? Eu não sou economista não", para mostrar o ministro da economia como moderado, e que as medidas deveriam ser mais severas para Salvar a Economia, livrando a cara do Paulo Guedes, de forma a obter adesão para as suas propostas, que deveriam ser mais duras.

Portanto, Bolsonaro suporta aí o mecanismo de tensionamento do eufemismo para se referir às políticas e medidas de combate a pandemia como causa da "desgraça que vem pela frente", silenciando palavras como "mortes(os)" ou "doenças",

o que poderia chocar e sensibilizar a população, atribuindo a responsabilidade da situação ao então ministro Paulo Guedes e ao mesmo tempo aos seus *inimigos em comum*, sugerindo que a crise econômica é uma consequência inevitável da pandemia e não das medidas e políticas governamentais (da instância federal) ineficientes, de “inverter a lógica de raciocínio”, e deixar ou fazer morrer vidas que valem menos ou que nada valem.

Isso constitui a ação prática da linguagem coloquial e informal operada em seu discurso, que visa criar uma suposta imagem de proximidade e confiança com as classes mais baixas, pois, referir-se como “Eu não sou economista não” e “foi pro saco”, há a tentativa de se identificar com a classe trabalhadora “dos informais” e de se mostrar como alguém simples e *do povo*.

Essa postura implica na subjetivação da classificação e qualificação das vidas, onde a vida da economia e dos empresários parece valer mais do que a vida da população que precisa se proteger da doença, e que, contraditoriamente e desigual, é peça-chave para a sobrevivência e o lucro da economia e desses mesmos “empresários” e *grupo privilegiado* que está no poder naquele momento. Por outro lado, “os informais” e “as carteiras assinadas” que são perdidas na crise econômica são tratadas como vidas que valem menos, enquanto as vidas perdidas para os vírus (também ideológicos) são minimizadas e tratadas como vidas que nada valem.

Na segunda sequência discursiva, a seguir, Bolsonaro articula a importância da dimensão política na condução do país e expõe sua visão de “um campo fértil” para a emergência de – vamos “readequar isso aí”, como diz Braga Netto – “uns porcarias”, “levantando” bandeiras populares em meio à “desordem social” do “desemprego, caos, miséria”. Vejamos:

Não é apenas é... cuidar do seu ministério nessas questões que estamos tratando aqui, é tratar da questão política também. Tá certo? Então é... essa é a preocupação temos que ter, porque a luta pelo poder continua. A todo... a todo vapor. E, sem neurose da minha parte, tá? O campo fértil pra aparecer um... uns porcarias aí, né? Levantando a... aquela bandeira de... do... do povo ao meu lado, não custa nada. E o terreno fértil é esse, o desemprego, caos, miséria, desordem social e outras coisas mais. (BOLSONARO, 2020)

É preciso considerar a contradição desigual, inerente ao uso da linguagem, de que essa colocação sugere que a “questão política” desempenha um papel fundamental nas ações do então governo. Ademais, ressalta também que um equilíbrio adequado (com ele no controle) entre as atividades ministeriais e políticas



significantes é essencial para garantir o suposto funcionamento das instituições *democráticas* e a busca pelo *bem(ns) comum(ns)*, para que o mesmo possa “governar o Brasil”, como vimos.

Pois bem, ao mencionar a “luta pelo poder”, Bolsonaro traz à tona um aspecto relevante do contexto político, da forma como essa “luta” é abordada (de acordo com sua ideologia), seguida da expressão “a todo vapor”, e que pode assim transmitir uma sensação de polarização e confronto constante e inevitável. Por sua vez, esta estratégia mina a busca por consensos, descaracterizando o ambiente público como ambiente público.

Ao enfatizar que “não é neurose de minha parte” a “luta pelo poder”, produz o efeito de sentido de que ver a “luta pelo poder” em tudo não se trataria de uma alucinação da parte dele, interpretado aqui como uma tentativa de descreditar possíveis críticas ou preocupações sobre suas ações e políticas. Desta forma, julgamos importante ressaltar que a preocupação com a atuação sobre a “questão política” deve ser avaliada de forma responsável e embasada em análises objetivas (o contrário de Bolsonaro), a fim de garantir a tomada de decisões fundamentadas e benéficas para a sociedade.

Uma expressão controversa utilizada nessa sequência é “uns porcaria aí, né? Levantando a... aquela bandeira de... do... do povo ao meu lado, não custa nada”, que sugere uma visão negativa e desqualificadora em relação a possíveis opositores políticos, desmerecendo a legitimidade de suas propostas.

Suas atitudes e representações podem formular o agravamento da polarização política sob o objeto ideológico Salvar Vidas vs. Salvar a Economia e prejudicar o diálogo e a troca de ideias necessárias para o desenvolvimento democrático. É na (re)produção de práticas antissociais e antidemocráticas que manipula, sob a desvirtuação simbólica no *emprego* significativo dos termos “desemprego”, “caos”, “miséria” e “desordem social”, assimilados a “um terreno fértil” para a significação do “surgimento” de movimentos políticos contrários ao seu governo, e que supostamente não o deixam “governar”.

Isso exalta que a situação de vulnerabilidade e instabilidade social pode ser explorada por oportunistas “na luta pelo poder [...] a todo vapor”, cuja apropriação por “uns porcarias”, como os classifica Bolsonaro, prefigura a situação precária da gestão antissocial do país: de miséria, caos e desordem social (mas transfere a

responsabilidade a esses (f)atores, como a crise pandêmica ou as medidas e políticas públicas para combatê-la).

Essa estratégia é reforçada quando ele menciona que “a luta pelo poder continua a todo vapor”, na cumplicidade de seus fascínios imaginários, em que a gestão da pandemia está subordinada a interesses políticos contraditórios, manifestando e materializando em sua prática a manutenção e reprodução das desigualdades sociais. Assim, Bolsonaro evidencia sua determinação ideológica de que o “desemprego, caos, miséria, desordem social” são “terrenos férteis” para a ascensão de outros políticos. Ele interpela seu público, fazendo uma crítica indireta àqueles que se opõem a ele, e que, portanto, supostamente levantam a “bandeira do povo”.

Isso se dá sob uma linguagem depreciativa para se referir a esses oponentes, chamando-os a se posicionar frente ao seu discurso, isto porque ao associar a “bandeira do povo ao seu lado” a “porcarias”, Bolsonaro opera um dispositivo discursivo que desqualifica a oposição e reforça a polarização política (institucional, particular e social). Além disso, a descridibilização de possíveis propostas e medidas de combate a pandemia e a desqualificação de opositores políticos também podem prejudicar a participação cidadã, desencorajando a multilateralidade e a diversidade de ideias e perspectivas na (construção da) sociedade.

A afirmação de que “o desemprego, o caos, a miséria e a desordem social” são “terrenos férteis” para movimentos políticos contrários, que “levantam a bandeira do povo”, demonstra uma visão simplista e redutora das complexidades estruturais desiguais e injustas da luta de classes, sociais e econômicas, cuja abordagem pode ignorar as causas históricas desses problemas e atrofiar as possibilidades de encontrar soluções efetivas. Portanto, podemos destacar que Bolsonaro opera o trabalho social de enunciação ao enfatizar a importância da “política” na “questão” em pauta, sugerindo que as evidências médico-sanitaristas e democráticas não são suficientes para solucionar o problema, principalmente quando ele afirma que a “luta pelo poder” “continua a todo vapor”.

Sendo assim, constrói um discurso de “nós contra eles”, em que supostamente há um grupo de pessoas que querem se aproveitar da situação de crise (como “desemprego, caos, miséria e desordem social”) para ganhar “poder” e influência, justificando e legitimando a sua alegação de que “não é neurose de minha parte”. Dessa forma, na denegação dos fatos científicos e sanitários, como quando

Bolsonaro afirma que não há “neurose” em relação ao assunto em questão, a “luta pelo poder”. Contraditória e paradoxalmente, desestabiliza a identidade do sujeito que escapa ao encadeamento sintático, no que impõe sob o imaginário do fascínio que articula a fantasia de que a “bandeira” da democracia, da ciência ou das evidências científicas não é o suficiente para resolver o problema (neste caso, “político”).

Vejamos que a operação histórica sob a qualificação das vidas alheias, de acordo com a classificação das suas utilidades para a manutenção do poder, como a preocupação com “a questão política”, indica que a gestão da crise sanitária não se limita à esfera técnico-científica, mas envolve questões políticas que devem ser consideradas (ou melhor, para ele, controladas).

A despersonalização e desumanização que se referem aos oponentes como “uns porcaria” e, assim, desqualifica a oposição ao colocá-la em uma posição de inferioridade classificada, retoma o sentido de disputa pelo “terreno fértil” para “aparecer” outros líderes opositores ou estabelecer autoridade e dominação na manipulação das “questões políticas”, e que associam a crise sanitária à crise econômica e social, reforçando a significação de que a gestão da pandemia estaria subordinada a interesses econômicos e políticos de seus opositores.

Isso é intensificado quando ele menciona “o desemprego, a miséria e a desordem social” como fatores que favorecem a emergência de líderes opositores, o que revela, por conseguinte, o desvio do foco de sua responsabilização simbólica pelo agravamento da situação de crises significantes, pois na subjetivação de Bolsonaro ocorre a criação de inimigos imaginários, usados para operar a mobilização significativa da sua base de apoio e criar uma narrativa de luta contra o *establishment* que supostamente o persegue.

Tal determinação é sustentada pelo vacilo sob a denegação de seus fascínios imaginários, na imposição, na impostura e na cumplicidade, quando afirma contraditoriamente, que “a luta pelo poder continua [...] a todo vapor” e que isto subordina a existência de um “campo fértil” para aparecerem pessoas “levantando a bandeira do povo” ao seu lado. Nesse sentido, podemos dizer que ele aborda a retórica do “medo” ao enfatizar que, “sem neurose de minha parte”, seduzindo pelo terror, exalta que a esquerda pode voltar ao poder e que ele e seus apoiadores seriam perseguidos e presos. Esta tática lhe permite ressaltar que é preciso “tratar da questão política” nessa “luta pelo poder”, pois, como a expressão “campo fértil” explicita, cria-se uma imagem de terra cultivável, sugerindo que há possibilidades de plantar ideias

e conseguir apoio, mesmo com “uns porcaria ao meu lado” (sinalizando a população e seus líderes ao seu lado), “levantando aquela bandeira do povo”, à qual ele não se identifica.

Nesta perspectiva, a gestão genocida da pandemia pode ser vista como um meio para o projeto de poder bolsonarista, em que a qualificação das vidas está subordinada paradoxalmente à classificação genocida de interesses políticos e econômicos privados, pois, de fato, essas análises mostram como os processos de estrutura e acontecimento, memórias e atualidades em significação, se relacionam na subjetivação do discurso negacionista na reunião. Ele desvirtua e subverte os valores simbólicos sociais da ciência médico-sanitarista e da vida em nome de interesses políticos autoritários e econômicos pessoais, mostrando como a linguagem e a ideologia se atravessam na tecitura social sob os auspícios da racionalidade. Isso mostra como esses processos de assujeitamento-interpelação se relacionam aos efeitos “realmente existentes” do discurso negacionista.

Em seguida, Bolsonaro produz outra sequência discursiva para afirmar sua autoridade suprema sobre as Forças Armadas e os demais presentes naquela situação, convocando-os no desejo de ser reconhecido pelos outros-Outro, o que pode ser interpretado como um processo de identificação com a formação discursivo-ideológica militar. Vejamos, então, a terceira sequência discursiva extraída de seu discurso nessa reunião:

Até em cima do que eu falei, em frente ao forte apache. Eu sou o chefe supremo das forças armadas. Ponto final. O pessoal tava lá, eu fui lá. Dia do exército. E falei algo que eu acho que num tem nada demais. Mas a repercussão é enorme (BOLSONARO, 2020).

O enunciado de Bolsonaro de que é o “chefe supremo das forças armadas” e a sua associação com a imagem de um “forte apache”, pode ser vista como uma tentativa de associar sua imagem militar em relação ao grupo ao qual pertence, em diferenciação a todos os outros, isto sob o desejo político da pressão material inscrita sobre a história de ser reconhecido pelos outros-Outro, na posição significativa de autoridade absoluta militar.

Ao afirmar “Eu sou o chefe supremo das forças armadas. Ponto final”, ele mobiliza o imperativo ideológico, relacionado ao poder e à autoridade que exerce como presidente e comandante em chefe das Forças Armadas, reforçando a posição

de liderança e autoridade máxima nesse contexto específico, no maior estilo ditatorial. Entretanto, "o pessoal tava lá" e ele foi ao evento do "Dia do Exército", articulando o encadeamento histórico sobre elementos da modalidade concreta. Suas palavras foram proferidas evidenciando a experiência do sujeito, cujo aspecto pragmático do discurso, ao mencionar a repercussão significativa de suas palavras, destaca a interação entre diferentes formações discursivas no conjunto ideológico como discurso, tanto quanto suas consequências.

Aí, é importante ressaltar que esses exemplos representam como o contato entre modalidades das diferentes formações discursivo-ideológicas pode ocorrer, evidenciando a interrelação entre o histórico e o linguístico nas práticas sociais. Desta feita, isso também pode ser entendido como uma tentativa de estabelecer uma relação de identificação com o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, quando as forças armadas ocupavam um papel de *sedução ao medo pelo terror* no governo e na política nacional.

A referência ao "forte apache" pode, nessa perspectiva, ser entendida como uma referência ao Forte Apache norte-americano, um posto militar que desempenhou um papel decisivo na história das guerras indígenas nos Estados Unidos, e que se tornou um símbolo da *resistência militar*. Nesse sentido, a referência de Bolsonaro ao "pessoal tava lá, eu fui lá. Dia do exército"<sup>33</sup>, o "forte apache" sustenta uma operação de subjetivação, no estabelecimento de uma imagem de resistência e de autoridade militar totalitarista, na contraditória desigualdade-subordinação com o setor privado do capital internacional.

Essa significação pode ser preocupante, uma vez que a Ditadura Civil-Militar do Brasil é simbolizada por uma série de agressões significativas, como a prática da violência e de violações aos direitos humanos e à democracia e suas instituições como um todo, incluindo a censura à imprensa, a perseguição política, a tortura e o assassinato de opositores. Por isso, a tentativa de associar sua imagem à dos militares atravessa uma forma contraditória à legitimação de suas ações.

Ao afirmar que é o "chefe supremo das Forças Armadas. Ponto final", Bolsonaro se (divide e se) apresenta como o sujeito que tem a autoridade máxima,

---

<sup>33</sup> "Bolsonaro foi até o QG do Exército, em Brasília, e discursou em cima da caçamba de uma caminhonete a manifestantes que pediam 'intervenção militar'. 'Nós não queremos negociar nada. Nós queremos ação pelo Brasil', disse o presidente, em discurso que foi transmitido ao vivo em rede social": <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52353804>

além das forças armadas, mas sobre cada um e todos os outros, na (in)determinação de como ele aciona esses mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos. Ele o faz para deslocar o sustento dessas posições, como a recorrência ao uso do “eu sou” e da expressão “ponto final”, que demonstram uma posição de poder e autoridade absoluta sobre tudo e sobre todos, intensificada pela presença de militares no evento singular (do “grupo de trabalho”) dessa enunciação.

Esse processo de identificação é reforçado pela subjetivação da linguagem militar autoritária, que é ancorada em diversas partes de seu discurso (fascista). Ao constituir um discurso autoritário e militarista, enfatizando sua posição de “chefe supremo das forças armadas” e sugerindo que sua palavra é a lei (“ponto final”), ele também enfatiza a importância de uma postura firme em relação aos criminosos e bandidos (leia-se ‘aos seus inimigos’), reproduzindo uma linguagem que reforça a ideia de que o (seu<sup>34</sup>) Estado deve ser implacável com seus inimigos.

A materialidade ideológica na língua pode ser observada na construção discursiva, sob o jogo com as equívocas, relativamente autônomas, cujo efeito produz a criação de uma visão utilitarista, intrínseca ao peso do discurso militar e autoritário, dado suas raízes históricas e sociais. A ideia de que algumas vidas são mais importantes do que outras está profundamente enraizada em nossa sociedade, e a pandemia tem evidenciado essa desigualdade de forma cada vez mais precisa.

Por isso Bolsonaro ressalta a necessidade de não “errar”, pois, caso contrário, seria alvo de “*impeachment*”. Na sequência seguinte, vemos a “inversão da lógica de raciocínio” na estratégia de desviar a atenção para si mesmo e criar uma imagem de vítima, que é comum em discursos autoritários e populistas, dado que a expressão “com frescura, com babaquice” desqualifica qualquer crítica feita a suas práticas (como já visto em relação ao seu “exame antivírus”). Vejamos a quarta sequência discursiva extraída de seu discurso:

Porque se eu errar, se achar um dia ligação minha com empreiteiro, dinheiro na conta na Suíça, porrada sem problema nenhum. Vai pro impeachment, vai embora. Agora, com frescura, com babaquice, não! (BOLSONARO, 2020)

Vejamos que os termos “empreiteiro” e “Suíça” revelam aspectos importantes em relação ao interdiscurso e intertexto presentes nesse contexto de realização, de

---

<sup>34</sup> No sentido de posse, possuir, ser dono, proprietário.

reatualização, pois "empreiteiro" remete ao contexto significativo político brasileiro, onde houve diversos escândalos de corrupção envolvendo grandes empresas de construção civil que mantinham estreitas relações com políticos e agentes públicos. Diante disso, a possibilidade de ser simbolizado a "empreiteiros" e ter "dinheiro em contas na Suíça" faz referências veladas às práticas de corrupção e lavagem de dinheiro amplamente divulgadas e investigadas no país, de forma que o trabalho social de enunciação sob o intertexto com o contexto histórico e político é evidente, uma vez que houve inúmeras denúncias e investigações envolvendo políticos e empresários específicos com contas em bancos suíços.

Contudo, essa referência ao intertexto e interdiscurso tem um impacto discursivo significativo, como a menção simbólica à possibilidade de estar ligado a "empreiteiros" e dinheiro na "Suíça", o que cria uma imagem significativa de si mesmo como alguém que não tem envolvimento com tais práticas e que *não teme ser investigado* ou sofrer consequências legais. Ele se posiciona como alguém disposto a enfrentar qualquer acusação, desde que seja algo concreto (isto na sua perspectiva) e não baseado em "frescura" ou "babaquice".

Ainda, essa sequência discursiva também evidencia uma estratégia de defesa e autopreservação (contra conteúdos que desestabilizam a identidade do sujeito, por isso a retomada significativa da representação pela invocação dos termos "babaquice" e "frescura", repetido em vários momentos de seu discurso na reunião), onde a impostura de se distanciar da imagem de político corrupto (buscando eliminar estas condições), faz destaque à possibilidade de "*impeachment*" caso seja comprovado seu envolvimento em esquemas ilícitos.

Desta forma, apelar aos termos "empreiteiro" e "Suíça", e não *empresário* e *exterior*, produz uma formação imaginária de integridade e coragem diante das acusações, isto porque tais termos interdiscursivizam denúncias de corrupção contra os seus opositores, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que está disposto a enfrentar as consequências, isso "se descobrirem", se for comprovada sua culpa.

Sendo assim, ele aciona mecanismos linguísticos que visam desqualificar os discursos que questionam as suas ações, como a expressão "frescura" e "babaquice", carregadas de uma carga pejorativa e preparadas para desvalorizar as posições contrárias, em desvirtuação para desacreditar os discursos que se contrapõem aos seus interesses.

Cabe notar que ao considerar o *“impeachment”* como consequência de “ligação” (leia-se corrupção) “com empreiteiro”, podendo querer fazer referência a Lula e Dilma, constitui aí uma linguagem autoritária de que, se ocorrer (leia-se descobrir), “vai embora” (leia-se vai fugir), “porrada sem problema nenhum” (desde que seja corrupção com “empreiteiro”, mas não para “babaquice”), classificando o desprezo das consequências e da gravidade do sentido da significação do que simbolize um ato de corrupção, e que, portanto, a investigação da corrupção está subvertida em um processo de desvirtuação, cujo efeito de desvalorização atua no entremeio de “frescura” e “babaquice”.

Além disso, essa enunciação também revela a tática discursiva de desqualificar a vida de determinados sujeitos em detrimento de outros, ao afirmar que “não aceita” “frescura” e “babaquice”, explicitando falta de respeito pelas críticas e pontos de vista diferentes do seu, cuja necessidade-real é os taxar pejorativamente. Diante disso, sua sequência-ação reforça a formação discursivo-ideológica negacionista, que desvaloriza a ciência e a democracia, tanto quanto a expertise, em detrimento de uma visão utilitarista da justiça.

Ao colocar em segundo plano a preocupação com a vida das pessoas, o então presidente demonstra, como complexo com dominante de (sua) formação discursiva, na série de seu conjunto como efeitos ideológicos, um desprezo pela prática científica médico-sanitarista e pelas práticas político-democráticas, especialmente as voltadas a suprir dignidade para a vida humana. Isso evidencia como a ideologia neoliberal produz a discursividade negacionista que desvirtua e subverte valores sociais em prol de interesses políticos e econômicos privados, na práxis simbólica da significação.

Outra sequência discursiva interessante é a que Bolsonaro constitui para apelar ao sentimento de revolta e indignação dos seus seguidores contra a esquerda e contra as instituições democráticas e científicas, marcando as pistas do desígnio político do discurso negacionista. Vejamos a quinta sequência discursiva:

Tem que falar, pô! Vai ficar quieto até quando? Ou eu tenho que continuar me expondo? Tem que falar, botar pra fora, esculachar! Não pode botar algema! Decisão do próprio Supremo. E vamos ficar quieto até quando? Fica humilhando nosso povo, por quê? Isso tá crescendo. Pessoal fica apontando pra mim, ‘votei em você pra você fazer alguma coisa!’, ‘votei em você pra você tomar decisões, pra você brigar!’. E é verdade. Eu tô me lixando com a reeleição. Eu quero mais que alguém seja re... seja eleito, se eu vier candidato, tá? Pra eu ter... eu quero ter paz no Brasil, mais nada. Porque se for a esquerda, eu e uma porrada de vocês aqui tem que sair do Brasil, porque vão ser presos. E eu tenho certeza que vão me condenar por homofobia, oito



anos por homofobia. Daí inventam um racismo, como inventaram agora pro Weintraub. Desculpa, desculpa o... o desabafo: puta que o pariu! O Weintraub pode ter falado a maior merda do mundo, mas racista? Vamos ter que reagir pessoal, é outra briga. (BOLSONARO, 2020)

É interessante notar a heterogeneidade discursiva nesta sequência, no entremeio da retórica conspiracionista e a polarização de guerra, encadeadas por meio dos elementos discursivos presentes e que abordam (no bordar de sua hiância estruturante) temas como críticas, humilhações, confronto, defesa dos interesses do *povo*, reeleição, *paz no Brasil*, *ameaça da esquerda*, perseguição política, casos específicos de homofobia e racismo, descredibilização das acusações e vitimização.

Pois bem, os resultados dessa significação, como causa de si, podem ter consequências diversas, pois, Bolsonaro simboliza uma linguagem populista autoritária que nega problemas sociais estruturais e minimiza a importância do diálogo, focando na “briga”. A tática linguística do confronto e da ameaça material, em relação à “esquerda”, por outro lado, alimenta um clima de polarização política, corroendo o ambiente de debate público, posto que a vitimização e a negação de responsabilidades também podem enfraquecer a prestação de contas e a responsabilização do então governo por políticas, atos e discursos controversos.

Dessa forma se inscrevem as queixas de críticas e humilhações direcionadas ao “nosso povo”, para criar um senso de identificação com sua base de apoio, demonstrando que ele é o único que está disposto a tomar decisões e lutar em nome desse “povo” (bolsonarista), enquanto os outros ficam “se escondendo”, “quietos”, “com medo”: uma “questão estratégica” para fortalecer sua imagem de líder combativo e defensor dos interesses da “paz no Brasil”.

Concomitantemente, o fundo duplo de constituição acaba por evidenciar o efeito conspiratório de que as medidas e políticas de saúde pública e proteção contra a pandemia da COVID-19, adotadas e praticadas por outros poderes, “humilha o povo”, e que a sua “reeleição não é importante”, mas sim a eleição de alguém que garanta a “paz no Brasil”, no que comete um ato falho: “*Eu quero mais que alguém seja re... seja eleito*”... e o único que pode ser reeleito é aquele que tem a vigência do mandato, ou seja, ele próprio, dispositivado<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> *Dispositivado* sugere que o sujeito em questão está se posicionando ou se moldando de uma maneira específica. Este posicionamento ou moldagem é feito de tal forma que ele se constitui como uma entidade ou representante digno de um certo grupo. Ele é tanto produto quanto produtor de discursos, práticas e estruturas de poder – o sujeito em si, é, portanto, dispositivado. Em outras palavras, o

Notamos que essa ideia de “paz” é diretamente associada à “ameaça”, enfaticamente repetida, “sem neurose de sua parte”, da “esquerda”, que, se eleita, faria Bolsonaro e seus apoiadores “terem que deixar o país”, pois isso marca o entalhe dos sujeitos ali presentes na sedução *pelo* terror por medo de “serem presos” ou “perseguidos”, ou mesmo humilhados. Isto evidencia para o sentido da contradição-subordinada a desigualdade social inerente à vida negacionista.

Ora, ele expressa sua insatisfação com as críticas que recebe e reforça sua postura de confronto e defesa de suas ideias como alguém que está ali para “fazer alguma coisa”, “para lutar”, como líder autoritário, primeiramente, quando identificamos o sujeito em “Quem fica humilhando?” e explicitamos que se refere àqueles que Bolsonaro considera como adversários políticos ou críticos de sua gestão. Em seguida, destacamos que o referente de “**nosso** povo” não se trata do povo brasileiro como um todo, da população, mas sim do “povo” bolsonarista, àqueles que o apoiam e compartilham de sua ideologia e interesses. Basta capturar a qualificação valorativa de Weintraub (2020) de que “só tem um povo nesse país”, por isso, é fundamental, para esse grupo, “Acabar com esse negócio de povos e privilégios”, ou mesmo esse negócio de levantar a “bandeira do povo”, ou melhor, da democracia, da ciência e da política enquanto interventores sobre os problemas sociais.

Na batalha discursiva, ele se insere como o único que está disposto a tomar decisões e “brigar”, “esculachar” em nome do “povo” e da “paz”, produzindo efeitos contraditórios na percepção de que é o único líder capaz de enfrentar os problemas do país, mas ao mesmo tempo diz não se importar com “eleição”, ou que não consegue “governar o Brasil”. Ao mencionar que as pessoas votaram nele para “tomar decisões”, para “brigar”, enfatiza a ideia de que foi eleito com a expectativa de que combatesse determinadas questões (precisamente, em paráfrase discursiva, *combater a esquerda*), como o avanço do desenvolvimento social e supostos crimes cometidos por seus opositores. Desta forma, ele contradiz seu desinteresse pela “reeleição”, na subversão de que o seu objetivo principal é “ter paz no Brasil”.

Além disso, sob a heterogeneidade da constituição, perfaz uma linguagem violenta, agressiva e conspiratória, cujo delírio vulgar, para atacar as instituições

---

sujeito está se autoconstruindo e se autopercebendo de uma maneira que o coloca em um papel específico dentro do dispositivo social e político que estrutura a percepção de realidade, tornando-se uma parte ativa na reprodução-transformação da luta de classes.

democráticas e científicas, sugere que a justiça ou a democracia são usadas como instrumentos políticos para perseguir seus aliados. Contudo, a afirmação de que ele não se importa com a “reeleição” e que seu objetivo é ter “paz” no país sugere uma postura alheia aos interesses políticos tradicionais, numa retórica *antiestablishment* que é comumente associada à discursividade neoliberal e populista, e que valoriza a liberdade individual, o livre mercado e a diminuição da intervenção estatal (enquanto agente-instrumentos de intervenção social).

Por sua vez, esse encadeamento linguístico pode também enfatizar que é preciso se preocupar com o “futuro” do Brasil e que é necessário criticar decisões que vão contra as suas ideias, como ao dizer que quer “ter paz **no** Brasil”, o que não é o mesmo que dizer que quer um ‘Brasil **em** paz’. É a forma de expressão que materializa a depreciação daqueles que são contra as suas ideias (e, assim, substancia vidas que valem menos, e em vários casos, vidas que atrapalham) e a criação de uma imagem de pai protetor (e autoritário) que sugere que ele é o único capaz de proteger a sociedade (o ‘*Messias Salvador*').

Bolsonaro constitui-se na desvirtuação de práticas ditatoriais, trabalhadas pela inversão simbólico-significante da “lógica de raciocínio”, reafirmando a característica da discursividade negacionista, que nega a existência de problemas sociais, como a desigualdade e a discriminação estrutural, ao mesmo tempo em que alimenta o medo e a polarização política na sedução *pele* terror ditatorial, na subversão e deturpação dos valores dessas próprias desigualdades e discriminações.

Sendo assim, essa sequência discursiva revela um tom de desabafo e indignação, no qual expressa sua frustração com as acusações de “racismo” e a suposta perseguição e humilhação política que acredita sofrer, como a referência ao ex-ministro da Educação, “Weintraub”, onde questiona a acusação de “racismo” contra ele, ressaltando que “Putá que pariu”, apesar de possíveis *erros* em suas falas, considera injusto o rótulo de “racista”, logo, “outra briga”, outra região ideológica na batalha discursivo-simbólica da significação.

Esquecer seletivamente na determinação interditada de casos específicos, como a sua possível condenação por homofobia e a acusação de racismo contra “Weintraub”, também revela a descrença nas acusações, produzindo o encadeamento de uma linguagem de vitimização e negação de responsabilidades. Esta é recorrente no discurso bolsonarista, se amparando de argumentos *ad personam* e de ataques à

imprensa e às instituições democráticas para deslegitimar as críticas e manter-se no “poder”.

Indo além, Bolsonaro sugere que há uma conspiração para condená-lo por “homofobia” ou mesmo “racismo”, como no caso do então ministro “Weintraub”. Nesse sentido, a ideia de que a esquerda está sempre buscando acusá-lo de crimes e tentando prejudicá-lo constrói uma postura defensiva, em que a proteção da própria imagem e a manutenção do poder são mais importantes do que qualquer coisa, como as pautas sociais que incluem a proteção da vida e a saúde pública frente a pandemia.

Ao final, Bolsonaro conclama seus seguidores a reagirem, no que desliza sua imagem significativa para a forma polarizada de um líder autoritário que está disposto a “lutar pelo poder” contra seus adversários (a qualquer custo e “a todo vapor”).

Essa visão utilitarista e excludente do debate político é reforçada pela presença da desqualificação dos argumentos da oposição como “babaquices”, “bosta” e “merda”, “uns filho da puta”, “puta que pariu”, e por aí vai, como o excesso do emprego de termos pejorativos para se referir àqueles que defendem ideias diferentes, tal qual a classificação “esquerdalha”, “perseguição”, “uma putaria”, “uma vergonha”, entre outros.

Linguagens que manifestam um clima de hostilidade e desrespeito e que contribuem para a desumanização daqueles que são colocados como opositores, tidos como inimigos a prender e controlar e/ou eliminar. O que manifesta, por sua vez, a estratégia da vitimização ao se apresentar taticamente como alvo de perseguição e calúnias, que a imprensa conspira contra ele, “inventa e distorce tudo” o que ele diz. Lembremos que a comunidade científica, por “farmácia de manipulação”, supostamente conspira para lhe “envenenar”, dado que é um “cara manjado”.

Vejamos também que ele enfatiza que não é acusado de corrupção, assinalando que a sua posição é moralmente superior à de seus oponentes, como podemos observar na sexta sequência discursiva, a seguir:

Não estamos em desespero, nós estamos bem. Não somos acusados de desvio, de corrupção, nada. Na se... nada, tá zero! Temos problema pela frente. Vamos tentar solucionar, como eu tenho conversado com vários ministros. E vamos solucionar, porque o destino do Brasil tá na mão desse grupo privilegiado que tá aqui. E eu não seria nada sem vocês. Vocês não seriam ministro sem... sem eu... duvido! Dificilmente alguém ia ser ministro se tivesse um Haddad aqui. Eu duvido! Poderia aceitar por alguns dias, né? Depois ver a sacanagem que ia ser, não ia ser diferente do que foi os dois anos anteriores do PT, não é? Ia pedir pra sair. Então um apelo pra vocês, todo mundo se preocupe com o futuro do Brasil, com a questão política,

criticar um ato de uma pessoa ou outra não é... não é criticar o Congresso ou de... criticar o Supremo Tribunal Federal. É... é uma... quem não fica... quem não ficou revo... vi o Moro ficou revoltado com a... com a liberdade desse pessoal. Por causa de... de... de... de vírus, botou os estuprador pra fora. Imagina se estivesse estuprado uma filha nossa, um filho da puta desses ser posto em liberdade. Agora temos que se colocar no lugar dessas pessoas, desse pai que tem a filha estuprada, e o... e vagabundo foi posto na rua. Com uma decisão, fada-se de quem seja, tem que jogar pesado em cima aí... pesado em cima disso. Não é um desabafo, pessoal. É uma realidade. O nosso barco tá indo, mas não sabemos ainda, no momento dado o último caso, ess... vírus, pra onde tá indo nosso barco. Pode tá indo em direção a um iceberg. A gente vai pro fundo. Então vamos se ligar, vamos se preocupar. Quem de direito, se manifesta, com altivez com palavras polidas, tá? Mas coloca uma posição! Porque não pode tudo, tudo, veio pra minha retaguarda, tudo tá? E vocês tem que apanhar junto comigo, logicamente quando tiver motivo pra apanhar, ou motivo pra bater. (BOLSONARO, 2020)

Pois bem, essa sequência discursiva aciona diversos mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos que operam a prática do sentido do discurso negacionista, como a construção de estratégias narrativas para negar a gravidade da situação mesmo diante de crises sociais, sanitária e econômica, causada pela pandemia. Apesar de, contraditoriamente, não saber “pra onde tá indo nosso barco”, assim ele se coloca como inocente, ao dizer que “não somos acusados de desvio, de corrupção, nada”, interpelando a sua isenção da responsabilidade (na gestão genocida) dos problemas reais do país.

Ele valoriza o grupo de ministros que o acompanham, enfatizando que “o destino do Brasil está nas mãos desse grupo privilegiado que tá aqui” e que, por sua vez, sugere uma relação de dependência e lealdade desses ministros em relação à sua figura enquanto “chefe supremo”, reforçando a dinâmica de poder e hierarquia, como a ordem de que os mesmos “tem que apanhar junto” com ele.

Ao acionar o mecanismo de interpelação ideológica, dirigindo-se aos sujeitos presentes e apelar para que eles se “preocupem” com o “futuro do Brasil”, destacando a importância de serem um “grupo privilegiado”, ele molda o discurso e vice-versa para sustentar a posição autoritária contra a oposição, e assim fazer referência a “Haddad”, sugerindo que a sua presença no poder seria prejudicial ao *país*, com dominante bolsonarista no caso, reestabelecendo que só ele é capaz de “governar o Brasil”.

Isso mostra que ao determinar uma imagem positiva de si e de seu governo, negando qualquer acusação de “corrupção” ou “desvio” e mesmo a má gestão frente a pandemia, dizendo que “estamos bem”, a ideia de que “o destino do Brasil está nas

mãos desse grupo privilegiado” que está com ele aponta o implícito em relação a ele mesmo, de que os outros não têm poder influente na tomada de decisão.

Vejam que há também o acionamento da figura da hipérbole ao falar da importância do “grupo” presente nessa reunião, afirmando que “o destino do Brasil tá na mão desse grupo privilegiado”, das vidas que valem mais e por isso devem decidir os rumos do país e, assim, os rumos das vidas que valem menos e das que nada valem, cujo efeito propagado pelo emprego do termo “destino” produz uma intensidade quase que divina (de um ‘*Messias*’, “*tá ok?*”).

De fato, Bolsonaro realiza uma proposição alarmista, comparando a situação do Brasil a “um navio indo em direção a um iceberg” (Titanic interdiscursivo), buscando mobilizar seus interlocutores para que se unam em torno de sua causa autojulgada digna, e unindo a isso a ameaça de que caso isso não ocorra, *por ventura*, “vamos todos afundar”, serão “perseguidos” e “presos”, cuja produção é a polarização da matéria social, insinuando que qualquer alternativa seria equivalente “à corrupção” e “sacanagem”.

Um discurso embrenhando no populismo, de sedução pelo terror autoritário, de apelo emocional, mencionando a possibilidade de estupros, o que manipula a ilusão de que está agindo como se estivesse defendendo vítimas de crimes violentos. Uma fantasia rearticulada no *non-sense*, a não ser por um instante, lá onde o ego-eu vacila, dado que o mesmo, historicamente, “é a favor da tortura e da ditadura”, isto é, de crimes hediondos e violentos, cuja prática do estupro usando animais era uma das principais táticas dos torturadores, a qual o mesmo faz apologia “a todo vapor”, ao ar livre, ao vivo e a cores.

Diante disso, é importante destacar que Bolsonaro também faz críticas veladas ao “Congresso” e ao “Supremo Tribunal Federal (STF)”, sugerindo que criticar atos individuais não implica criticar essas instituições, porém, contraditoriamente, essa abordagem paradoxal permite ao sujeito se distanciar de possíveis conflitos ou desgastes com esses poderes, enquanto ainda ataca certas decisões ou ações, conturbando implicitamente a democracia e as instituições *tu quoque*.

A estratégia de atacar o inimigo na subversão significativa da “liberdade desse pessoal”, ao criticar o “Congresso” e o “Supremo Tribunal Federal” – no que explora o tema da segurança pública e da justiça como conteúdo ameaçador, ao se referir a “criminosos que foram soltos por causa da pandemia” – constrói um imaginário de demonstração em que o governo estaria preocupado com a segurança da população.

Assim, aborda a questão da “liberação de presos”, relacionando-a como causa única de problemas sociais e com o aumento da criminalidade, perpetrando ainda nessa conexão, a possível relação da soltura de Lula no final do ano anterior à afirmação, e que é serve para fortalecer a imagem simbólica do então governo.

A relação do encadeamento linguístico em “É... é uma... quem não fica... quem não ficou revo... vi o Moro ficou revoltado com a... com a liberdade desse pessoal” com a discursividade histórica da soltura de Lula no ano anterior (2019) revela uma interconexão entre o discurso de Bolsonaro e os eventos políticos do período, pois faz referência ao ex-juiz Sergio Moro, que atuou como juiz responsável pela operação Lava Jato e que, posteriormente, se tornou ministro da Justiça no então governo. Ao mencionar que Moro ficou “revoltado com a liberdade desse pessoal”, materializa-se uma insatisfação com a soltura de Lula, líder do PT, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas ao mesmo tempo, a decisões de autonomia no combate a pandemia determinada aos Governadores e Prefeitos pelo mesmo STF, e isso conseqüentemente é equiparado na afirmação da soltura de “estupradores”, associando os seus opositores a um grupo específico de criminosos de alta periculosidade.

Vejamos que ao acionar a expressão “revoltado com a liberdade desse pessoal”, ele constrói uma narrativa de impunidade e proteção a figuras políticas envolvidas em “corrupção” (como já apontado), como se a soltura de Lula representasse uma injustiça, influenciando a percepção do público e reforçando a visão negativa sobre a oposição política. Seu discurso também perpassa uma linguagem emotiva que apela para a ideia de que a “liberação de estupradores” representa uma ameaça real<sup>36</sup> à segurança das famílias brasileiras.

Ele coloca a responsabilidade da solução dos problemas nas mãos daqueles “privilegiados” que *têm o poder* e se dirige ao seu gabinete ministerial, ordenando contraditoriamente que todos “se preocupem com o futuro do Brasil”, isto “na questão política”, através de discursos “com altivez e polidos” e que venham a interpelar os sujeitos em sua posição específica, o que é marcado contraditoriamente ao seu emprego de expressões pejorativas, agressivas e violentas, e que mostram que não é o seu caso. Nisso, ele aciona o mecanismo contraditório de ação e de defesa que opera o sustento de sua posição de “desabafo”, sugerindo o deslocar de que seus

---

<sup>36</sup> Não estamos dizendo que não seja, caso fossem fatos.

seguidores devem estar sempre “polidos” ao seu lado e não “aceitar” “tudo o que vem em sua retaguarda”.

Por isso, observamos que Bolsonaro reforça a contradição intrínseca à posição negacionista de que “não estamos em desespero” e “vamos todos afundar”, aderindo que a situação não é tão ruim quanto se imagina, no entanto, isso o faz afogar-se em suas próprias palavras, pois já havia dito que “vai ser uma porrada muito maior do que se possa imaginar”, e que dado o “último caso, ess... vírus. Não sabemos em que direção tá indo nosso barco”. A argumentação por oposição, contrapondo sua gestão à “corrupção do PT”, torna-se um apelo emocional construído ao longo de vários anos.

Ao analisar a materialidade histórico-linguística do discurso negacionista, é possível observar também a presença de estratégias retóricas que visam praticar e perpetrar a persuasão e a influência ideológica sobre o público, com o emprego de expressões enfáticas e impolidas, como “puta que o pariu” e “sacanagem”, que se formam numa atmosfera de “indignação” e “revolta”, a fim de concretizar de forma duradoura essa “resposta” emocional por parte dos interlocutores, o que permite a recorrência a estereótipos e generalizações, criando um ambiente propício para a desinformação e para a falta de transparência governamental.

Desse modo, seu discurso é permeado por elementos de militarização e autoritarismo, como a linguagem bélica (fascista), a imposição de sua opinião e a ideia de que é preciso “bater” ou “apanhar” conforme as circunstâncias (nas matérias significantes de sua formação simbólica em luta – ideológica – de classes, “a todo vapor”). Sendo assim, mantém uma estratégia mestre na ameaça de sedução ao medo *pelo* terror, sugerindo que se as pessoas não seguirem as suas orientações e somente estas, o país poderá sofrer consequências graves (como um golpe militar), como se estivesse advertindo para a possibilidade de um colapso iminente<sup>37</sup>.

Por fim, esse discurso caracteriza-se na âncora própria de seu lugar, onde “tem que jogar pesado em cima aí... pesado em cima disso”, com uma atitude de ação firme e impositiva, na cumplicidade de seus fascínios imaginários totalitários, cruéis, agressivos e violentos. Em suma, é possível perceber a presença de mecanismos linguísticos e dispositivos discursivos que constituem, formulam e fazem circular a subjetivação negacionista de uma formação imaginária voltada à morte.

---

<sup>37</sup> Esta interpretação é materializada frente aos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023.



### 2.4.3 O peso da herança política, das armaduras e da missão negacionista

A análise das sequências discursivas de Bolsonaro revela uma complexa rede de relações entre formações discursivas, ideológicas e as condições específicas de produção em que estão inseridas. Seus discursos, marcados por uma visão negacionista, não apenas expressam ideias que vão além de sua subjetividade individual, mas também são influenciados pelas forças sociais e políticas mais amplas, como a polarização ideológica e os ataques às instituições democráticas, públicas e científicas. Esta interação entre o discurso e seu contexto é onde os efeitos de sentido emergem, refletindo a autonomia da língua e as determinações histórico-ideológicas

Enquanto aciona mecanismos e dispositivos de persuasão, como metáforas, ironias e expressões populares, a retórica de Bolsonaro é caracterizada pela repetição e simplificação. Essa abordagem contribui para a construção de uma imagem estereotipada de seus oponentes políticos, evidenciando sua estratégia de interpelação aos interlocutores.

Embora a língua seja o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido, na evidência da significação, ela é ao mesmo tempo influenciada pelas formações ideológicas e pelas condições de produção específicas do momento de subjetivação, o que permite a reprodução-transformação da luta de classes. Por isso a “contradição funciona, então, ao longo do discurso [no seio da prática social], como o princípio de sua historicidade.” (FOUCAULT, 1969: 197 *apud* COURTINE, 1982/2016, p. 18, colchete nosso),

o fato de que dentro de uma dada conjuntura da história de uma formação social, caracterizada por um estado de relações sociais, os sujeitos falantes, naquele momento da história, pudessem concordar ou discordar do sentido a dar às palavras, falar diferentemente, ao falar a mesma língua (COURTINE, 1982/2016, p. 16).

Disso, somos arremessados e nos arremessamos numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscritos em uma relação de classes, isto é,

o ponto essencial aqui é *que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida onde elas determinam a significação que tomam essas palavras: as palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam; se pode precisar agora: as palavras

'mudam de sentido' ao passar de uma *formação discursiva* à uma outra (HAROCHE, C; PÊCHEUX, M; HENRY, 1971/2007 p. 102-103).

Sendo assim, através da análise das sequências discursivas negacionistas feita até aqui, é possível perceber como os sujeitos atravessam os sentidos no tensionamento discursivo, para reproduzir e reforçar dispositivos da ideologia dominante ou a rejeitar, na conjuntura histórica atual, no centro de um aparelho governamental (reunião ministerial sinistra do então governo federal), que é caracterizada por relações sociais sintomaticamente marcadas na pista lógica do neoliberalismo e do conservadorismo ultra autoritários.

A análise mostra como as formações discursivas desses têm como objetivo a manutenção do *status quo* e a perpetuação da dominação de determinados grupos sobre outros na sociedade (“a luta pelo poder a todo vapor”), inclusive através do extermínio em certos casos, como parte de um “plano”, um projeto de poder bolsonarista.

Nesse sentido, a análise desses processos discursivos reiteram o alerta sobre os efeitos da posição de autoridade desses sujeitos, que buscam legitimar o efeito de sentido das suas ações e decisões políticas (de caráter fascista), ao mesmo tempo em que, influenciados pelas condições específicas de produção da formação social e da luta de classes que desenvolvem os conjuntos de formações ideológicas, a história da sociedade brasileira. Nisto, vemos uma série de elementos que revelam as con(tradições de produção específicas desse contexto de realização, bem como as relações estabelecidas entre enunciado/enunciação, isto é, no trabalho social do acontecimento e do político, da materialização histórica do político e do desejo presente sob os modos de produção e forças produtivas do discurso negacionista.

Observando as condições de produção, é possível perceber que a reunião ministerial ocorreu em um momento de crise sanitária, social, econômica e política, em que as tensões e disputas entre diferentes (f)atores da sociedade brasileira se acirraram mediante o atravessamento de tensões marcadas pelo falso dilema Salvar Vidas vs. Salvar a Economia, evidenciando a polarização entre diferentes visões de mundo, projetos políticos e interesses particulares em jogo.

Ao mesmo tempo, as relações estabelecidas entre enunciado/enunciação, memórias discursivas e estruturas sociais em atualização, revelam a complexidade dos processos da produção de sentido, em que diferentes elementos se entrelaçam e

se confrontam. Por um lado, é possível identificar a presença de memórias discursivas, cujas formações se estabilizaram no tempo e que influenciam a produção de sentido em um dado momento. Por outro lado, é possível perceber a atualização discursivo-ideológica dessas memórias em prática, ou seja, sua reprodução-transformação e adaptação às novas condições de produção que compõem as estruturas e estruturações do corpo social.

A desvirtuação significativa dos sentidos e valores simbólicos das palavras remete a estudos como o de Victor Klemperer, sobre a linguagem do Terceiro Reich, em que o autor mostra como a propaganda nazista acionava a linguagem como um instrumento de manipulação discursiva e de controle ideológico sobre a racionalidade da sociedade. Diante disso, essa desvirtuação dos sentidos e valores das palavras também está relacionada à construção de um discurso negacionista em relação à ciência e à expertise técnica, que se torna evidente em discursos como o de Weintraub, e que pretende colocar em dúvida a eficácia das medidas de isolamento social recomendadas pela OMS e pelos especialistas da área médica e da saúde.

Essas atitudes e representações têm como consequência a perpetuação de uma visão de mundo em que a política se torna um jogo de interesses, onde vale tudo para vencer, inclusive a manipulação da linguagem e do valor da vida. Podemos refletir assim como a desvirtuação dos sentidos e valores das palavras pode servir como uma estratégia poderosa para a promoção de uma ideologia autoritária e totalitária. Assim como no caso do nazismo e do fascismo, as formações discursivas negacionistas presentes nessa reunião constituem uma tentativa significativa de reforçar sua posição de força e de poder para manutenção do *status quo* da sociedade, atacando aqueles que ameaçam sua hegemonia, e promovendo uma visão autoritária, negacionista, totalitária e conservadora da política, da democracia, da ciência, tanto quanto da pauta social como um todo.

A análise mostra como a linguagem é um instrumento fundamental na construção e manutenção das ideologias dominantes, bem como da sua resistência, e como os processos discursivos são acionados para efetuar o assujeitamento-interpelação mediante as equívocos do trabalho social de enunciação, dentro de uma determinada formação discursivo-ideológica, no jogo combinatório da série de suas materialidades, cuja evidência é a incompletude do sujeito e do sentido, no simbólico da práxis em significação.

Neste ponto, observamos que Orlandi (1994) lembra que “a AD recusa o imobilismo do racionalismo que acabou gerando interpretações mecanicistas incapazes de captar o que é essencial em seu objeto de estudo, isto é, sua inserção social” (p. 300); por outro lado, “recusa também interpretações de caráter idealista que, se de um lado, reintroduzem o sujeito e chamam a atenção para a importância da ideologia, distorcem esse fenômeno colocando-o como produto da expressão individualista da personalidade” (p. 300).

Isso destaca a heterogeneidade que existe dentro de uma formação discursiva em relação a si mesma e em relação a outras formações discursivas, o que significa que uma formação discursiva não é uma unidade homogênea, mas sim uma singularidade que contém contradições ideológicas internas e que está em constante movimento e mutação, em disputas desiguais e subordinadas com outras formações discursivas, em que a fronteira entre essas formações é instável e flutua de acordo com as mudanças nas lutas de classes, no seio das práticas sociais.

Essa heterogeneidade é evidente nos discursos negacionistas que analisamos. Por exemplo, há uma contradição entre a afirmação de Bolsonaro, onde “não estamos em desespero, nós estamos bem” e sua contrapartida de que “a desgraça que vem pela frente vai ser uma porrada muito maior do que você possa imaginar”, pois representam diferentes posições ideológicas e discursivas bases para constituição simbólica da formação flutuante de Bolsonaro.

Além disso, o discurso negacionista, nessa reunião, contém elementos de diferentes formações discursivas e ideológicas, como o negacionismo científico, o discurso autoritário, da economia neoliberal, da defesa conservadora da ordem moral, e por aí vai. Essas formações discursivas estão em constante disputa dentro do discurso de Bolsonaro e de seus interlocutores e são mobilizadas de acordo com as necessidades políticas do momento, da posição que a luta de classes lhes fornece, o que mostra que a heterogeneidade veicular presente no reflexo da complexidade.

Assim, entendemos que as “discursividades trabalham o acontecimento e sua análise determina as relações que aí se estabelecem, opondo-se à perspectiva anterior de determinação *a priori* do acontecimento pelas relações que um determinado estado da luta de classes seria capaz de estruturar.” (CARVALHO, 2008, p. 186). Vejamos que

a partir da 'teoria' lacaniana dos discursos, a psicanálise ganha direito de cidadania em relação àquilo que já havia sido enunciado na abordagem freudiana do *Witz*: o inconsciente desponta como uma forma de discursividade passível de intervir no laço social determinado pelo discurso do mestre. Essa discursividade pressupõe, logicamente, a hiância produzida no real pela escritura da disjunção em que a cadeia significativa se rompe, tornando possível a passagem ao avesso do discurso do mestre [...] A estrutura do discurso analítico corresponde, assim, a uma escritura da subversão do sujeito por meio de uma abordagem discursiva, resultado lacaniano que poderia ser colocado ao lado do empreendimento pêcheutiano, na medida em que ambos buscaram pensar as condições e implicações éticas pelas quais o sujeito poderia emergir de sua posição de assujeitamento. (CARVALHO, 2008, p. 251).

Por isso, Pêcheux propõe que é preciso

*se desvincilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo – fonte de gestos e palavras, pontos de vista sobre os objetos e sobre o mundo – e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem) (PÊCHEUX, 1971 in ORLANDI, 2011, p.127)*

Gobatto (2020, p. 384) nos lembra que, “Pêcheux explica que as formações discursivas são as projeções das formações ideológicas na linguagem e, apesar de as formações ideológicas abarcarem o complexo das formações discursivas, não há simetria entre elas”. Vemos então que as análises permitem observar a complexidade do funcionamento das formações discursivas e sua relação significativa com as regiões interdiscursivas, com as condições de produção específicas que assujeitam-interpelam a práxis desses sujeitos.

O encerramento das formações discursivas é instável, o que nos mostra que as relações entre as formações discursivas são dinâmicas da luta de classes e podem mudar conforme as condições históricas de produção social que lhes constituem. Nesse sentido, a análise dos discursos negacionistas em reunião mostra que as formações discursivas em questão são atravessadas por relações historicamente estruturantes e estruturadas, de forças e poder, e por isso, hierarquias que determinam as posições dos sujeitos e suas formas de expressão em dominação/resistência.

Outro ponto importante a se considerar é a relação entre linguagem e poder. Como afirma Foucault, o poder não é uma instituição, nem uma estrutura, nem uma

certa potência de que dispõem os detentores do poder; é o nome que se dá a uma complexa rede de relações que se estabelece entre os mecanismos de tensionamento do discurso: o poder é exercido por meio da linguagem, que é constituída como um instrumento, em conflitos regulares de desregularização, de dominação e de controle da significação, de abertura simbólica à resistência ou de sua interdição. Aí, podemos perceber como a linguagem da prática antissocial e antidemocrática é substanciada pela manipulação e administração das subjetivações, disseminando e perpetuando ideologias que colocam em *evidência* o risco à saúde e à vida de milhões de pessoas. Portanto, é preciso estar atento e *consciente* a fim de combater essas práticas e *lutar* por uma sociedade mais justa e igualitária.

O peso da herança política, as armaduras ideológicas e a missão negacionista não são fenômenos intrincados que emergem das relações de classe dentro de uma formação social específica. A herança política se sobredetermina como um conjunto de práticas e ideologias que são transmitidas de uma geração para outra, o que reflete as forças sociais presentes em uma sociedade. As classes dominantes, através dos aparelhos discursivos, perpetuam seu controle e moldam a percepção das classes subordinadas sobre a estrutura social. O peso desta herança é sentido mais agudamente pelas classes subordinadas, que lutam para se desvencilhar das narrativas opressoras que legitimam a dominação e a exploração.

Desta forma, as estratégias ideológicas desses sujeitos funcionam como armaduras contra questionamentos e críticas ao *status quo*, naturalizando e legitimando determinadas relações de poder. Essas armaduras são formadas e enrijecidas por uma série de práticas discursivas e não discursivas, permeando as mais diversas instâncias da sociedade, como a força produtiva sob a educação, a mídia, a cultura, a religião, etc.

A missão negacionista se manifesta então nas tentativas de negar ou distorcer a realidade material das relações de classe, podendo assumir várias formas, desde a negação da existência de desigualdades de classe, até a promoção de teorias da conspiração que distorcem a representação da realidade. O negacionismo se transforma numa arma poderosa na reprodução da luta de classes, pois pode obscurecer as verdadeiras relações de poder e prevenir, sob a força produtiva de sua manipulação, a resistência efetiva.

De fato, através dessas lentes devemos rejeitar a visão subjetivista centrada no indivíduo, e entender que as relações sociais são moldadas pelas relações de

classe, e que estas, por sua vez, são formadas e reforçadas pelas práticas, dispositivos e discursos dominantes/resistentes em uma formação social específica.

#### 2.4.4 O Produto® Social<sup>38</sup>

Dadas condições, observamos que a “existência material da ideologia só pode ser percebida através do discurso. O discurso enquanto objeto tem materialidade histórica, social, ideológica e linguística” (GOBATTO, 2020, p. 384), pois, de fato, é através dos discursos que as ideologias se manifestam e se materializam na linguagem, subjetivando efeitos de sentidos que reproduzem-transformam a produção da história, sobressignificadas a partir da sua contradição-subordinação, intrínsecas às ambiguidades estruturantes do peso da herança política sob as armaduras próprias às evidências para o sentido e às evidências para o sujeito.

Desta forma, tomamos o Produto® Social como uma metáfora poderosa para descrever a natureza mercantil e capitalista das relações sociais e discursivas na sociedade contemporânea. Ele alude à maneira como as relações sociais, os discursos e até mesmo os aspectos mais íntimos da identidade pessoal e coletiva são transformados-reproduzidos em produtos, que podem ser comercializados, valorizados e consumidos dentro da “lógica de raciocínio” capitalista.

Sob este prisma, as relações sociais são vistas como algo que pode ser moldado, embalado e vendido como qualquer outro bem ou serviço. As ideologias dominantes se tornam 'produtos' que são 'comercializados' para legitimar as relações de poder existentes e perpetuar a força produtiva da dominação da classe dominante. A luta de classes é 'vendida' como conflito entre indivíduos, em vez de conflitos estruturais inerentes às desigualdades e injustiças sociais, *naturais do sistema capitalista*.

Posto isto, na arena discursiva, a narrativa é controlada pelos que têm o poder de 'produzir' e 'distribuir' discursos, como ministros e presidentes, por exemplo. Isso se manifesta no controle dos meios de comunicação, na definição de 'verdades' e na moldagem do que é considerado conhecimento legítimo. Nesse contexto, o

---

<sup>38</sup> A marca registrada ® revela aqui a nossa tentativa de conciliar a noção de produto mercantil com a dimensão social do produtor, evidenciando, no caso em análise, a lógica neoliberal do capitalismo moderno e suas práticas negacionistas, antissociais e antidemocráticas.

negacionismo pode ser visto como um 'produto' discursivo que é 'vendido' para desviar a atenção das verdadeiras relações de forças e poder que o conformam.

No âmbito das identidades individuais e coletivas, estas também se tornam mercantilizadas, isto porque são 'produzidas' e 'comercializadas' de acordo com as necessidades do capitalismo moderno. Isto se torna evidente na forma como as identidades são moldadas e influenciadas pelo consumo, e como as distinções significantes de classe são reforçadas por meio de bens de consumo simbólicos, como um “programa”, “desregulamentações”, a “questão política”, ou a “luta pelo poder”.

Disso, podemos perceber o concreto da interpretação da prática necropolítica<sup>39</sup>, uma vez que o discurso negacionista é moldado pelas con(tra)dições de produção específicas em que é produzido e pelas relações simbólicas de poder que determinam a sua estruturação significativa, sob as forças produtivas da luta de classes.

Pois bem, nas palavras de Pêcheux (1984),

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente (*in* ORLANDI, 2011, p. 158)

Isso se dá porque, como diz o autor (1984),

Se o discurso é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como 'produtores livres' de seus discursos cotidianos, literários, ideológicos, políticos, científicos etc..., a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade (*in* ORLANDI, 2011, p. 156)

Lembrando ainda que, trabalhando a *contradição sobredeterminada*, Althusser já compreendia que,

A 'contradição' é inseparável da estrutura do corpo social inteiro, no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e das

---

<sup>39</sup> Cabe notar que a *necropolítica*, conforme definida pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, refere-se a formas de poder social e político que operam explicitamente através do controle sobre a morte e a violência. Este conceito amplia a ideia do biopoder de Michel Foucault, que descreve o controle sobre a vida. A necropolítica explora como a soberania se manifesta através da capacidade e autoridade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, sendo especialmente relevante para análises de situações de guerra, ocupação e colonização, ou pandemias e genocídios.



*instâncias* mesmo que ela governa, ela, portanto, ela mesma, em seu coração, *afetada por elas*, determinante mas também determinada em um único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos *níveis* e as diversas *instâncias* da formação social que ela [a contradição] anima: nós poderíamos dizê-la *sobredeterminada em seu princípio* (ALTHUSSER, p. 1979, p. 87, colchete nosso).

Assim, os discursos negacionistas sob análise ilustram a complexidade e a sobredeterminação das con(tra)dições da luta (ideológica) de classes, subordinadas à estrutura/ação do peso das armaduras dos sujeitos, materialmente inscritas sob o desejo e o político na ação sobre o corpo social. Esses discursos são moldados e afetados pelas condições formais de sua existência sobre o real, bem como pelas instâncias que eles governam: determinando e sendo determinados ao mesmo tempo por essa intrínseca contradição material, eles ressaltam a historicidade das identificações e posições ideológicas presentes na sociedade.

N'*Arqueologia do Saber*, Foucault (1969/2008) observa que,

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso liberta-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar, é para fugir dela enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso como o princípio de sua historicidade. (p. 170)

Os discursos negacionistas que negam a gravidade do vírus e a realidade da pandemia e portanto a importância das medidas e políticas de isolamento social, do uso de máscaras, de tratamentos recomendados pela comunidade científico-sanitarista, são interpelados à uma formação ideológica que valoriza *o lucro do mercado acima de tudo* e que se opõe a qualquer forma de regulação estatal, concomitantemente inscritos dentro de formações discursivas dominantes específicas, que assujeitam a prática inflamada e a linguagem agressiva, conservadora, autoritária e/ou militar, como estratégia para galvanizar o sustento produtivo de seu “poder”.

Nesse sentido, podemos observar como os discursos dos sujeitos ali presentes historicizam a importação de elementos de diferentes formações discursivas, como a retórica militar, empresarial, de elite econômica, o populismo de direita, a própria ciência e democracia, o negacionismo científico e a antidemocracia.

Esta contradição sobredeterminada se manifesta na contradição ideológica da tensão histórica entre a necessidade-real de afirmar a eficácia da ação governamental e de medidas e políticas urgentes referentes à crise econômica (através de ameaças e autoafirmação como detentor de poder) e a impossibilidade de esconder a realidade, “tapar o sol com a peneira” (como a falta de “sinergia”, falta de “informações”, falta de “colaboração”, por exemplo) da crise sanitária (como quando Guedes diz que o “Brasil quebrou! O Brasil quebrou!”, mas, pela contradição, Bolsonaro diz que “Não estamos em desespero. Estamos bem.”).

É importante destacar que o discurso negacionista não é meramente uma expressão de opinião individual, mas sim o produto® de uma relação heterogênea entre complexos de formações discursivas com dominante, imbricando num conjunto de formações ideológicas, isto é, de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se inserem em um contexto histórico específico de luta de classes (ideológica) que produz realidade, pois, como ressalta Foucault, a contradição é o princípio de historicidade do discurso, e é justamente essa contradição que manifesta a força produtiva de sua inserção no social, das relações de poder (no campo da Ideologia sobre o real) em que se inscrevem tais discursividades e que permeiam e perfazem a práxis antissocial e antidemocrática do então governo.

Dessa maneira, o interdiscurso, ou seja, o campo histórico de importação de elementos de uma sequência textual pertencente a outra formação discursiva, torna-se um princípio de funcionamento da discursividade. Isso significa que, ao analisar os discursos negacionistas dessa reunião, consideramos não apenas o que está sendo dito, mas também a (aparente) *origem* dessas formações ideológicas e as formações discursivas a qual se inscrevem. Por exemplo, quando Bolsonaro fala sobre “armar o povo para evitar uma ditadura”, ele está historicamente importando elementos que o inscrevem numa formação discursiva fascista, que defende o armamento como meio de “proteção” contra a “tirania” do Estado, ao mesmo tempo em que ignora os perigos que essa medida pode trazer à sociedade, traçando as pistas de seu desprezo cultural pelas questões significa-ativas que marcam os problemas sociais.

Além disso, a relação sobre determinante e determinado também é fundamental para entender a formulação histórica dos discursos negacionistas, pois, como Althusser aponta, a contradição é inseparável da estrutura do corpo social inteiro e está presente sob todas as instâncias que ela anima, ou seja, os discursos negacionistas são determinados pelas contradições significantes dos conflitos

históricos presentes na sociedade simbólica em significação, mas também são determinantes das discursividades ao subordinar o reforço de ideologias que se perpetuam na razão neoliberal, como produto®.

A importância da historicidade na constituição do discurso, sendo a contradição um princípio de funcionamento discursivo, mostra que os discursos negacionistas são, ao mesmo tempo, produtos e produtores da relação subordinada da língua com uma história cultural, política e social específica. Analisar esses discursos sem considerar sua historicidade seria ignorar sua “*verdadeira*” natureza contraditória e as injustiças que conformam os seus efeitos “realmente existentes” na sociedade.

Trata-se de reconhecer junto a Figueira (2015, p. 151) que, “nas ‘palavras de Gillot, ‘A teoria da sobredeterminação [...] é uma teoria da contradição não simples, mas complexa, uma teoria das *múltiplas instâncias*, encavaladas e não homogêneas, ao princípio da contradição ou das contradições’”:

Nesse sentido, percebemos como a concepção althusseriana da contradição [...] privilegia a complexidade das relações, considerando o caráter heterogêneo dos elementos envolvidos, pois esses são sempre-já afetados por múltiplas determinações de natureza variada. Por essas razões, julgamos lícito que, muito antes das discussões sobre as heterogeneidades enunciativas ganharem amplitude no campo do discurso, o pensamento precursor da AD, isto é, a filosofia althusseriana, já se caracterizava por uma reflexão epistemológica que concebia as relações entre sujeitos, classes sociais e ideologias sob o signo da complexidade, da multiplicidade, da alteridade e da heterogeneidade, elementos esses constituintes da noção de contradição sobredeterminada (FIGUEIRA, 2015, p. 151).

Ora, vejamos que existem diversos exemplos de discursividades determinantes em formação material nos discursos negacionistas analisados. Um deles é o processamento de negação do discurso da ciência médica em relação à pandemia, em que se vê uma interposição de discursos puramente ideológicos em detrimento do conhecimento médico. Desse modo, a contradição entre as formações discursivas é evidente quando Bolsonaro afirma “babaquice de antivírus”, minimizando a gravidade do vírus, e Teich, representando a Saúde, afirma que “se eu tiver os hospitais funcionando, eu vou ter os pacientes tratados, eu não tenho a sensação da crise, o medo melhora e o restante pode entrar” (TEICH, 2020), donde, aderindo à sedução ao medo pelo terror, ancora o peso político que legitima “um programa de saída do isolamento, do distanciamento. Não é que vá sair amanhã, mas a gente tem que ter um planejamento. Porque aí a gente realmente mostra que a ... a

situação tá na nossa mão" (*Op. cit.* 2020), e, por sua vez, justificando a regularização da deslegitimação e flexibilização das medidas e políticas de isolamento social propostas pelas comunidades científico-sanitaristas e democráticas.

A negação dos valores democráticos, como a defesa implícita de uma Ditadura Civil-Militar e a ameaça velada a prefeitos, governadores, opositores políticos e ministros do STF, entre outros, os inscrevem em uma formação discursiva conservadora e autoritária, que encontra respaldo em setores militares e conservadores da sociedade brasileira. Porém, essa formação discursiva é contraditória com os valores democráticos que perfazem a Constituição brasileira, pois, a partir da âncora própria de seu lugar discursivo no lugar de governança, sob uma instituição democrática, gera tensões e conflitos regulares de desregularização dessa própria instituição, em relação à legitimidade do discurso presidencial.

Isto é, atacar a democracia dobrando-a sobre si mesma na desvirtuação simbólica de seus valores e inclinações significantes sociais; atacar a ciência dobrando-a sobre si mesma desvirtuando-a enquanto instrumento de intervenção sobre os problemas sociais, para subvertê-la à produção política voltada ao setor privado do capital internacional; atacar a política dobrando-a sobre si mesma para atuar de modo a fragmentar e centralizar um poder ditatorial de um controle e gestão neoliberal...

As discursividades em formação material encarnada frente ao social da história, nos discursos negacionistas, podem ser pistas da evidência do sujeito de marcar a desvirtuação simbólica e esvaziar o significado de palavras e conceitos relacionados à pandemia e ao âmbito social, subvertendo termos como "isolamento social", que passou a ser propositalmente associado a uma suposta "destruição da economia", "liberdade desse pessoal" e mesmo a uma *ditadura do STF* e "violação da liberdade individual, econômica e dos valores", em que o "STF" "solta criminosos e estupradores por causa de vírus", "fica humilhando o nosso povo". Com "farmácias de manipulação" *com tudo*, cujos profissionais da saúde, supostamente estariam tramando assassinatos por "envenenamento", claro, de pessoas "manjadas", entre outras alucinações e delírios histórico-linguísticos próprios a constituição de regimes ditatoriais.

Nesse sentido, as discursividades negacionistas caracterizam a estruturação de novos sentidos sob a subjetivação da memória discursiva da direita neoliberal, operando-os de forma a sustentar o deslocamento para a negação da gravidade da

situação sanitária e à rejeição de medidas e políticas de combate e prevenção a pandemia, “invertendo a lógica de raciocínio” em um projeto de poder bolsonarista. Por outro lado, podemos perceber o silenciamento da discursividade científica e das autoridades sanitárias aí presentes, que defendem as medidas históricas de prevenção e combate à pandemia, e que se ancora em termos e conceitos específicos do campo simbólico da saúde pública e da epidemiologia, entre outros, relacionados à prática de estudos científicos baseados em evidências empíricas que estruturam sua condição enquanto discurso de verdade.

Porém, essa discursividade, mesmo que silenciada, não deixa de estar desvirtuada na presente subversão negacionista, baseado na subjetivação de narrativas conspiracionistas, autoritárias e de deturpação ao poder, como vimos, visando o objetivo de desinformar a população e promover a adoção prática de medidas de prevenção e combate a democracia, a ciência e as instituições públicas e científicas, pela sedução ao medo pelo terror.

Cabe notar que o sujeito não é o ponto de partida para a análise, mas sim, como resultado e causa de si, é o conjunto das práticas discursivas que o constituem e o moldam a partir das suas condições de existência é resistência à moldura. Vejamos nisso, que, Authier-Revuz (1990), abordando o dialogismo do círculo de Bakhtin – a teoria da dialogização interna do discurso – (re)interpretando, junto às reflexões de Althusser, Foucault, Pêcheux, Lacan, entre outros da corrente da AD, observa que havia ainda uma "problemática do **discurso como produto do interdiscurso**" (p. 27). Ou seja, era preciso analisar também a "evidência destes processos reais que determinam o sentido e o discurso [...] indissociável de uma teoria da ilusão subjetiva da fala." (p. 28).

Para Pêcheux e Fuchs “Os processos discursivos [...] não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo, eles se realizam necessariamente nesse mesmo sujeito” (FUCHS; PÊCHEUX 1975/1997, p. 170). Parte daí “uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 171).

O fato de se tratar fundamentalmente de uma ilusão não impede a necessidade desta ilusão e impõe como tarefa ao menos a descrição de sua estrutura (sob a forma de um esboço descritivo dos processos de enunciação) e possivelmente também a articulação da descrição desta ilusão ao que aqui chamamos o 'esquecimento nº 1' (PÊCHEUX, FUCHS, 1975/1997, p. 171)

Pêcheux explica,

Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de 'tudo que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)' ou o campo de 'tudo que se opõe o que o sujeito disse' [...] Propomos chamar este efeito de ocultação parcial esquecimento nº 2 e de identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito ('eu sei o que eu digo', 'eu sei do que falo') [...] Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar 'o que pensa' e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. Desta maneira, pode-se adiantar que este recalque (tendo ao mesmo tempo como objeto o próprio processo discursivo e o interdiscurso, ao qual ele se articula por relações de contradição, de submissão ou de usurpação) é de natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma (e não somente distraída, escapando incessantemente a si mesma...) (PÉCHEUX, FUCHS, 1975/1997, p. 176-177)

Essa zona nº 2 é onde ocorre a operação de constituição da linguagem, como vimos no exemplo dos discursos negacionistas em reunião, por meio da manipulação linguageira, no deslizamento do jogo da equívocidade dos discursos, da democracia, da ciência, da política, na retomada da forma como o sujeito diz. Por exemplo, que “não é ameaça”, “não é extrapolação”, “não é neurose”, mas “é uma verdade”, a “luta pelo poder a todo vapor” do esquecimento seletivo dos elementos que compõem a estruturação linguageira destes discursos. Nesse sentido, podemos identificar a presença do esquecimento nº 2, que é a ocultação parcial do que teria sido possível ao sujeito dizer, como o interdito que circunda ‘proteger a população! Pois vivemos numa democracia’ ao invés de “armar a população? Porque eu não quero uma ditadura!”, e que gera a impressão de realidade para os sujeitos, que se situam como a fonte do sentido do que dizem, como sugere a ênfase indefinidamente indeterminada de Bolsonaro em se posicionar como “chefe”, detentor do “poder” e dar “Ponto final!” à “questão”.

Isso por sua vez, demonstra a presença do funcionamento da rede de significantes (do inconsciente) ao qual o sujeito não tem acesso, que é o esquecimento nº 1, e que se constitui como constitutivo da subjetividade na língua, e é justamente por isso que a ideologia é constitutivamente inconsciente de si mesma, demonstrando por sua vez, a autonomia relativa da língua, que atravessa o campo em que o sujeito se insere sobre as palavras, expressões e proposições, na ilusão da produção de efeitos de sentidos únicos e estabilizados, cuja variação empírica e superficial escancara a fissura que constitui a natureza de hiância da linguagem, dos deslizamentos da ideologia e do inconsciente.

Em outras palavras, nossas análises mostram que as discursividades em subjetivação sobre a ação dos mecanismos linguísticos e sob os efeitos operados pelos dispositivos discursivos, no trabalho social de enunciação, são fundamentais para compreendermos como se dá a estruturação simbólica da significação na racionalidade.

Por exemplo, como pode ser observado na tentativa de apresentar o “programa Pró-Brasil” como a crença do sentido de que o sujeito sabe o que diz, portanto, uma “solução” abrangente para a crise, interditando as limitações e desafios na sua “implementação”, cuja interpretação constitui a usurpação ideológica sobre uma forma de silenciar e solapar as dificuldades que o então governo enfrentava para lidar com a crise de forma efetiva, daí a moldura discursiva (pré-consciente/consciente) que o insere numa relação de que o “programa Pró-Brasil” é de “Estado” e não de “Governo”, onde silencia as decisões políticas e emocionais que estão por trás da formulação (do que o sujeito poderia dizer, mas não diz), como a implementação prática desse *programa*. Desta forma, a realidade do sujeito na evidência para o sentido propõe que o programa é visto como uma medida técnica e imparcial, quando, na verdade, está inserido em um contexto ideológico e político específico que condiciona o sentido de sua produção, apagado para dar a suporte à significação negacionista. Mais do que isso, projeta-se como um programa mais amplo, mais longo do que um governo, ou de um mandato presidencial, um projeto de poder.

Os ataques direcionados a (f)atores específicos nos limites de sua margem, como um “foco prioritário” em “pessoal” ou “um indivíduo”, se distinguindo de sua associação “não é o Congresso, o Supremo Tribunal Federal”, que mostra como esses exemplos processam o mecanismo de ocultação parcial, atravessando a construção de uma realidade paralela. A evidência para os sentidos absorve o foco de evitar responsabilidades ou desafios reais para criar uma impressão de realidade e autoridade no discurso, quando está obscurecendo (na inconsciência da ideologia sobre ela mesma) informações históricas e manipulando o deslocamento à racionalidade necropolítica, *pela* desinformação prática antissocial e antidemocrática.

Segundo Orlandi (1996, p. 92-93), cabe dizer que, “todo discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido”, por isso, cada “acontecimento discursivo é inédito e o

retorno da memória não é simples reprodução”, de forma que revela um investimento histórico-subjetivo em relação à própria filiação sobre os domínios do saber que condicionam os limites de sua interpretação.

Essas relações trazem à tona uma reflexão na significação do objeto da luta ideológica em subjetivação frente as relações de produção, como a força produtiva do objeto de luta ideológica Salvar a Economia vs. Salvar Vidas. Isto é, con(tr)adições que principiam a luta de classes em que diferentes formações discursivas se confrontam em torno do simbólico na significação de objetos ideológicos nas várias regiões da batalha discursiva.

As formas discursivas podem absorver elementos pré-construídos produzidos fora delas, ou negá-los de acordo com a lógica da luta ideológica (de classes). No caso do discurso negacionista, observamos a absorção de elementos pré-construídos do contexto de produção de golpes e regimes militares ultra autoritários, da negação de verdades históricas, da democracia, da ciência e dos especialistas em saúde pública, e a valorização da opinião de pessoas leigas, bem como a adoção e perpetuação de teorias conspiratórias, paranoicas e delirantes.

Nesse sentido, as expressões de Bolsonaro, como “Não estamos em desespero, nós estamos bem. Não somos acusados de desvio, de corrupção, nada.”, evidenciam a existência de um esquecimento histórico-linguístico, uma omissão que revela a complexidade do funcionamento do discurso. As palavras escolhidas e as que são deliberadamente omitidas são indicativas das formações discursivas e ideológicas às quais o sujeito está inscrito e inserido.

Aqui, o esquecimento número 1 torna-se visível na forma como Bolsonaro parece ter controle sobre o sentido das palavras que produz, ao mesmo tempo em que omite, pelo esquecimento número 2, a gravidade da pandemia. Esses esquecimentos estão associados à maneira como o sujeito, mesmo sem perceber, reproduz simbolicamente os elementos significantes do interdiscurso em suas ações, constituindo os efeitos de sentido do que diz e, conseqüentemente, a propriedade que traça os sentidos do que diz. Portanto, essa análise reforça a ideia de que o discurso não é um ato isolado, mas sim um fenômeno do tensionamento social e ideológico complexo e de produção material, no qual os esquecimentos discursivos, desempenham um papel crucial na configuração do sentido.

Pinheiro nos mostra que Authier-Revuz vai colocar



em cena um sujeito que produz uma imagem de si por diferença em relação aos outros sujeitos, orientando-se por uma ilusão de domínio sobre as coisas que enuncia que advém do seu imaginário não sendo senhor das próprias palavras que enuncia, o sujeito tem uma ilusão necessária desse controle, que é da ordem do imaginário [...]. Assim, o sujeito faz tentativas de ultrapassar esse estado de urgência para o controle de si e do outro pela restauração da univocidade de seu dizer. Ocorre que essas tentativas são uma ilusão instaurada no imaginário do falante como parte integrante da atividade enunciativa. (PINHEIRO, 2020, p. 2-5).

Vejamos, por exemplo, como o sujeito produto® do discurso negacionista, Bolsonaro, opera, através da ilusão de domínio (“eu sou o chefe”) sobre as coisas que enuncia (“forças armadas”), restaurando a univocidade de seu dizer, ultrapassando o estado de urgência para o controle (“supremo”) de si e dos outros-Outro. Ademais, essa tentativa de controle é ilusória, uma vez que o sujeito falante produz uma imagem de si por diferença em relação aos outros sujeitos, mas essa imagem é uma formação imaginária que não corresponde necessariamente à realidade, de modo que a ilusão de controle sobre as palavras que aciona fundamenta a atividade social de enunciação.

Contudo, em outras palavras,

É ao corpo do discurso e à identidade do sujeito que remetem as diversas formas da heterogeneidade mostrada em sua relação com a heterogeneidade constitutiva: proibidos, protegidos na denegação, por formas marcadas, discurso e sujeito são, ao contrário, expostos ao risco de um jogo incerto pelas formas não marcadas e devotados à perda, face à ausência de toda heterogeneidade mostrada, no emaranhado da heterogeneidade constitutiva. Efetivamente, as formas não marcadas da heterogeneidade mostrada - o discurso indireto livre, ironia... de um lado, metáforas, jogos de palavras ...de outro lado - representam, pelo continuum, a incerteza que caracteriza a referência ao outro, **uma forma de negociação** com a heterogeneidade constitutiva; uma forma mais **arriscada**, porque joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, **onde este**, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado mas também onde pode se perder. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34).

O sujeito não está simplesmente expressando uma subjetividade única e autônoma, mas está imerso em um campo discursivo, cuja matéria ideológica influencia e molda o processo formal de suas enunciações no trabalho social de interpretação. Isso porque a evidência do sujeito é sempre heterogênea para a evidência do sentido veiculado, pois está sempre em relação com outras formações discursivas e ideológicas.

Também no discurso do então ministro do Meio Ambiente, já analisado na seção anterior 2.4.4., foi possível observar o papel central do interdiscurso, que

atravessa e é atravessado pelos discursos e sujeitos, permitiu a observação de um "centro exterior constitutivo", onde identificamos marcas enunciativas que denotam a presença do outro no discurso, como expressões que minimizam a importância das questões ambientais, tomando-as como uma questão de abrir ou derrubar o portão das regulamentações e deixar "passar a boiada" do agronegócio ou dos garimpeiros, tanto quanto da vida alheia em favor de uma "simplificação regulatória" que favoreça o setor privado internacional. Além disso, vimos que o discurso reflete a ideia de "aproveitar" o momento de "atenção voltada ao COVID-19" para implementar "mudanças infralegais" sem a necessidade de "passar pelo Congresso", evidenciando uma postura centralizadora e antidemocrática. Portanto, a heterogeneidade veicular presente no discurso negacionista confunde as fronteiras entre o eu e o outro.

Essa forma de constituição contribui para a criação de uma ilusão de controle e univocidade do discurso, ao atribuir a cobrança de reformas a um sujeito genérico e não especificado, produzindo a generalização da ideia de consenso e de apoio universal, ou mesmo de perseguição, mesmo que na realidade existam diferentes perspectivas e interesses envolvidos, cuja consciência mostra bem ser distinta da realidade existencial. Por isso, o sujeito se ampara na relação central do outro-Outro exterior/interior, numa forma mais arriscada que joga com a diluição e a dissolução da realidade sobre o real da língua e da história, das condições previamente administradas, para conjurar sentidos, mas onde esta pode ser confirmada enfaticamente, como também pode se perder.

A heterogeneidade mostrada se marca neste caso no discurso indireto livre ao mencionar os pedidos feitos pelos ministros, quando Salles se ancora sobre os efeitos de sentidos da suposta pressão que eles enfrentam para promover mudanças. Uma práxis cobradora que sugere a tônica de que todos os ministros estão sob pressão para promover essas "reformas infralegais".

Ainda, a heterogeneidade constitutiva que caracteriza a referência ao outro mostra que Salles cita (f)atores no discurso, como o então Ministro da Defesa, General Mourão, e a Advocacia-Geral da União (AGU), ressaltando que essas referências demonstram contraditoriamente sua *ciência* da interação entre diferentes (f)atores e instituições envolvidos no processo de tomada de decisão. O que por sua vez aponta para a negociação com a heterogeneidade constitutiva, reconhecendo que suas propostas de mudança podem enfrentar resistência, especialmente no Judiciário, anunciando que as ações do então governo são e serão constantemente contestadas.

A análise desses aspectos ajuda a desvendar as posturas e intenções subjacentes ao discurso, na produção de evidências para os sujeitos significantes e para os sentidos da significação, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e culturais envolvidas nessa relação. As contradições e ambiguidades subordinadas adjacentes à subjetivação são formas de negociação com a singularidade veicular do campo simbólico e constitutivamente heterogêneo, discursivo e ideológico em que estão inseridos os processos de identificação.

Diante disso, o discurso de Salles também permite observar a presença de objetos simbólicos da luta (ideológica) entre diferentes perspectivas políticas, acerca principalmente do meio ambiente e de sua preservação e exploração, como os perigos de “parecer sem caneta”, “aí é cana”, ou “passa a boiada” e “pau no judiciário no dia seguinte”, que demonstram as tensões entre diferentes formações ideológicas e discursivas que movimentam os limites e aberturas do interpretar.

Vejamos que a “simplificação regulatória” destacada por Salles reforça a necessidade de “simplificar as normas e regulamentações”, o que pode ser interpretado como uma tentativa de favorecer determinadas classes em detrimento de outras, como os indígenas e comunidades tradicionais que têm seus direitos e territórios ameaçados por essas medidas e políticas.

No discurso de Salles, também podemos apontar as vidas que valem mais como aquelas relacionadas aos interesses econômicos, pela “simplificação de normas” e “desregulamentações”, onde o foco no avanço das “reformas infralegais” e na promoção da “segurança jurídica” e “previsibilidade”, para setores como agricultura e indústria, reflete uma priorização das comandas de “Ordem” (como delineado por Braga Netto) e “progresso” (também delineado pelo “programa”), enquanto demandas desses grupos.

Sendo assim, as vidas que valem menos no discurso de Salles podem ser interpretadas como aquelas afetadas pelas consequências acionadas pelas políticas e medidas de “desregulamentação” e “simplificação”, das comunidades indígenas, populações ribeirinhas e de outros grupos vulneráveis que dependem diretamente da preservação do meio ambiente e da regulação adequada para sua sobrevivência e bem-estar. A menção às “reformas”, como “dar de baciada” e “passar a boiada” explicita a desconsideração pelas consequências negativas que tais mudanças podem causar a essas populações, pois talvez seja justamente essa a ideia, menos democracia.

No contexto discursivo de Salles, as vidas que nada valem se relacionam ao meio ambiente e aos recursos naturais, que são tratados como obstáculos a serem superados para alcançar os objetivos econômicos e de desenvolvimento (de sua classe), que, sem mencionar a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade, desliza as bases significantes dessa desvalorização simbólica a uma visão utilitarista do meio ambiente e tanto quanto das vidas que dependem dele.

De fato, ressaltamos que essa visão hierárquica das vidas reflete as prioridades políticas e ideológicas em todos os discursos analisados, com implicações significativas para a proteção do meio ambiente e para a garantia dos direitos e bem-estar das comunidades afetadas pelas políticas e medidas propostas nestas práticas antissociais e antidemocráticas.

Authier-Revuz (1990) mostra que, no “nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é **circunscrever** este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.” (p. 31), fato discursivo, “corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente [...] um caráter de particularidade acidental, de defeito local” (p. 31), que demonstra a falha que se situa do lado do sujeito entre significantes da causa de desejo à razão, ponto oculto da pressão histórica substanciada no gozo opaco que habita o sujeito-outro-Outro, e que remete ao mesmo tempo “a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, **determina** automaticamente pela diferença um **interior**, aquele do discurso; ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso” (p. 31) (e aqui ela diz identidade para o discurso). Por isso,

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação, exige que o não-llogicamente estável não seja considerado *a priori* como um defeito, um simples furo no real. É supor que - entendendo-se o 'real' em vários sentidos - possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, que não se reduz à ordem das 'coisas-a-saber' ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” (PÊCHEUX, 1983/2006, p. 43)

A análise que fizemos mostra como os discursos dos diferentes membros do então governo operam em relação à heterogeneidade das formações ideológicas e das formações discursivas, na própria veiculação de complexos com dominantes logicamente estabilizados, e que se manifestam na produção de sentidos que não são

unívocos nem universais, mas que são produzidos na subjacência às contradições que estruturam as relações sociais não logicamente estáveis. Aí, a noção de um real constitutivamente estranho à univocidade lógica se relaciona com a ideia de que os sentidos produzidos pelos discursos não são apenas resultado de uma lógica interna, mas sim de uma relação complexa, discursivizada entre as con(tra)dições de produção e a história social, de questões que surgem no exterior da língua em relação a ela mesma, como o princípio de sua inserção social.

Essa relação, entendida em vários sentidos, é constituída pela complexidade da heterogeneidade constitutiva e enunciativa, que caracterizam a veiculação flutuante do poder sob as forças produtivas que conformam o trabalho social da enunciação das relações sociais e históricas que permeiam a produção dos sentidos. Além disso,

O lapso<sup>40</sup> não é a única forma de emergência *tangível* do Outro no discurso; as formas marcadas da heterogeneidade mostrada também o são, mas sob as formas desviantes do domínio dito; em conflito solidário com a heterogeneidade constitutiva estas formas são em relação àquelas ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa; justamente onde o lapso, emergência bruta produz 'buraco' no discurso, elas dão a imagem de um espaço, de uma sutura sublinhada pela costura que o anula (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 34).

Torna-se imprescindível observar que, nos discursos negacionistas dessa reunião, observamos algumas formas marcadas de heterogeneidade mostrada que servem tanto como sintomas quanto como defesas em relação à heterogeneidade constitutiva, isto porque a expressão pode servir para suavizar a explicitação direta ao agronegócio e ao garimpo, silenciando a gravidade das ações propostas e ocultando seu impacto real, dissolução de dois ou mais mundos em um.

A referência ao COVID-19 como uma “oportunidade”, para avançar com a agenda de “desregulamentação” e “simplificação”, revela a influência de (f)atores externos (como, por exemplo, o discurso midiático em torno da pandemia, e o democrático em torno das regulamentações infralegais) nas marcas de suas proposições, e que demonstram as pistas que seguem a linguagem militar, quando

---

<sup>40</sup> Consideramos lapsos aqui como "*lapsos discursivos*: aqueles cometidos por muitas pessoas, às vezes sistematicamente, como uma tentativa de dar sentido a palavras - e por consequência também a coisas - que parecem mais opacas que outras. Os *lapsos discursivos* funcionam ainda como uma marca de que os sentidos das palavras não são únicos, justamente porque os referentes se constroem pelo modo como se fala deles, nas disputas e tensões por instituir significações." (FEDATTO, 2017, p. 818). *Quer dizer...*

seletivam termos como "artilharia da AGU" e "cada pau que tiver", "frente ao forte apache", que são formas marcadas de heterogeneidade mostrada.

Essas expressões evidenciam a presença do discurso militar, cujo conflito desregular serve como defesa, pois cria a ideia de um confronto necessário e inevitável para alcançar os objetivos propostos, como podemos observar em alguns dos discursos analisados na presença de elementos que vão além do que pode ser considerado como um simples argumento ou (des)informação objetiva.

Os discursos negacionistas são capazes de produzir efeitos alarmantes sobre o real, como é o caso da retórica do "nós contra eles", em que os sujeitos operam uma oposição dicotômica entre "nós" (os defensores da "verdade" e da "liberdade") e "eles" (os que querem "impedir a liberdade", "implantar uma ditadura" ou "transformar o país numa colônia").

Isso mostra que as formas também podem ser relacionadas à ação prática de termos de formações técnicas e científicas ou estrangeiras, de forma descontextualizada, com a tentativa de incorporar narrativas conspiratórias ao discurso, pois também podem ser entendidas como defesas contra a emergência dos outros-Outro no discurso (representado aqui pela realidade gravíssima da pandemia e pelos argumentos político-democráticos e científicos).

Por isso, essas formas de heterogeneidade são uma tentativa de suturar as fissuras e os buracos que o real produz no discurso, mas que, ao mesmo tempo, acabam por ressaltar ainda mais as con(tra)dições subordinadas aos significantes flutuantes e vazios, em silenciamentos propostos na significação do sentido negacionista.

Os discursos dos membros do então governo se relacionam com a heterogeneidade veicular das formações ideológicas e das formações discursivas na sociedade, na medida em que produzem sentidos que não são unívocos, mas sim efeitos em relação às contradições presentes na subjetivação subordinada à conjuntura dada no campo de articulação entre espaço de experiências e horizonte de expectativas, no campo do pensamento e de ação política.

Ao analisar a próxima sequência discursiva, vemos que Paulo Guedes atenta para a importância dos "investimentos privados para a retomada do crescimento" econômico e critica a "política desenvolvimentista" que, segundo ele, levou ao colapso da economia. Braga Netto, por sua vez, reforça nisso a "centralização dos investimentos privados". Como diz Paulo Guedes:

não fale em Plano *Marshall*...desastre...revela despreparo... os EUA pode fazer um plano *marshall* para nos ajudar...a China deveria financiar um plano *marshall* para ajudar todo mundo que foi atingido [...] a retomada do crescimento vem pelos investimentos privados... estávamos crescendo... voltar numa agenda de 30 anos atrás (Dilma fez)...o governo quebrou...em todos os níveis... se a gente quiser acabar igual a Dilma a gente segue esse caminho [...] o caminho desenvolvimentista foi seguido, o brasil quebrou, o brasil estagnou, a política foi corrompida, através do excesso de gastos públicos [...] vamos fazer todo o discurso da desigualdade, vamos gastar mais, vamos eleger o presidente... o presidente tem que pensar daqui a 3 anos (GUEDES, 2020)

Isso mostra que o discurso de Paulo Guedes apresenta uma série de elementos para rejeitar a ideia de um “Plano Marshall”, pois busca diminuir a importância da ajuda externa e evitar a associação com um cenário de desastre econômico (tal qual o contexto do Plano Marshall feito pelos EUA na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial). Isso o permite acionar uma retórica de polarização ao mencionar a “Dilma Rousseff” e culpar os “dois anos do governo anterior” (parafrazeando Bolsonaro) pelos problemas do país. Essa polarização serve para desviar o foco das políticas atuais e criar uma imagem de que a “agenda desenvolvimentista” foi a responsável pelo fracasso econômico, apontando para a perspectiva neoliberal e a defesa do controle dos “gastos” públicos.

A necessidade de “retomada do crescimento” por meio de “investimentos privados”, cuja visão neoliberal de que o papel do Estado deve ser reduzido e o setor privado deve ser o motor do “desenvolvimento”, direciona a importância da atração de “investimentos privados” estrangeiros e da adoção de políticas que favoreçam o mercado (internacional).

Ao se referir ao “gastar mais”, “fazer todo o discurso da desigualdade”, é possível perceber a resistência a ideia de políticas públicas que atuem na redução das desigualdades sociais, portanto uma defesa da austeridade fiscal, donde a afirmação de que “o presidente deve pensar daqui a 3 anos” sugere um tempo de curto prazo, “focado em resultados mais imediatos” e eleitoreiros, em detrimento de uma visão de longo prazo e de políticas estruturais de bem-estar social.

No que diz respeito à materialidade linguística, é possível notar a presença de estratégias discursivas que buscam convencer o interlocutor a legitimar determinadas posições, que incluem o emprego de significantes aparentemente lógicos, como a associação com o “Plano Marshall” e a referência à experiência da “Dilma Rousseff”, além de expressões coloquiais que visam estabelecer uma conexão com o público-alvo dos “investimentos privados”.

É importante destacar que o discurso de Paulo Guedes reflete uma perspectiva ilusionista, centrada na redução do papel do Estado e na defesa de políticas voltadas puramente para o mercado e para a economia, além da manipulação de narrativas, enraizadas em determinadas formações discursivas e ideológicas que influenciam e são influenciadas pela maneira como o ministro se expressa, moldando as práticas e hierarquias nas quais ele está inserido.

Esses discursos negacionistas estão relacionados à noção de um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, dado que os sentidos produzidos pelos discursos não são apenas resultados simbólicos de uma significação lógica interna, mas sim de uma relação complexa com as contradições e as ambiguidades constitutivas da subjetivação, na estruturação da âncora de seu lugar frente a própria história no social.

É possível perceber também que, mesmo em discursos que aparentemente buscam um controle maior sobre a produção de sentidos, a heterogeneidade pode se fazer presente de diversas formas, nas contradições subordinadas à sua própria veiculação, revelando as costuras discursivas que constituem a sociedade e a história, na articulação equívoca e natural da relação da língua com o mundo, do sujeito com a história.

Deste modo, podemos citar como exemplo de efeito discursivo da hegemonia ideológica necropolítica, a forma como os discursos negacionistas, na reunião, em pandemia, (re)produzem uma série de argumentos pré-construídos, produzidos no exterior do complexo com formação discursiva dominante, que são interiorizados e acolhidos sem questionamento pelos sujeitos.

Esses argumentos se baseiam em teses mal embasadas e conspiracionistas, como a ideia de que a pandemia é uma farsa, de que as vacinas não são seguras, ou de que os governos (neste caso, nos níveis estadual e municipal) estão usando a pandemia para controlar a população (que a esquerda quer impor uma “ditadura”, “transformar o país numa colônia”), que não se pode “gastar mais”, mas tem-se que fazer “todo o discurso da desigualdade social”, para “eleger” o então presidente, uma “resposta para o público”...

Outro exemplo é a presença de elementos que contradizem a argumentação principal dos discursos negacionistas, que, mesmo defendendo a ideia de que a gravidade da pandemia é uma farsa, os sujeitos dessa reunião também afirmam que é necessário “armar a população [...] para evitar uma ditadura”, revelando nessa



contradição a existência subordinada de elementos heterogêneos no discurso, que não se encaixam de forma coerente em sua veiculação, que não seguem uma ordem lógico matemática, e que podem ser interpretados como sintomáticos de uma contradição interna própria à hiância política das línguas naturais. Bolsonaro, quando ele defende esnober a imprensa, ele produz o desvio de que ela “deve ser ignorada completamente”, em que aciona a defesa de uma postura antagonica ao discurso jornalístico e por aí se evidencia a luta ideológica em seu discurso.

Diante disso, vemos que a forma material como os sujeitos da reunião analisada afirmam que estão lutando pela “verdade”, pelos “valores”, pela “liberdade”, “pelo poder”, “a todo vapor”, enquanto reproduzem argumentos negacionistas e conspiracionistas sem evidências concretas, mostra a presença de um real ambíguo que não se reduz à ordem das coisas-a-saber, mas que se manifesta de forma tangível na fantasia que estrutura o laço social, como uma tentativa de preencher um vazio ou de justificar uma posição ideológica sem fundamentação lógica ou empírica, na imposição, na cumplicidade, na impostura e na denegação de seus próprios fascínios imaginários.

Bem como Indursky (2003), consideramos que,

Isto explica algumas noções caras à Análise do Discurso (AD): por um lado, ilumina o significado da noção de *repetibilidade* e, por outro, esclarece a noção de *estrutura*, tal como ela pode ser entendida quando o objeto de reflexão é o discurso. E mais: isto vem mostrar que, em Análise do Discurso, tais noções não existem isoladas umas das outras, mas elas formam uma rede de relações teórico-analíticas. No caso que aqui nos mobiliza, podemos verificar que os saberes pré-existem ao discurso de um sujeito; mais especificamente: a existência destes saberes é vertical e sua sede é a Formação Discursiva e, antes dela, o interdiscurso. Tais saberes são o que designo, acompanhando, para tanto, Foucault (1972) e Courtine (1981) de enunciados. Mais especificamente, denomino-os de *enunciados discursivos* (p. 103)

Esses saberes não surgem de forma aleatória, mas a partir da relação entre os discursos negacionistas e os discursos de outras formações discursivas, em relações de antagonismo, de aliança ou de contradição. Isso mostra a importância da língua e da linguagem na construção do sentido, isto é, a língua é a materialização histórica da estrutura significante em que os saberes se encontram significados, enquanto a linguagem é a forma significativa atualizada como os sujeitos mobilizam essa estrutura para produzir sentidos. É por meio da linguagem que os sujeitos e

discursos produzem o simbólico produto® da significação da realidade sobre o real, e é por isso que a AD se preocupa tanto com a língua e a linguagem.

Em outras palavras, Indursky (2003) dirá que,

o discurso de um sujeito formula-se no cruzamento destas duas dimensões da estrutura, a vertical e a horizontal. Ou seja, o discurso de um sujeito, vale dizer, sua formulação, produz-se no ponto em que o interdiscurso encontra-se com o intradiscurso. E é neste momento que a repetição tem lugar. Poderia ainda, lembrando Pêcheux (1990, p. 17), afirmar que este cruzamento é o 'ponto de encontro de uma *memória* com uma *atualidade*'. Redizendo isto: este ponto de encontro é onde o enunciado, proveniente na estrutura interdiscursiva, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito, no intradiscurso. E nesse ponto de encontro de uma memória (o interdiscurso) com uma atualidade (o intradiscurso) instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados. (p. 102)

Esse cruzamento é onde o enunciado, pelo viés da repetição, é inscrito na estrutura do discurso do sujeito como elemento do saber sempre-já-lá, instaurando o efeito de memória e re-significação dos sentidos. O cruzamento entre as dimensões da estrutura vertical e horizontal permitem a mobilização interdiscursiva das relações de historicidade no discurso dos sujeitos, levando a uma re-significação histórica dos sentidos e à produção de novas práticas de significação simbólicas.

Para a autora, trata-se de um duplo movimento que demonstra o fato de o sujeito reinscrever seu dizer em uma mesma rede de formulações, que nessa espécie de círculo dissimétrico de significação em movimento Outro-sujeito-mundo, orientam-se as direções para que possamos nos aproximar dos mecanismos que perfazem e possibilitam os movimentos de interpretação que constituem esses enunciados.

E o sujeito, como nos mostram Pêcheux e Fuchs (1975), afetado pelo esquecimento, ao apropriar-se destes saberes, o faz a partir da ilusão de que tais saberes se originam nele mesmo, quando, de fato, eles representam já-ditos que foram produzidos em outros discursos, em outros lugares, os quais são retomados de sua dimensão vertical, de-sintagmatizada, deslinearizada e inscritos no discurso do sujeito que, ao deles se apropriar, dá-lhes uma dimensão horizontal, sintagmatizada, ou seja, o sujeito lineariza esses saberes, os enunciados, em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na *repetibilidade*. É o que sustenta o dito de Courtine e Marandin (1981, p.28): '*Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso*'. (INDURSKY, 2003, p. 102)

Convém pontuar ainda que, Pêcheux define a memória discursiva como *saber discursivo*, isto é, uma delimitação da noção de interdiscurso, como o já dito "que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido" (ORLANDI *in* ACHARD *et al*,

1999, p. 64). E é justamente por isso que “*Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso*” (COURTINE, MARANDIN, 1981, p.28 *apud* INDURSKY, 2003, p. 102). Portanto, “um [discurso] dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido [e acrescentamos, em atualiza/ação]” (ACHARD, 1999, p.17 *apud* INDURSKY, 2003, p. 104, colchete nosso). Pois “aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece.” (ORLANDI, 1983, p. 7).

No discurso negacionista em reunião, podemos identificar essa mobilização de saberes prévios, como a afirmação de que “*todos sabiam das consequências negativas do problema*” “*sanitário e econômico*” “*relacionado ao coronavírus*”, mostrando que esse saber é inscrito na estrutura horizontal do intradiscurso, atualizado e re-significado para sustentar a negação da gravidade da situação, através do deslocamento para a culpabilização de outros (f)atores sociais.

Podemos perceber a repetição sistemática de argumentos e o emprego de expressões que fazem parte do discurso negacionista, como a minimização dos efeitos da pandemia e a afirmação de que as medidas e políticas de distanciamento social, o uso de máscaras e “*exames antivírus*”, não são eficazes, são “*babaquices*”...

Essa repetição é sustentada pela estruturação social da fantasia, entrelaçada no discurso negacionista, que se alimenta de memórias discursivas prévias do interdiscurso conservador, autoritário, militar, fascista, entre outros, cuja repetição na atualização produz o efeito lacunar, repetindo novos discursos em novos contextos.

As análises dos discursos negacionistas evidenciam como a memória discursiva, a repetição e a atualização de sentidos são fundamentais para a construção e sustentação de um discurso tanto quanto das evidências para os sujeitos e das evidências para os sentidos, nas discursividades que historicizam sua subjetivação. A estruturação social do discurso e das memórias que constituem a significação, demonstrando a reprodução-transformação da luta de classes, mostram como os discursos são sempre disputados por (f)atores históricos, políticos, sociais e culturais específicos.

O que é dito ganha espessura e faz história, trazendo consigo a ambiguidade do que muda e do que permanece; as discursividades reproduzem e transformam a luta de classes ao longo do tempo, e sua estruturação é uma questão social que se

relaciona com a posição histórica de poder sob a força produtiva de cada discurso, no centro de um aparelho. Os discursos não são apenas uma questão individual ou subjetiva, mas estão inseridos em uma rede social e histórica que determina as condições de sua produção e circulação e recepção.

Ora, vimos que os discursos negacionistas são construídos a partir de elementos ideológicos que são produzidos e reproduzidos no interior de formações discursivas específicas, como os discursos científicos, políticos e midiáticos, por exemplo. Isto permite observar a presença de contradições adjacentes a luta de classes no próprio discurso, como a divergência entre a defesa da liberdade econômica e individual e dos valores e a negação da importância do uso de máscaras e outras medidas de prevenção da COVID-19.

Além disso, podemos observar a reprodução-transformação de outros elementos, como a defesa iliberal anti-igualitária do livre mercado e a crítica autoritária e conservadora ao Estado Público e Social, que são elementos característicos de formações ideológicas necropolíticas mais amplas, em subjetivação sob a racionalidade neoliberal.

Esses elementos ideológicos são reproduzidos em práticas negacionistas de forma a negar a importância do Estado e da Ciência na gestão da pandemia em relação à proteção social e à segurança da população como um todo, através do embate em diferentes regiões, defendendo uma visão individualista e fragmentada da sociedade, que resulta no efeito regular de transformação da memória interdiscursiva sob a desregularização da significação quanto às instituições governamentais enquanto públicas e democráticas.

Desta forma, podemos compreender os discursos negacionistas como uma ação prática antissocial e antidemocrática das contradições subjacentes à manutenção da luta de classes presentes na sociedade, como uma forma das dinâmicas discursivas adotadas para desenvolver estratégias e dispositivos de resistência diante desses fenômenos.

Os sujeitos nessa reunião sinistra se expressam através de uma linguagem militar, discriminatória, excludente, conservadora, autoritária e negacionista, que reforça a significação baseada na estratégia lógica do mercado internacional e na exclusão tática social. Isto mostra como as formas materiais de subjetivação se manifestam na língua e como elas estão diretamente relacionadas à história, em discurso, através dos processos de assujeitamento-interpelação.

O poder negacionista presente nesta reunião é, por isso, uma manifestação clara da força produtiva das contradições-subordinações desiguais da luta de classes e das ideologias dominantes, que busca extrapolar o *status quo* das relações de produção e não se preocupa com a vida humana alheia a si. As consequências dessas manifestações negacionistas são graves e afetam diretamente a população, principalmente as camadas mais vulneráveis da sociedade, que são as que mais sofrem com a pandemia e suas consequências.

Por esses processos serem instaurados em pontos de encontros entre atualidades e memórias, estruturas e acontecimentos, efetiva-se a língua então não como um sistema fechado, transparente, com fim em si mesmo, mas sim como sistema aberto/estrutura complexa em relação a si mesma, passível de rupturas, apagamentos, desvios, equívocos, *metaphorá*, situando o sujeito significativo frente ao significado que sempre falha, como condição própria à estruturação simbólica de seu lugar na matéria da significação. E aí, lembramos que,

De fato, de acordo com Saussure, entre significativo e significado não existe representação, apenas associação, sendo essa associação arbitrária e concebida de forma suficientemente fluida para poder suportar os deslizamentos de sentido em um sistema de relações, abrindo-se assim a uma dimensão para além daquela que o sujeito se representa. (CARVALHO, 2008, p. 21)

Designado por Pêcheux como *acontecimento discursivo*, uma ruptura se coloca na origem de novos dizeres, ou seja, não se inauguram apenas outras formas de dizer o mesmo, mas instauram-se novas formas com novos sentidos, ou repete-se a antiga forma com um novo sentido, perturbando a memória (os saberes discursivos verticais):

a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática, e prolonga-se, conjecturando o termo seguinte, em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava, enquanto tal, e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento discursivo, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX in ACHARD *et al* 1999, p.52).

## 2.5 O falso dilema - Salvar Vidas vs. Salvar a Economia

A análise discursiva, em sua essência, busca desvendar as camadas subjacentes de significado que permeiam os discursos, permitindo uma compreensão mais profunda das construções sociais e ideológicas que moldam nossa realidade. Ao longo deste trabalho, desvendamos diversas nuances e complexidades associadas a termos como "negacionismo", "pandemia" e "democracia". Estas reflexões, por sua vez, abrem portas para uma série de outras questões discursivas que merecem ser exploradas.

Primeiramente, ao abordar o negacionismo, é crucial entender que este não é um fenômeno isolado, mas é a manifestação de uma série de construções discursivas que têm raízes profundas em nossa sociedade. O negacionismo, em suas diversas formas, pode ser visto como um produto social, moldado por forças ideológicas, políticas e econômicas. Mas, o que significa ser um "produto" neste contexto? E como a sociedade "consome" e "produz" o negacionismo?

A ideia de 'produto social' sugere que os discursos não são meramente reflexos passivos da realidade, mas sim construções ativas que moldam e são moldadas pela sociedade. Assim como um produto comercial é moldado por forças de mercado, demandas do consumidor e estratégias de *marketing*, o negacionismo é moldado por forças ideológicas, demandas sociais e estratégias discursivas. Ao reconhecer o negacionismo como um produto social, podemos questionar quem são os 'produtores', 'consumidores' e 'marqueteiros' deste produto e quais são seus interesses e motivações.

Além disso, ao abordar o assujeitamento, foi essencial reconhecer que este não é um processo unilateral. O sujeito não é meramente assujeitado por forças externas, mas também desempenha um papel ativo na construção de sua própria subjetividade. Isso sugere que o assujeitamento é, em si, um processo dialético, onde o sujeito e a sociedade estão em constante interação e negociação.

As reflexões feitas ao longo deste texto transcendem reflexões acadêmicas, enquanto ferramentas poderosas que nos permitem questionar e desvendar as construções discursivas que moldam nossa realidade.

A herança política brasileira, entrelaçada com o projeto de poder bolsonarista, revela uma tensão ideológica que se manifesta no falso dilema "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia". Esta dicotomia, amplamente propagada, mascara a realidade de que a saúde pública e a economia não são entidades opostas, mas sim interligadas.

A preservação da vida é uma condição essencial para uma economia próspera, e vice-versa.

Observamos, a partir da ideia de estrutura como uma rede de relações (interior/exterior) que dão sentido aos enunciados, que é possível descrever como o negacionismo, enquanto estratégia política, é fundamentado em uma estrutura ideológica que se relaciona com os interesses de grupos econômicos, políticos e religiosos, numa formação discursiva negacionista, sobrepondo a importância da saúde pública, da democracia e da ciência.

A estrutura discursiva negacionista, influenciada por interesses econômicos, políticos e religiosos, se manifesta em diversos níveis, desde reuniões ministeriais até discursos propagados nas redes sociais. O discurso negacionista, ao se apropriar de termos como "tratamento precoce", tenta deslocar o foco da gravidade da pandemia, criando uma atmosfera de confusão e desinformação.

O projeto político bolsonarista, em sua correlação ideológica com forças sociais mais amplas, busca articular a ideia de que a gravidade do vírus é uma "farsa" ou "conspiração", desviando a atenção da necessidade urgente de medidas baseadas em evidências científicas. Esta narrativa, que coloca a economia e a vida em oposição, serve para justificar a inação e a negligência em relação à saúde pública, enquanto promove uma agenda política específica.

Os acontecimentos discursivos no discurso negacionista, que surgem a partir de um deslocamento dos conflitos regulares de desregularização na estrutura discursiva preexistente, se manifestam na forma de novos sentidos em conflito (que por sua vez, desenvolvem a história da luta de classes), e que são atribuídos a certas palavras ou expressões em determinada posição, ou mesmo a criação de novos termos ou conceitos que não existiam antes (como programa Pró-Brasil, a vachina, o vírus chinês, o Placar da Vida, esquerdalha, petralha, Luladrão, entre outros).

Ademais, isso permite que um acontecimento discursivo, que não está ligado a uma estrutura preexistente, surja a partir da ruptura com os saberes discursivos verticais (memória) e da reformulação (prática em atualização), dissimétrica e circular das estruturas discursivas horizontais (no trabalho social de enunciação). Como indica a popularização do termo "tratamento precoce", para se referir a um conjunto de medicamentos sem eficácia comprovada contra a pandemia da COVID-19, presentes na significação simbólica do discurso negacionista constituinte do objeto de luta ideológica "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia" nessa reunião.

Esses termos emergem como uma forma de deslocar o sentido do tratamento, o de um vírus novo e desconhecido até então, sobre o real da gravidade da situação em relação à saúde da população, e da importância de medidas e políticas de ações que seriam comprovadas cientificamente, deslocando para um novo sentido que é propagado pelo discurso negacionista. Isso gera uma confusão no discurso público e uma dificuldade na comunicação clara da realidade factual, corrompendo o ambiente público de discussão social para um ambiente privado de discussões particulares e individuais, ou nem mesmo discussões, apenas ordens e comandos.

A falsa dicotomia "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia" é uma construção discursiva que oculta as complexidades da situação. A realidade evidenciada é que a pandemia afeta desproporcionalmente as camadas mais vulneráveis da população, tanto em termos de saúde quanto economicamente. A retórica de "Salvar a Economia" é, portanto, uma tentativa de manter privilégios e interesses de grupos dominantes, enquanto marginaliza e desvaloriza as vidas daqueles considerados "descartáveis".

Podemos identificar uma tentativa de construir uma nova estrutura discursiva em torno desses acontecimentos discursivos, manipulando um discurso pré-construído do neoliberalismo (de que é preciso Salvar a Economia e Não Vidas) e, por isso mesmo, uma nova forma significativa e hegemônica de se relacionar com a realidade simbólica sob a razão do capitalismo moderno (ou melhor, antimoderno neste caso), significada na negação da realidade da pandemia e da democracia através da desvirtuação, subversão e revalorização do valor da vida alheia e dos dispositivos e conhecimentos médico-sanitaristas, de sua manipulação como suporte de construção de saberes alternativos sem comprovação científica.

Essa nova estrutura se baseia em relações discursivas que se sobrepõem às estruturas preexistentes, constantemente deslocadas e reformuladas pelos acontecimentos discursivos, cujos conflitos desregulares em regularização sustentam a transformação e a reprodução das relações sociais. Isto se dá a partir de sua própria contradição, o que evidencia a importância do olhar sobre as estruturas e acontecimentos que cercam a compreensão da relação entre linguagem, subjetividade e realidade, e como esses processos são fundamentais na construção e na reprodução-transformação dos efeitos da luta de classes em suas discursividades.

Pois bem, o objeto "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia" tem sido amplamente discutido durante a pandemia, por isso pôde ser analisado a partir dos processos na



série de seus efeitos, em primeiro lugar, destacando que esse discurso é intensamente articulado em um contexto de crise sanitária global, onde se observa uma tensão contraditória subordinada entre a necessidade-real de preservar a vida e a necessidade-ilusória de manter a economia em funcionamento. Disso, o objeto "Salvar Vidas vs. Salvar Economia" se apresenta como uma dicotomia, uma escolha (impossível) entre duas opções aparentemente opostas.

Essa dicotomia é construída discursivamente através de estratégias linguístico-históricas, tais como as relações de poder que determinam a força produtiva da simbolização de antíteses e da escolha de termos fortes e polarizadores, constituindo a subjetivação de que é preciso urgentemente escolher entre *a vida e a morte*.

O discurso negacionista frequentemente recorre a essa dicotomia para argumentar acerca de dispositivos estruturados sobre medidas e políticas de isolamento social e fechamento de comércios e empresas (não antevendo sua contraditoriedade de que são ações prejudiciais à própria economia que tentam *salvar*). Isto ocorre sob a tônica antissocial e antidemocrática de que a melhor forma de lidar com a pandemia é através da "retomada dos investimentos privados", deturpando a política e expondo a subversão da verdade científica e da vida e de seu valor à morte e ao esquecimento propositivo.

Isso mostra que essa dicotomia é falsa e simplista, uma vez que a preservação da vida e da saúde da população são condições essenciais para o próprio funcionamento da economia, pois a economia não pode ser salva à custa de vidas humanas, e a pandemia afeta de forma desigual a significação simbólica e material das diferentes camadas da população, tendo impactos econômicos mais severos sobre as pessoas mais vulneráveis.

O foco no salvamento da economia, portanto, é operado como uma justificativa para a manutenção de privilégios e interesses de grupos econômicos e políticos dominantes e serve como causa de si através do esvaziamento das necessidades e direitos das pessoas mais vulneráveis, legitimando-os como um suposto resultado da ciência e da democracia.

Sendo assim, é possível perceber que o objeto "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia" tem evidências diferentes para os sujeitos e para os sentidos, a depender das posições simbólicas que lhes capturam os efeitos da significação. Para o sujeito negacionista, essa dicotomia pode parecer uma escolha subjetiva real e imediata,

enquanto que para o sentido, ela é uma construção discursiva que oculta as complexidades e nuances da multifacetada significação simbólica sobre a realidade. É importante, portanto, estar atento às estratégias e táticas discursivas que estão no seio dessas práticas antissociais e antidemocráticas, para não cair em armadilhas ideológicas, ainda mais necropolíticas. Como diz Orlandi (2010),

Queremos lembrar que, como diz Pêcheux (1969), gestos são atos no nível simbólico. Quando eu junto gestos a interpretação, desloco o que diz Pêcheux para abarcar mais do que para ele eram os gestos (assobiar, jogar uma bomba numa assembléia, etc.). No modo como tomo a questão do gesto e o ligo a interpretação, estou dizendo que, na prática simbólica, produzimos gestos de interpretação, sendo estes, modos de interferir no mundo, através da prática simbólica que é a interpretação. Repito: a interpretação é uma prática (simbólica) em meio a outras práticas (sociais). (p. 9-10)

Por isso, destacamos a importância de reconhecer que nossas análises não são meramente teóricas, mas têm implicações práticas e políticas para Proteção Social no mundo, como simbolizar a prática antissocial e antidemocrática, a partir da interpretação da formação discursiva negacionista materializada entre o conjunto com dominante da formação ideológica neoliberal. Ao interpretar e analisar os discursos presentes em determinado contexto, estamos produzindo gestos de interpretação que podem intervir nas relações sociais do mundo ao nosso redor.

Disso deriva que essa intervenção no real se dá através da reflexão crítica e da conscientização sobre as relações de poder presentes nas discursividades, de forças produtivas que modalizam e estruturam a história da sociedade. Assim, através da análise dos discursos, podemos desvelar as estruturas ideológicas que sustentam determinadas estruturas com complexos com dominantes de práticas sociais e políticas (isto é, antissociais e antidemocráticas) e, por fim, contribuir para a transformação da realidade, pelo mecanismo de tensionamento do discurso, que é pelo que lutamos, ao (re)produzir sentidos.

O desafio, então, é reconhecer e dismantelar essa falsa dicotomia, compreendendo que a saúde pública e a economia são interdependentes. Uma solução mais benéfica para todos em relação a crise atual não é escolher entre vidas e economia, mas encontrar maneiras de proteger ambas. Isso requer uma abordagem holística que considere as necessidades e direitos de todos os cidadãos, e não apenas os interesses de uma elite poderosa.

Em conclusão, a análise discursiva revela a complexidade e as nuances das narrativas em jogo durante a pandemia. A resistência ao negacionismo e a promoção de uma abordagem baseada em evidências são essenciais para garantir a saúde e o bem-estar de todos. A luta contra o negacionismo é, de fato, uma luta pela vida, pela democracia e pela justiça social. Destarte, é através da interpretação crítica dos discursos em que podemos construir uma posição consciente e engajada num mundo significado, asseverando a desconstrução desta “**situação de pensamento em que se visa o que não se vê**” (PÊCHEUX).

Ao analisar os discursos e eventos apresentados ao longo deste diálogo, fica evidente que a resistência e a luta contra a dominação são elementos intrínsecos à dinâmica social e política, que destaca a importância da resistência e do pensamento crítico na luta contra o poder dominante e a opressão.

Nossa análise demonstra que, apesar das tentativas de impor discursos negacionistas e necropolíticos, existem indivíduos e grupos que resistem a essas narrativas e buscam questionar, desafiar e transformar o *status quo*, através da análise dos diferentes discursos e eventos, compreendendo como os sujeitos (in/consciente) se engajam na luta de classes, confrontando e resistindo às ideias e práticas opressoras, ou em aliança praticando-as.

Encerrando, a análise também destaca a importância do pensamento crítico e da reflexão individual no processo de resistência e transformação, por isso, Pêcheux enfatiza que ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, ou seja, cada pessoa deve ser capaz de pensar por si mesma e desenvolver suas próprias ideias e compreensões, cuja capacidade de pensar de forma independente e crítica é a própria prática sobre o real, gesto de interpretação, para desafiar as narrativas dominantes e promover a democracia, a ciência e a proteção e justiça social.

Em resumo, nossa análise ilustra a relevância da teoria e da Análise do Discurso para uma maior compreensão e aprofundamento do funcionamento da dinâmica entre dominação e resistência, da significação simbólica à subjetivação negacionista na materialidade discursiva, e a necessidade de ousar assujeitar se revoltar e pensar em relação a si mesmo sob interpelação como elementos fundamentais para a luta de classes e para a emancipação social.

### 3 (IN)CONCLUSÕES...

Ao longo desta pesquisa, mergulhamos profundamente na análise discursiva de figuras proeminentes e suas manifestações em um contexto específico. Através da lente da teoria da Análise do Discurso, buscamos compreender as camadas subjacentes e as nuances, as intenções e os efeitos subjacentes a cada enunciação. O que emergiu foi uma tapeçaria complexa de significados, intenções e implicações. Nesta pesquisa, exploramos a complexidade e a profundidade dos discursos proferidos por figuras proeminentes no cenário político brasileiro, particularmente no contexto do governo Bolsonaro. O que emergiu foi uma intrincada rede de relações ideológicas, refletindo as tensões e alianças entre diferentes forças sociais e o projeto de poder bolsonarista.

Acreditamos que diante do exposto, julgamos ter alcançado os objetivos propostos para este trabalho em torno da análise da (re)produção de mecanismos e dispositivos modernos (ou melhor, antimodernos) que intensificam a duração e a potência da razão do capitalismo moderno, através da proliferação de discursos negacionistas. Especificamente, no centro de um aparelho-aparato do governo de Jair Bolsonaro em 2020, em tempos de pandemia.

Nesse sentido, dedicamos nossa investigação englobando uma posição científica e de classe que pavimenta a luta contra determinados esquecimentos, cujas estruturas e estruturações atentam para as pressões do político e do desejo em sua práxis negacionista, logo da fantasia e da rearticulação ideológico-imaginária e ideológica-política, desde o assujeitamento à subjetivação, destacando a materialidade específica da significação sob sua inserção social, de sua forma prática no gesto de interpretação.

Os discursos analisados neste trabalho, desde a reunião ministerial até as declarações públicas, revelam uma série de práticas e intersecções com forças sociais. Estas práticas não são neutras; elas têm implicações significativas para a construção e consolidação do poder. Por exemplo, a tentativa de centralização de poder, a promoção de uma ideologia específica e a mobilização de bases sociais específicas são todas estratégias empregadas para avançar um projeto de poder específico.

A análise também destacou a dinâmica entre dominação e resistência. Em um cenário político polarizado, os discursos não apenas refletem as posições de poder

existentes, mas também são locais de luta onde diferentes forças sociais buscam estabelecer sua hegemonia. A resistência, neste contexto, não é apenas uma reação passiva à dominação, mas uma prática ativa de desafio e transformação.

O projeto de poder bolsonarista, como revelado pelos discursos analisados, é multifacetado. Ele busca consolidar uma visão particular de nação, sociedade e cidadania, ao mesmo tempo em que busca marginalizar ou silenciar vozes dissidentes. No entanto, como demonstrado pela análise, este projeto não é monolítico. Ele é contestado, desafiado e reinterpretado por diferentes atores e forças sociais.

Diante disso, analisamos os funcionamentos linguageiros discursivos e seus aspectos estruturais e dinâmicos, que se desenvolvem em conflitos regulares de desregularização, ou seja, além da investigação das condições objetivas que conformam as classes em suas formas concretas de assujeitamento, observamos as dinâmicas de seus conflitos, mediante os processos pertinentes aos efeitos que interpelam suas ações, na produção de realidades.

Ao longo desta análise dos discursos negacionistas do então governo durante a, assim designada, reunião sinistra – negacionismo e pandemia, pudemos observar, descrever e interpretar as formações discursivas e ideológicas e as condições de produção que permeiam esses discursos e perfazem a história em dado momento. Aí, buscamos compreender os processos de assujeitamento-interpelação, as modalidades de contato entre diferentes formações discursivas e ideológicas e as heterogeneidades veiculares presentes nas práticas sociais, além de relacioná-las aos acontecimentos que atualizam memórias discursivas e contribuem para a estruturação da formação imaginária social, logo da história social, que é política, em especial a luta de classes.

A análise do discurso desenvolvida ao longo deste trabalho ofereceu uma visão crítica e reveladora das práticas discursivas do então governo brasileiro durante a pandemia da COVID-19. Através do exame detido dos discursos, conseguimos não só identificar, mas também decodificar as estratégias acionadas para articular uma narrativa neoliberal e negacionista, que posicionou a economia acima da saúde pública e da vida e deslegitimou o valor da ciência e da democracia.

Foi possível identificar nas falas dos representantes do então governo, na série de efeitos de seus discursos, cuja práxis antissocial e antidemocrática constituem o objeto discursivo em disputa nas diferentes regiões ideológicas

dominantes em tempos de pandemia: a dicotomia entre "Salvar Vidas vs. Salvar a Economia". Essa dicotomia reflete as divergências sobre a abordagem adequada para enfrentar a crise sanitária, destacando-se a tensão entre medidas de restrição e isolamento social em prol da saúde pública e a retomada das atividades econômicas em busca da recuperação financeira (bem entendido, de um grupo específico), mais do que isso, as causas de desejo autoritário e de poder absoluto sob o símbolo da significação militar sobre o real.

Ao analisar esses discursos, consideramos os contextos específicos de suas condições de produção, levando em conta as relações de poder entre os (f)atores, as influências ideológicas significantes e significadas e as estratégias discursivas acionadas para operar a manipulação discursiva na linguagem. Identificamos que os discursos negacionistas, nessa reunião, priorizam a defesa da economia em detrimento da saúde e do bem-estar da população como um todo; além disso, ao buscar minimizar a gravidade da pandemia e contestar as medidas restritivas, produz a desvirtuação na deturpação dos sentidos e valores sociais da ciência, que por sua vez, se desloca para uma política genocida que pretende "usar dinheiro público para ganhar dinheiro" (GUEDES, 20202).

Desta forma, pudemos perceber a presença de estratégias discursivas que visam legitimar as ações desse governo, tais como a manipulação de evidências científicas, a polarização política e a desqualificação de opositores. Essas estratégias buscam construir uma imagem de controle e competência por parte do então governo, apesar das evidências científicas e simbólicas que indicam o contrário.

A análise também revelou a relação intrínseca entre os discursos negacionistas e as formações discursivas e ideológicas que os sustentam no próprio deslocar. Identificamos então a presença de uma perspectiva neoliberal, que valoriza a economia em detrimento dos aspectos sociais e prioriza o papel do mercado (em troca da vida alheia como moeda) na resolução dos problemas (de um grupo específico e "privilegiado", não da população). Essa perspectiva se manifesta nas argumentações que defendem a retomada das atividades econômicas, mesmo diante do agravamento da crise sanitária.

Diante desse contexto, torna-se evidente a importância de compreendermos o discurso negacionista como uma prática de produção material antissocial e antidemocrática, permeada por relações de poder, conflitos ideológicos e interesses diversos, como imposto pela denegação dos fascínios imaginários do então

presidente, de “impor uma ditadura”, ou de Weintraub em “acabar com esse negócio de povos e privilégios”, ou ainda como dito por Guedes ao “botar a granada no bolso do inimigo”, cuja análise do discurso nos permitiu desvelar estratégias operadas pelos agentes políticos para acionar e construir sentidos, interpelar subjetivações e influenciar a opinião pública.

Isso mostra como as memórias discursivas são atualizadas e refletem as disputas e contradições presentes na sociedade, para compreender as formações discursivas e ideológicas que permeiam essas falas, bem como as práticas antissociais e antidemocráticas que são constitutivas desse objeto discursivo de luta (ideológica) entre “Salvar Vidas” e “Salvar a Economia”, em que o objetivo de “Salvar a Economia” se sobrepõe à preocupação de “Salvar Vidas”, reproduzindo desigualdades sociais e aprofundando a transformação sob o viés da exclusão estrutural de grupos vulneráveis.

Desta forma, fica evidente a presença de operações discursivas que buscam legitimar as ações do então governo, na tática de deslegitimação de opositores e na prática autoritária de guerra do “nós contra eles”, com “foco prioritário” na desmobilização da saúde pública e do bem-estar da população.

Nossa análise revelou a influência da perspectiva neoliberal nos discursos negacionistas, pois enfatiza a primazia do mercado e da economia, relegando questões sociais e humanitárias a um plano secundário ou plano algum. Essa abordagem coloca em risco a proteção da vida e dos direitos humanos, priorizando interesses econômicos em detrimento do bem comum, produzindo a formação imaginária na sociedade de apagamento da dimensão política e científica como instrumentos de intervenção em problemas sociais, desvirtuando o valor da vida pela qualificação classificada entre vidas que valem mais (setor privado do capital internacional), vidas que valem menos (pessoas que mantêm o sistema capitalista funcionando, isto é, trabalhadores etc.) e vidas que nada valem (opositores e adversários políticos e ideológicos).

Por isso, um dos aspectos importantes que atravessa a materialidade linguística desses discursos é o esquecimento seletivo de informações, como a mobilização neoliberal dos fatos e a mobilização neoconservadora dos valores. Essa sustentação posicionada contribui para a manipulação de uma narrativa que favorece o então governo, ao mesmo tempo em que se desloca pela deslegitimação de vozes críticas e científicas - no trabalho social da enunciação de sedução ao medo pelo terror

- tomando-as como parte de um grupo conspiracionista, através do próprio discurso negacionista em sua versão conspiracionista. Assim, o uso da retórica polarizadora e desqualificadora é uma maneira de desviar a atenção dos problemas reais e gerar conflitos que desviam o foco das ações governamentais, com o propósito de silenciar o debate público e consolidar o poder autoritário e absoluto, minando os fundamentos da democracia e enfraquecendo a participação cidadã.

Sendo assim, foi fundamental destacar que esses discursos negacionistas têm consequências diretas sobre a realidade, que ao minimizar a gravidade da pandemia, desacreditar especialistas e ignorar evidências científicas, coloca em risco a vida e a saúde de milhões de pessoas, o que mostra que a falta de uma abordagem adequada e baseada em evidências científicas contribuiu para a propagação do vírus, o aumento de casos e do número de mortos, além do colapso do sistema de saúde. Nossa análise iluminou a forma como o negacionismo tornou-se uma ferramenta política, usada para distorcer a realidade e aparelhar evidências científicas em benefício de uma narrativa econômico-política particular.

Portanto, é preciso resistir a essas práticas negacionistas, promovendo uma abordagem baseada na sustentação da posição de Salvar Vidas, na proteção social e no respeito aos direitos humanos, ou seja, somente através da dialética do diálogo, da responsabilidade coletiva e do compromisso com a saúde e o bem-estar de todos é que poderemos superar essas crises e construir uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

De maneira preocupante, nossa investigação evidenciou como o discurso do então governo fomentou a polarização da sociedade, favorecendo a formação imaginária de que a proteção da vida e a proteção da economia são questões mutuamente excludentes. Através de estratégias de manipulação, como a desacreditização de vozes críticas e a promoção de um esquecimento seletivo, criou-se um cenário que favoreceu os interesses políticos e econômicos de uma classe específica, em detrimento da saúde e bem-estar do resto da população.

Nesse sentido, o estudo revelou o impacto destrutivo do negacionismo, que privilegia o mercado como a solução para todos os problemas, mesmo em face de uma crise sanitária sem precedentes. Em sua lógica, as vidas foram subjugadas a um *status* secundário, com o valor individual sendo determinado pelo capital pela sua utilidade lucrativa para a economia. Tal abordagem resultou em políticas que expuseram a população a riscos desnecessários e agravaram as desigualdades sociais.



Esta pesquisa oferece uma visão profunda e matizada dos discursos e práticas no cenário político brasileiro contemporâneo. Ela destaca a importância de compreender os discursos não apenas como textos isolados, mas como práticas situadas que são moldadas por, e moldam, as relações de poder mais amplas. Ao fazer isso, ela nos capacita a sermos participantes mais informados e críticos no discurso público e na prática política.

Além das dinâmicas já mencionadas, é essencial reconhecer a complexidade das interações discursivas no cenário político brasileiro. Os discursos analisados não operam isoladamente; eles estão em constante diálogo (e, frequentemente, em conflito) com outros discursos, tanto dentro quanto fora do governo Bolsonaro. Como a presença de uma série de subtextos e insinuações nos discursos, que muitas vezes são tão poderosos quanto as declarações explícitas. Estes subtextos frequentemente apelam para emoções, identidades e lealdades, buscando mobilizar apoio ou desacreditar opositores. Eles são uma lembrança de que o discurso político não é apenas uma questão de lógica ou razão; ele também é profundamente emocional e simbólico.

Outro aspecto crucial é a relação entre discurso e ação. Enquanto os discursos fornecem *insights* valiosos sobre as intenções, crenças e estratégias dos atores políticos, eles também devem ser vistos à luz das ações concretas tomadas por esses atores. Em muitos casos, pode haver uma desconexão entre o que é dito e o que é feito, e é essencial examinar essa desconexão para uma compreensão completa do cenário político.

Identificamos a presença de múltiplas vozes e perspectivas dentro do que pode parecer, à primeira vista, um bloco monolítico. O governo Bolsonaro, como qualquer outra entidade política, é composto por uma variedade de atores com suas próprias agendas, prioridades e visões de mundo. Reconhecer essa diversidade é crucial para entender as tensões, contradições e possibilidades dentro do projeto de poder bolsonarista.

Entretanto, é importante destacar a natureza dinâmica e fluida do discurso político. O que é dito em um momento pode mudar no próximo, à medida que os atores políticos respondem a novos desenvolvimentos, desafios e oportunidades. Portanto, qualquer análise discursiva é, por natureza, um instantâneo de um momento particular no tempo.

A análise do discurso permitiu a exposição dessas táticas discursivas e estratégias ideológicas, evidenciando a maneira como a linguagem é mobilizada para construir e moldar a influência sobre a realidade social. Ao identificar e destrinchar esses mecanismos, abrimos caminho para a resistência e para a construção de um contradiscurso, fundado no respeito aos direitos humanos, na proteção social e na ciência.

Isso nos ajuda a compreender esses mecanismos de poder e nos capacita a resistir e lutar por uma realidade cuja força produtiva seja mais solidária e humana. A AD, portanto, oferece ferramentas importantes para compreender, questionar e resistir a discursos que ameaçam a democracia, a saúde pública e a dignidade humana: “é preciso ousar pensar por si mesmo”, e para isso, “é preciso ousar se revoltar”.

É fundamental resistir a esse “raciocínio lógico” negacionista e reafirmar a importância da ciência, da democracia, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, para fortalecer as instituições democráticas, garantir a transparência nas ações governamentais e fomentar o engajamento cívico e investimentos em políticas de educação, pesquisas, saúde, segurança, e muito mais, como forma de enfrentar os desafios escancarados pela pandemia.

Contudo, nossa análise reforça a necessidade de uma vigilância crítica constante, que questione discursos negacionistas, desmascare suas estratégias manipuladoras e promova a proliferação da dialética do diálogo e a construção coletiva de soluções, genuinamente voltadas para o objetivo do bem-estar coletivo, pois é fundamental reconhecer que a saúde e o bem-estar da população devem estar acima de interesses políticos e econômicos, e que somente através da união e do compromisso comum no combate a estas práxis antissociais e antidemocráticas poderemos superar os desafios que a pandemia nos impôs.

De fato, discursos não são meras palavras e eles têm o poder de produzir realidades, influenciar percepções e afetar vidas. A pandemia da COVID-19 forçou o mundo a enfrentar desafios nunca antes vistos, que exigiram *soluções* inéditas e uma reconceitualização de nossas prioridades. Assim, nosso estudo deixa claro que a retórica e as ações do então governo tiveram impacto direto e significativo no bem-estar da população. O discurso adotado durante uma crise, como a pandemia da COVID-19, pode fortalecer ou enfraquecer a capacidade de resposta da sociedade e moldar o curso dos eventos.

A análise que conduzimos demonstrou claramente como a lógica neoliberal e o negacionismo bolsonarista operam no nível discursivo, reproduzindo-transformando percepções e práticas histórico-sociais. Tornando-se fundamental que se reconheça e se desafie essas narrativas, trabalhando para promover discursos que valorizem tanto a vida quanto o bem-estar social.

Como pesquisadores, temos o dever de continuar desvendando essas complexidades discursivas, e como cidadãos, devemos resistir à tentativa de reduzir vidas a cifras econômicas. O desafio está em equilibrar a proteção da saúde pública com as necessidades econômicas sem sacrificar os direitos humanos e o bem-estar da população.

Esperamos que este estudo contribua para uma maior compreensão da importância da análise do discurso na política e na sociedade, e que possa ser um instrumento útil para questionar, desafiar e transformar as narrativas que nos são apresentadas. Afinal, a capacidade de análise crítica e de reflexão é nossa principal arma contra a manipulação e o abuso de poder.

Por fim, cabe a cada um de nós, como cidadãos conscientes e engajados, combater discursos negacionistas, disseminar informações confiáveis e embasadas e científicas, apoiar iniciativas democráticas e cobrar medidas efetivas de proteção social e à vida e, quem sabe, poderemos construir uma sociedade mais justa, solidária e resiliente diante das adversidades, em que o valor da vida esteja acima de qualquer interesse político ou econômico.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. 2a ed. Trad. de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ALTHUSSER, L. *et al.* [1975]. **Ler O Capital**. Trad. Nathanael c. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. v. 2.
- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan** [1976] **Marx e Freud** [1978]. Trad. e notas: Walter José Evangelista. Rev: Alaide Inah Gonzales. 2a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s) [1990]. **Cadernos de Estudos Linguísticos** [online], Campinas, SP, v. 19, p. 25–42, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636824>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636824>. Acesso em: maio 2022.
- BARONAS, R. L. **O amargo da língua de Bolsonaro**: discurso e linguística popular. *Grácio Editor*. Portugal, 2021.
- BECK, M.; FONSECA, R. O.; SANTOS, A. P. dos. **Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivo**s. *Linguagem em (Dis)curso* [online] – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 153-171, jan./abr. 2019. ISSN 1982-4017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190102-DO0219>. Acesso em: maio 2022.
- BRETTAS, T. Defender a vida é preciso, a economia não. Org.: MOUREIRA *et al.* In: **EM TEMPOS DE PANDEMIA**: Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12346/1/EMoreira.pdf>. Acesso em: maio de 2022.
- CARUSO, F.; MARQUES, A. J. Essay on scientific denial in times of pandemic. **Research, Society and Development** [online], [S. l.], v. 10, n. 11, p. e82101119538, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19538>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19538>. Acesso em: maio de 2022.
- CARVALHO, F. Z. F. de. **O Sujeito No Discurso**: Pêcheux E Lacan. 2008. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ARCO-7F2RJQ>. Acesso em: maio 2022.
- CESARINO, L. AS IDEIAS VOLTARAM AO LUGAR? temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021022, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44377. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>. Acesso em: maio de 2022.
- CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021.

DOI: 10.5007/2175-8034.2021. e75630. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: maio de 2022.

CESARINO, L. Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 1, n. 82, p. 162-188, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i82p162-188. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/201360>. Acesso em: junho de 2022.

CORREIA, K.; FONSECA, T. Pêcheux entre o sujeito da interpelação e o do inconsciente ou duas saídas para uma mesma questão. **Analytica**, São João del Rei, v. 7, n. 13, p. 259-276, dez. 2018. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-51972018000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972018000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: maio 2022.

COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos, 1981. São Carlos, 2009, EdUFSCar (trad.).

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em **Análise do Discurso**, 1982. **Policromias-Revista de Estudos do Discurso**, Imagem e Som, v. 1, n. 1, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUEZ, B. ALERTA GLOBAL: NOVO CORONAVÍRUS É A SEXTA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECLARADA PELA OMS. In: EMERGÊNCIA INTERNACIONAL: Como o SUS se prepara para enfrentar epidemias como a do novo coronavírus. **Revista RADIS: Comunicação e Saúde** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, n. 210, mar 2020. 36 p. Mensal. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40405>

DUARTE, D. E.; BENETTI, P. R.. Pela Ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. DOI: <https://doi.org/10.1590/18070337-120336>. **Sociologias**, v. 24, n. 60, p. 98–138, maio 2022.

FEDATTO, C. P. Lapsos de língua e discurso: uma análise do termo *nasciturno*. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 815-839, mar. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.25.2.815-839>. ISSN 2237-2083. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10295>. Acesso em: maio 2022.

FONSECA, R. O. Um olhar historiador para o trabalho com as formações discursivas. **Anais do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/SIMPOSIOS/RodrigoOliveiraFonseca.pdf>

FIGUEIRA, L. F. B. A leitura sintomal e a teoria pecheuxtiana do discurso. UFMG. 2015. ROMÉ, N., STARCENBAUM, M., y KARCZMARCZYK, P. (Coord.). (2017).

**Actas del Coloquio Internacional: 50 años de Lire le Capital.** 2015, Buenos Aires: La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Trabajos, comunicaciones y conferencias; 29). Disponível em: <http://www.libros.fahce.unlp.edu.ar/%20index.php/libros/catalog/book/84>. Acesso em: maio 2022.

FONTANA, M. G. Z. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 12, 2014. DOI: 10.22456/2594-8962.55118. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55118>. Acesso em: maio 2022.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**, 1969. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOBATTO, L. S. O SILENCIAMENTO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS PELO DISSENSO NAS MÍDIAS. **Policromias** - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/37788>. Acesso em: maio 2022.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M; HENRY P. Texto publicado inicialmente no Jornal Comunista L'Humanité, depois na Revista Langages, número 24, em 1971, posteriormente publicado em MALDIDIER, D. L'Inquietude du Discours: textes de Michel Pêcheux. Éditions du Cendres, 1990, p.133-53 e, em português In BARONAS, R. L. **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007, p. 13. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/1971/mes/semantica.htm#r21>. Acesso em: maio de 2022.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, F. LULA LÁ: ESTRUTURA E ACONTECIMENTO. **Organon**, Porto Alegre. Vol. 17, n. 35 p. 101-121, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/173271>. Acesso em: maio 2022.

JORGE, M. A. C.; FERREIRA, N. P. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Col. Passo a Passo, 56). Disponível em: <https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/marco-a-c-jorge-lacan-o-grande-freudiano.pdf>. Acesso em: maio 2022.

KAYSER, E. **Capitalismo e democracia em uma temporalidade neoliberal**. 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolacau/files/2019/07/ARTIGO-KAYSER.pdf>

LACAN, J. *Écrits*, 1966. Paris: *Éditions du Seuil*. **Escritos**, 1998. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (trad.).

MARIANI, B. Textos e conceitos fundadores de Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 54, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2873>. Acesso em: maio de 2022

ORLANDI, E. P. O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 10, n. 2, 1994.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A Língua inatingível**, 1981. Trad bras.: Mariani, B. e Mello, M. Elizabeth. Campinas: Pontes, 2004. 224 p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Org.: GADET, F.; HAK, T. In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio - Michel Pêcheux, 1975. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.], 2a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 2a ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento** [1983]. Trad.: Eni Orlandi. 4a ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al (Orgs.) **O papel da Memória**. Campinas: Unicamp, 1999.

PENA, B. F.; SILVA, R. D. C. da. O Outro no ensino lacaniano: algumas considerações. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 49, p. 81-90, jul. 2018. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372018000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: junho 2022.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. (Col. Passo a Passo, 94).

PINHEIRO, C. E. S. A representação do discurso outro: um setor da atividade metalinguageira. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 2, p. 1-5, 9 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i2.1594>. Acesso em: maio 2022.

RABOTNIKOF, N. *Tiempo, historia y política. Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, nº55, p. 28-43. Cidade do México: CIESAS, 2017.

SIEBERT, S.; DALTOÉ, A. da S. A ciência resiste. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, p. 179-184, 2021.

VERBICARO, L. P. Pandemia e o colapso do neoliberalismo. *Voluntas*, Santa Maria, v. 11, p. 19, 2020.